



trabalho final de graduação | faculdade de arquitetura da universidade federal da bahia | 2012.2



DANIEL SABÓIA + FÁBIO STEQUE + PATRICIA ALMEIDA

orientação:

PAOLA BERENSTEIN JACQUES

co-orientação:

NAIA ALBAN SUAREZ

Agradecimentos

A Paola, por ter acreditado em nossa proposta e nos ajudado a enxergar o caminho a seguir, estimulando que acreditássemos na potência dos desvios, mas sobretudo por ter trazido à nossa formação um olhar mais atento à subjetividade e ao desejo das pessoas como elementos fundamentais na construção de um pensamento de cidade.

A Naia, pelo incentivo e apoio oferecidos de maneira tão generosa e afetiva, enquanto nossa orientadora estava longe.

A todos os nossos interlocutores, por compartilharem conosco suas memórias, desejos e afetos, possibilitando que encontrássemos os rumos e as principais questões do trabalho.

Aos membros da banca, por terem se mostrado abertos à proposta que lhes apresentamos, possibilitando que este processo coletivo pudesse ser apresentado da maneira como foi construído, preservando sua força, e pelas contribuições enriquecedoras.

Aos nossos pais - Geraldo e Aninha, João e Márcia, Guilherme e Ana -, nossas irmãs - Nina, Mari e Manu - e a todos os familiares pelo apoio dado ao longo de toda vida e por terem respeitado o nosso tempo, confiando que seria o necessário para darmos vazão aos nossos desejos.

Aos amigos Di, Ícaro, Lina, Lu e Rami, que nos acompanharam desde o início da nossa formação, fazendo questão de compartilhar cada descoberta, num processo de crescimento apoiado na cumplicidade e na troca constante.

A Di e Rami, pela dedicação à criteriosa revisão do trabalho. A Marja e Lina, pela acolhida e opiniões sinceras ao longo de todo o processo. E a Jo, pela fraterna preocupação e cuidado, oferecendo uma ajuda preciosa, mesmo quando não sabia como.

Aos amigos da infância Ticão, Tita, Ion, Juleta, Dali e os Decos por terem estado sempre presentes, compreendendo as nossas ausências.

Dedicamos este trabalho aos moradores da Península de Itapagipe, e particularmente àqueles que lutam diariamente para fazer deste pedaço de cidade um lugar mais justo e menos segregado, esperando que este trabalho possa contribuir para os próximos passos.

Índice

- 7. Apresentação
- 13. Caminho
- 14. Primeiros Passos
- 34. Caixa de Memórias
- 44. Teatro de Atores Sociais
- 68. Apreensão Interpretação e Síntese
- 90. Cruzamentos
- 110. Três ações, dois lados, uma só península
- 137. Parque Escola da Maré - Daniel Sabóia
- 171. Casa da Costura - Fábio Steque
- 201. Rua da feira - Patricia Almeida
- 236. Bibliografia



Apresentação

○ TFG e o ofício do Arquiteto

A atividade do TFG é aqui entendida não como um mero atestado de capacidades em Arquitetura e Urbanismo, mas também como algo que reflete o processo de formação que o antecede, ao mesmo tempo que aponta para a continuidade de práticas em que se acredita. Ao nosso ver, esta atividade é a grande oportunidade que temos, enquanto alunos de uma instituição pública, de dar um retorno à sociedade, a partir de uma contribuição efetiva às discussões acerca da prática do arquiteto-urbanista e, sobretudo, ao pensamento crítico e propositivo sobre a cidade do Salvador.

Vemos a atividade do arquiteto como algo essencialmente coletivo, interdisciplinar e colaborativo. A discussão coletiva coloca os consensos em cheque e desestabiliza as ideias rígidas, enriquecendo o trabalho. Trabalhar individualmente no TFG nos parece pouco adequado ao tipo de atividade que pretendemos exercer como arquitetos depois de concluí-lo. A escolha por fazer desse trabalho algo coletivo é, então, ao mesmo tempo um desdobramento natural da forma como estamos habituados a trabalhar – e como pretendemos seguir – quanto um posicionamento frente ao que se entende sobre o fazer em arquitetura e urbanismo nesta instituição.

Temos também as nossas buscas pessoais, que encontrarão espaço para se manifestar neste trabalho. A partir da construção coletiva de um entendimento sobre a área e das possibilidades de interferir nela projetualmente, cada um desenvolve um trabalho individual. Estes trabalhos darão vazão às singularidades de cada membro da equipe, mas serão produzidos preservando o caráter coletivo do trabalho, sempre. A articulação entre a etapa coletiva e a individual, assim como a constante discussão das propostas de cada um mantém o caráter de unidade em todo o trabalho.

É também comum aos três membros da equipe o desejo de experimentar novas formas de expressão. Formas de transmitir graficamente e narrativamente tanto as experiências realiza-

¹ *“Elitização, expulsão da população mais pobre, termo desenvolvido por Neil Smith em The New Urban Frontier, Gentrification and the Revanchist City, Londres, Routledge, 1996 (JACQUES, 2004, p. 28)*

² *“A ideia de colisão, mais interessante que a de “encontro”, apareceu no XIV ENAPUR, proposta por Marcus Vinicius Faustini na mesa “Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar”. Pesquisando sobre o significado da palavra, o conceito físico pareceu bastante oportuno: “Colisão é um evento no qual dois ou mais corpos em movimento exercem forças relativamente fortes entre si, por um tempo relativamente curto”. Sendo a colisão “elástica”, aquela em que os corpos conservam sua energia após a colisão, a colisão inelástica, mais comum e também mais interessante para a analogia buscada aqui, é aquela em que parte da energia dos corpos é alterada para outras formas de energia, incluindo uma parte da energia de cada corpo que será incorporada como energia interna dos outros corpos participantes da colisão.” (SCHVARBERG, 2011, p.7)*

das quanto as propostas produzidas. É, assim, também uma busca por desenvolver maneiras não convencionais de diálogo com a cidade, com a teoria e com a prática.

É imprescindível para nós a incorporação do diálogo e da troca neste trabalho. Partimos às atividades com o propósito de pensar uma área da cidade considerando toda a sua complexidade, considerando dados objetivos e subjetivos, diferentes pontos de vista, desejos e forças. A articulação destes dados a partir de uma crítica propositiva é o lugar que pretendemos chegar, entendendo que este produto servirá como exemplo metodológico mas, sobretudo, como contribuição à discussão sobre esta parte da cidade e também instrumento de empoderamento de pessoas que, em diversas instâncias, lutam por uma cidade melhor.

As forças atuantes na construção da cidade

Nos trabalhos desenvolvidos no Atelier 5, coordenado por Paola Berenstein Jacques e Eduardo Carvalho, as discussões realizadas fizeram emergir uma questão, uma lente, através da qual buscamos apreender a complexidade da cidade. A construção da cidade e a configuração de seus espaços e práticas acontecem segundo a ação de forças vindas de múltiplas direções. Percebemos que a relação entre estas forças torna-se mais evidente em contextos em que algumas delas colocam em disputa espaços da cidade. Nos chamou a atenção, nos contextos urbanos que estudamos, a disputa da cidade por forças antagônicas, num embate que chamamos “Gentrificação¹/Espetacularização vs. Resistência”. A premissa básica era: a lógica dos processos de gentrificação encontra no uso intenso do espaço público, no vínculo direto das pessoas com o lugar em que moram e na sua consequente articulação e mobilização, a mais potente forma de resistência. Nesse sentido, a nossa intenção era a de pensar intervenções que intensificassem o uso dos espaços públicos, assim como colocar em “colisão”² as ocupações representativas dos dois processos (gentrificação e resistência), que em nossa área de estudo (Avenida Contorno) estavam dispostos lado a lado, numa disputa silenciosa pela frente marítima da Baía de Todos os Santos.

Partindo desta discussão e desta questão principal, buscamos um lugar significativo da cidade onde pudéssemos tensionar de forma densa e abrangente o problema para este trabalho. A Península de Itapagipe mostrou-se um ótimo caso para estudo, devido à cobiça de que tem sido alvo pelo poder imobiliário e à articulada resistência que apresenta por parte de seus moradores, conseguindo barrar muitos dos processos que não os contemplam e também fomentar outros, de seu próprio interesse.

Com o início do processo de aproximação – leituras, pesquisas, idas a campo, conversas com moradores e discussões internas – percebemos que o nosso debate inicial tendia para uma problematização demasiado dicotômica do contexto urbano complexo que se apresenta na Península de Itapagipe. As forças atuantes na configuração da cidade não se polarizam em campos opostos – atuam de maneira cruzada e multidirecional, podendo unir-se ou confrontar-se de acordo com as diferentes conjunturas. Esta rede de relações cruzadas pode ser vista como um conjunto de atores sociais e podemos elencar, dentre os muitos, alguns que se destacam na construção dos processos que nos interessam aqui: o Habitante, os Movimentos Sociais, o Estado, o Empresariado e o Arquiteto-Urbanista.

Cada um destes atores se coloca em cena de uma maneira diferente, tecendo relações entre si e com a cidade. No caso da Península de Itapagipe, percebemos que havia compreensões e intenções muito distintas em relação às mudanças urbanísticas que se pretende implementar ali. De maneira geral, todos concordam que o lugar precisa de melhorias, mas é o tipo de melhoria e a forma de implementá-las que os coloca em conflito.

Entendemos então que deveríamos conhecer melhor cada um destes pontos de vista, conversando com pessoas envolvidas com a península por diferentes tipos de vínculos e interesses e montando um panorama complexo e entrecruzado com as suas falas. Isso nos ajudou a enxergar as contradições e convergências entre estes atores e fugir da tendência dualista que normalmente se coloca nestes debates, para um lado ou para o outro. Mais do que uma síntese dos problemas e soluções que nos apresentaram, nos interessava ver e mostrar as relações

de forças que se cruzavam e que resultavam em ações sobre o território.

○ Contexto

O Planejamento da Cidade de Salvador hoje se vê pautado pelos interesses do capital privado. Busca impulsionar o crescimento da cidade como forma de aquecer um mercado sedento por novas áreas de investimento. O jogo especulativo do mercado imobiliário é, assim, principal norteador das políticas urbanas implementadas, como se tem percebido de maneira cada vez mais escancarada. A falta de políticas articuladas, que pensem a urbe de forma abrangente e sob os aspectos mais basilares do direito à cidade, não acontece em vão. Por trás dos parâmetros urbanísticos adotados estão os interesses de empresários do setor imobiliário e não da população em geral, como se pode notar pelo fato recente das alterações infringidas sobre a lei que ordena o uso e a ocupação do solo da cidade (LOUOS).

A Península de Itapagipe vive hoje um momento de grande cobiça por parte do mercado imobiliário, que tenta criar um vetor de renovação e expansão de suas atividade para as áreas da cidade voltadas à Baía de Todos os Santos. A fatia que se estende ao longo da faixa litorânea desde Roma até a Boa Viagem, já foi objeto de um decreto municipal de desapropriação em 2009 que, contestado pela população local, não foi à frente. Depois disso, em 2010 foi apresentado à cidade um projeto para a mesma área, por parte da Fundação Baía Viva, como parte de um conjunto de intervenções desde a Avenida Contorno, intitulado Projeto Nova Cidade Baixa. O projeto, no entanto, foi abortado pelos próprios promotores, depois de desentendimentos com o poder municipal.

Articulados através da Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe), movimentos sociais de toda a península atuam juntos, no sentido de reivindicar uma gestão participativa de seus bairros, tentando contribuir e dialogar com as ações urbanísticas implementadas ali, a partir da perspectiva dos moradores.

Seu território, composto pela sobreposição de diferentes processos históricos e vítima de sucessivos abandonos, tem hoje uma configuração complexa e fragmentada. A carência por espaços públicos em áreas altamente adensadas coexiste paradoxalmente com grandes vazios e edifícios sub-utilizados de um passado industrial ainda latente em sua paisagem. A praia, espaço público por excelência, tem seu uso intimidado por enormes muros, que criam interrupções nas ambiências ao longo de sua extensão. Tudo isso evidencia a necessidade de pensar melhorias nas condições de habitabilidade deste lugar.

Contaminações possíveis

As questões teóricas de onde partimos são desestabilizadas e complementadas a partir das experiências que realizamos na cidade. A investigação dos atores políticos, dos processos e das práticas que se sobrepõem no seu espaço se realizam a partir das leituras e das investigações em campo. Estas últimas devem, ao nosso ver, considerar como elemento fundamental a subjetividade das pessoas que habitam os lugares estudados, tanto quanto a dos investigadores.

Nos propomos assim, a entrar em contato com este lugar, buscando entender a sua complexidade e responder com propostas que se aproximem dos desejos dos seus habitantes. Seguimos estimulados pela provocação feita por Ana Clara Torres Ribeiro:

“Apaguemos portanto, pelo menos por algum tempo, os holofotes e escutemos o rumor e os gritos dos espaços inorgânicos, imaginando-os menos distantes, menos segregados, menos folclorizados. O que poderia ser apreendido numa experiência como esta? Talvez, outras formas de fazer cidade e de aprender, neste fazer, com a cultura do Outro: mortos e vivos. Desta experiência hipotética, também poderia advir a descoberta de formas de realização da economia menos excludentes, competitivas e desapropriadoras de territórios e bagagens culturais.” (RIBEIRO, 2004, p.101)

Caminho

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.”

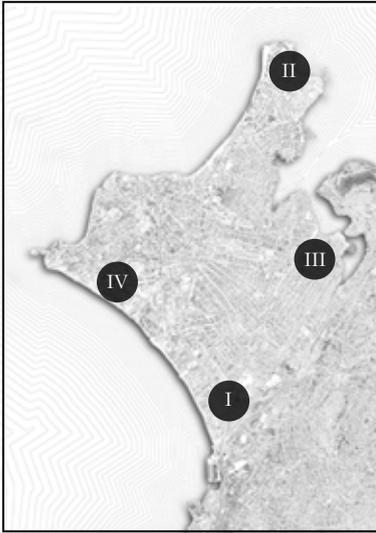
[Antonio Machado]

Nas várias tentativas de definir uma metodologia inicial para o trabalho esbarramos na dificuldade de traçar um caminho a ser percorrido. As muitas dúvidas que apareceram neste processo nos levaram a começar a pensar na ideia de passos, que à medida que iam sendo dados, consolidavam etapas que nos permitiam seguir em frente.

A questão definida como ponto central do trabalho é que, de alguma forma, indicou a direção de cada um desses passos. Essa questão constituiu-se desde o princípio na busca pela compreensão da cidade, seus espaços e suas práticas, a partir das diferentes forças que atuam nos processos de sua construção. Coube a nós, no contexto da Península de Itapagipe, definir a cada passo os passos seguintes, que foram gradualmente nos aproximando da questão.

As atividades definidas como aproximações sensíveis, trocas, mapeamentos, leituras, sínteses, etc, se cruzaram ao longo de cada passo, na tentativa de construir um caminho que possibilitasse desvios, mudanças de rota e interferências.

Primeiros Passos



>> Acima: Mapa de localização dos pontos de partida das derivas:

Deriva I: Largo dos Mares

Deriva II: Cais da Ribeira

Deriva III: Fim de Linha do Uruguai

Deriva IV: Igreja da Boa Viagem

A nossa intenção inicial era a de nos debruçarmos sobre uma área específica da Península de Itapagipe, um recorte. A área escolhida, a princípio, é a que se estende desde a Calçada até Monte Serrat, pela Orla. O motivo era, principalmente, a cobiça desta área pelo poder imobiliário e as sucessivas tentativas de gentrificação do lugar.

Sentimos, no entanto, a necessidade de compreender as diferentes dinâmicas de toda a península, uma vez que percebemos um forte senso de que, de alguma maneira, todas as áreas pertencem a um todo que é comum. Nos chamou a atenção para isso, principalmente, a existência da Rede CAMPPI, que agrega todas as associações de moradores e movimentos sociais da península em um movimento maior e unificado, na busca por melhores condições e qualidade de vida em toda a península, mas também para resistir aos processos hegemônicos. A aproximação a estas áreas tem a intenção de desestabilizar nossas certezas com relação à área escolhida, entender suas relações com o todo que é a península e possibilitar eventuais desvios de rota.

Como primeira tática de aproximação à grande área que é a Península de Itapagipe, decidimos realizar 4 derivas. Escolhemos, como lugares de partida, quatro pontos já conhecidos e espalhados pelos seus quatro cantos (a península tem forma losangular). O objetivo era se perder a partir de pontos conhecidos, descobrindo novos lugares e tentando apreender suas dinâmicas.

O registro das derivas foi feito em caderninhos de anotação, o que estimulava a percepção e ao mesmo tempo dava subsídio à narrativa cartográfica construída depois, como ferramenta de transmissão e consolidação da experiência. Os relatos a seguir são uma construção coletiva, resultado da soma das anotações e impressões de cada um de nós ao longo de cada deriva.



DERIVA I

24.05.2012 - Quinta-feira, 15:33.

Saída: Largo dos Mares

Regra: Seguir a direção indicada por orelhões.

Som de motores, buzinas, tráfego intenso. A praça é o que sobra no meio de uma rotatória, isolada pelo fluxo intenso de automóveis ao seu redor. No meio, pessoas à margem, colchões velhos e outros trapos, pendurados no monumento central. O movimento fica fora. O primeiro orelhão indica o caminho. Saindo dali, pouco movimento, comércio automotivo, lingerie, borracharia, loteria, galpões, fundos, muros. Mais à frente, sons, mais gente, bar, dvd, barulho. Um segundo orelhão indica a próxima à direita. Começa a chover e a molhar os cadernos e temos que parar as anotações. Parada técnica para comprar guarda-chuvas. Compramos. Para de chover. Melhor assim. A primeira rua à direita é fechada por um portão. Uma pequena porta permite o acesso, apesar dos olhares desconfiados das mulheres ao balcão de uma barraca-mercearia na porta da rua. Hesitamos, mas entramos. Alguns carros, plantas nas portas das casas, janelas entreabertas, ruídos de novela, mas ninguém na rua. A rua é sem saída. Voltamos. Salão, padaria, aluga-se, papelaria, degrau, tropeço, galpão, serralheria, ruína, vendo, ferragens, frutas, lixo. Viramos à direita, agora numa rua sem portão. O volume do tráfego e do varejo vai diminuindo à medida que entramos. Aqui e ali, pessoas nas portas das casas, olhando pra rua. Poucas, mas há. Ao lado do Bar da Mara, um rapaz toca violão na oficina. De um lado, casas. Do outro, um paredão. Conflito de escalas. Muitas grades. Fachadas-fechadas de grandes galpões. E lixo. Um terceiro orelhão indica a direita. Cheiro de pão, vende-se casinha, gente andando devagar pela rua e gente sentada na porta de casa. Grades. Aqui é o Uruguai. Rua larga de escala pequena. As pessoas nas portas, as portas abertas. Passeios altos e conversas sobre alugamento. Fazem um multirão. Cores, texturas, plantas e grades adornam as fachadas. Multi-paisagem. Nada é igual. “Ei, Menino! Você é filho de uma médica...? Não, minha mãe não mora em salvador... Ah, tá.. brigado. De nada.”

Chegamos numa avenida onde um grande muro alto, extenso e rosa ocupa todo um lado. Do outro, oficinas, borracharia, mini-armarinho, bar na rua, gente na esquina, fest mania, farmácia de segurança máxima, jogo do bicho, calçadas-escadas, manequins. E lixo. Muitos carros, muito barulho, alguns catadores de lixo. Nas transversais, vizinhança. Uma árvore! Entramos em uma rua menor. Arrocha no bar, laje-armazém, muro gigante com arame farpado – escola ou presídio? Um orelhão sem a orelha indica entrar na próxima rua. Uns caras na esquina intimidam a gente. Pensam que somos estrangeiros (e somos), “hello!”. Acuamos. “Eu não sei que diabo ele quer nessa rua”, escuto através de uma janela. Mais à frente, uma “casa de anão”. Não mede mais que a altura dos meus ombros. Voltamos a uma rua de antes. Vemos a frente do “presídio”. Parece novo, mas abandonado, e é enorme. Grandes edifícios em extensão nessa rua. Outlet Center, igreja evangélica, alugo ou vendo recém-construído, mercado, som de rua, música de novela, estacionamento. Olhares curiosos. São os cadernos. Manicure de rua, lixo, restos de casas no meio da rua. E muros. Beco, casa de festas, pichações. “Pensei que tava pedindo meu autógrafo” – ouço de cima. Prateleiras expõem ovos. Estão fixas em uma fachada! Entramos em outra rua. Outra árvore! Contatos comerciais através de grades. Rua-vitrine. Chegamos na Rua do Canal. Todos se situam, mais ou menos. Pelo meio ou pelas bordas? Vamos pelo meio. Muito lixo. Um cavalo branco montado por um menino negro, sem cela, passa correndo por nós. Há mais permanência nas transversais – o canal é lugar de passagem, principalmente no meio. Pedços de casas no meio do lixo, no meio da rua. É hora da volta da escola das crianças. Voltam pelo meio. Quem vai pela borda é porque mora ali. Deve ser. Um outro cavalo, puxando uma charrete e em cima um menino de wayfarer laranja. Algumas bicicletarias. Devem ficar aqui por causa do fluxo. Matinhas particulares nos espaços semi-públicos das casas são os únicos verdes. No meio só concreto e lixo. Não sei exatamente onde estou. Entramos em uma transversal. Rendilhados de grades efeitam a rua e as crianças povoam o espaço com seus sons de brincadeira. Do alto de uma sacada, um menino brinca com Ken. Em baixo, uma menina conta histórias de Luís, o skate, a pipa e o geladinho. Vamos pelo meio e nenhum carro passa. Passam bicicletas e seus condutores buzina sem parar, com a boca. Pipipipipiiiiiiii!!! Terceira árvore – um quintal na frente de uma casa. Nova rua e algumas árvores pequenas aqui e ali, na calçada. As casas

aqui são mais altas, de 3 a 4 andares. As grades separam, delimitam, mas ao mesmo tempo estabelecem relações de convivência. São espaços privados, protegidos, mas são também calçada. As pessoas se apoiam nas grades, conversam através delas. Quando estão dentro, neste espaço que não é nem rua nem casa, estão também fora. Um vazio me chama a atenção. São vigas cruzadas, uma escada, e nada abaixo ou acima. Apenas um acesso a outras casas, empilhadas e coloridas, atrás. Penso em tirar uma foto com o celular, mas os olhos curiosos e ao mesmo tempo desconfiados de um menino na bicicleta e um menino cabeleireiro me reprimem. Desisto da ideia. Muitos olhares indagam o que estamos fazendo com aqueles cadernos nas mãos. Não bastasse a cor da pele, a roupa e a cara de perdido, escrevemos sem parar. Muita gente caminha pelo meio da rua. Voltamos ao canal. Uma ruína guarda uma mangueira, coberta de trepadeiras, e só. Estamos cansados, escrevendo menos. Percebemos menos? Paramos aqui. 16:55



DERIVA II

29.05.2012 - Terça-feira. 11:30.

Saída: Cais da Ribeira

Regra: Seguimos sem regra.

Cais da Ribeira, faz sol.

Vamos atrás de um sanduíche e um suco.

A rua que entramos é calma, apesar do asfalto, mercearias, barbearias, farmácias...

Um ônibus passa e perturba um pouco a calma.

Obra, um caminhão, um grupo de turistas...

Fila de velinhos na barbearia, uma velhinha olhando da janela.

O dia está um pouco nublado e a luz branca e forte que reflete no papel me ofusca.

Entramos em outra rua, mais calma ainda, residencial.

Paramos numa lanchonete, portão amarelo, cadeiras amarelas, mesas e acessórios amarelos.

Pedimos um misto... demora... esperamos.

Uma senhora entra para comprar cartolina... cartolina?

Seguimos pela rua até uma praça, mais à frente.

A brisa que vem do mar sacode as copas das árvores e suas sombras criam uma ambiência agradável em toda a praça.

O ambiente é familiar. Pai e filho fazem um lanche. As mesas do bar do outro lado da rua se abrigam na ambiência agradável da praça, aqui.

Parquinhos, bancos, verde, sombra, pássaros, pessoas nos bancos conversando, pequenos comércios ao redor, varandas e varais.

Tranquilidade.

Ainda não encontramos uma regra.

Passa uma bicicleta, três cachorros... e um cavalo sem cela, com um menino no lombo.
Um homem observa o outro consertar seu carro.

Uma garotinha passeia com o cachorro, que se machuca e chora alto... de repente, pipocam pessoas das janelas das casas. Lembram os “olhos da rua”, de Jane Jacobs.

Qual a regra?

Seguimos em direção ao mar, atentos a alguma sugestão que indique uma regra.

Na esquina da praça, um largo e um bar.

Uma pequena rua de pedra e muitas garagens.

A brisa é agradável e ao fim da rua vemos o mar.

Muita tranquilidade... por aqui as pessoas andam sem pressa.

As casas se fecham pra rua e muitas anunciam “Garagem – não estacione! ”. Quase todas.

Num carro de som, Márcio Vitor convida para um pagode beneficente.

Barulho de obra, um barco na calçada.

Ao fundo, dois flamboyants enquadram a paisagem.

Ao chegar lá o mar nos domina. É arrebatador!

Calmaria total... silêncio. Nunca estive aqui.

Uma casa de shows, com imagens de cantores de pagode e muitos bares, todos fechados.

No fim de semana este lugar deve ser outro.

A Paisagem deslumbrante e o som do mar nos fazem querer ficar ali.

Som de mar, passarinhos. Dá vontade de entrar no mar e ficar ali, boiando...

Seguimos pela orla, rumo ao Bogari.

Grandes árvores, sombras, brisa do mar, silêncio e folhas secas pelo chão.

Vemos uma igreja, ao fim de uma transversal. Entramos ali.

Grades, garagens, duas casinhas antigas, pessoas falando dentro das casas, um bar, uma creche, picolé anunciado no portão da garagem.

As ruas são sempre calmas e todos andam pelo meio delas.

Uma moto me faz desviar. Um burburinho... É um bar. Bocão na TV.

Os carros de som que passam anunciam mais festas.

As placas de “não estacione” devem estar relacionadas com o movimento da praia, nos fins de semana. Os vestígios trazem uma outra ambiência, que mesmo não estando presente neste tempo, se mostra e tensiona a de agora.

A rua leva a outra praça.

Essa sombra, esse silêncio, a relação das pessoas com a rua e entre si põem no ar uma tranquilidade que remete a cidades menores, interioranas.

Sento no balanço pra observar. O tempo aqui é o da lentidão e nos adequamos a ele.

Bar, pizzaria, igreja, arrocha, parquinho e árvores. Sacos de lixo ao redor.

As casas são maiores, e transbordam os sons de suas tvs.

Menos gente nessa praça, menos sombra também.

Um casal namora e nos olha desconfiado.

Uma das casas ao redor da praça tem uma outra praça à sua frente. Na sua calçada, cacos de cerâmica e bancos de madeira e uma placa: “Praça da Kafua”.

Um estacionamento chama a atenção pelas cores, plantas e placas que tem à sua frente.

Me animo pra uma foto, uma menina me encara decididamente, e inibe meu impulso.

O Lava-jato do Bob Esponja!

Aqui os carros cedem espaço aos pedestres, que andam devagar pela rua. Ditam o ritmo aos carros.

De novo, como no Uruguai, casas com ante-salas abertas pra rua, prolongando a calçada pra dentro de suas casas.

Casas de 3 e 4 andares, todas muito adornadas pelas texturas das cerâmicas e dos gradis. Muitas meninas voltando da aula do Colégio da PM.

Desde a praça que a rua é de asfalto, e só agora percebi.

Nos cruzamentos, comércio.

Nos deparamos com outro bequinho, muito simpático. Parece uma pequena vila. No acesso uma grade e lá dentro casinhas muito coloridas e com plantas nas portas.

Noutro beco, ninguém. Entramos.

Só fundos aqui, e mofo.

Dá no Bogari, de novo.

Arrebatador!

Calmaria, silencio, contemplação.

Quero molhar os pés.

Muitos barcos na água, na areia e na calçada.

Passa um, a remo, com dois pescadores.

Uma placa no acesso à praia “em memória ao saudoso Zé da Lama. Homenagem dos amigos do baba”.

Entramos em outra transversal.

Barcos na calçada e um longo muro pixado e alto ocupa todo um lado da rua.

Do outro, casas, lanchonetes, sorveterias em garagens, venda de água, lan house e lixo.

Saindo dela chegamos em uma muito mais movimentada, asfaltada e barulhenta.

Os ônibus passam perto e mudam bruscamente a ambiência das ruas anteriores.

É o largo da madragoa, confirmo com uma vendedora.

Um grupo de adultos batendo papo em cima de um parquinho de crianças, uma menina de trancinha azul e óculos xadrez tomando cerveja de canudo e escutando um rock no fone de ouvido, motoristas de ônibus conversando, moradores de rua, meninas do CPM, point do côco, banca de revista,

Todos buscam a sombra.

Precisamos voltar. Já são dez pra uma.

DERIVA III

31.05.2012 - Quinta-feira, 15:10.

Saída: Fim de linha do Uruguai/Alagados

Regra: Seguir tudo aquilo que tenha rodas (não motorizado)

Fim de linha do Uruguai muito movimento motos ônibus bicicletas carrinhos de mão. A regra é essa: seguir as direções que os carrinhos de mão indicam. Pagode no radinho, clima de vizinhança, não olham tanto, não me sinto estrangeira. Espaço Cultural Alagados no muro palavras relação com o mar um barco desenhado pessoas na porta. Crianças montando uma barraca com barras metálicas e uma lona sob o ponto de ônibus. Deve aumentar ainda mais o movimento mais tarde. Muitos cachorros deitados pela rua telhas empilhadas viram bancos do terminal no cruzamento barraca de côco bar mercearia cabeleireiro farmácia polícia. Muitos carrinhos na rua não sabemos qual seguir. O ritmo é intenso, dinâmico. Muito sol na rua esburacada muito cinza suja escala urbana construções e ruínas. Uma família ampliando uma varanda, duas crianças em outra empinando sacos plásticos como se fossem pipas. Carro de som calçada-vitrine calçada-escada bares mercearias confecções. As edificações são menos consolidadas que em outros lugares da península, a rua é menos cuidada e parece menos compartilhada como espaço comum, muito entulho nas portas das casas, ambiência de transitoriedade. Vamos seguir também bicicletas, e o que mais tiver rodas, não motorizado. Passa uma bike e entramos numa transversal. Mais estreita menos comercial muita gente andando aqui. Serralheria mercearia barulho de serra som de crianças através de uma parede homens tomando cerveja desbloqueio de celular. Excesso e sobreposição de sons e imagens. Outra bicicleta, seguimos. Chegamos numa rua mais residencial. Aqui em Alagados as pessoas olham menos, parecemos menos estranhos, quase todas as casas têm comércio ao nível da rua. Oficina mecânica consertos na rua igreja padaria lanchonete casas de 3 e 4 andares. As pessoas mais desviam o olhar do que olham. Lan house centro de beleza crianças campinho na rua carros detonados barulho de obra de carro de som lixo varais oficina de bikes

venda de fogos. Um homem sentado num banco pinta a grade de entrada do que parece ser sua casa e lá de dentro uma mulher conversa com ele. Passa uma caminhonete, vendendo e anunciando redes. Uma casa rachada ao meio! Duas meninas fazendo comida com terra, dois meninos dividindo um velotrol, um outro consertando sua bicicleta na calçada e três rapazes conversando sentados no passeio. De uma casa, cinco ou seis mulheres sentadas no quintal, conversam e olham, desconfiadas, por detrás de uma cerca. Em 3 casas, 4 antenas de tv a cabo. Vizinhos conversando no meio da rua nas calçadas das sacadas dois meninos brincam de helicóptero uma jovem arrisca andar de bicicleta com um bebê no colo cinco marmanjos sentados encostados num muro conversando e olhando em nossa direção. O muro encerra a rua, viramos à esquerda.

Voltamos ao fim de linha do Uruguai

O sol castiga. Seguimos por uma das ruas principais, em outra direção. Carros ônibus motos caminhões casas numa praça homens olham e comentam. Intimidam sem pudor. Casas coladas de 3 andares ferro velho deposito de latas estofaria sofás na rua sala na calçada. Quadra grande campo de futebol crianças jogando uniformes professor varal no alambrado. A torcida dos “reservas” grita animada. Uma rua estreita se forma entre o alambrado e as casas ao redor, de onde se prolongam vários becos estreitos. Escola de futebol do Cruzeiro: aqui nascem os campeões. Sentamos um pouco em frente ao campo. Bar do Nenga cachorros jovens senhores e crianças assistindo um menino lixa geladeiras na rua em meio a outras geladeiras fogões sofás restos de camas e lixo. A fachada ao lado explica: é o bazar Rei dos Reis, que reforma e revende. À frente, a rua do canal, que conhecemos. Seguimos para a direita, pra onde vai uma bicicleta. Muitos carros som de reggae DVD pirata galinhas pintinhos manequim negão num barraco mais de cem vassouras de piaçava. Nas transversais, sempre com muita gente fora das casas, conversando, caminhando. Num largo, uma árvore e senhores jogando dama, isolados do barulho por um caminhão. Um passarinho na gaiola troca assovios com outros, soltos. Nas transversais, sempre muita gente nas ruas, caminhando, conversando. Mais à frente, uma feira de rua desmontando fios cruzados riscando o céu Feirão Center

Hiper Carnes Menininho amendoim sujeira plantas pimentas milho e um menino, soltando alto uma pipa, que já quase não se vê. Segura sem esforço a linha, conversando com os amigos, sentados numa barraquinha, balançando os pés. Paramos para comer numa padaria. Já estamos cansados. É muita informação! Um rapaz entra de bicicleta na transversal ao lado. Entramos. De um lado uma espécie de galeria comercial com lojas de todo tipo e frutas na calçada. O outro é todo ocupado pelo muro alto e com cerca elétrica do Centro de Encontro de Pastorais. Nada convidativo. Pelas paredes, postes e muros, pipocam anúncios de venda e aluguel de imóveis. Estamos cansados e decidimos voltar ao fim de linha. Pequenos becos anunciam com placas informais seus nomes e ceps. Buraco na mesa do bar casa pintada de verde limão crianças brincando um homem pintando um carro senhores sentados na porta de casa olhando a rua através das grades. Andamos tranquilos, apesar dos olhares desconfiados. Uma travessa sobe em ladeira. Estranho, para um lugar plano como Alagados. Homens jogando cartas numa varanda, fechada em grades. Meninas sentadas na calçada “que horas são?” diz uma delas. Vejo que é um menino. “Estou sem horas”. “Oxe, pensei que você era espanhol”. Voltamos por onde viemos. Um dominó num barzinho e um rapaz lá dentro, dançando ao som do reggae. Pela fresta de um beco, o canal que passamos, do outro lado.

Muita densidade, muita simultaneidade, muito escapa ao registro e à percepção. Estamos cansados, confusos, assoberbados pela multiplicidade deste lugar.

DERIVA IV

01.06.2012 - Sexta-feira. 16:28.

Saída: Igreja da Boa Viagem

Regra: Casas verdes definem a direção

Um vazio Largo da Boa Viagem. Nosso ponto de partida. Chove um pouco e atrapalha, por causa dos cadernos. Nos abrigamos sob uma árvore pra esperar passar e pensar numa regra. Não chegamos a nada, e decidimos deixar aparecer no caminho.

Aqui, tudo calmo, vazio. Um movimento maior no ponto de ônibus, de onde também vem o som do trânsito, invadindo esse silêncio.

Uma vendedora de jogo do bicho sob uma árvore densa, protegendo-se da chuva. Algumas poucas pessoas no ponto de ônibus, duas lanchonetes, uma banca de revistas. Deve encher mais tarde.

Seguimos por uma rua até a primeira esquina. Decidimos entrar em todas as ruas que aparecerem. Tendo duas, entramos nas que tiverem uma casa verde. A chuva parou.

A rua que entramos é residencial e tem casas altas, de 4 e 5 andares. Duas mulheres conversam na calçada, outras duas observam nossa movimentação, da janela. Um homem sai de casa e se prepara para sair de moto. Um silêncio, uma tranquilidade., alguns ruídos de dentro das casas, uma barraca de sorvete fechada, carros estacionados. Uma família nos olha da varanda de casa, curiosa.

Vemos que no final da rua há um beco, bem estreito, cerca de um metro de largura. Passamos rápido. Não temos medo, mas é desconfortável sua largura. Dá em uma rua muito larga,

asfaltada.

Apesar do porte, o movimento de carros na rua é quase nenhum. Um lado da rua é todo ocupado por grandes galpões com enormes portões metálicos. Um deles é um Colégio Militar. No outro lado, casas. No meio do asfalto, um baba.

Passa um carro, o baba para. Mas logo continua.

Daqui nem se percebe o beco de onde viemos. Outra rua estreita à direita, voltando de onde viemos. Nessa região não são comuns os espaços de transição, mas portas estreitas de acesso a várias outras. A relação com a rua é mais distante. Vê-se muitos medidores de energia, uma porta de grade e longos corredores ou escadas.

Uma casa se abre pra rua em uma varanda gradeada, enfeitada por uma arara. Parece real.

Sáímos numa rua maior. As casas tem cerca de 3 andares, são recuadas cerca de 5 metros da rua. São adornadas e parecem já estar ali há um tempo. No térreo, uma garagem ou uma loja, que vai até o limite da calçada. A rua é grande, movimentada e toda preenchida por comércio. Roupas, sapatos, pet shops, salão de beleza, barbearia. Numa transversal, casas mais antigas, comércio variado, acarajé na esquina. Um menino vende DVDs na calçada. “Tem do Caldeirão? Aquele que toca nas academias...”. As pessoas caminham pela calçada, desviando para o asfalto quando um carro interrompe seu caminho.

Entramos em outra rua, mais residencial, mais vazia. Num campo de futebol de areia, com alambrado, um jogo de futebol povoa a rua com seus sons. Ao lado, uma roda de dominó com alguns senhores espacializa a prática, com um toldo, uma mesa e quatro banquinhos de concreto. Um homem conserta um carro, ao lado, uma senhora reclama sozinha da vida e duas crianças brincam em uma varanda.

Um predinho residencial. Um terreno vazio, alguns barracos e lixo. Muito verde.

Muita tranquilidade. Só o som do futebol, das árvores e quase nenhum carro. O sol já está bem baixo.

Numa rua mais à frente, bem residencial, quase ninguém na rua. “Bem vindos a este hospício: aqui somos todos loucos uns pelos outros”, diz uma plaquinha na porta de uma das casas. No final da rua, as fachadas reluziam os raios dourados do por do sol. Lindo! Esquecemos a regra e vamos olhar. De um mirante vemos a Pedra Furada. Estivemos aqui outro dia. Voltamos pela rua paralela à que viemos. Casinhas de um lado e conjuntos habitacionais do outro. Crianças voltando da escola, 4 senhoras conversando na entrada do prédio. “Boa tarde”. Avançamos e nos deparamos com o campo novamente. Pegamos a esquerda, e seguimos em direção a uma rua ladeada pela contenção de uma ladeira. Silêncio, pouca luz e pouca gente na rua. Já é menos tranquilo e um pouco mais desconfortável.

Cruzamos a rua maior em que já estivemos duas vezes e seguimos por uma mais vazia, só residencial e cheia de muros altos, cercas elétricas e arames farpados. A ambiência aqui não é nada confortável. Um apito insistente e um cão latindo completam a ambiência incômoda. Uma criança bem pequena passa com a mãe comentando “essa rua é vazia?”. Já é noite e aqui é bem inóspito.

Chegamos em uma rua maior. Vemos a igreja do Bonfim à esquerda. Estamos longe?

Decidimos parar.



Caixa de Memórias

“O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias.”

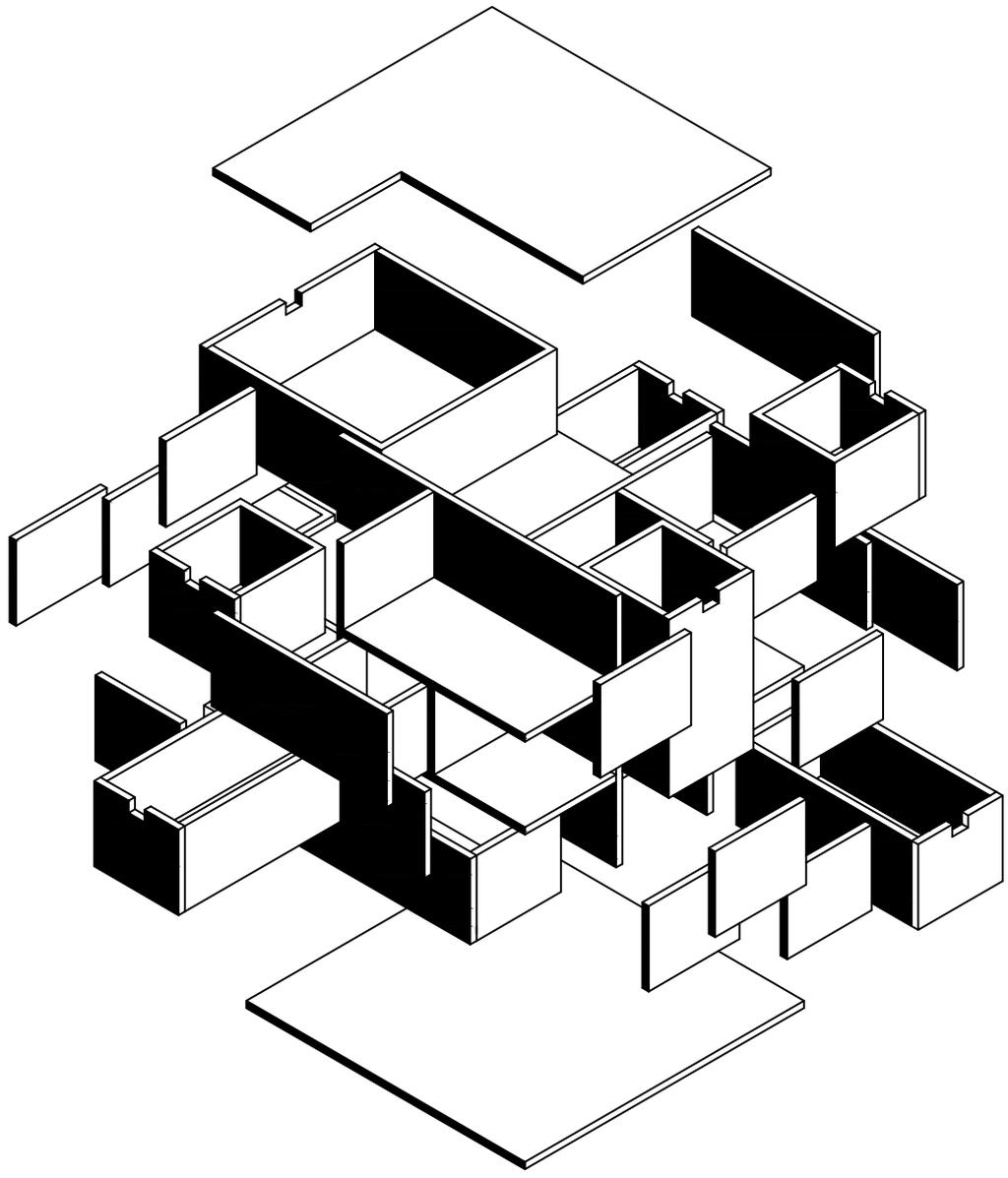
[João Ubaldo Ribeiro, Epígrafe do Livro Viva o Povo Brasileiro]

Nas primeiras aproximações que fizemos à Península de Itapagipe, no âmbito deste trabalho, buscamos nos perder em suas ruas – através das derivas – para encontrar outros indícios, menos visíveis à distância, do caminho a percorrer.

Alagados, Uruguai, Ribeira, Mont Serrat, Roma, Massaranduba, Bonfim, Boa Viagem, Dendezeiros, Vila Rui Barbosa e Machado são alguns dos bairros que conformam o que se entende por Itapagipe. Há neste conjunto heterogêneo uma forte noção de todo, composto por estas partes. A conformação geográfica de istmo pode ajudar a entender esta situação, pois configura um território cercado de mar por quase toda a sua extensão, exceto por uma única ligação com o continente. Mas cabe a nós entender também, de forma subjetiva, como isso se configura para as pessoas que habitam este espaço.

As derivas realizadas em pontos esparsos do território da península ativou em nós uma percepção muito forte das diferenças que compõem esse todo e, principalmente, da sua relação com o tempo. A ocupação da península é marcada pela sobreposição de diferentes processos históricos, até hoje fortemente presentes em sua paisagem. As igrejas, as antigas casas de veraneio, os grandes galpões industriais abandonados, as áreas mais consolidadas, as ocupações mais recentes, todos compõem uma paisagem diversa e cheia de vestígios. Assim, a busca por uma compreensão dos processos históricos que se acumularam ao longo da sua ocupação, bem como a sua sedimentação na memória dos seus habitantes, nos pareceu o caminho que fazia mais sentido seguir.

A história “oficial” de um lugar fixa um saber coletivo e assume um discurso de verdade. Funciona como dispositivo de poder, pois é sempre a expressão de um discurso a partir do ponto de vista de quem o escreve, e normalmente, servem aos interesses do poder hegemô-



nico. Como lembra Abreu (1998), os edifícios que subsistem numa paisagem como testemunho da história são, estes também, expressões de um poder hegemônico, na medida em que as classes mais poderosas foram as que, ao longo da história, construíram os objetos mais duráveis. A história oficial, além disso, considera a sua suposta objetividade uma vantagem sobre a memória, que é indiscutivelmente subjetiva.

A memória de um lugar conjuga o conjunto de memórias individuais acumuladas pelos seus habitantes e compartilhadas socialmente, construindo o que se pode chamar de memória coletiva (HALBWACKS, 1990, apud ABREU, 1998, p. 84). Esta memória, como a individual, caracteriza-se como um acúmulo dinâmico, que se metamorfoseia, descartando o que não mais faz sentido para cada grupo social em seu tempo. É viva, ao contrário da história oficial, que procura fixar de maneira cronológica e linear um encadeamento de fatos.

O processo histórico de ocupação da Península de Itapagipe é marcado por um acúmulo de diferentes tempos e lógicas sociais em seu território, quase sempre coexistindo com as pré-existentes, ao invés de substituí-los. Diferentemente do que aconteceu no centro de Salvador, onde sucessivas reformas urbanísticas foram implementadas ao longo de sua história, no intuito de modernizar a cidade. A península, por sua ocupação lenta e rarefeita desde a fundação da cidade até meados do século XX, tem seu território ocupado em diferentes momentos, configurando uma paisagem onde coexistem, simultaneamente, diferentes “mundos”, como podemos perceber na citação abaixo:

“Na Penha existiam estaleiros para a construção de grandes embarcações ou de fragatas. No sítio do papagaio encontravam-se os alambiques para destilar a cachaça, e numerosos lugares onde se encontrava o pescado. No Porto do Bonfim havia uma fábrica de vidros e nesta freguesia, durante o século XIX, instalaram-se algumas das primeiras fábricas de tecidos. Na Ribeira de Itapagipe o povo podia atravessar, em barca, de um lado para o outro, procurando a terra firme do subúrbio, sendo animais também aceitos neste precário meio de transporte. À Penha dirigiam-se os romeiros em busca da capela do Bonfim, demonstrando

sua devoção nas esmolas generosas, cera e azeite, contribuindo para o patrimônio da igreja. Junto a esta surgiam as casas dos romeiros, todas iguais, que lhes serviam de agasalho, no tempo que passavam em local tão longínquo da cidade”. (NASCIMENTO, 1986, apud CARDOSO, 2004, p. 84).

Lugar de veraneio, de peregrinação religiosa e de festas de largo; pólo industrial; subúrbio adensado crescendo em direção ao mar, sobre palafitas; praia e ponto turístico. Este conjunto heterogêneo é o resultado da coexistência destas ambiências, acumuladas ao longo da história da península e presentes hoje, seja de maneira viva nas práticas sociais, ou por sua presença latente nos edifícios abandonados e no imaginário das pessoas.

A ideia de memória coletiva, enquanto algo que se redefine constantemente no presente, está contida no que Lina Bo Bardi chama de “presente histórico”. No pensamento de Lina, passado e presente acontecem ao mesmo tempo. A história é vista como algo vivo, “um passado que não se aprende academicamente, mas na vivência de cada um, um passado então que é possuído – enquanto apreendido – por meio do confronto e da ação” (OLIVEIRA, 2006, p. 354).

A memória entendida como um acúmulo dinâmico de fragmentos, também é encontrada em sua obra, como nos mostra Oliveira (2006):

“(…) enquanto relato, a obra de Lina se articula por lacunas, vazios, silêncios. A fragmentação característica do relato rende-lhe uma homogeneidade feita de elementos heterogêneos e às vezes até contrários. Desse modo, à imagem do relato constrói uma espécie de ‘ordem coador’; ‘por toda parte furada e cavada por elipses, variações e fugas de sentido’. Esses elementos estão justapostos como numa colagem cujas relações não são pensadas e formam, por esse fato, um conjunto simbólico. (...) Peças que flutuam num “tempo empilhado” e não homogêneo.” (OLIVEIRA, 2006, p. 354)

A coleta de dados históricos, aditiva e linear, compondo uma síntese harmônica (BENJAMIN, 1994, p. 231) do processo de formação e consolidação da península, pouco nos ajudaria neste trabalho. Estes dados, encontrados nos livros históricos, nos serão úteis na medida em que estabeleçam relações com as memórias das pessoas e dos lugares que iremos abordar. Serão partes de um conjunto heterogêneo, tal qual é a memória e também o que se entende por Itapagipe.

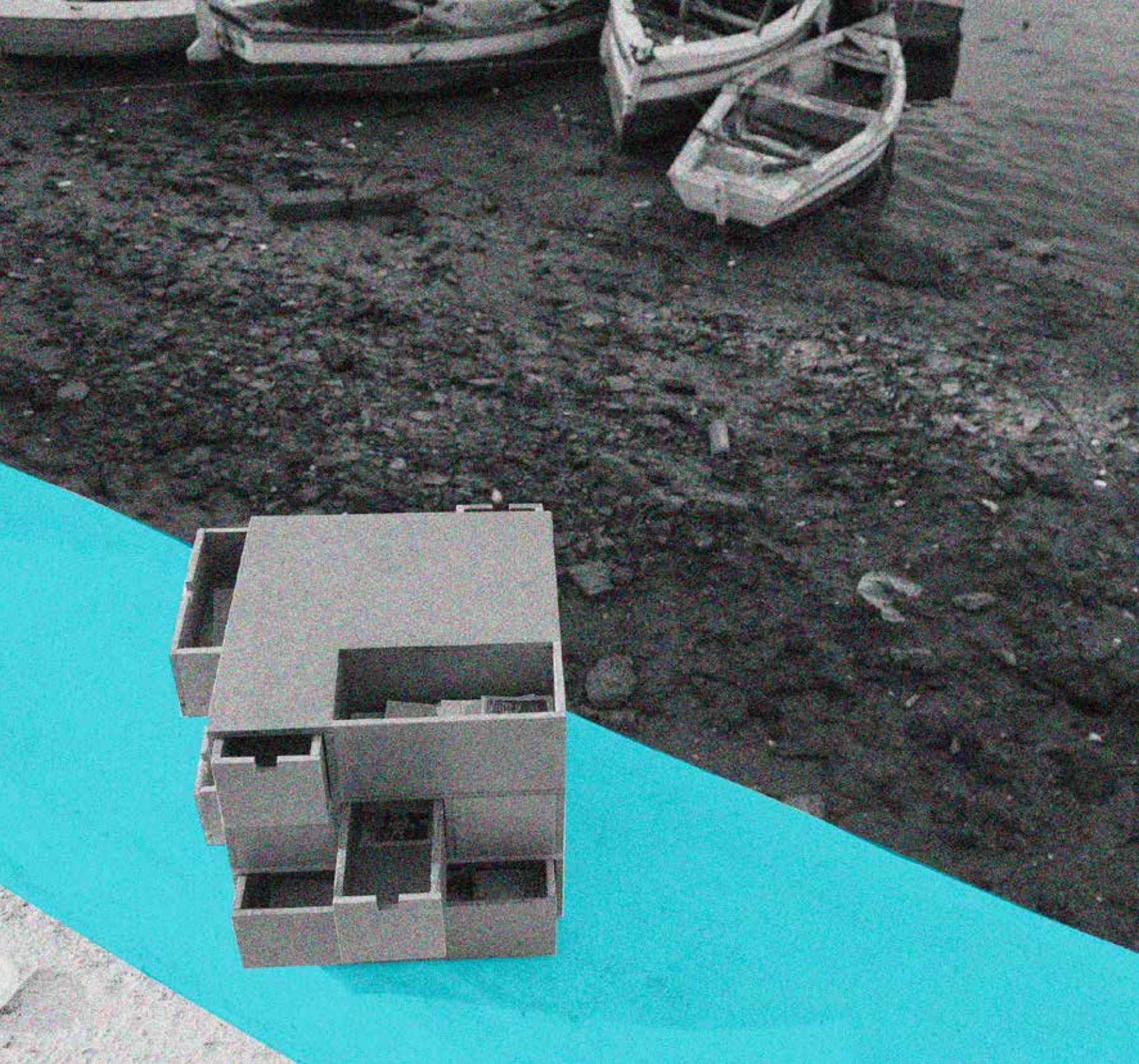
A potencialidade deste relato histórico, para nós, reside justamente na pluralidade do seu discurso, na multiplicidade dos pontos de vista, mantendo as suas contradições e estabelecendo conexões entre eles. A referência formal está, assim, mais ligada à diversidade e ao fragmentário do que à síntese e à unidade.

Cabe ressaltar também que este relato será apenas uma versão, a nossa, ficcional como todas as outras. Uma tentativa de articular os fragmentos de memória que conseguirmos obter, de forma a compreender melhor o emaranhado de referências de memória e a complexidade da sua rede de conexões.

Tática de Aproximação



Para levar nossas questões à rua e tentar estabelecer trocas com os moradores da península, faltava-nos uma tática. Chamamos de tática a ação, definida por Michel de Certeau em seu livro *A invenção do cotidiano*, em que é possível estabelecer uma relação de troca com o outro, estando esta determinada pela ausência de poder, pela astúcia e pela hábil utilização do tem-





>> Acima: Esquema com as etapas de montagem da Caixa de Memórias, executada em peças de mdf (6mm), encaixadas e coladas. As primeiras peças, encaixadas, formam o "miolo", seguindo-se ao fechamento externo e ao encaixe das gavetas.

po. Para isso, procuramos desenvolver algo que fosse ao mesmo tempo tática e tradução da experiência, um objeto que fosse se construindo à medida em que a ação ia sendo realizada.

O objetivo era somar as informações que havíamos coletado com a pesquisa bibliográfica às memórias dos habitantes, de maneira a compor um conjunto heterogêneo e fragmentado de histórias que se acumulam nesse lugar. A ideia de acúmulo era importante. Com a ajuda das pessoas que conversamos seria possível reunir, confrontar e relacionar as memórias que conseguimos juntar.

Pensamos então numa caixa, com diferentes gavetas que pudessem guardar as memórias de forma desordenada. Estas viriam em forma de cartas coloridas, com imagens e palavras que ajudassem, ao longo das conversas, a reavivar as lembranças dos habitantes, estimulando o



surgimento de novas memórias. Desta forma, a cada conversa realizada, as memórias coletadas iriam se somando às existentes.

Esta etapa do trabalho inicia o nosso primeiro contato com os habitantes da Península de Itapagipe. Uma etapa importante pois estabelece as primeiras trocas, os primeiros diálogos e as primeiras aproximações com as pessoas que nos ajudarão, ao longo deste trabalho, a pensar interferências possíveis neste lugar.

Ao final desta ação, o conjunto das cartas reunidas na caixa é a própria história que reunimos e que temos para contar deste lugar. Processo e produto no mesmo objeto, formando um conjunto heterogêneo, fragmentário e misturado de falas, memórias, histórias e imagens. As leituras que se fazem desse conjunto e as relações que se estabelecem à medida que se lê são diversas e variam de acordo com seu leitor. Uma história contada em pedaços, sem síntese ou análise. Apenas as histórias de um lugar, expostas e abertas à livre leitura e apropriação de quem queira juntar, à sua maneira, as partes desse todo.

Veja, nas páginas a seguir, as imagens de algumas das cartas que conseguimos juntar ao longo deste processo.

>> Acima: Imagens das conversas com moradores da península durante a realização da tática de aproximação.



...o caso meu por fazer
barco e vendia para as pessoas.
Ele só entregava o barco ao dono
depois de acompanhá-lo, no mar, na
procissão do Bom Jesus do Passo.



Isso aqui era tudo água, rapaz! Era
tudo água! Na época de maré cheia,
o maré de maré, a água chegava
até a linha do trem! Tudo aqui -
essa região toda aqui do Uruguai -
era água, era maré!

CAMINHO DE AREIA



...ória de Itapagipe
...nta quem procurar
...suas igrejas, monumentos
...ntigas mansões de veraneio
...o seu forte, suas festas
... Nas fábricas abandonadas

Eu nasci e me criei aqui na Ribeira.
A gente mora aqui no areal e vinha
brincar aqui.
não troco nem
não quero ni
sangue.

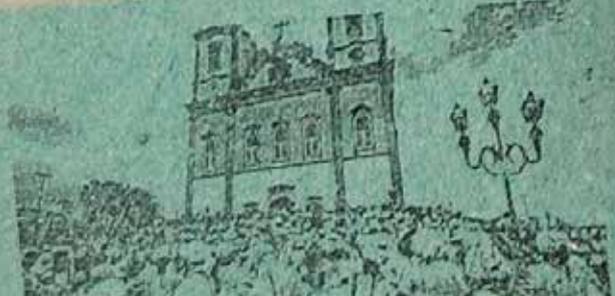
As palafitas
A resistência
As experiências acumuladas
passado presente na memória

...ão ao Bonfim
... galeota do Bom Jesus

As casas aqui da vila eram to
iguais. Eu que construí essas
novas aqui, conforme a gent
precisando de mais espaço. E
... por isso aí tudo

A paisagem da península
É uma memória insistente
De um passado que já não exist
Mas que resiste emir em

MASSARANDUBA



GO DE ROMA

A paisagem da península
É uma memória insistente
De um passado que já não existe
Mas que resiste emir embora

...os de Veraneio. Tinha até uma que era Getúlio Vargas.

Tinha muita fábrica aqui. O cheiro era forte. Eu acho que foi por isso que tiraram as fábricas. Porque o cheiro era muito forte. Incomodava as pessoas.

MASSARANDUBA

ESTAÇÃO DA CALÇADA



Do quintal da nossa casa a gente via as máquinas da Fábrica L. Fátima trabalhando. De junto a lojinha dela. Minha irmã me comprou muitos lençóis de linho bom ali.

Pedaco de terra dividido ao meio
Por um caminho que antes era de areia
Pois só de um dos lados o mar é um limite

Eu vendia caldo de cana lá pro Ribeira e aí no campo do campeonato...

Teatro de Atores Sociais

A tática da Caixa de Memórias nos colocou pela primeira vez em contato com moradores e praticantes dos espaços da península. Nas suas falas, mais do que memórias, emergiram questões atuais importantes, que apontavam para o prosseguimento das nossas atividades. Era importante investigarmos estes novos indícios e procurar nestes discursos as questões que nos levariam a entender melhor o lugar.

Percebemos também que as falas dos moradores, apesar de ricas em vivências e de um conhecimento profundo do lugar, não eram suficientes para entendermos as questões que eles mesmos colocavam. Ouvir apenas as suas vozes reduziria a percepção da complexidade destas questões e também corroboraria para a tendência a uma forma um tanto polarizadora com que nos colocávamos a princípio. Era preciso desviar, encontrar uma maneira de ampliar o foco e ver o problema sob uma perspectiva mais multidirecional e complexa.

O caminho encontrado foi o de escutar uma gama mais ampla de atores sociais influentes de alguma forma na construção daquele território. Baseados na experiência de pesquisadores do LAA (Laboratoire Architecture/Anthropologie, Paris-França), particularmente o trabalho “Avoiding Images – A play for thirteen voices” de Alain Guez e Sandra Parvu, partimos para a coleta de falas com a intenção de posteriormente tentar simular um diálogo entre elas. Buscamos 5 categorias principais: Habitante, Movimento Social, Arquiteto/Urbanista, Empresariado e Estado. Quando foi possível, obtivemos mais de um ponto de vista dentro de cada uma delas.

O diálogo construído a partir das falas obtidas busca fazer emergir os conflitos e confluências entre os discursos, relacionando-os por temas maiores, que fomos identificando durante os cruzamentos. É também uma forma de colocar estes discursos em um formato que possibilitasse a sua leitura cruzada ou mesmo a identificação do que diz cada um, em separado. Era importante também que o texto pudesse ser lido e interpretado de diferentes maneiras, possibilitando uma visão mais diversa sob esta trama de desejos e forças.



Vale ressaltar que, embora baseada em depoimentos “reais”, esta é uma construção ficcional nossa e que o arranjo das falas não deixa de transparecer a forma como enxergamos o problema. Não é, por isso, isento ou imparcial, mas busca ser complexo e aberto a diferentes possibilidades de apropriação.

Como ressaltam PARVU e GUEZ (2012), “o diálogo desconstrói o discurso que acompanha a apresentação do projeto. Não é apresentado em um bloco, mas através de uma interação, e como não é colocado como algo finito, é mais passível de apropriação. Assim, todas as vozes se tornam mais frágeis, mais questionáveis do que numa conversa estruturada onde, se você não tem contra-argumentos, aceita o discurso como um todo e não pode fazer nada a respeito”.

Preservamos também o anonimato de cada ator, pois o que nos interessa aqui é a sua fala, o seu papel e o seu lugar neste jogo.

» Acima: Registros da etapa de cruzamento das falas e do processo de elaboração dos diálogos.

Os Atores Sociais



HABITANTE [hab]

[hab] RUA DO CANAL

Morador da rua Pedro Álvares Cabral, mais conhecida como “Rua do Canal”, uma das principais vias estruturantes da região conhecida como Alagados.

[hab] BOA VIAGEM

Família residente há mais de 40 anos na Vila Operária Luís Tarquínio, construída para abrigar os funcionários da Companhia Empório Industrial do Norte, hoje extinta.

[hab] URUGUAI

Trabalhava como marisqueira na península e atualmente mora no Uruguai.

[hab] AREAL DA RIBEIRA

Os dois entrevistados trabalham como guardadores de carro na orla da Ribeira e residem no Areal da Ribeira. São “nascidos e criados” na região e se identificam como moradores da Ribeira.

[hab] RIBEIRA

Duas irmãs residentes do bairro da Ribeira desde que nasceram. Cresceram em um casarão, vizinho a uma fábrica, que hoje sedia uma casa de eventos.

OBS: As informações obtidas para este trabalho foram coletadas em entrevistas com cada um dos atores, exceto o ator “Empresariado”, pois não houve sucesso nas tentativas de interlocução. Para este caso foram usados trechos de textos disponíveis em seu site <www.fundacaobaiviva.org.br> e da carta enviada pela mesma à Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, publicada no portal on-line do Jornal A TARDE em 02/03/2010 <http://atarde.uol.com.br/noticias/1402297>.



MOVIMENTO SOCIAL [mov]

[mov] REDE CAMMPI

A Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe é um movimento independente organizado por lideranças comunitárias de entidades que atuam na região da Península de Itapagipe. Hoje a Rede CAMMPI funciona como um conjunto de associações de moradores, artesãos, pescadores, marisqueiras, assistência à criança e à família, grupos culturais e religioso, tendo como missão “contribuir para o desenvolvimento sustentável da península”.



ESTADO [gov]

[gov] ENGENHEIRO

Responsável pela execução de intervenções do Estado. Atualmente coordena as obras de execução de um projeto na região da Península de Itapagipe.

[gov] ASSISTENTE SOCIAL

Atua junto a associações de moradores, fazendo o intermédio entre suas reivindicações e o Estado. Foi convocada para dar assistência em um bairro da península onde estão sendo executadas intervenções que vêm causando transtornos e insatisfações aos moradores.

[gov] ARQUITETO

Trabalha no setor de projetos da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), onde vêm sendo articuladas uma série de intervenções ao longo de todo o Subúrbio Ferroviário, sendo parte delas em áreas da península.



ARQUITETO-URBANISTA [arq]

[arq] AMESA

Trabalhou por 12 anos (a partir de 1974) na AMESA – Alagados Melhoramentos S.A. – onde participou da elaboração e execução do Plano Urbanístico de Alagados. Esta foi a primeira experiência de implantação de uma política habitacional financiada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) que tinha como objetivo a urbanização de uma área favelada com a permanência da população residente.

[arq] NOVA CIDADE BAIXA

Integrantes da equipe que desenvolveu o projeto Nova Cidade Baixa, apresentado dentro do pacote de projetos doado à Prefeitura Municipal de Salvador em 2010 pela Fundação Baía Viva. O projeto, assim como os outros do pacote, foi retirado pela mesma fundação, após polêmicas em torno da sua relação com o poder municipal.



EMPRESARIADO [emp]

[emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Associação sem fins lucrativos, constituída por empresários do ramo imobiliário de Salvador. Volta as suas ações para a Baía de Todos os Santos, com enfoque maior nas suas ilhas, a exemplo da Ilha dos Frades. É presidida por Carlos Seabra Suarez e funciona na sede da sua empresa, a Patrimonial Saraíba.

■ [nós] ITAPAGIP3

A escolha da Península de Itapagipe enquanto objeto de estudo se deu principalmente pela multiplicidade de interesses contraditórios que existem sobre aquele lugar. Víamos um território complexo em sua configuração social e morfológica, carente de intervenções, rico em diversidade e memórias e muito cobiçado pela iniciativa privada. Buscávamos enxergar como a correlação de forças que atua na cidade configura suas redes de relações e como disso resulta a construção física e subjetiva dos seus lugares.

■ [mov] REDE CAMMPI

A gente entende que dentro do que a gente faz a gente gera muito conflito e a gente sabe, ideologicamente, o lado que a gente tá. O que que vocês querem fazer aqui mesmo? Isso vai gerar um produto pra nós aqui? Nós temos um lado, a nossa luta tem um lado.

■ [gov] ARQUITETO

Nossa área de intervenção vai desde Tubarão, lá em Paripe, até a Feira de São Joaquim, na Calçada. Intervimos em parques, basicamente no Parque São Bartolomeu; a via de borda, desde a Ribeira até Plataforma; urbanizações, intervenções habitacionais, além de mobilidade e equipamentos urbanos.

■ [gov] ENGENHEIRO

Eu sou engenheiro, eu toco obra. Me deram o projeto e eu executo, faço as alterações necessárias. Mas quando a população está insatisfeita eu tenho trabalho em dobro! Todo dia é gente no meu pé, reclamando disso e daquilo, porquê vêm em mim o representante do Estado. Mas eu não posso fazer

nada! Quando a coisa tá feita não tem nem como refazer, até porque a CAIXA [Econômica Federal] só permite que seja executado o projeto como foi aprovado.

■ [gov] ASSISTENTE SOCIAL

Eles não tinham uma pessoa que fizesse a interlocução com a comunidade. Estava tendo muita queixa da população com a obra então eles me chamaram pra dar este apoio. O pessoal lá se queixa muito de não ter tido uma intervenção social. Foi somente física.

■ [arq] AMESA

Logo que me formei eu trabalhava na secretaria de indústria e comércio na Bahiatursa – na coordenação de fomento ao turismo – fazendo um trabalho totalmente diferente. Eu tinha um amigo que trabalhava na AMESA, que tinha acabado de ser criada. Houveram vários institutos que nos anos 60 se dedicaram à questão de Alagados. A CEPRAL (Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados) foi o mais importante deles. O maior conjunto habitacional de Alagados foi construído pela CEPRAL. Depois veio a GEPAB (Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia). Houve um momento em que se percebeu que Alagados tinha que ser tratada como um todo, e que o seu grande problema era o manguezal, as condições em que as casas foram construídas.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Fomos contratados pela Baía Viva para fazer um plano, que a princípio não tinha um caráter pré-definido nem uma poligonal pré-definida. Era algo genérico que tocava a Cidade Baixa. A poligonal que saiu do Campo Grande até o início da

De maneira mais imediata, buscávamos um papel entre os atores sociais presentes na Península de Itapagipe e, de maneira mais ampla, queríamos construir uma reflexão sobre o nosso papel enquanto arquitetos-urbanistas e as possibilidades que temos de atuar neste e em outros jogos.

Suburbana foi uma poligonal que a gente definiu com muita liberdade. Uma primeira coisa que define esse trabalho é que fizemos ele com muita liberdade. Não havia pressões específicas “tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”. A única coisa que precisávamos respeitar eram os gabaritos dos edifícios.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Olha, a pessoa que poderia falar com o senhor eu te adianto logo que vai dizer pro senhor olhar no site. O pessoal aqui não fala nada não. Eu até gostaria de ajudar, mas é que a pessoa que tem alguma informação vai dizer isso, pra olhar no site.

■ [nós] ITAPAGIP3

Esta busca era, vemos agora, uma busca pelo nosso papel neste jogo/peça – as palavras jogo e peça (no sentido de peça teatral) têm, no inglês (play) e no francês (jou) o mesmo significado e nos interessa aqui esta ambiguidade, pois as noções de encenação e jogo se cruzam permanentemente neste trabalho. De maneira mais imediata, buscávamos um papel entre os atores sociais presentes na Península de Itapagipe e, de maneira mais ampla, queríamos construir uma reflexão sobre o nosso papel enquanto arquitetos-urbanistas e as possibilidades que temos de atuar neste e em outros jogos.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

[Diretrizes da Fundação] Criação de condições estimulantes para o surgimento de propostas locais de desenvolvimento econômico e social, no sentido de formação de capital social, e incentivo à habilitação técnica local, que podem ser alcançadas através de iniciativas inovadoras, ainda que circunstancialmente promovidas de fora pra dentro.

■ [mov] REDE CAMMPI

Tem um aspecto que é próprio de Itapagipe, que é essa coisa interiorana, da gente gostar de ficar por aqui, das pessoas ainda terem aquela coisa da conversa na casa da comadre, de sentar na porta.

■ [hab] RIBEIRA

A Ribeira hoje em dia é super diferente. Quando a gente chegou aqui a Ribeira parecia um lugar de fora. Nós morávamos lá na frente, num casarão que tem lá na praça e que era de meu pai. A casa hoje virou uma casa de eventos. Eu sei é que a Ribeira era muito melhor do que agora, viu? A gente botava

cadeira na porta da rua pra ficar conversando com as amigas, hoje em dia não se pode mais fazer isso não, só dá assalto, maconheiro e tudo quanto é coisa que tem aqui.

■ [gov] ENGENHEIRO

É um lugar bonito pra dedéu, mas foi muito mal ocupado. Se tivesse na mão de gente com dinheiro... Mas aqui o povo deixa ocupar tudo, de qualquer jeito, ninguém respeita nada.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

A Baía de Todos os Santos reúne uma exuberância de encantos naturais que poderiam facilmente qualificá-la como um dos mais requintados pontos turísticos do país.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Se queria mostrar não só que era possível requalificar uma área, que outrora fora uma das partes mais importantes da cidade, inclusive de qualidade paisagística, como também criar um paradigma e mostrar que seria possível uma outra cidade, diferente dessa que a gente vê aqui na orla atlântica. Isso era uma coisa fundamental. E isso foi algo que, para mim, tocou bastante e fez com que eu me jogasse neste projeto. Era um desafio importante e único.

■ [arq] AMESA

O momento foi atípico. Estávamos numa ditadura. Mas conseguimos criar um ambiente maravilhoso de trabalho. E de outro lado o governo nos deixou trabalhar sem interferências. Foram 12 anos lá dentro, entre projeto e execução.

■ [nós] ITAPAGIP3

Precisávamos encontrar o nosso lugar nesta rede de forças,

desejos e interesses, que se cruzam sobre a cidade, e particularmente sobre Itapagipe. Montamos o cenário, buscamos conhecer os atores e nos inserimos neste diálogo, encontrando em cada tema abordado algumas questões que nos ajudariam a seguir.

■ [mov] REDE CAMMPI

A relação que a gente tem com a cidade, muitas vezes, é de desconhecer. E isso às vezes assusta. Tem uma parte da população que tem medo da cidade. Os mais velhos e as crianças. A gente precisa fazer elas se apropriarem da cidade.

■ [hab] RUA DO CANAL

Essa semana mesmo eu saí daqui do Uruguai e levei uma hora pra chegar ao Tororó! Um engarrafamento desgramado, que começou aí da Calçada. Quando são lugares que eu posso ir de bicicleta, eu prefiro ir de bicicleta!

■ [mov] REDE CAMMPI

Como é que a gente pode frequentar o centro, ver uma peça, um show, se depois de onze horas, meia noite, não tem mais transporte?

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Numa das tantas conversas de cunho técnico que tivemos, viu-se a possibilidade de construção da bitola do trilho do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) ser igual à bitola do trem do Subúrbio, possibilitando a ida do VLT até Paripe. Então, o trem, que segrega bastante a cidade, seria substituído pelo VLT, que poderia resultar numa integração da cidade com um modal muito maior.

■ [hab] RUA DO CANAL

Eu queria que a Estação da Calçada caísse nas mãos dos japoneses. Aí sim ia funcionar! Uma linha de trem daquela ali dá dinheiro! Cê já pensou a população que tem na Suburbana tendo um transporte desses funcionando bem!?

■ [mov] REDE CAMMPI

Eu acho que tem uma intencionalidade política de deixar as pessoas dos bairros periféricos isoladas. A cidade é para poucos. Itapagipe talvez seja um pouco diferente por que o território tem uma rede de serviços que responde um pouco a esta comunidade. Mas, por exemplo, a juventude hoje aqui não conhece uma sala de cinema. Não tem acesso. É uma lógica perversa.

■ [hab] BOA VIAGEM

Eu vivia nos shows do Cine Roma quando era mocinha. Tinha Waldir Serrano... tinha uma porção de coisa boa que se apresentava lá. Todo artista bom da Bahia vinha tocar aqui no Cine Roma. Não tinha o Teatro Castro Alves, não tinha nada. Então era tudo aí no Roma. Hoje já não tem mais nada aqui. Cinema só no shopping.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Um pouco baseado na experiência colombiana, queríamos dar importância aos equipamentos ligados a lazer e cultura nas áreas mais carentes.

■ [hab] URUGUAI

Aquele Cine Roma era do Círculo Operário da Bahia. Meu pai foi sócio há anos. [O Círculo] perdeu tudo, foi à falência. Tinha tudo ali no Cine Roma. Tinha o SAPES, que era um

restaurante; tinha um colégio, tinha arte culinária. Tinha um lugar que celebrava as missas. O Cine Roma era o melhor cinema aqui da Cidade Baixa. Se voltasse a ter um cinema aqui ia ser ótimo.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

No Espaço Jequitaiá, que hoje é um espaço fechado, teríamos um grande equipamento com acesso público e o surgimento de uma nova Marina aí. Entendendo que uma coisa ajudaria a viabilizar a outra.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

[Diretrizes da Fundação] Apropriação de forma positiva de valores da história e da cultura da baía e sua utilização na geração de renda, por meio da produção de bens e serviços, (...) destinados ao Mercado nacional e internacional, e utilizando redes especializadas de distribuição.

■ [hab] AREAL DA RIBEIRA

No Uruguai tem mais cultura. Assim... o povo tem menos condições, as ruas são mais sujas... as pessoas tem menos educação, mas tem aquele pessoal do batuque, tem os grupos e tal. É mais pobre, mas as crianças tem mais coisas pra se ocupar, pra terem oportunidades.

■ [mov] REDE CAMMPI

Aqui [em Itapagipe] tinha em torno de 4 a 5 cinemas, um clube social, que acabou, o Itapagipe, muitas outras coisas. Acabou tudo, então a praia acaba sendo o único lazer pra todo mundo. E aí quem mora perto da praia fica virado no satanás, porque fica cheio de carro, de gente... mas se nem isso a gente puder ter...!

■ [hab] BOA VIAGEM

Final de semana a gente não tem lazer porque a praia enche. O point agora é essa Praia do Meio [entre as praias de Cantagalo e Boa Viagem]. Vem gente de tudo quanto é canto e colocam os carros aqui na porta da nossa casa. A gente fica sem ter onde colocar o nosso carro. E quando esse pessoal volta da praia é um inferno! Estão todos bêbados e ficam mijando aí na nossa porta.

■ [mov] REDE CAMMPI

A praia, na verdade, além de ser o único lazer, é também uma possibilidade de comércio. Termina que, hoje, toda a faixa de praia quem usa mais somos nós daqui [Uruguai, Alagados, Massaranduba, etc] ou o povo que vem do Subúrbio, da Liberdade, etc.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Tínhamos a premissa da abertura do mar. Essa área toda, tanto a Barão de Cotegipe quanto a Luís Tarquínio, salvo raras exceções, foi construída de costas para o mar. Pra você liberar essa visão e fazer dessa faixa contínua um uso público, você precisaria, necessariamente, fazer a desapropriação de todas essas edificações que colam na areia. E em grande parte são áreas fabris imensas, grandes vazios. Da Calçada até o Largo de Roma 85% das edificações e propriedades são comerciais ou fabris, depósitos, etc. Depois do Largo é que tem uma parcela maior de área residencial.

■ [arq] AMESA

Os alunos do meu atelier fizeram um trabalho com moradores daquela área de praia, que vai da Calçada até a Boa Viagem. O que eles descobriram conversando com os morado-

res, e que nos surpreendeu, foi que, onde a gente vê barreira, os moradores não vêm barreira nenhuma!

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

A beleza das praias paradisíacas (...) além da densa constituição histórico-cultural da região, contrastam com alguns poucos equipamentos à altura de sua potencialidade turística e que continuam resistindo como uma blindagem aos reais problemas que enfrenta.

Hoje já não tem mais nada aqui. Cinema só no shopping.

■ [hab] BOA VIAGEM

Eu passei minha adolescência toda aí na praia de Boa Viagem. Chegava de manhã e só voltava à noite. Víamos o pôr-do-sol, tocávamos violão com a turma daqui das seções [da Vila Luís Tarquínio]... Hoje é uma barulheira, confusão, briga. Aí a gente não vai. Invadiram nossa praia, literalmente! Quem vai mais são os adolescentes. Mas meu menino mesmo, se eu quiser levá-lo tem que ser seis, sete horas. Quando dá umas nove, nove e meia a gente volta, pois começa a chegar gente e invadir tudo.

■ [mov] REDE CAMMPI

Essa parte de cá é a parte dos pobres. A parte de lá é a parte turística, então não pode interligar uma com a outra. Fica essa parte daqui escondida, fazendo de qualquer jeito, e a parte de lá tendo intervenções pensando em Copa, pensando em atrair mais visitantes, mas que também são projetos de baixíssima qualidade, que não agregam muita coisa.

■ [gov] ASSISTENTE SOCIAL

Até quinta-feira a Ribeira é uma paz. Chega sexta a noite e a festa começa. Eles reclamam bastante dos ambulantes que vão para lá nos fins de semana. Reclamam do cozido que tem toda segunda-feira, que acaba dando tiroteio. Querem que acabe essa festa, onde tem o fim de linha... O grande problema dos moradores da Ribeira é esse transtorno do Final de Semana.

■ [mov] REDE CAMMPI

Quanto mais o nível de renda aumenta, menos a pessoa usa a península. Tem gente que vai andar no Dique, mas não anda na Beira Mar.

■ [gov] ASSISTENTE SOCIAL

Tem um grupo que quer que tire o fim de linha de lá da Ribeira. Tem outro grupo que acha que tem que ficar. Os moradores reclamam muito da zoadá, que final de semana não tem sossego... Da Ribeira sai ônibus pra tudo quanto é lugar que você possa imaginar, então quando chega final de semana o pessoal vai mesmo pra lá. Desce! Os ônibus chegam, tem gente demais, confusão...

■ [hab] BOA VIAGEM

Esse colégio aqui é um inferno [Escola Luís Tarquínio]! Vem gente de tudo quanto é canto. Eles gritam, brigam... É sapatona, é veado, é um inferno! Eu canso de chamar a polícia pra vir aqui e eles não vem... Aí já acabou a briga, um já deu facada no outro! Isso tudo por causa de quem frequenta o colégio... Povo de Massaranduba, do Uruguai... O pessoal daqui mesmo é uma tranquilidade.

■ [gov] ASSISTENTE SOCIAL

Aquela Casa de Shows ali na Penha é um transtorno. Não pela zoadá dos show, pois eles tem uma acústica boa. Mas por conta da entrada e saída do show. Eles param o carro em qualquer lugar, ligam o som nas alturas. Sai de lá 3-4h da manhã fazendo barulho... A Ribeira é muito apertadinha, não tem escala pra receber essa demanda.

■ [mov] REDE CAMMPI

O pessoal do lado de lá praticamente não vem pra cá. Só mesmo pra comércio, porque tem o shopping do Uruguai, tem uma feirinha... lazer quase a gente não tem. Mas a nível de cultura, que é o que a gente tem assim, eu quase não vejo o pessoal de lá, fora um ou outro. A nível de envolvimento

eu vejo que tem uma dificuldade deles com a parte daqui. A gente é que é muito mais ‘osado’. Você vai à Ribeira, você vê a galera toda daqui lá.

■ [hab] BOA VIAGEM

Eu vou ao Uruguai porque eu tenho um filho com um rapaz de lá. Então eu levo o menino pra visitar o pai. Mas é questão de entrar, deixar meu filho lá, e sair.

■ [hab] URUGUAI

Eu me sinto segura no Uruguai, mas não gosto de lá não. Gosto só no meio da semana, que é mais tranquilo. Final de semana é uma bagunça só! Mulher que briga com marido, marido que pega a amiga da mulher, mulher que pega o marido da outra, é uma agonia!

■ [hab] AREAL DA RIBEIRA

A gente frequenta todo lugar aqui. Tem muita gente que só fica do lado de cá ou do lado de lá, mas a gente anda em todo lugar. É muito diferente a parte daqui daquela parte ali do Uruguai, mas a gente vai lá também.

■ [hab] RIBEIRA

Aí dentro era muito perigoso... nessa invasão aí... no Uruguai, Jardim Cruzeiro, Areal... são os piores lugares. Meu filho mora na Mangueira e morre de medo. E olha que ele é policial! Andar fardado ali é perigo na certa. Ele não usa farda na rua.

■ [mov] REDE CAMMPI

O Caminho de Areia é um muro invisível, onde a parte de cá é tratada de um jeito e a parte de lá é tratada de outro.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Foi dentro desse escopo maior, motivados apenas pelo interesse público e sem qualquer tipo de inspiração outra que não fosse o bem para nossa cidade e seus cidadãos, que a Fundação Baía Viva liderou a iniciativa – arcando integralmente com a totalidade dos custos – de oferecer um projeto visando à requalificação de parte do trecho de Salvador voltado para a Baía de Todos os Santos, o que se adequa integralmente aos estatutos de nossa entidade.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Esse trabalho não era isso [o compêndio Salvador Capital Mundial], nunca foi isso. Esse trabalho era um trabalho para a Cidade Baixa. Não sabíamos de nenhum outro projeto que estava sendo feito, a não ser quando era divulgado pela mídia. E pode-se ver claramente que não há nenhuma conexão desse projeto com os outros apresentados pelo pacote Salvador Capital Mundial. O tal do Capital Mundial surgiu no fim do trabalho, como um esquema publicitário, juntando tudo que estava sendo feito, e a gente teve que engolir a seco.

■ [arq] AMESA

Pra mim é a velha lógica de valorização e expulsão. Eu não acredito nesse urbanismo. Eu não sou contra a torre, contanto que ela venha com infra-estrutura, avenidas, com verde, etc. Agora, ela vir sozinha? Salvador não suporta essa lógica de crescimento da cidade. Chegamos ao fundo do poço.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

A história da SEDHAM [Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, órgão da Prefeitura Municipal de Salvador] surgiu antes desse projeto [Nova Cidade Baixa]. Uma poligonal

de interesse de desapropriação tinha sido feita para esta área [Boa Viagem e Cantagalo], antes do lançamento do projeto da SEDHAM, causando aquele reboleço. Esse projeto [Nova Cidade Baixa] materializou, novamente, a imagem da desapropriação do projeto da SEDHAM.

■ [mov] REDE CAMMPI

Não houve nenhum contato da parte deles [de quem fez o projeto]. Primeiro foi o decreto, depois foi que apareceu aquele projeto dos ‘caixotões brancos’. Eu pensei ‘meu deus, vai ficar terra arrasada aquilo ali! Vai botar todo mundo pra fora!’. Até o hospital! Imagine derrubar um hospital daquele tamanho!

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

O Hospital Stº Antônio é um balaio de gato. Teve um crescimento muito desordenado. Pensamos um projeto e uma situação melhor. Era um projeto vertical com todo o aparato que um hospital deve ter. A ideia era levá-lo para antigo Terminal dos Carris. A Igreja de Irmã Dulce iria para a área do Hospital e onde hoje tem a Igreja seria retomada a função de cinema do Cine Roma, vinculado a um shopping, na área ao lado, onde hoje é o hospital.

■ [arq] AMESA

Os projetos para o “Salvador Capital Mundial” são projetos que não tiveram nada de experimentação. É o urbanismo de interpretação, o arquiteto chega lá e diz: “Vamos aterrar aqui.” E aí faz aquela orla bonita, aquele desenho de Autocad, de Revit. E em seguida você vê vários movimentos sociais reagindo à aquele tipo de intervenção, é uma coisa que vem de cima para baixo.

O Caminho de Areia é um muro invisível.

■ [mov] REDE CAMMPI

Teve um movimento grande da Boa Viagem quando foi anunciado o projeto. Até surgiu lá uma associação, que antes não tinha. Nesse sentido foi até bom, porque o pessoal lá precisa muito de organização. Eles vieram nos pedir ajuda. Agora menos, mas na época eles vinham todo dia.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Com a desapropriação da Barão de Cotegipe, que é majoritariamente comercial, transferiríamos essa função para outras áreas vazias e subutilizadas como o Manicômio do Estado, terrenos enormes que estão sem uso e uma madeireira enorme que estava sendo vendida. Esta dinâmica econômica, tão

Nosso objetivo sempre foi o de dar nossa contribuição à sociedade de Salvador e à Baía de Todos os Santos, ajudando a aprimorar a qualidade de vida e fomentando novas oportunidades de desenvolvimento.

importante para a península e para a cidade, não deixaria de existir. Seria transferida, deixando a função habitacional mais ligada ao mar e a comercial mais afastada. Isto tentava viabilizar tudo o que aconteceria daqui pra trás [da orla para dentro do continente], bloqueando o desenvolvimento do mercado imobiliário na região da Ribeira. Seria mais permissivo aqui na Boa Viagem e Cantagalo, que é uma área que aguenta mais, estancando este processo na Ribeira e possibilitando a implantação das “Cidades Sociais” nos bairros mais carentes, com equipamentos culturais e Habitações de Interesse Social.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Poucas localidades [da Baía de Todos os Santos] (...) dispõem

de um número razoável de hotéis, pousadas e restaurantes, embora, a maioria desses equipamentos misturados às dezenas de bares e iniciativas gerais do comércio informal, não esteja qualificada para oferecer um atendimento adequado aos visitantes.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Aquele projeto da SEDHAM, que veio acompanhado da desapropriação das casas da orla de Cantagalo e Boa Viagem, tinham torres espelhadas, terrenos fechados e cercados, garbaritos escolhidos aleatoriamente, sem pensar no impacto da paisagem com a Colina do Bonfim vista da Cidade Alta. Quisemos responder de outra maneira à essa pressão. As torres de 20 andares que propusemos, que seriam hotéis, elas nunca iriam obstruir a vista da Igreja do Bonfim a partir dos principais belvederes da cidade, segundo um estudo que fizemos.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Nosso objetivo sempre foi o de dar nossa contribuição à sociedade de Salvador e à Baía de Todos os Santos, ajudando a aprimorar a qualidade de vida e fomentando novas oportunidades de desenvolvimento. A Fundação Baía Viva é custeada exclusivamente com recursos privados e, sob diversos aspectos, constitui-se no sonho de muitos de nós que entendemos que empresários, empresas e profissionais liberais devem ter um papel ativo de responsabilidade social.

■ [hab] URUGUAI

Tem anos que eu ouço falar que iam derrubar tudo ali na Barrão de Cotegipe para transformar em orla. Se for para o bem da cidade, já era para ter feito. E se tiver que tirar o pessoal de lá, é só colocar em outro lugar. Eles fazendo e colocando os

moradores em outro lugar, eu concordo. Mas se não indenizarem os moradores, eu não concordo.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

O que está lá hoje não ficará [Praia da Boa Viagem e Cantagalo]. Claro que tem zonas muito delicadas, algumas ruas que tem uma população que está aí há muitos anos, gente que tem direito a esse território. A gente até discutia como esses moradores poderiam estar envolvidos com o projeto e condição de habitar isso novamente, com algum privilégio.

■ [hab] BOA VIAGEM

Desde pequena que eu escuto que vão desapropriar nossa casa [na Vila Luís Tarquínio]. Desde que ACM arrematou as casas da Caixa Econômica e doou pra gente que eu ouço essa história de desapropriação. Minha vó morreu com quase 80 anos, agoniada com essa história. Hoje minha mãe já tá com neto e ainda não tiraram a gente daqui.

■ [arq] AMESA

Foram estabelecidos alguns princípios de intervenção pelo GEPAB, e talvez o mais importante deles tenha sido a manutenção da população na área, permitindo apenas remanejamentos e não a relocação da população.

■ [gov] ARQUITETO

Quando é palafita é mais fácil fazer a remoção das famílias. Mas na falésia [no Mirante do Bonfim], existem casas de bom padrão em risco. É muito difícil chegar e dizer que eles precisam sair, pois estão em risco. A pessoa investiu naquele imóvel, então se faz um laudo de avaliação, desapropria e indeniza, mas é sempre um processo que não é rápido nem fácil.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Um dos modelos pensados para a PPP (Parceria Público-Privada) seria o seguinte: todos os proprietários não iriam ser desapropriados compulsoriamente. Num dos modelos possíveis, o proprietário teria a opção ou de receber o dinheiro da desapropriação ou de entrar com o bem dele como sócio participante, digamos assim, da parte Privada. E, de acordo com a participação dele ele ia atrás disso ou em unidade, em área, ou então ter uma participação financeira.

■ [arq] AMESA

Aquelas pessoas não tinham nada, então obrigar essas pessoas a entrar num plano de financiamento era muito difícil. E percebemos que tínhamos que mudar o projeto, mesmo sendo a fundo perdido o morador não conseguia entrar (o projeto previa a remoção de 7000 palafitas).

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Tínhamos áreas de Habitação de Interesse Social. Tinha uma próxima a Vila Operária na Luís Tarquínio e outra próxima ao Parque Linear que faríamos ali numa área da REFESA [Rede Ferroviária Federal S/A]. Quem teve seu imóvel desapropriado na intervenção da orla poderia ter facilidades na posse desses novos conjuntos habitacionais. Nossa ideia não era pura e simplesmente tirar essa população daí.

■ [gov] ARQUITETO

Em algum momento, em 2002-2003, quando foi definido o projeto de Alagados, houve uma escolha eu eu costume chamar de “escolha trágica”. Havia um número de palafitas muito grande. A tendência daí era você relocar para fora deste local. Mas boa parte das famílias tem uma vinculação, um per-

tencimento com a área. Elas queriam ficar, mesmo que isso significasse uma habitação menor.

■ [arq] AMESA

O que fizemos foi pegar a mão de obra local e fazer os loteamentos com os barracos, dando para ruas, para caminhos, criando ruas de pedestres. Além disso, o plano inicial não previa o capital já investido em cada barraco. Eles tinham um capital, que era o barraco deles. Porque eles não podiam pagar com aquilo? Começamos então a fazer avaliações dos barracos, estabelecer critérios de avaliação do que podia ser aproveitado. Nós criamos um banco de materiais – um barraco onde tudo era colocado – telha, madeira, etc. Havia uma união muito grande entre todos os profissionais, assistentes sociais, engenheiros, arquitetos, todos trabalhando juntos. Se a pessoa morava e era dono, ele ia para o novo barraco e trocava o capital dele que estava investido naquele barraco antigo e o material nós colocávamos no banco de materiais e distribuíamos para a população. Estávamos além de tudo isso distribuindo material de construção para quem ia construir.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

A primeira proposta tinha edifícios mais baixos do que a proposta final. Mas, na cabeça desses empresários do setor imobiliário, gente rica não mora em prédio baixo. Classe média não pode morar em prédio baixo.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Embora toda a extensão da baía seja considerada Área de Proteção Ambiental, o desordenamento das atividades sócio-econômicas e da preservação do seu patrimônio ecológico e cultural que se manifestam através da realidade do dia-a-dia,

vem solapando o ideal de desenvolvimento e respeito ao meio ambiente com crescimento sustentado, sonhado pelas populações nativas, veranistas, engenheiros, arquitetos e urbanistas que propõem ações inovadoras de revitalização.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Este tipo de ocupação proposta [em Cantagalo e Boa Viagem], que não são torres de 20 andares com grades e sistema de condomínio fechados, são prédios de 4-5 andares com comércio no pavimento térreo, atrairia, talvez, um outro tipo de população que não geraria uma segregação tão pesada quanto a população que mora no Corredor da Vitória ou Alphaville, por exemplo. Abrir esta orla significava, abri-la ao público que já a utiliza hoje. Não significava mudar radicalmente o perfil social, apesar da inserção de uma nova classe média no local.

■ [arq] AMESA

Eu me perguntava, poxa, essa população é masoquista? Tem muitos problemas e ninguém quer sair de lá. Só que as relações de vizinhança são muito intensas. Quando nós remanejamos as famílias para o conjunto de Santa Luzia, tivemos o cuidado de colocar as famílias que eram vizinhas juntas novamente. E depois eu ouvi o depoimento de pessoas lá dizendo, poxa, não mudou nada! Isso é preservação ou tábula rasa? E o que aconteceu no Pelourinho, que acabou com as relações sociais que existiam ali? Aquilo é preservação ou tábula rasa?

■ [gov] ARQUITETO

No Parque [São Bartolomeu] retiramos quase 400 famílias. Elas moravam dentro do parque. A prefeitura decretou de utilidade pública, mas nunca foi lá [conversar com essas famílias]. Aí a gente chega lá e eles dizem “Há 40 anos que a

gente espera por vocês, agora a gente não quer mais sair”. É complicado, mas se foi definido como parque... Parque tem hora de sair, hora de fechar e não pode ter ninguém morando, senão não é parque.

■ [mov] REDE CAMMPI

A gente vem travando uma luta, na tentativa de sensibilizar os gestores públicos de que precisamos articular as ações públicas pra que elas não sejam ações isoladas. Não existe articulação entre os projetos que são realizados, às vezes até dentro de um mesmo órgão. Fica uma coisa capenga ali, outra lá. As ações do Estado e do Município não dialogam entre si, cada um faz a partir do seu olhar de técnico. O cara pensa em fazer uma coisa em determinado lugar e faz. Quando vêm os órgãos financiadores com seus projetos, cada um quer fazer o seu pedaço. A gente precisa mesmo é de um projeto de verdade, que trate das questões de saúde, educação, cultura, habitação, etc, na península como um todo, pra por em prática. Não adianta ficar dando pincelada aqui, pincelada ali, deixando as coisas soltas.

■ [arq] AMESA

O CEPRAL decidiu que deveria ser formado um grupo para se debruçar sobre os problemas de Alagados, para desenvolver uma proposta geral para a área, ao invés de propostas pontuais.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

Todas essas solicitações [desconsideração das soluções elencadas e não incorporação das sugestões na legislação urbanística municipal] além da devolução imediata do projeto [Nova Cidade Baixa], tem como propósito deixar claro que

não temos qualquer tipo de interesse na implementação das medidas, que não somos beneficiários diretos ou indiretos das soluções ali expostas, repito, a partir de estudo técnico feito com absoluta independência por especialistas das mais variadas áreas e analisado por técnicos do Município. (...) Não poderíamos deixar que uma iniciativa inspirada pelos melhores princípios pudesse ser confundida e, em paralelo, envolvida numa trama de intrigas e desinformação.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

As grandes cidades que a gente admira, cidades exemplos de urbanização, de equipamentos fantásticos, do ciclismo, da pessoa a pé, elas não estão livres, elas estão mergulhadas num sistema imobiliário fortíssimo, em operações como essa [Nova Cidade Baixa]... Veja o exemplo do HighLine em Nova Iorque e o Parque Olímpico de Londres. Claro, essas cidades tem um controle social forte, um papel do poder público também muito forte, tem muito menos corrupção do que aqui...

■ [arq] AMESA

O GEPAB conseguiu sensibilizar o Governo Federal a fazer com que o déficit habitacional passasse pela urbanização de favelas. Foi uma coisa inédita, não existia dentro do BNH uma carteira de financiamento para isso, surgiu por conta da experiência de Alagados. Quando o GEPAB promoveu o concurso isso já havia sido conquistado, o presidente da República baixou um decreto de utilidade pública naquela área, que dava o direito àquelas pessoas de permanecerem naquele local, já que era território da União, era área de mangue, de Marinha (Nacional interior – de Marinha: contendo ilha, área dentro da faixa de 33 metros e mar). A desapropriação foi

uma desapropriação de foro. Foi cedido o domínio útil aos moradores e o decreto permitia somente o beneficiamento da população local – área de interesse social. Essa foi uma grande conquista. Tudo isso era novidade na época, era um abrir caminhos.

■ [gov] ENGENHEIRO

Existem prioridades políticas, prazos políticos, prazos técnicos, prazos de aprovação, de orçamento, de pegar verba que vai expirar... são muitas fases que se atropelam e na execução do projeto é que acabam explodindo os pepinos. Em países avançados, eles passam 5 anos projetando e 2 executando. Aqui você passa 1 ano planejando para executar em 10. Aí não tem dinheiro que dê!

■ [arq] AMESA

Tínhamos que compatibilizar as velocidades de aterro, velocidade de urbanização, velocidade de construção das casas, velocidade de negociação e a velocidade de remanejamento. Quando chegou na velocidade de execução das casas e na velocidade de negociação (comercialização) o projeto emperrou. Esse processo todo demorava demais.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Minha motivação era a de que esse projeto pudesse ser discutido com a população, de colocá-lo na mesa abertamente e tentar chegar num denominador comum, que dificilmente seria esse. A gente também esperava que a prefeitura tivesse uma força maior nisso, que tivesse a capacidade de discutir a cidade como um todo. Nenhum projeto, nos últimos 20 anos, pensou ou questionou qual possível ligação tem o Campo Grande com a Ribeira. E esse desenho mostra que sim, que a cidade precisa ser pensada nessa escala.

■ [gov] ARQUITETO

Depois de construído [um conjunto habitacional], a gente fez uma pesquisa com a UFBA e se verificou que o índice de violência fora da casa tinha melhorado, mas o índice de violência intramuros, violência familiar, tinha aumentado. Isto por conta do tamanho da habitação. As famílias estavam acostumadas a conviver fora da casa, os conflitos aconteciam fora da casa. A partir do momento que você dá uma habitação, com toda a infraestrutura, mas pequena, você confina as pessoas dentro daquele espaço. Isso provocou uma revisão deste padrão

Em países avançados, eles passam 5 anos projetando e 2 executando. Aqui você passa 1 ano planejando para executar em 10. Aí não tem dinheiro que dê!

habitacional. Este projeto foi construído com área limite de 33m². Agora, depois de 2007, houve uma definição que não se faz habitação com menos de 42m².

■ [mov] REDE CAMMPI

A nossa articulação, acompanhando o desenvolvimento de alguns projetos do Estado, em contato com os técnicos, nos fez perceber um novo conceito, que não era só da “casinha”. A gente construiu uma ideia de “habitabilidade”, em que você tem que se ver inserido em tudo. Aí foi que começou o nosso problema com o Estado, pois daí a gente não se contentava só com aquela casinha pequenininha que davam pra gente. Percebemos que, além da casa, eles tinham que dar o posto, a creche, a área de lazer, etc.

■ [gov] ARQUITETO

Além dos conjuntos habitacionais, geralmente são construídos outros equipamentos como praças, centros comunitários, quadras de esporte... Equipamentos locais. Mas equipamentos maiores também estão sendo pensados para esta área. Também é permitido o uso comercial nas áreas habitacionais, desde que não incomode a vizinhança.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Não estávamos de olhos fechados para o fato de que vivemos numa cidade extremamente dividida, de uma população que vive às margens, excluída, sem acesso a nada, sem acesso ao mercado do uso do solo, sem nenhuma capacidade de operar dentro desse jogo [imobiliário]. Isto pra gente era uma perspectiva. A grande diferença pra essas cidades que estou citando, é claro, lá muito mais pessoas tem acesso a esse jogo, podem brincar com ele... e possuem um poder público muito mais ativo.

■ [arq] AMESA

Eu tive uma experiência muito legal com Alain Guez [pesquisador francês]. Eu o levei em Alagados e chegando lá ele disse: “eu não estou vendo problema nenhum aqui?”. Ele ficou encantado com a arquitetura, com a forma como eles constroem as suas casas. A arquitetura é mais um processo do que uma forma acabada. Ele me disse: “O problema aqui é o Estado não dar manutenção, não cuidar das coisas, etc.”

■ [mov] REDE CAMMPI

Essa área da península é uma área de muita resistência. E ao longo dos anos, desde quando começaram as primeiras ocupações, a gente foi percebendo essa resistência da população. Na verdade, por não ter uma intervenção do Estado aqui, as intervenções que foram feitas, surgiram a partir das necessidades da população. E assim nós fomos percebendo que haviam formas de organização. Antes eram as associações, não existia uma rede, mas os presidentes das associações se conheciam e se articulavam.

■ [emp] FUNDAÇÃO BAÍA VIVA

[Atualmente encontramos] o paraíso descoberto por Vespúcio com inúmeros problemas produzidos pelo desordenamento de sua ocupação, como resultado da ausência de um planejamento que lhe permitisse enxergar um crescimento vocacional e auto-sustentável. Sua beleza natural convive com vários aspectos que degradam a relação do homem com o meio ambiente, principalmente os que envolvem a ausência de planejamento econômico-ecológico.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Se não houver um processo de negociação na cidade que bote

numa mesa essas forças, com a mediação forte do poder público, com interesse sincero de resolver as duas partes, de uma maneira correta, a coisa não vai pra frente.

■ [nós] ITAPAGIP3

Como é que podemos nos inserir neste jogo, dialogando e jogando com essas instâncias? É uma conjuntura complexa, uma rede em que o arquiteto é apenas uma parte e essa parte não tem, na maioria das vezes, um poder de influência muito grande nos processos. Por exemplo, num concurso de projeto, que é uma instância e uma possibilidade de participação em projetos na esfera pública. Se você quiser participar desse jogo, no mínimo você vai ter que atender as premissas de um edital, dar uma boa resposta para o que este edital pede. Quem está formulando as bases para este documento são técnicos do Estado, que também são arquitetos e, teoricamente, fazem isso de acordo com os interesses da maioria e com algum tipo de planejamento mais amplo para a área.. Mas a verdade é que estas iniciativas sempre seguem uma decisão que vem de cima, que muitas vezes está articulada com interesses privados e jogos políticos. Os projetos implementados pelo Estado atualmente, normalmente têm por trás ou um interesse eleitoral ou algum tipo de operação que visa, sobretudo, o lucro das empresas do ramo da construção ou da especulação imobiliária. E aí termina que nosso papel como arquitetos está subordinado a tudo isso. Ou somos os técnicos que têm que dar uma cara de planejamento às decisões arbitrárias dos seus superiores ou somos os arquitetos, que têm que propor um projeto que atenda ao que este edital pede. Então, como é que a gente pode chegar nesse meio, em que aparentemente o nosso papel está limitado a só propor um desenho que satisfaça o que já foi formulado, e mudar alguma coisa?

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Você só consegue a liberação visual e contato direto com o mar fazendo a desapropriação de toda essa faixa [Luis Tarquínio e Barão de Cotegipe]. Ganhávamos 15 metros de faixa de areia, uma via de carro e uma linha de edificações baixas (4 a 5 pavimentos) com comércio embaixo e um espaço que fazia a transição do espaço público para o privado, através da forma em “U” dos edifícios. Este espaço de transição era aberto ao público.

■ [hab] BOA VIAGEM

Na época esse arquiteto fez um projeto pro colégio, que não é o que está aí hoje. Era um projeto muito bonito. O professor disse que não ia fazer um projeto para as pessoas passarem e não verem, então mandou arrancar as seções [blocos de apartamentos] aí da frente. Muitos moradores morreram de desgosto por conta disto... Dona Lozinha mesmo teve que morar de favor com o irmão... foi ficando triste, depressiva e morreu de infarto. Algumas pessoas que moravam sozinhas acabaram dividindo a mesma casa. Quem tinha família, não teve jeito, teve que ir pra outro lugar.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

O arquiteto não tem o domínio do que vai acontecer com o seu projeto. Desde uma casa até um edifício, não tem como a gente ter um controle absoluto. Então toda nossa proposta estava passível de mudanças.

■ [hab] BOA VIAGEM

As casas aqui da vila eram todas iguais. Eu que construí essas coisas novas aqui, conforme a gente ia precisando de mais espaço. Eu que subi isso aí tudo.

Se não houver um processo de negociação na cidade que bote numa mesa essas forças, com a mediação forte do poder público, com interesse sincero de resolver as duas partes, de uma maneira correta, a coisa não vai pra frente.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

O dilema de fazer arquitetura é brutal. A avaliação do que é certo e do que é errado é muito dura. Quando você trata de uma intervenção de escala urbana em que você lida com vários interesses, você nunca vai sair puro, a coisa nunca sai redonda, não tem jeito.

■ [nós] ITAPAGIP3

Estamos num momento em que o poder privado tem conseguido de uma maneira tão forte planejar a cidade e interferir nos processos de atuação do Estado, que o Arquiteto/Urbanista se vê de mãos atadas. A qualidade dos projetos é cada vez pior. A lógica eleitoral exige construções rápidas, para se-

rem inauguradas publicitariamente, mas não necessariamente obras duráveis. Ao mesmo tempo, não há lugar para avanços tecnológicos, tanto porque o tempo de projeto é curto como porque a técnica construtiva arcaica do pilar e viga é a mais lucrativa para as empreiteiras, que são os maiores financiadores das campanhas políticas atualmente. Do mesmo modo, os processos participativos vão de encontro a esta lógica, pois são muito mais demorados, e não necessariamente resultam em projetos que servem como imagem para as peças publicitárias das próximas campanhas, e muito menos para a lógica de ação do setor imobiliário. Não há lugar para a inventividade, para a criação. Os maiores investimentos que se fazem neste sentido hoje são no campo da publicidade. Não precisa ser bom, mas apenas parecer que é.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Essas torres, à primeira vista, poderiam incentivar a verticalização dessa orla, mas, de certo modo, eu acredito no argumento contrário, de que quando você cria esses marcos paisagísticos, fica mais difícil ocorrer essa verticalização, pois eles cristalizam e consolidam uma situação que não pode ser alterada.

■ [arq] AMESA

Esse processo é diferente de uma megaestrutura, em que podemos prever qual será o resultado final. Em Alagados nós potencializamos a ramificação urbana, e elas estão lá até hoje, funcionando.

■ [gov] ENGENHEIRO

Meu trabalho é executar a obra. Mas muitas vezes o arquiteto faz o projetinho bonitinho dele pela base SICAR, projeta lá

de cima e não quer nem saber. Não vai lá, não faz um levantamento topográfico... agora está melhor, porque temos aqui uma equipe que compatibiliza e corrige alguns erros do projeto.

■ [nós] ITAPAGIP3

Pode ser uma saída possível pensar no que Ícaro [Vilaça] coloca em seu TFG [Cine-Teatro-Rua. Possibilidades para o fim de linha do Uruguai. UFBA, 2011], que acho que foi uma ideia sugerida por Silvana Olivieri: ao invés de intervenção, interferência. É uma questão de pensarmos se vamos simular uma ação projetual, que é o normal em um trabalho como esse, ou se vamos tentar realizar alguma de fato, uma ideia de testar os limites e as nossas possibilidades de atuação na cidade através do próprio TFG.

■ [arq] AMESA

Até então a minha experiência em favelas tinha sido praticamente nenhuma. Havia um distanciamento muito grande da Escola com essa realidade. O paradigma era o paradigma Moderno. Nós saímos daqui querendo ser Le Corbusier, querendo fazer grandes balanços, janelas em fita. E a minha experiência com a favela era de olhar e se perguntar: “Gente, e isso aí?”. Essa realidade não fazia parte da nossa prática.

■ [gov] ENGENHEIRO

Tem ali um terminal [de ônibus], mas o projeto imaginava aquele lugar só como passagem de ônibus, um lugar turístico. A pessoa que bolou esse projeto achou que a península era só utilizada por moradores e que de vez em quando descia um ônibus turístico pra comer um acarajé e ver aquela paisagem – que eu acho horrorosa, cheia de barraco, cheia de favela,

não suporto aquele negócio. Eu gosto de projeto moderno... não sou gringo, que gosta de ver favela, pobreza. Eu gosto de ver prédio bonito, espelhado. Tem turista que gosta de ir pra favela, filmar, tirar foto... agora, vai morar lá pra ver o que é bom pra tosse!

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

Cada um de nós enfrentou uma série de dilemas, de entender nossa posição profissional frente a esta “oportunidade”, de participar disso... E acho que cada um resolveu sua cabeça, dentro da vontade de fazer o projeto, pois se viu que era um grupo homogêneo, de pessoas que se conheciam, com arquitetos que já tinha passado por uma experiência semelhante aqui no Pelourinho nos anos 80 [Marcelo Ferraz, no Plano para o Centro Histórico, realizado com Lina Bo Bardi] e que traziam um pouco a perspectiva de como Lina via isso, de como Diógenes [Rebouças] via isso... essa intenção de projetar e resolver... É um pouco megalomaniaco, mas, embora tudo seja passível de críticas, a gente tinha essa perspectiva, que era alimentada pelas perspectivas desses caras que fizeram parte da nossa formação acadêmica, e que foram grandes heróis.

■ [mov] REDE CAMMPI

A partir de um determinado momento, conseguimos ter maior participação nos projetos sociais [do Estado]. Os projetos físicos é que nós sempre tivemos mais dificuldade de diálogo, porque os engenheiros e arquitetos ainda tem uma concepção de que a comunidade não pode contribuir.

■ [nós] ITAPAGIP3

Acho que uma possibilidade interessante que devemos con-

siderar é pensar o nosso trabalho como um instrumento de empoderamento da população, na luta pelas melhorias em seu bairro, uma instrumentalização, que os ajude a argumentar e pleitear com mais conhecimento e também a vislumbrar outras alternativas possíveis, que não apenas as que chegam pelas vias do Governo ou da iniciativa privada.

■ [gov] ENGENHEIRO

Teve uma parte do projeto que tivemos que mudar, uma pavimentação em frente a uma residência. Os moradores disseram que, primeiro, estávamos tirando a vaga de estacionamento dele; segundo, que aquilo seria um chamariz pra alguém colocar um toldo com uma baiana de acarajé, um isopor, uma grade de cachaça, etc. Fizeram um abaixo assinado para retirar aquela pavimentação dali e conseguimos mudar essa parte do projeto. A CONDER teve que pagar por fora essa alteração, pois a CAIXA já tinha aprovado o projeto e não admitiria tais mudanças.

■ [arq] AMESA

O GEPAB era coordenado por Wilson Angelim. Ele transpirava Alagados, foi morar lá no final do projeto. As grandes decisões foram tomadas nos bares, sobre as palafitas, era um grupo muito bom e foi uma experiência maravilhosa pra mim.

■ [arq] NOVA CIDADE BAIXA

A gente nunca foi lá [em Itapagipe] fazer perguntas aos moradores. Só recebi um feedback da população no dia da apresentação [do projeto Nova Cidade Baixa]. Eu fiquei junto dos painéis e vinham as pessoas olhar, e eu via que eram moradores, que começavam a discutir e ter um embate. Foi esse o feedback que eu tive de quem mora lá.

■ [arq] AMESA

As práticas urbanas chegaram no fundo do poço, até na cartografia você vê essa negação da cidade, a cidade parece que está por trás de um vidro fumê e o projeto ressaltado.

■ [gov] ENGENHEIRO

Até pra gente que vai executar o projeto, esse processo todo facilita demais. Eu executei um projeto que houve uma audiência pública. Isto pra mim foi um trunfo espetacular. Quando chegavam reclamando que não queria assim eu dizia logo que foi aprovado pela comunidade; “Ah, mas eu não estava lá!”, diziam! Não foi porque não quis, mas teve gente que o representou. Tenho a ata da audiência comprovando. Se a maioria aprovou, o projeto fica legitimado.

■ [gov] ARQUITETO

Antes, durante e depois, sempre temos um diálogo com a comunidade. Primeiro que a gente não entra numa área se não tem uma demanda. São vários locais de Salvador que demandam do Estado uma intervenção. Essa demanda pontua na priorização de que área você vai atender. A partir daí, fazemos uma série de reuniões para definir o diagnóstico e tudo isso é feito em conjunto com lideranças, reuniões de moradores. Nada é feito sem que exista uma participação. E nem por isso conflitos são minimizados. Sempre acontecem.

■ [nós] ITAPAGIP3

Nós três fomos pro Porto [FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto], que é uma escola absolutamente calcada no projeto, na construção. Adquirimos uma série de ferramentas lá que se complementam com as daqui, com esta vontade de incluir o outro e uma apreensão sensível da cidade

em nossas práticas de projeto. O desafio, acredito, é conseguir realizar projetos que incluam estes dois aspectos importantes. É sair das polaridades, dar espaço à importância da qualidade construtiva, plástica e espacial do projeto sem negar a importância da participação das pessoas e a inclusão dos seus desejos e subjetividades no processo.

■ [gov] ASSISTENTE SOCIAL

A gente tá fazendo uma proposta pra outra parte da cidade que a gente acha que é dessa forma correta. Teve o primeiro contato com a comunidade, tiveram as escutas para conhecer a comunidade, saber dos problemas que elas estão passando, ver o que elas querem... fazer oficinas para que eles entendam qual a transformação que tal equipamento pode oferecer... Se aquele equipamento é realmente necessário ou se é outro... Aí em cima disso você vai lá conhecer, correr, pra ver, tirar foto. Depois fazer as propostas [de projeto]. Quanto ao desenvolvimento dos projetos a gente não sabe se vai ser daqui ou se vai ser de fora. Mas ao menos traçamos parâmetros e diretrizes que quem irá fazer o projeto deverá seguir.

■ [arq] AMESA

Temos que ouvir o outro. Todas as favelas em que eu trabalhei são um poço de desejos.

■ [nós] ITAPAGIP3

Procuramos dar fala ao outro, mas não só aos que não a tem nos processos hegemônicos, como também aos que deles participam, pois consideramos fundamental cruzar o maior e mais diverso conjunto de falas que pudéssemos juntar. O resultado disso é uma reverberação que não só nos fornece o que esperávamos – uma percepção mais complexa das forças que atuam em Itapagipe – mas que altera a nossa própria percepção do que é este trabalho. As derivas, as memórias e agora os atores entrelaçam-se numa trama de percepções, memórias, desejos e forças, que identificamos e consolidamos em nós como conhecimento do lugar. O caminho até aqui nos dá o instrumental necessário para, no próximo passo, voltarmos à península (apesar de nunca termos saído), tentando encontrar em seus lugares as reverberações do que juntamos.



Apreensão, Interpretação e Síntese

As etapas de aproximação à nossa área de estudo fizeram emergir algumas questões importantes, que foram se acumulando e consolidando um conjunto de conhecimentos fundamentais para a atuação neste território.

As derivas levantaram os primeiros indícios. Nos revelaram um território amplo, muito diverso em suas ambiências, usos, conjunturas sociais e tipologias de ocupação. Em alguns lugares imperava uma sensação de calma silenciosa, que nos transmitia tanto tranquilidade – em vizinhanças com pessoas à porta das casas, comércios e praças – como apreensão – nos lugares onde as casas negavam sua relação com a rua, escondendo-se atrás de muros mais altos que o alcance do olhar. Em outros pontos, uma cacofonia de sons e imagens, uma profusão caótica de estímulos que nos sobrecarregava, dando a sensação de que não conseguíamos apreender grande parte daquelas informações. E por toda parte muros. Enormes trechos de muros delimitando galpões ou escondendo ruínas e terrenos baldios, entrevistados por suas frestas ou por sobre eles.

Percebemos, andando pelas ruas de Itapagipe, os vestígios de uma história que precisávamos investigar. Era muito forte a presença destes grandes edifícios do passado em toda a península. Em sua maioria abandonados ou subutilizados, interferiam de forma significativa nas ambiências que vivenciávamos. Descobrimos um importante passado industrial e uma história que se acumula a cada ciclo, deixando presentes os testemunhos do passado, mas não através da sua transformação e atualização, e sim do seu abandono, permanecendo na paisagem como símbolo de sua decadência.

Fomos buscar a relação das pessoas com essa história através das suas memórias e constatamos que este abandono podia ser percebido em muitos outros aspectos. Estas primeiras conversas levantaram uma série de questões que nos indicavam também outros caminhos. Resolvemos então ampliar o número de vozes, buscando ouvir também pessoas que, de outros modos, também se relacionavam com aquele território. Buscamos ouvir diferentes atores sociais, o que também era coerente com a nossa vontade inicial de analisar uma área

>> Página ao lado: Imagens extraídas do vídeo realizado durante o desenvolvimento do trabalho, como ferramenta de investigação e representação das ambiências e questões percebidas ao longo do processo e detalhadas neste capítulo. Disponível online em:
< <http://vimeo.com/57945146> >



¹ A ideia de montar um cenário, para nele encontrar naturalmente a forma como atuar em determinado contexto, vem do arquiteto finlandês Reima Pietilä:

"Na caça de ideias, a perícia do homem na preparação do cenário representa a arte do caçador. A criatividade é uma questão de pôr em cena um problema com uma disposição tal que alguma coisa começa a acontecer, aparece e entra dentro dela." (PIETILÄ, 1985).

a partir das múltiplas forças que atuam sobre ele. Surgiram daí outras questões e a confirmação de algumas já percebidas antes. Surgiu também um debate importante sobre o papel do arquiteto-urbanista e as formas de atuar na cidade, algo que também tentamos responder através da metodologia que usamos para realizar este trabalho. O Teatro de Atores Sociais que montamos era sobretudo a construção de um cenário¹, que montávamos com a intenção de encontrar a maneira como nos inseriríamos neste jogo/peça.

A interpretação das questões levantadas neste denso processo de imersão nas ambiências do lugar, na sua história e no jogo de forças, desejos, conflitos e partilhas entre os atores sociais resulta no mapeamento de indicadores subjetivos, que pretendemos cruzar com outros, disponíveis em estudos e propostas já produzidos para Itapagipe.

A nossa proposta resultará, assim, do cruzamento e da análise crítica das propostas de cada ator social para o território e tem como ponto de partida e principais balizadores as questões levantadas com os moradores e praticantes dos espaços da península. Desta maneira buscamos elaborar uma proposta para Itapagipe que contemple as suas necessidades objetivas e subjetivas, tentando inserir num plano de grande escala a subjetividade e os desejos de quem vive e pratica este lugar.



Lá e Cá - O Caminho de Areia como limite

"O caminho de Areia é um muro invisível"
[Morador do Uruguai e integrante da Rede CAMMPI]

Nas primeiras conversas que realizamos com moradores de Itapagipe uma questão emergiu com muita força, repetindo-se, de uma maneira ou de outra, nas falas de todos eles: a península está dividida em duas grandes áreas distintas entre si, “dois lados”, e sua divisão é marcada por um limite claramente identificado.

O processo de ocupação de parte da península é muito peculiar. Uma área que hoje representa quase 40% de todo o seu território foi constituída através de sucessivos aterros sobre a areia, os mangues e as águas da Enseada dos Tainheiros. A partir da década de 1940 registram-se as primeiras ocupações irregulares de terras na península, numa área conhecida como Fazenda do Coronel, na região da Massaranduba (CARREIRO, ALENCAR e FONTES, 2011). A Massaranduba era então a única porção de terra firme além do limite do atual Caminho de Areia, como mostra o levantamento do Serviço Geográfico do Exército, de

>> Acima: Maquete-diagrama, representando a situação do território da Península de Itapagipe em quatro momentos, segundo levantamentos do Serviço Geográfico do Exército (1942) e Orfotografias CONDER/ INFORMS (1959, 1976 e 2006).

² Alagados é um conglomerado urbano localizado na Enseada dos Tainheiros, Salvador, Bahia, Brasil, que consiste na "conurbação" de cinco assentamentos, apresentando diferentes estados de consolidação e infra-estrutura, então classificados como invasões, cuja característica comum, no seu processo de formação, é a construção de casas de madeiras sobre palafitas em áreas alagadiças, compreendendo parte dos bairros de Massaranduba - que abriga os aglomerados de Baixa do Petróleo e Mangueira onde se deu início ao processo de ocupação de Alagados no ano de 1946; Jardim Cruzeiro - onde se situa a chamada invasão de Caminho de Areia, posteriormente denominada Vila Rui Barbosa que sofreu um processo de invasão no ano de 1949; Itapagipe - palco das ocupações em 1942; Uruguai - ocupação iniciada nos começos dos anos 50 e Lobato - mais especificamente a península de Joanes, limite norte de Enseada dos Tainheiros e início da Avenida Suburbana, também palco de ocupações que datam do início da década de 50." (CARVALHO, 2003, p.85)

>> Página ao lado: Mapeamento síntese da questão "lá e cá". As áreas em amarelo e azul representam os "dois lados" e as áreas em verde, resultado da sobreposição das duas cores, representam os espaços de contato entre eles.

1942. Em 1949 registra-se a invasão da Vila Rui Barbosa, às margens do Caminho de Areia, e a partir de 1952 o processo é intensificado, crescendo sobre as águas da Enseada dos Tainheiros o que chegou a ser, segundo Eduardo Carvalho (CARVALHO, 2003) o maior conjunto de palafitas do Brasil, conhecido como os Alagados da Bahia².

Esta cidade construída sobre o mar foi se consolidando e criando terra firme sobre as águas por um processo de aterramento, a princípio de iniciativa dos próprios moradores e depois levado a cabo pelo Estado. Hoje, oito bairros e uma população de cerca de 117 mil habitantes ocupam estas áreas (dados IBGE, Censo 2010). Esta população equivale a 77% do total de habitantes da península, vivendo em apenas 40% de seu território, o que nos dá uma ideia da diferença considerável de densidade demográfica existente entre estas duas áreas. Estas áreas apresentam, além de níveis elevadíssimos de densidade e ocupação, níveis muito baixos de desenvolvimento social.

Em contraposição a esta área, os bairros de ocupação mais antiga se configuram como um território ocupado, em sua maioria, dentro das normas oficiais e é ali que se concentra a maioria dos equipamentos públicos de grande porte, que servem toda a população. Além disso, importantes áreas turísticas e de lazer, não só para a península como para a cidade de Salvador, estão nesta área. Ali, os grandes galpões industriais abandonados dividem espaço com outros exemplares importantes do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade, que contam com maior atenção por parte dos órgãos de preservação e são explorados pelo mercado do turismo religioso e cultural. O principal exemplo é a Igreja do Senhor do Bonfim, a mais importante edificação religiosa da cidade e sede da maior festa religiosa do calendário baiano. Para lá se deslocam todos os anos milhares de pessoas em busca de bênçãos e também de festa, na Lavagem do Bonfim, em Janeiro. Além dela, a Igreja da Boa Viagem também tem destaque no início do ano, com a festa do Bom Jesus dos Navegantes.

Lugares como a Ponta do Monte Serrat, os restaurantes da Pedra Furada, o Cais da Ribeira e sua sorveteria também atraem visitantes de dentro e de fora da península por suas caracte-



1. penha
2. bonfim
3. boa viagem
4. monte serrat
5. alagados



1. calçada
2. uruguai
3. bonfim
4. ribeira



1. outlet center
2. feirinha do jardim cruzeiro



- sorveteria da ribeira



- hospital irmã dulce



rísticas naturais e pela qualidade de sua culinária. Estes lugares exibem também exemplares importantes da arquitetura privada, principalmente na Ribeira, remissivos de um período em que era lugar de veraneio das famílias mais ricas de Salvador – com destaque para o Solar Amado Bahia. Outros importantes edifícios nesta região estão ligados à saúde, como o Abrigo Dom Pedro II – tombado pelo Iphan a nível nacional – e o Hospital Irmã Dulce, que ocupa o antigo e desativado Cine Roma – um marco histórico ainda muito presente na memória dos moradores. Dos edifícios industriais, destaca-se a antiga fábrica de cristais e bebidas Fratelli Vitta e a fábrica de tecidos Empório Industrial do Norte, o mais destacado complexo do ciclo industrial do século XX em Itapagipe. Apesar disso tudo, esta região também carece de ações e intervenções por parte do poder público, mas, se comparada com os bairros “do outro lado”, conta com uma infra-estrutura muito mais privilegiada e uma rede de serviços públicos básicos (como coleta de lixo e saneamento básico) de funcionamento mais regular e eficiente.

Estes “dois lados” têm, na percepção de quem transita entre eles, um limite muito claro: o Caminho de Areia, uma das mais importantes avenidas da península. Esta via articula alguns dos principais fluxos de transporte da península e configura-se, devido à sua localização, como um eixo estruturante que conecta o Largo de Roma – principal ponto de articulação dos fluxos das mais importantes vias de Itapagipe – à Ribeira – onde está o seu mais importante terminal de transporte público – através da Avenida Porto dos Mastros. Mas este caráter central é relativamente recente e está diretamente associado ao processo de crescimento dos Alagados. O próprio nome da avenida indica a sua situação inicial. Quando foi construída, a via assentava-se sobre as areias da Enseada dos Tainheiros. Era o limite entre a terra firme e os alagadiços de mangue e água.

Hoje muito longe da borda da península, o Caminho de Areia continua a configurar um limite de outra natureza. Separa duas áreas visivelmente distintas em sua ocupação, morfologia, relações sociais, qualidade física dos espaços públicos, atenção dada pelos poderes público e privado, entre muitas outras questões que saltam aos olhos do estrangeiro, mas também

se materializam na vivência e no discurso dos seus habitantes. As diferenças entre estes dois lados podem ser percebidas também na análise de indicadores objetivos. O levantamento de renda média por domicílio do Censo 2010 do IBGE, por exemplo, mostra que a renda média das áreas à esquerda do Caminho de Areia (R\$ 1730,00) é 230% maior do que a dos bairros à sua direita (R\$ 750,00). Outros indicadores, como nível de escolaridade, acesso a saúde e cultura mostram também esta discrepância.

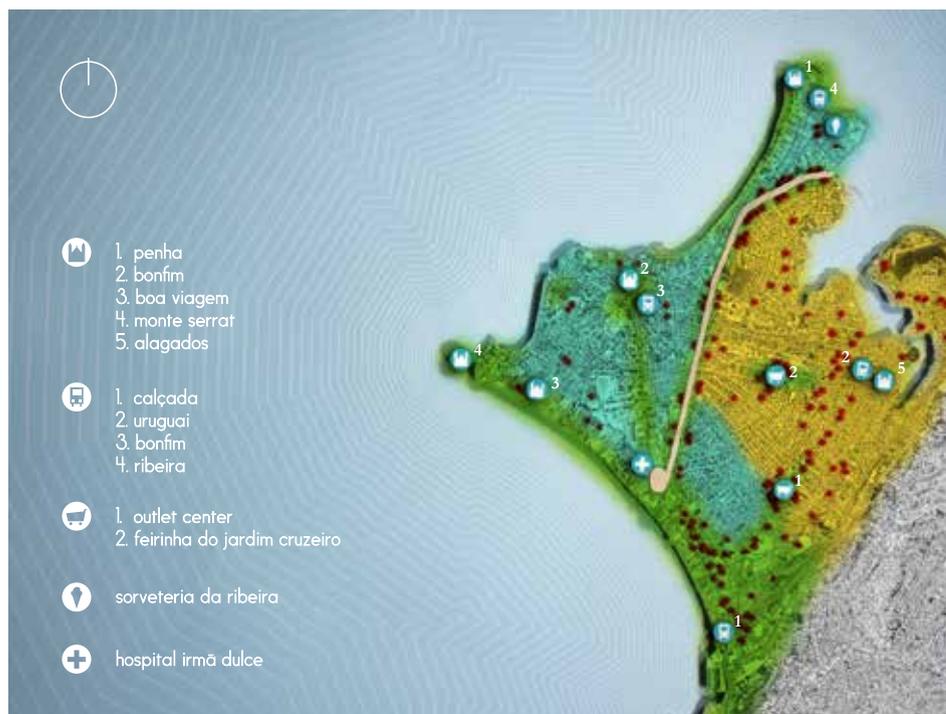
O Caminho de Areia se configura como importante marco subjetivo e tem papel fundamental na compreensão do território da Península de Itapagipe. Ao percorrê-lo em busca de indícios do que caracteriza este limite concluimos que, na verdade, o Caminho de Areia é uma zona de transição entre os dois lados que separa. Suas ambiências, usos e tipologias não podem ser facilmente vinculadas às de um lado ou outro. A dinâmica criada pela presença de forte comércio e de linhas de transporte público estruturantes, assemelha-se mais a vias como a Fernandes da Cunha, localizada no bairro da Calçada, que também pode ser entendido como zona de transição entre a península e a cidade. Sendo assim, somente ao cruzá-lo transversalmente é que se percebe sua condição de limite, pois tornam-se evidentes as diferenças entre um lado e outro.

Caminhos, destinos e permeabilidades

Como consequência da divisão da península em dois lados, configura-se um forte desequilíbrio na permeabilidade entre estas áreas. A maioria da população dos bairros mais antigos evita transitar pelo “outro lado”, e muito disso se deve ao forte estigma de violência, em parte real, mas em grande parte alimentado pelo jornalismo sensacionalista atual.

A borda da região dos Alagados, voltada para a Enseada dos Tainheiros, é particularmente evitada, inclusive pelos moradores do seu miolo. A ação violenta de traficantes de drogas e também da polícia faz com que as pessoas evitem transitar por esta zona, que compreende

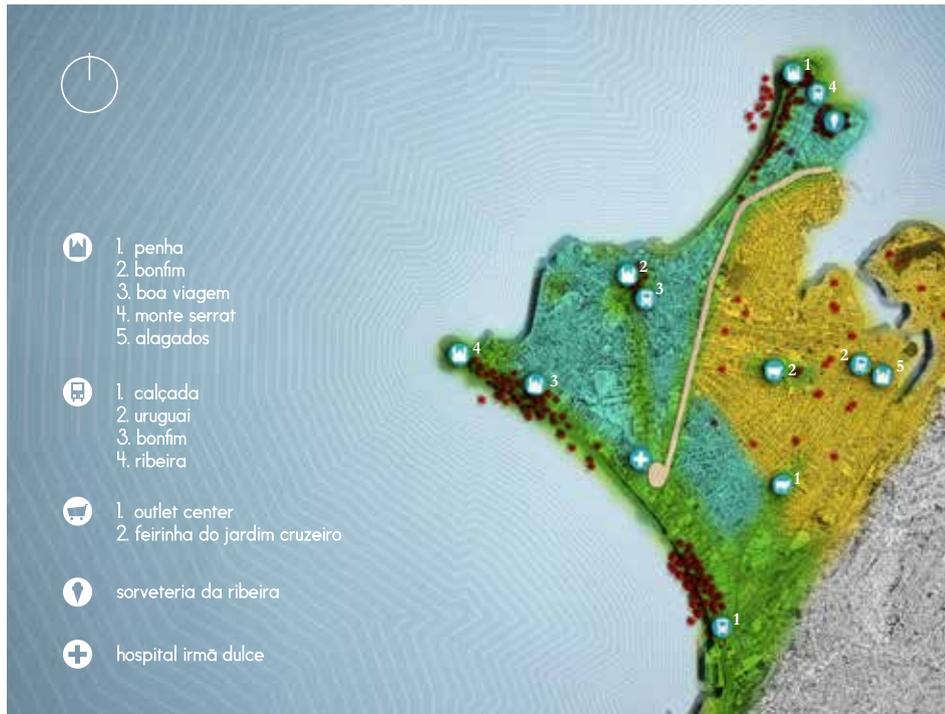
>> Ao lado: Mapeamento das permeabilidades – **temporalidade dia-de-semana**. Os pontos em vermelho simulam a concentração de pessoas em determinados pontos da península. Além da maior densidade em determinadas áreas, o mapa evidencia o uso de zonas comerciais e mistas, como os bairros da Calçada, Mares e a Avenida Caminho de Areia.



desde o fim de linha do Uruguai até a área conhecida como “Maré”, limite que o Estado – por meio da CONDER – tenta consolidar com a construção de aterros, relocação de palafitas e vias de borda cada vez mais avançando sobre o mar. Esta zona concentra os mais altos índices de pobreza e os espaços públicos de condição mais precária da península.

Ao lado do fim de linha, a colina de Santa Luzia – que um dia foi a Ilha de Santa Luzia – abriga a Igreja de Nossa Senhora de Alagados, também conhecida como Igreja do Papa – pois foi construída para receber o Papa João Paulo II, que celebrou a sua inauguração em 1980, quando de sua visita a Salvador. Esta construção, localizada em um ponto privilegiado por suas características naturais e pela rara presença de verde e espaço aberto nesta região tão densa, foi pensada como um importante espaço público para os moradores do seu entorno. No entanto o seu funcionamento e o seu estado de conservação são precários e muitos moradores evitam transitar por ali, com medo da violência.

Não fossem estes problemas, a região conta com poucas opções atrativas de lazer e cultura,



>> Ao lado: Mapeamento das permeabilidades - **temporalidade fim-de-semana**. Os pontos em vermelho simulam a concentração de pessoas em determinados pontos da península. As faixas de praia são os pontos mais frequentados no final de semana, que se prolonga até a segunda-feira, dia do tradicional cozido.

os seus espaços públicos são escassos, mal conservados e com acesso precário. Uma notável exceção é a Rua do Uruguai, atrativa pelo seu comércio e sede do Arranjo Produtivo Local de Confeções da Rua do Uruguai, vinculado ao Outlet Center³. Outro lugar que foge à regra é a Feira do Jardim Cruzeiro, que também atrai moradores de regiões “além do limite”.

Por outro lado, é forte nestes bairros o senso de pertencimento dos seus moradores e o seu engajamento no sentido de promover ações em busca de melhorias. Ao longo das conversas, percebemos duas falas que mostram isso, mas que também constata que as ações não são suficientes para criar maiores permeabilidades com o “outro lado”:

“No Uruguai tem mais cultura. Assim... o povo tem menos condições, as ruas são mais sujas.... as pessoas tem menos educação, mas tem aquele pessoal do batuque, tem os grupos e tal. É mais pobre, mas as crianças tem mais coisas pra se ocupar, pra terem oportunidades.”(Morador do Areal da Ribeira)

³ O Shopping Bahia Outlet Center, de caráter popular, tem fluxo diário de cerca de 10.000 pessoas. (FLEXOR, 2011, p.18)

“O pessoal do lado de lá praticamente não vem pra cá. Só mesmo pra comércio, porque tem o shopping do Uruguai, tem a feira do Jardim Cruzeiro... lazer quase a gente não tem. Mas a nível de cultura, que é o que a gente tem, assim, eu quase não vejo o pessoal de lá, fora um ou outro. A nível de envolvimento eu vejo que tem uma dificuldade deles com a parte daqui. A gente é que é muito mais ‘ousado’. Você vai à Ribeira, você vê a galera toda daqui lá.”
(Integrante da Rede CAMMPI)

Os bairros mais antigos da península, por sua vez concentram os maiores atrativos da região, cocentrando fluxos vindos tanto dos bairros da península como de outras áreas da cidade. A permeabilidade através do Caminho de Areia é, assim, muito mais intensa de leste a oeste, do que no sentido oposto.

Ainda sobre as áreas de ocupação mais antigas da península, a região de Calçada e Mares, por ser eminentemente comercial, não é identificada pelos moradores como pertencente a um lado ou outro. Configura-se na verdade como um dos *espaços de contato* entre os dois lados e também da península com a cidade. A área, como é comum em zonas predominantemente comerciais, tem alto volume de frequentadores em dias e horários comerciais e esvazia-se aos fins-de-semana e à noite.

Estes *espaços de contato* entre os habitantes de ambos os lados da península e as relações de partilha e conflito identificadas neles são itens importantes dentro da nossa análise. Percebe-se que, além dos serviços essenciais como educação e saúde, os maiores promotores destes contatos são o comércio e o lazer. Este último aspecto revelou-se, nas falas dos moradores e nas observações que fizemos, o de maior potência geradora de situações de contato entre moradores dos dois lados da península. A praia, em particular, revelou-se como principal palco destas trocas.



A praia como potência – Espaços de partilha, conflito e disputa.

Em sua dissertação de mestrado, Gabriel Schvarsberg usa o conceito de colisão de alteridades, em lugar de encontro⁴. O conceito trazido da física, diz que a colisão acontece quando dois ou mais corpos exercem forças relativamente fortes entre si e que, neste contato, parte de suas energias é alterada para outras formas de energia. A ideia de um contato que gera alterações nos corpos e produz uma nova força é relacionada, em seu trabalho, a situações que se estabelecem nos espaços públicos, as quais chama de *estados de rua* – o termo “estado” indica que podem aparecer e desaparecer. Quando estão presentes, as relações de partilha, conflito e dissenso que se estabelecem agem no sentido de desestabilizar o processo cada vez mais intenso de pacificação dos espaços da cidade e negação da vitalidade dos espaços públicos, como nos lembra Paola Berenstein Jacques⁵.

Na cidade de Salvador a praia é o espaço público por excelência. Seu clima quente e úmido, seu extenso litoral e a forte relação do seu povo com o mar são alguns dos motivos que con-

» Acima: Praia de Cantagalo. Imagem extraída do vídeo realizado durante o desenvolvimento do trabalho.

⁴ SCHVARSBERG, Gabriel. *Op. cit.*

⁵ O processo de espetacularização urbana contemporânea “é um dos maiores responsáveis tanto pela negação dos conflitos e dissensos no espaço público contemporâneo quanto pelo empobrecimento das experiências corporais nestes espaços e, sobretudo, pela negação, eliminação ou ocultamento da vitalidade dos espaços mais populares das cidades”. (*Espectacularização urbana contemporânea*). In

FERNANDES, Ana; BERENSTEIN JACQUES, Paola. Territórios urbanos e políticas culturais. Cadernos do PPGAUI/FAUFBA, número especial, Salvador, 2004)

⁶Há diferentes teses para o que venha a significar o nome "Itapagipe", mas sabe-se que a sua origem vem da língua nativa dos índios que habitavam esta região. Uma das mais recorrentes teses diz que Itapagipe significa "pedra que avança para o mar", em analogia à sua forma de istmo. Nos interessa esta definição, pela relação que também guarda com as práticas histórica de seus moradores de avançar sobre o mar, seja com suas palafitas, seus aterros, piers, ou mesmo os molhes de pedra utilizados para controlar o avanço das marés, re-significado pela população como trampolins, lugares de pesca, pontos de contemplação e outras práticas ligadas ao lazer.

⁷Em junho de 2010, por determinação do juiz da 13ª Vara Cível Federal, Carlos D'Ávila Teixeira, a Prefeitura de Salvador iniciou o processo de derrubada das barracas de praia localizadas na orla marítima da capital. Foram demolidas um total de 352 barracas nas praias de Terceira Ponte, dos Artistas, Amaralina, Jaguaribe, Jardim de Alah, Patamares, Piatã, Placaford, Pituaçu, Itapuã, Corsário, Barra (Farol e Porto), Ondina, Paciência, Buracão, Farol de Itapuã, Pedra do Sal, Catussaba, Stella Maris, Flamengo, Bogari, Penha, Boa Viagem, Tubarão I e II.

tribuem para a existência de uma cultura fortemente arraigada em seu povo de frequentar estes espaços. A escassez de outros espaços e equipamentos públicos de diferente natureza e a baixa qualidade dos que existem ajudam a fortalecer este hábito (ou, em parte, é consequência dele). A praia é a principal opção de lazer gratuito, e também um importante campo de trabalho, explorado principalmente pelo mercado informal.

Na Península de Itapagipe este contexto não é diferente. O mar está sempre muito presente, seja nas práticas, nos discursos ou nas memórias dos seus moradores. Esta "pedra que avança para o mar"⁶, rodeada pelas águas calmas da Baía de Todos os Santos por quase todos os seus lados, tem no seu litoral os espaços mais desejados, disputados e praticados de todo o seu território.

Os moradores relatam que não é apenas o hábito de ir à praia que os motiva a usar tão intensamente este espaço. A falta de outras opções de lazer e mesmo de trabalho também motivam esta situação.

"A praia, na verdade, além de ser o único lazer, é também uma possibilidade de comércio. Termina que, hoje, toda a faixa de praia quem usa mais somos nós daqui [Uruguai, Alagados, Massaranduba, etc] ou o povo que vem do Subúrbio, da Liberdade, etc." (Integrante da Rede CAMMPI)

A faixa de praia que se estende desde a Calçada até a ponta de Monte Serrat é composta de trechos distintos, separados por alguns obstáculos que interrompem e dividem o seu uso em trechos. A praia de Cantagalo vai desde o início da faixa de areia – quase em frente ao terminal rodoviário da Calçada – até a interrupção dela por um galpão que avança sobre o mar. Dali, inicia-se um trecho de uso mais rarefeito, com algumas áreas de uso vinculado aos moradores das casas próximas, e outras mais vazias. Grandes muros preenchem trechos desta extensão de praia, que vai até depois do muro da antiga Empório Industrial do Norte, o maior de todos eles. A partir dali até o Largo da Boa Viagem, configura-se um outro trecho

bastante movimentado, que alguns chamam de Praia do Meio e outros de Praia da Boa Viagem. Este trecho se conecta com outro mais unanimemente identificado de Boa Viagem, que vai do largo até o fim da faixa de praia, na colina sobre a qual se assenta o Forte de Monte Serrat.

A faixa de areia interrompe-se até o início da Avenida Beira Mar, na Ribeira. As praias de Bogari e Penha são também muito utilizadas e famosas pela qualidade da comida que seus restaurantes oferecem. Nas segundas-feiras, por tradição, todos servem cozido e o uso se estende desde a tarde até a noite. O movimento de pessoas se concentra primeiro nas praias e restaurantes depois desloca-se para o fim de linha da Ribeira, onde muitos carros com seus porta-malas abertos disputam a maior potência.

O uso da praia modifica toda a região nos seus arredores. A atmosfera de lugar pacato – “cidade do interior”, como dizem alguns – que existe ao longo da semana é totalmente alterada nos fins de semana. O uso transborda as faixas de mar, areia e orla e preenche as ruas transversais e paralelas. A ambiência nestes dias é de festa, muito movimento e barulho. Pessoas de todas as zonas da península e também da cidade lotam as praias e ruas durante todo o dia.

É comum ver centenas de carros e motos estacionados, muitas vezes sobre a calçada. Além disso, grupos de pessoas reúnem-se em torno de carros com os porta-malas abertos, emitindo em alto volume as músicas que animam suas festas, especializadas sobre calçadas, sarjetas ou mesmo no asfalto. O clima é de confraternização em muitas delas e, passeando pela área, fomos mais de uma vez convidados a sentar, comer uma moqueca e tomar uma cerveja.

Muitas das casas nas ruas de acesso à praia aproveitam o movimento para transformarem o seu pavimento térreo em comércio, vendendo geladinho, sorvete, balas, bebidas e outros produtos. Nas praias de Cantagalo e Boa Viagem, uma estreita calçada e um desnível separam as casas da areia, e ali muitos imóveis se converteram em bares que, principalmente após a proibição de barracas de praia na orla da cidade⁷, lotam todos os fins de semana.

“Aqui [em Itapagipe] tinha em torno de 4 a 5 cinemas, um clube social, que acabou, o Itapagipe, muitas outras coisas. Acabou tudo, então a praia acaba sendo o único lazer pra todo mundo. E aí quem mora perto da praia fica virado no satanás, porque fica cheio de carro, de gente... mas se nem isso a gente puder ter...!” (Integrante da Rede CAMMPI)

Outra manifestação visível do impacto do uso da praia nos imóveis do seu entorno é o fechamento de algumas ruas e conjuntos de casas por seus moradores, através de grades e portões. Em conversa com moradores das áreas próximas às praias, principalmente nos arredores de Cantagalo e Boa Viagem, percebemos um forte incômodo destas pessoas com relação ao uso que se faz da região nos finais de semana.

“Final de semana a gente não tem lazer porque a praia enche. O point agora é essa Praia do Meio. Vem gente de tudo quanto é canto e colocam os carros aqui na porta da nossa casa. A gente fica sem ter onde colocar o nosso carro. E quando esse pessoal volta da praia é um inferno! Estão todos bêbados e ficam mijando aí na nossa porta.” (Morador da Boa Viagem)

Muitos moradores relatam a sensação de terem o seu espaço “invadido” ou tomado por pessoas de outras áreas. Essa sensação pode ser entendida em parte pelas fortes relações de vizinhança existentes nestes lugares, que geram, como consequência, uma desconfiança quanto ao que vem de fora. Outros moradores relatam a violência, o barulho e a invasão das praias por cadeiras e sombreiros como principais fatores de incômodo nos fins de semana. Percebe-se em seu discurso uma desconfiança do outro, muitas vezes vinculando a violência com a frequência de pessoas “do outro lado”.

Acompanhamos o processo de fechamento da Vila Luís Tarquínio, vizinhança remanescente da maior vila operária da península em seu período industrial. Os moradores da vila, incomodados com o uso de suas ruas e da sua praça por pessoas estranhas, que as usavam principalmente como estacionamento, uniram-se no intuito de fechar com grades e portões os seus acessos, controlando a entrada e saída de veículos através de seguranças contratados.

“Ultimamente tão até trocando a roupa aqui na porta de casa. Foi segunda-feira, num pagode que tá tendo aí. Depois disso conversei com os vizinhos e tivemos a ideia de colocar umas correntes aí de frente da praça e também um portão pra controlar a entrada de carros.” (Morador da Boa Viagem)

De todos os *espaços de contato* identificados na península, a praia é o mais significativo. Ali, a colisão entre alteridades, a espacialização de práticas, partilhas e conflitos, acontece com uma intensidade e uma vitalidade sem igual em outras partes do seu território. “Lado de lá” e “lado de cá” partilham o mesmo espaço, trazendo à tona os conflitos entre eles. Estes conflitos evidenciam as diferenças e fazem emergir importantes questões para compreender a relação entre eles. Percebe-se, no entanto, que esta importante dinâmica encontra uma infra-estrutura aquém da demanda e do volume de pessoas que frequenta o local.

As praias de Cantagalo e Boa Viagem, além de disputadas por moradores de diferentes áreas da península, também tem sido, nos últimos anos, alvo de cobiça pelo mercado imobiliário. Sucessivas tentativas de desapropriação e propostas de remanejamento têm sido frustradas por sua população, que tem reagido e conseguido barrar tais iniciativas. As investidas do poder imobiliário em busca de áreas de expansão de seus negócios têm encontrado no poder público municipal o vetor necessário para levar a cabo suas estratégias. Usam o argumento de “devolver à cidade” esta frente marítima, quando tudo que existe ali já é cidade, pulsante e viva em muitas práticas e relações consolidadas ao longo de muitos anos. Ao contrário de tentar homogeneizar o uso e pacificar os conflitos – inerentes aos espaços públicos e tão maiores quanto mais utilizados por moradores de diferentes partes da cidade – a ação que se espera de um poder público responsável e que governa para a coletividade é fornecer infra-estrutura adequada para que este uso possa acontecer com qualidade e conforto para os usuários e habitantes.

Os *estados de rua* encontrados nas praias revelam-se para nós como importantes potências a serem disseminadas pela península, no sentido de minorar os efeitos negativos da segregação

entre suas áreas. Esta sim, nociva a uma ideia de coletividade e a um uso mais livre de todos espaços da península, deve ser combatida. Nos interessa atuar no sentido de desestabilizar os limites existentes e potencializar a permeabilidade por todo o território. Entendemos que as situações encontradas e vivenciadas nas praias nos fornecem bons indícios para atingir este objetivo.

Vazios – abandono e possibilidade

Desde o princípio da sua ocupação, a Península de Itapagipe guarda uma relação de certa distância com o centro da cidade. Até a segunda metade do século XIX, quando é conectada à cidade pelos primeiros bondes urbanos, era um lugar de difícil acesso, que só se alcançava por mar. Depois disso, o forte caráter de zona industrial somou-se às particularidades existentes, mantendo sua característica de espaço autônomo e diverso da cidade.

“A península, em toda a história urbana de Salvador se conforma como o outro da cidade. Desde a ilha que foi há milhares de anos, é outra coisa que não a cidade, desde a implantação da ferrovia foi sua porta; quando para ela eram levados os escravos supostamente infectados para que aí ficassem de quarentena era o seu escudo, quando nela se refugiavam os escravos rebeldes era esconderijo, Perto longe, mas sempre presente, parte que compõe sendo distinta. Norte Sul com a Ponta do Padrão [a Ponta de Humaitá está em posição diametralmente oposta à ponta do Padrão, na Barra]. Planície aprazível detratada em função do altiplano fortificado. Centro possível [a península foi, por diversas vezes ao longo da história, considerada como lugar ideal para a transferência do centro da cidade]. Arrabalde-curral -balneário-fabril. Ruína.” (CARDOSO, 2004 – p. 94)

É comum que os moradores de Itapagipe se refiram ao centro da cidade como “a cidade”. Isso ajuda a entender a maneira como percebem a relação entre estes lugares. Muitos desenvolvem suas atividades cotidianas dentro do seu território e tratam as outras partes da cidade

como “outra cidade”.

“Tem um aspecto que é próprio de Itapagipe, que é essa coisa interiorana, da gente gostar de ficar por aqui, das pessoas ainda terem aquela coisa da conversa na casa da comadre, de sentar na porta.” (Integrante da rede CAMMPI)

A relação algo isolada da península com a cidade também é consequência de uma rede de transporte urbano deficiente, que dificulta a mobilidade dos seus moradores dali para outras áreas. Além deste isolamento, é recorrente em suas falas um certo saudosismo e a visão de uma Itapagipe decadente, abandonada e muito diferente dos tempos em que era povoada por clubes, cinemas e festas.

“Eu vivia nos shows do Cine Roma quando era mocinha. Tinha Waldir Serrano... tinha uma porção de coisa boa que se apresentava lá. Todo artista bom da Bahia vinha tocar aqui no Cine Roma. Não tinha o Teatro Castro Alves, não tinha nada. Então era tudo aí no Roma. “Hoje já não tem mais nada aqui. Cinema só no shopping.” (Morador da Boa Viagem)

Este abandono é perceptível a qualquer um que percorra seus espaços pela má qualidade de conservação dos seus espaços públicos, a deficiência de serviços básicos como coleta de lixo e principalmente pelos grandes edifícios arruinados que marcam a paisagem em muitas de suas ruas. Conversando com seus moradores e analisando alguns aspectos, como seus usos e equipamentos, percebe-se que este vazio vai muito além das características físicas que saltam aos olhos num primeiro contato.

Itapagipe viveu diferentes ciclos históricos e de todos eles, certamente, o industrial é o que mais significativamente modificou a sua configuração. De 1891 a 1945, registra-se a instalação de 112 unidades industriais em seu território⁸. Este importante ciclo industrial está marcado até hoje pelos enormes muros, galpões e ruínas que pontuam a sua paisagem, símbolos

⁸ Dado citado por Maria Helena Ochi Flexor em seu livro *Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural*. (FLEXOR, 2011, apud. Cardoso, 2004, p. 102)



>> Acima: Muro da antiga fábrica Empório Industrial do Norte, criando grande interrupção no uso da faixa de praia desde Cantagalo até a Boa Viagem.

de um tempo de desenvolvimento e também do seu abandono.

Em meados do século XIX, quando as primeiras fábricas começaram a se instalar em Salvador, Itapagipe dispunha as condições mais adequadas para a localização da “zona industrial” a que veio se configurar. Era um terreno quase completamente plano, com pouca ocupação e ótimas condições de atracação por mar, além de localizar-se longe do centro e próximo à estação ferroviária da Calçada, que constituía a principal ligação da cidade com o interior.

A ocupação pelas fábricas modificou não só o traçado e a paisagem da península como o seu ritmo, a partir de então regido pelos relógios que determinavam os horários de trabalho. Este ciclo industrial foi também um dos principais causadores do crescimento populacional na região. A escassez de terras disponíveis para moradias, situação enfrentada por muitos migrantes, foi um dos motivadores das “soluções heróicas” (SANTOS, 1958, pág. 57) dando início ao processo que configurou os bairros da região dos Alagados.

Este ciclo importante e vultuoso encontrou, já na segunda metade do século XX, o seu declínio. Motivos de naturezas diferentes contribuíram para o desaparecimento da atividade industrial na península, alguns deles elencados por Maria Helena Ochi Flexor:

“a concorrência das indústrias do Centro Sul do País, e conseqüente decadência da navegação de cabotagem, com a descoberta do petróleo e sua substituição pelas rodovias (...); pressão da população contra a poluição ambiental e, finalmente, a política de descentralização e criação de distritos industriais na região metropolitana de Salvador, já nos anos de 1960”
(FLEXOR, 2011, p. 17)

O processo de falência e desativação das unidades industriais não foi acompanhado, no entanto, de ações que buscassem reinserir estes edifícios na dinâmica da cidade. Ao contrário, a questão foi negligenciada pelo poder público e até hoje é significativa a quantidade de grandes estruturas ociosas e em processo de arruinamento. Esquecida pelo mercado imobiliário e por isso fora dos vetores de crescimento urbano estimulados por este segmento e pelo poder público, a península foi transformando-se numa zona esquecida pelo planejamento da cidade.

Em parte, pode-se atribuir o desinteresse do Estado em atuar de maneira mais significativa na península aos movimentos do mercado imobiliário. A lógica de atuação deste segmento na cidade é tratá-la como um grande mercado de valores, provocando a valorização e desvalorização de suas zonas como forma de obtenção de lucros. A principal estratégia utilizada é o fomento a movimentos de deslocamento de sua centralidade. O abandono de algumas zonas é acompanhado pela luz jogada sobre outras, a que se pretende explorar. As zonas abandonadas, relegadas pelo poder público, vão se degradando e decrescendo o valor do seu solo. Ao final do ciclo gerado, que pode durar 5, 10, 20 anos, inicia-se um novo movimento de “retorno ao centro”, ou “revitalização”, amparado por forte publicidade e por ações do Estado nestes lugares. A princípio velado, quando o mercado adquire os imóveis por custos baixíssimos, o movimento é depois fortemente alardeado, na tentativa de colocar estas áreas

novamente sob o foco de luz do mercado e da “cultura oficial” da cidade, valorizando de maneira muito rápida os seus investimentos. Pode-se perceber o início de um processo de “retomada” da Península de Itapagipe enquanto peça integrante do jogo imobiliário da cidade, como atesta o caso das tentativas de desapropriação das zonas adjacentes às praias de Cantagalo e Boa Viagem para sua exploração pelo mercado.

Hoje, o lugar de Itapagipe no contexto das ações do Estado divide-se em duas categorias principais: de um lado, ações vinculadas aos graves problemas sociais encontrados nas bordas da região dos Alagados; do outro, ações pontuais e insuficientes de manutenção e reforma de espaços públicos, principalmente no entorno das áreas turísticas. Uma ação marcada pelo caráter pontual de suas intervenções, ao invés de orientadas por um planejamento que considere a complexidade de toda a sua área.

Neste contexto, a situação dos galpões e vazios subutilizados é colocada, com raras exceções, como secundária. Entendemos que, ao contrário, esta questão é, simultaneamente, um dos seus maiores entraves e a principal saída para muitos dos seus problemas.

A intervenção em áreas consolidadas da cidade, como é a Península de Itapagipe, muitas vezes encontra como barreira para a inserção de bens e equipamentos públicos necessários a falta de espaço disponível. Na península, no entanto, a ocupação densa e consolidada de seus bairros é pontuada por grandes vazios. Estes terrenos abandonados pela dinâmica econômica local e da cidade podem ser entendidos como “reservas de espaço” que resistiram até hoje, possibilitando um necessário “desadensamento”, bem como a inserção de equipamentos públicos de lazer, cultura, educação e saúde. Enquanto faltam equipamentos neste sentido, sobra espaço para construí-los.

Além disso, entendemos que a conservação de alguns edifícios do período industrial da península é uma medida importante, no sentido de preservar estes testemunhos de sua história, que ajudam a entender muito da sua situação atual. As suas próprias características construti-



» Ao lado: Mapeamento dos “vazios” (em laranja). Grandes terrenos ou edifícios em desuso ou subutilizados, quase todos remanescentes do período industrial.

vas e espaciais também facilitam a sua conversão nos mais variados usos, na medida em que são formados por espaços muito amplos e de técnica construtiva pouco restritiva – a “planta livre” foi incorporada à arquitetura, no movimento moderno, a partir das experiências industriais, pois o layout de suas máquinas precisava contar com uma boa flexibilidade.

Outro importante aspecto do uso destes edifícios é a não necessidade de desapropriar conjuntos de imóveis habitados, medida sempre delicada, pois interfere num conjunto complexo de relações de vizinhança, estabelecidas ao longo dos anos e com dinâmicas muito particulares, vinculadas àqueles espaços e à sua organização. Ao invés disso, a intervenção nestes grandes vazios pode inserir em suas vizinhanças novas dinâmicas, que dialoguem com as existentes e dêem melhor suporte para a sua continuidade.

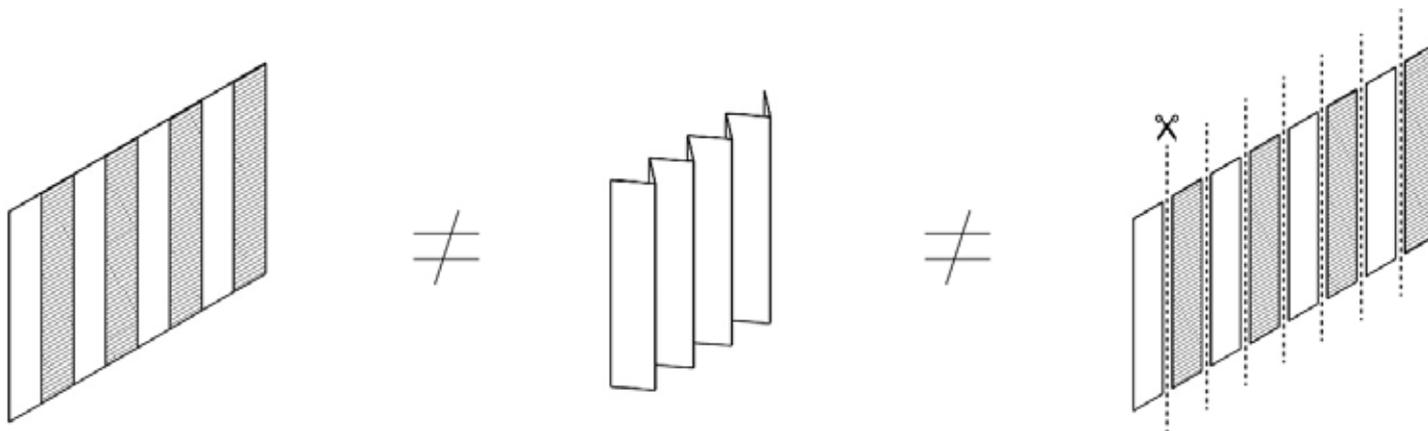
Cruzamentos

Nesta etapa do trabalho procuramos estabelecer relações entre as principais questões levantadas por cada ator social (Empresariado, Estado e Movimento Social, através das propostas realizadas por cada um para Itapagipe) e aquelas levantadas por nós a partir da interlocução com os habitantes e experimentações do lugar.

A análise crítica das propostas de cada ator se materializa com a elaboração de painéis-síntese, nos quais buscamos transpor cada um dos planos analisados a uma linguagem similar, possibilitando assim um cruzamento mais claro. Nestes painéis, o mapeamento das propostas no território apresenta-se entrecruzado por imagens, palavras-chave e falas dos atores envolvidos, ampliando as possibilidades de leitura e interpretação deste material.

>> Abaixo: Esquema com as possibilidades de leitura dos painéis-síntese. Os painéis foram desenvolvidos em tamanho A2 e encontram-se nos anexos deste trabalho. Para melhor compreensão dos textos a seguir sugere-se ter os painéis à mão.

Esta leitura, como mostra o gráfico abaixo, pode ser feita de três maneiras diferentes. Olhando o painel todo aberto, é possível cruzar imagens e palavras com a localização das ações no território. Dobrando os vértices em ângulo reto e olhando-o obliquamente, pode-se analisar separadamente o mapa, ou as imagens e textos. Ainda é possível cortar os painéis em seus vértices, remontando-o de diferentes maneiras e encontrando novas relações e cruzamentos.



mapeamento-síntese das questões

ator social_NÓS/ HABITANTES

O planejamento urbano de longo prazo em Curitiba teve como base a ideia de "Cidade Verde" na década de 1960. A ideia foi baseada na presença de parques e áreas verdes, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Curitiba foi pioneira em implementar esse modelo de planejamento urbano, com parques e áreas verdes integrados ao tecido urbano.

Preservar e criar parques e áreas verdes é uma das principais estratégias para melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Curitiba foi pioneira em implementar esse modelo de planejamento urbano, com parques e áreas verdes integrados ao tecido urbano.

A partir de um plano de mobilidade, Curitiba desenvolveu um sistema de transporte público eficiente e sustentável. O sistema é baseado na ideia de "Cidade Verde" e inclui parques e áreas verdes integrados ao tecido urbano.

Curitiba é conhecida por sua qualidade de vida e sustentabilidade. O planejamento urbano de longo prazo em Curitiba teve como base a ideia de "Cidade Verde" na década de 1960. A ideia foi baseada na presença de parques e áreas verdes, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

mapeamento-síntese das questões

ator social_EMPRESARIADO

O Distrito Seta Cultural é um empreendimento urbano que promove a revitalização de áreas degradadas. O projeto inclui a construção de edifícios residenciais, comerciais e culturais, além de espaços públicos e áreas verdes.

O plano reúne um conjunto amplo e diverso de propostas no campo da mobilidade, do saneamento, dos espaços públicos, habitação, turismo e comércio. Apresenta uma importante articulação de propostas à realidade dentro da poligonal de proteção, assim como a proposição de outros. Apesar do modelo de "Parque Público Verde" como meio para fomentar um amplo conjunto de eixos, o plano tem, por sua essência, grandes áreas pelo mercado imobiliário.

Apesar da importância e necessidade de algumas dessas propostas, o processo de não parte de um estudo aprofundado da dinâmica social e das práticas locais existentes que o lugar, tornando de instrumentos participativos sob a pretensão de devolver à cidade uma de suas frentes marítimas, propõe a destruição da cidade que existe ali e a rica rede de relações consolidadas ao longo de décadas. Ao mesmo tempo, preserva a história e o patrimônio, apresenta propostas para alguns trechos dentro da malha urbana e a criação de "corredores lineares", adaptando as relações que estes edifícios guardam com os grupos sociais do seu entorno. A busca pela construção de um tecido urbano mais fluido e funcional planejado, assim, é relevado e colocado em suas práticas sociais.

mapeamento-síntese das questões

ator social_ESTADO

A ideia proposta de CONDE para o território da Península de Itaipava é uma intervenção urbana que visa melhorar a qualidade de vida dos habitantes. O projeto inclui a construção de edifícios residenciais, comerciais e culturais, além de espaços públicos e áreas verdes.

Falou em face de captura de recursos públicos habitacionais para a área da península, com produção de novos unidades e melhoria de habitação e serviços, incorporando o modelo de "Parque Público Verde" e criando alguns casos, como o caso de Itaipava.

A revitalização física em áreas de intervenção localizadas à Beira do Estado de Curitiba, no setor da rua da Praia de Itaipava, inclui a construção de edifícios residenciais, comerciais e culturais, além de espaços públicos e áreas verdes. Apesar do modelo de "Parque Público Verde" como meio para fomentar um amplo conjunto de eixos, o plano tem, por sua essência, grandes áreas pelo mercado imobiliário.

Quando se trata de criar um novo espaço urbano, é importante considerar a realidade local e as necessidades dos habitantes. O planejamento urbano de longo prazo em Curitiba teve como base a ideia de "Cidade Verde" e inclui parques e áreas verdes integrados ao tecido urbano.

Apesar da importância e necessidade de algumas dessas propostas, o processo de não parte de um estudo aprofundado da dinâmica social e das práticas locais existentes que o lugar, tornando de instrumentos participativos sob a pretensão de devolver à cidade uma de suas frentes marítimas, propõe a destruição da cidade que existe ali e a rica rede de relações consolidadas ao longo de décadas.

mapeamento-síntese das questões

ator social_MOV. SOCIAL

O PRIS - Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itaipava - é um documento produzido por lideranças comunitárias da península, articuladas a partir da Rede CASMFI e do NAL, no intuito de apresentar uma proposta de modelo de gestão compartilhada do território, através de um plano de desenvolvimento pensado em função das necessidades da população e do desenvolvimento local.

O plano enfatiza ideias como "desenvolvimento sustentável", "sustentabilidade" e "responsabilidade", propondo um modelo de intervenção baseado em quatro eixos estratégicos, chamados "eixos estratégicos", chamados "eixos estratégicos e serviços, diversidade econômica produtiva e organizacional e gestão do espaço urbano".

A metodologia adotada compreende a criação de um "Comitê", que discute as condições de desenvolvimento de longo prazo da população para o ano de 2016. O comitê de propostas, divididas em sete eixos, registra e prioriza as medidas a serem tomadas pelos agentes sociais para alcançar seus objetivos.

Quando se trata de criar um novo espaço urbano, é importante considerar a realidade local e as necessidades dos habitantes. O planejamento urbano de longo prazo em Curitiba teve como base a ideia de "Cidade Verde" e inclui parques e áreas verdes integrados ao tecido urbano.

■ ator social:
[nós] ITAPAGIP3
[hab] HABITANTES

As questões importantes levantadas no processo de apreensão subjetiva da Península de Itapagipe, analisado no capítulo anterior (Apreensão, Interpretação e Síntese), são sintetizadas neste mapeamento. O importante papel deste mapeamento-síntese nesta atividade é dar voz a questões não colocadas em nenhum dos outros planos realizados para a península, incorporando ao cruzamento alguns indicadores subjetivos, identificados a partir da observação e principalmente da interlocução com os moradores de Itapagipe. Vale ressaltar que também estão inseridas aí algumas questões levantadas a partir da interlocução com o ator social Movimento Social (Rede CAMMPI), pois estes também são habitantes da península.

■ ator social
[emp] FUNDAÇÃO BAIA VIVA
[arq] NOVA CIDADE BAIXA

De Cantagalo a Monte Serrat: estratégias de expansão do mercado imobiliário

A Península de Itapagipe, há muitos anos fora do contexto das ações importantes do poder público, bem como dos investimentos da iniciativa privada, vem sendo tratada como uma área à margem do planejamento da cidade. Os pontos de interesse, desde o fim do importante ciclo industrial que modificou sua paisagem e sua dinâmica, têm se resumido aos seus pontos turísticos e às importantes festas religiosas. No entanto, nos últimos anos, tem crescido de forma bastante rápida a cobiça de uma parte do seu território por parte do mercado imobiliário. A orla contígua ao bairro da Calçada, que vai dali até a ponta de Monte Serrat, vem sendo

alvo de sucessivas investidas por parte do poder público, apontando para a desapropriação de uma extensa faixa a ser “revitalizada” e concedida ao poder privado para exploração, a partir de parcerias.

Em 20 de março de 2009, o então prefeito da cidade, João Henrique Barradas Carneiro, decretou como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação os imóveis localizados dentro de uma área de cerca de 324.000m², compreendida entre a Avenida Jequitaita e a rua da Boa viagem, na orla da península voltada à Baía de Todos os Santos. A publicação do decreto no Diário Oficial, sem qualquer consulta pública prévia, não foi sequer acompanhada de um projeto a ser implementado na área. Na época, o secretário da SEDHAM (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente), Antônio Abreu, deu a seguinte declaração sobre o decreto, em audiência pública realizada no Centro de Cultura da Câmara de Vereadores¹:

“Queremos socializar a orla da Baía de Todos os Santos. Com exceção dos bens tombados e do Hospital [São Jorge] vamos tirar aquelas coisas ali da frente.”

Posteriormente, imagens de um projeto, vinculado à Prefeitura Municipal de Salvador através da SEDHAM, vieram a conhecimento público. As informações, de difícil acesso, dificultavam o acesso da população a informações básicas, como os programas dos edifícios ilustrados, as políticas de financiamento e, principalmente, o que seria feito das populações que residem e trabalham na área. Segundo matéria veiculada pela Tribuna da Bahia², “duas marinas, atracadouros, dois shoppings centers, calçadão, ciclovias, área verde, praças e um parque hoteleiro para atender o trade turístico da capital” estariam entre as propostas do projeto. A reação da população da região afetada foi quase imediata, fundando a Associação de Moradores e Empresários da Boa Viagem e Adjacências (Amebva) e realizando, com a ajuda de alguns vereadores, audiências públicas, manifestações e discussões. Um ano depois, em 29 de Março de 2010, o prefeito publica a revogação do polêmico decreto.

¹ Segundo notícia publicada na edição impressa do dia 16/04/2009 do CORREIO.

² Segundo notícia publicada na edição online do dia 05/11/2009 da Tribuna da Bahia.

Em Janeiro de 2010, ainda em meio à polêmica gerada pelas movimentações anteriores, a Prefeitura Municipal de Salvador, com o apoio dos Governos Federal e Estadual, lança um pacote de projetos intitulado “Salvador Capital Mundial”. O conjunto de 22 propostas urbanísticas para a cidade defendia como principal objetivo “colocá-la numa posição estratégica no cenário internacional”. Uma exposição de painéis e um caderno contendo informações básicas dos projetos, assim como as intenções da iniciativa, foram apresentados à população. O material gráfico, de forte apelo publicitário em seus textos e imagens, tenta vender uma ideia de “caminho certo”, seguindo modelos internacionais, que supostamente moldariam Salvador a um futuro melhor.

“De primeira capital do Brasil a capital mundial.

Do jeito que é, Salvador já nos enche de orgulho. A nossa cidade azul, de céu limpo, de mar brilhante, de gente sorridente, é onde mora a nossa alegria. Mas, planejar o futuro de uma cidade como a nossa não é tarefa fácil. É preciso sensibilidade diante dos seus problemas, respeito por sua história, cuidado com o meio ambiente e, principalmente, um olhar atento para os sonhos da sua gente. Para isso, foi necessário reunir alguns dos mais conceituados arquitetos e urbanistas brasileiros, que escreveram aqui as linhas do futuro da primeira capital do país. Do jeito que vai ficar, Salvador entra na era de desenvolvimento sustentável das grandes capitais mundiais, preservando tudo aquilo que a transformou na cidade mais amada do Brasil.” (Prefeitura de Salvador - Caderno de apresentação do projeto Salvador Capital Mundial)

A iniciativa teve como financiadores diretos empresas e ONGs privadas, como a Fundação Baía Viva, que tem como um de seus principais representantes o empresário Carlos Seabra Suarez, um dos mais influentes atores do mercado imobiliário em Salvador, como depois veio ao conhecimento público. O compêndio apresentado reúne propostas para diferentes áreas da cidade, organizadas em três grandes blocos centrais de atuação: Mobilidade Urbana, Nova Cidade Baixa e Orla Atlântica. Além disso, são apresentados como parte do conjunto os projetos para a Nova Fonte Nova, o Parque Tecnológico e a reconstrução do Mercado

de São Miguel.

A terminologia utilizada no material de divulgação e os conceitos adotados para amarrar um conjunto fragmentado de propostas para a cidade são típicos de uma modalidade de planejamento urbano muito em voga atualmente, conhecida como Planejamento Estratégico³. O principal motor do projeto de cidade do Planejamento Estratégico são os grandes projetos de intervenção urbana, que buscam adequar a cidade a padrões de exigência internacionais. Neles, a tônica é a homogeneização dos espaços, preservando apenas o que pode ser transformado em mercadoria e imagem. A participação não é vista como desejável em tais projetos, pois frequentemente o seu principal objetivo é expulsar – direta ou indiretamente, através do aumento do custo de vida – as populações residentes na área intervinda, substituindo-as por outras de maior poder aquisitivo, processo conhecido como gentrificação⁴.

Nova Cidade Baixa – Novos usos para novos usuários

O Projeto Nova Cidade Baixa, apresentado como um dos blocos constituintes do pacote Salvador Capital Mundial, prevê a “requalificação urbana, ambiental e paisagística da Cidade Baixa, abrangendo uma área que vai do Campo Grande até a Ribeira e da borda da área até a cumeada do frontispício”. As diretrizes gerais descritas pelo projeto são: “abertura da frente marítima da cidade para toda a população; criação de espaços públicos qualificados visando a acessibilidade universal e o conforto urbano; recuperação urbanística e paisagística de toda a encosta; criação de sistema eficiente de transporte público com conexões com a Cidade Alta; incremento das moradias; e implantação de equipamentos destinados à cultura, ao esporte e ao lazer da população”⁵.

A área contida na poligonal definida pelo projeto tem sido alvo de sucessivos estudos ao longo dos anos, principalmente a área dos antigos armazéns e seu entorno, no bairro do Comércio. Nos interessa analisar particularmente o conjunto de propostas desenvolvido para

³ A ideia de Planejamento Estratégico, analisada por Otilia Arantes (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000) nasce no Harvard School of Business, transposta do campo empresarial para o campo do planejamento urbano. A partir da estagnação do crescimento das cidades na década de 70, o planejamento urbano perde o sentido enquanto controlador do crescimento das cidades. Passa, assim, a ter o papel inverso, de promotor deste processo. Neste tipo de planejamento, a cidade é vista como mercadoria, mas também empresa. Para isso, precisa produzir uma “imagem singular de cidade”, fruto da sua cultura e da sua dita identidade, como afirma Paola Berenstein Jacques (JACQUES, 2004). As cidades passam a ser então marcas competitivas em um mercado global, em que se disputam investimentos e turistas.

⁴ ver nota 1 na página 8.

⁵ trechos retirados do caderno de apresentação do Projeto Salvador Capital Mundial.



>> Acima: Imagens de divulgação do Projeto Nova Cidade Baixa. De baixo para cima: orla de Cantagalo e Boa Viagem; Orla da Ribeira.

a Península de Itapagipe.

O conjunto de propostas apresentadas foi desenvolvido por um grupo de arquitetos locais, em parceria com um escritório paulista de renome internacional – o escritório Brasil Arquitetura, de Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. Segundo alguns dos participantes da equipe, com quem conversamos para a realização da etapa de aproximação “Teatro de Atores Sociais”, a intenção da iniciativa era “mostrar não só que era possível requalificar uma área, que outrora fora uma das partes mais importantes da cidade, inclusive de qualidade paisagística, como também criar um paradigma e mostrar que seria possível uma outra cidade, diferente dessa que a gente vê aqui na orla atlântica.”

O escopo do trabalho envolvia a delimitação de uma poligonal de ação que abrangesse o frontispício da cidade desde o Campo Grande até a Península de Itapagipe, e a proposição de um plano de desenvolvimento urbano para esta área. A princípio desvinculado de quaisquer outros projetos, o projeto foi inserido de maneira inesperada no pacote Salvador Capital Mundial.

“Esse trabalho não era isso [Salvador Capital Mundial], nunca foi isso. Esse trabalho era um trabalho para a Cidade Baixa. Não sabíamos de nenhum outro projeto que estava sendo feito, a não ser quando era divulgado pela mídia. E pode-se ver claramente que não há nenhuma conexão desse projeto com os outros apresentados pelo pacote Salvador Capital Mundial. O tal do Capital Mundial surgiu no fim do trabalho, como um esquema publicitário, juntando tudo que estava sendo feito, e a gente teve que engolir a seco.” (arq. NOVA CIDADE BAIXA)

O plano, desenvolvido a partir da articulação de propostas existentes às novas proposições criadas pela equipe, foi apresentado no início de seu processo de desenvolvimento, o que, segundo seus co-autores, foi um “grande equívoco estratégico” e “abriu espaços imensos para críticas”.



> Ao lado: Imagem de divulgação do Projeto Nova Cidade Baixa.

Uma das principais premissas de todo o projeto foi a “abertura das frentes marítimas ao público, em termos de visão e em termos de uso”. No território da Península de Itapagipe, a sua implementação foi proposta a partir da desapropriação de uma faixa de duas quadras paralelas à orla que vai da Calçada Até a Boa Viagem, inserindo ali novos edifícios residenciais e comerciais, torres de hotéis e amplos espaços públicos.

“Tínhamos a premissa da abertura do mar. Essa área toda, tanto a Barão de Cotegipe quanto a Luís Tarquínio, salvo raras exceções, foi construída de costas para o mar. Pra você liberar essa visão e fazer dessa faixa contínua um uso público, você precisaria, necessariamente, fazer a desapropriação de todas essas edificações que colam na areia. E em grande parte são áreas fabris imensas, grandes vazios. Da Calçada até o Largo de Roma 85% das edificações e propriedades são comerciais ou fabris, depósitos, etc. Depois do Largo é que tem uma parcela maior de área residencial.” [arq] NOVA CIDADE BAIXA

A viabilização das obras propostas só seria possível, segundo os arquitetos, através da modalidade de financiamento de Parceria Público Privada. A ideia era conceder áreas à exploração pelo mercado imobiliário que, em contra-partida, financiaria a construção dos projetos. Os proprietários de imóveis das áreas desapropriadas seriam relocados ou indenizados. A zona comercial, nas avenidas Barão de Cotegipe e Fernandes da Cunha, seria transferida para um outro local, criada em um conjunto de imóveis vazios subutilizados, como o Manicômio do Estado e uma grande madeireira que à época estava à venda. Quanto aos proprietários

de imóveis residenciais, não chegou a ser decidido se seriam indenizados ou relocados para novos conjuntos habitacionais propostos ao longo da Avenida Suburbana.

“Tínhamos áreas de Habitação de Interesse Social. Tinha uma próxima a Vila Operária na Luís Tarquínio e outra próxima ao Parque Linear que faríamos ali numa área da REFESA [Rede Ferroviária Federal S/A]. Quem teve seu imóvel desapropriado na intervenção da orla poderia ter facilidades na posse desses novos conjuntos habitacionais. Nossa ideia não era pura e simplesmente tirar essa população daí.”
[arq] NOVA CIDADE BAIXA

O projeto Nova Cidade Baixa reúne um conjunto amplo e diverso de propostas no campo da mobilidade urbana, infra-estrutura, espaços públicos, habitação, turismo e comércio. Apresenta uma importante articulação de propostas já realizadas para espaços dentro da poligonal de projeto, assim como a proposição de outras. No entanto, o plano não parte de um estudo aprofundado da dinâmica social e das práticas existentes naquele lugar. São desconsideradas as relações estabelecidas nas áreas de intervenção e a subjetividade daqueles que habitam e praticam estes espaços, colocando essas pessoas à margem do processo de investigação e projeção, propondo que sejam movidos de um lado a outro como peças em um tabuleiro, no trecho de orla entre a Calçada e a Boa Viagem. Ali, sob o pretexto de “devolver à cidade” o uso público de uma de suas frentes marítimas, propõe a destruição de todo um conjunto urbano ali existente, rico em relações e utilizado intensamente por uma população que não é outra coisa que não parte da cidade.

A proposta, ao mesmo tempo preservacionista e progressista, desconsidera parte importante das práticas culturais e sociais existentes em nome da eficiência e da funcionalidade, produzindo um alisamento do relevo configurado por suas práticas sociais. A preservação proposta toca apenas aos edifícios “de valor histórico e arquitetônico”, eliminando, contudo, os traços da rica relação que estes importantes símbolos da memória local estabeleceram ao longo do tempo com os moradores do seu entorno.

Como nos lembra Ana Clara Torres Ribeiro:

“O alisamento do ambiente preservado, assim como sua museificação e mercadorização, frequentemente acompanhadas de sintomas de voyeurismo e morbidez, constituem ameaças à ação social na medida em que reduzem a possibilidade de diálogo criador e criativo entre as gerações e culturas. Aliás, o argumento preservacionista só se sustenta, ao nosso ver, na medida em que trocas intersubjetivas com as gerações anteriores (...) podem de fato acontecer.” (RIBEIRO, 2004, p. 98)

⁶ retirado de <http://www.conder.ba.gov.br/> site da CONDER, acesso em 26/01/2013

■ ator social:
[gov] ESTADO

O ator social referente ao poder público, em nosso trabalho, é representado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), órgão responsável pela “produção e execução de projetos de desenvolvimento urbano integrado e habitação extensiva, gerando promoção social com responsabilidade ambiental”⁶. A princípio pretendíamos conversar também com representantes da Prefeitura Municipal de Salvador, mas nem na Secretaria de Planejamento (SEPLAM), nem na Secretaria de Desenvolvimento Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM) encontramos interlocutores com disponibilidade para responder sobre as ações do poder municipal em Itapagipe. A intenção era cruzar as ações promovidas e projetadas pelas duas instâncias, pois havíamos sido alertados sobre a sua desarticulação e os entraves que isso causava. Conversamos então com três funcionários da CONDER, sendo um engenheiro civil, uma assistente social e uma arquiteta, todos de alguma maneira envolvidos com projetos em fase de implementação ou a serem implementados na região de Itapagipe.

O conjunto de projetos que nos foi apresentado pela arquiteta chefe da Unidade Técnica de Projeto, sob o título de “Intervenções Estruturantes no Subúrbio Ferroviário de Salva-

⁷ Para informações mais detalhadas sobre os projetos elaborados para a área entre 1973 e 2001, ver CARVALHO, Eduardo - *Os Alagados da Bahia, UFBA, 2003 - Capítulo 3, p. 222-240.*

⁸ O Programa Ribeira Azul, implementado pelo Governo da Bahia nos primeiros anos da década de 2000, contemplava intervenções físicas e sociais no conjunto de palafitas localizadas nas bordas das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito, situadas na Baía de Todos os Santos.

⁹ Atualmente, cerca de 80 famílias ainda habitam palafitas em toda a península, segundo levantamento da CONDER. A promessa feita pelo governador Jacques Wagner em 2004 foi o ponto de partida do documentário "Da Maré" (Bay of All Saints, 2012) de Annie Eastman, que conta a história de três famílias das palafitas. A ideia de Eastman era filmar situação das famílias e suas formas precárias de habitação, registrando o processo de luta por moradia e culminando com o recebimento da casa própria. No entanto, apesar de ter prolongado as filmagens por mais de seis anos, até 2011, o filme foi concluído sem o desfecho esperado. O filme registra os inúmeros atrasos da CONDER em entregar as moradias e escancara o descaso do governo para com as áreas mais carentes da cidade, além da falta de diálogo com os moradores, evidenciando uma política de participação pouco efetiva.

dor", contém propostas para áreas que vão desde a Enseada dos Tainheiros (Poligonal de Intervenção Social da Ribeira) até a Bacia do Cobre. As propostas contidas no território da Península de Itapagipe estão relacionadas principalmente ao propósito principal de erradicar as moradias em condições precárias, principalmente aquelas sobre palafitas.

Desde a década de 70, com a criação da Amesa (Alagados Melhoramentos S.A.) o Estado tenta enfrentar a questão das ocupações sobre a Enseada dos Tainheiros. Os primeiros trabalhos realizados incluíram a realização de aterros, urbanização e drenagem, além da produção de habitação para uma grande área, até o ano de 1986. No entanto, rapidamente novos avanços sobre o mar aconteceram, ampliando-se para a Enseada do Cabrito, numa nova ocupação conhecida como Novos Alagados. Uma série de projetos e programas integrados de melhorias foram elaborados e alguns implementados parcialmente, ao longo das últimas décadas⁷. O processo, no entanto, é marcado por interrupções na implementação dos projetos e sucessivas tentativas de integrá-los em novos programas, por sua vez também interrompidos. Este tipo de procedimento tem gerado um conjunto desarticulado e fragmentário de intervenções realizadas, a que hoje, mais uma vez, tenta-se conferir alguma unidade, através do projeto da Pista de Borda.

A Pista de Borda foi proposta inicialmente pelo Programa Ribeira Azul⁸ como principal elo de interação entre as áreas de toda a poligonal de intervenção, indo desde a orla da Ribeira e passando por todas as invasões dos Alagados, até chegar nos Novos Alagados. O objetivo principal da Pista de Borda é conter os avanços de habitações precárias sobre o mar, além de facilitar o acesso a estas áreas, conectando-as às áreas mais próximas e ao restante da cidade, dando maior visibilidade e atraindo outros fluxos para estas zonas. O resultado atual da implementação do Programa Ribeira Azul se vê na produção de unidades habitacionais, além de novos aterros e urbanização de algumas áreas, reduzindo substancialmente o número de palafitas existentes. A promessa de erradicar totalmente estas ocupações, feita pelo então governador da Bahia em 2004, no entanto, ainda não foi concretizada⁹. As propostas hoje apresentadas pela CONDER para a área vão principalmente neste sentido, propondo

a relocação destas habitações para novas unidades a serem construídas, além da melhoria de unidades existentes.

Quanto à Pista de Borda, a sua implementação parcial e fragmentada fez com que, em 2008 a CONDER contratasse um diagnóstico sobre a condição das obras em andamento e aquelas já realizadas, sinalizando os entraves e barreiras à concretização do projeto como um todo. A arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA Naia Alban Suarez, contratada para a realização do diagnóstico, apresentou um balanço dos estudos e proposições realizadas para a área, no seminário Urb_Ba de 2011. No texto apresentado, a arquiteta relata que

“apesar do grande esforço do Governo do Estado em qualificar a área ao longo desses quinze anos diante dos grandes investimentos realizados, a infra-estrutura básica existente hoje – pavimentação, iluminação pública, rede de energia e distribuição de água –, apresenta baixa qualidade dos materiais empregados, carências no dimensionamento da oferta e problemas de operação e manutenção.” (SUAREZ, 2011)

A arquiteta ressalta que, para funcionar como verdadeiro articulador e estruturante da PIS Ribeira, a Pista de Borda deve “transcender o seu sentido original de atuar como obstáculo físico, para agregar novos valores urbanos”. Assim, além do sentido de contenção, devem ser pensadas medidas que estimulem a articulação entre as localidades ao longo do percurso e a requalificação “das atuais condições de circulação, salubridade e conforto ambiental de todo o território por ela polarizado”.

“A qualificação urbanística da pista como um grande espaço público linear de uso coletivo, destinado ao encontro, ao lazer, às práticas esportivas e culturais, e projetado para permitir a acessibilidade universal e dotado de ciclovia, equipamentos e mobiliário urbano, atuará para desestimular a ampliação das ocupações sobre o mar, atuando positivamente para a preservação dos manguezais e das faixas de praias, e permitindo a produção de novas praias e áreas de lazer nos remanescentes dos aterros realizados.



>> Acima: Pista de Borda implementada em Novos Alagados. fonte: CONDER

O seu traçado de inquestionável caráter paisagístico, acompanhando os meandros sinuosos do litoral sobre o qual se assenta, criará recantos com áreas arborizadas, que uma vez dotadas de mobiliário urbano e de equipamentos de uso público e coletivo (esportes, cultura, abastecimento, comércio e serviços), qualificarão esses bairros. Programas projetuais deverão se adequar aos usos existentes e às formas de apropriação dos espaços no tempo, bem como ao atendimento das diferentes faixas etárias das populações por elas polarizadas.” (SUAREZ, 2011 – p. 14-15)

A importância de dotar esta “via de contenção” com espaços públicos que dialoguem com as práticas existentes e possam dar a elas suportes adequados, ressaltada pelo diagnóstico realizado, pode justificar-se e comprovar-se no próprio processo histórico da região, como nos lembra Eduardo Carvalho:

“Até 1986, após a finalização das obras de urbanização do Setor Mangueira II, de melhorias dos espaços públicos do Cluster Experimental de Santa Luzia e de Joanes Leste, como também das outras obras previstas no Projeto Urbanização Final de Alagados – UFA, as invasões em Alagados, praticamente, permaneceram “congeladas” devido à fiscalização da área feita pela AMESA e, posteriormente, pela HAMESA. Com a mudança de Governo em 1987, momento em que acontecia uma intensificação do processo de invasão na Cidade, a área de Alagados deixou de ser prioridade do Governo o que redundou na desativação dos escritórios de campo da HAMESA e o encerramento dos seus trabalhos, sendo, apenas, mantidas suas atividades administrativas. O resultado foi o aparecimento de novas invasões em Alagados. Em 1990, todas as praias e áreas livres dos setores aterrados, em um total de 8 ha, já tinham sido ocupadas por 2.650 famílias e novas palafitas começaram a surgir nas águas rasas, resultantes dos aterros. A única praia não invadida, graças à iniciativa dos moradores, foi a situada no extremo oeste do Setor Joanes, chamada de “prainha” pelos moradores locais, por ter a mesma vocação para o lazer, embora suas condições de balneabilidade fossem péssimas.” (CARVALHO, 2002 – p. 222)

O diagnóstico apresentado soma-se a muitos outros estudos e projetos já realizados anteriormente – como o próprio Ribeira Azul – na tentativa de atualizar a situação das intervenções realizadas e interrompidas, articulando-as às novas dinâmicas existentes naquelas áreas e traçando novos parâmetros. A inexistência de uma instância pública “capaz de integrar, coordenar e executar propostas urbanas desta complexidade” (SUAREZ, 2011) e a incapacidade que as sucessivas administrações têm demonstrado, ao longo dos últimos anos, em articular-se com processos implementados por grupos políticos opostos, somam-se ao extremo dinamismo das ocupações e apropriações por parte da população local, que muitas vezes alteram os contextos físico e social das áreas intervindas, antes que todo o conjunto de intervenções propostas seja finalizado.

Soma-se a esta dificuldade a falta de articulação entre os poderes estadual e municipal, que não buscam atuar em parceria na intervenção e gestão daqueles contextos urbanos. A falta de diálogo fica evidente em casos como a reforma da orla da Ribeira, atualmente em execução. O projeto, sob responsabilidade da CONDER e já parcialmente executado, foi paralisado, pois propunha a extinção do terminal rodoviário da Ribeira para a criação de uma praça, medida que a Transalvador¹⁰ se recusa a aprovar.

Além disso, a dificuldade em gerar planejamentos integrados, construídos a partir de uma forte política de participação e pensados a longo prazo interfere diretamente na qualidade das propostas e, posteriormente, dificultam a sua implementação e posterior incorporação pela população local. Alguns projetos em execução na região tem sido rejeitados pela população, mas a burocracia atrelada ao financiamento das obras impede a flexibilização e alteração do projeto aprovado para construção. Os projetos são muitas vezes realizados às pressas, pela pressão gerada pela necessidade premente por melhorias, mas também por outras de ordem eleitoral, publicitária e também pela necessidade de apresentação de propostas para captação de recursos públicos. Estas pressões atropelam os processos e geram um acúmulo de propostas para uma mesma área, construídas de maneira precária e incompleta, impedindo a consolidação das medidas necessárias e desejadas para o desenvolvimento da região.

¹⁰ *Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador.*

¹¹ Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe. Fundada em 29 de Outubro de 1998, pela união de 23 associações de moradores e com o apoio da UCSal, PNUD/Banco do Nordeste e Grupo Gêrmen, presentes na reunião de fundação. Divide-se em sete subcomissões (também chamados de Grupos de Trabalho - G.T.): Geração de Trabalho e Renda; Moradia; Meio-Ambiente; Educação, Cultura e Informação; Saúde e Assistência Social; Juventude; e Reflexão sobre a Violência. Cada uma atua em seu segmento, no sentido de desenvolverem, estrategicamente, as prioridades definidas pelo PRDI. Anualmente acontecem as Reuniões do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, onde são estabelecidas as metas anuais. Semanalmente acontecem as reuniões gerais com todos os G.T. Define a sua missão como a de “ser um espaço público de articulação e mobilização das organizações comunitárias e dos empreendimentos populares da Península, visando ao desenvolvimento local sustentável” (PRDI).

¹² Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe. Formado por representantes das instituições públicas, privadas e do terceiro setor que atuam no território e se reúnem mensalmente. Se define como “um espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, dando unidade à intervenção destas, integrando-as às estratégias propostas pela comunidade”. Busca, assim, “contribuir na estruturação do sistema de governança local” (PRDI).

Voltada para as questões da borda interna da Península de Itapagipe, a CONDER apresenta poucas propostas além daquelas para esta região. O Centro de Cultura de Alagados, ainda em região próxima, representa um importante equipamento cultural e articula-se com uma iniciativa já existente no lugar, almejada pela associação de moradores e o centro de cultura existente e atuante no Fim de Linha do Uruguai. Além dele, o Projeto Cidade Bicicleta, que propõe a criação de malha de ciclovias e ciclofaixas por toda a cidade, em um total de 217km de extensão, dos quais 14,6km localizam-se na Península de Itapagipe. O projeto tem verbas do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e está vinculado ao pacote de obras de mobilidade ligado à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

■ ator social:
[mov] REDE CAMMPI

PRDI – Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe

O PRDI, Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, é um documento elaborado por integrantes de movimentos sociais da Península de Itapagipe – articulados através da Rede CAMMPI¹¹ – e com a participação de técnicos da Prefeitura Municipal de Salvador, UFBA e UCSal – através do NAI¹². A intenção é apresentar uma proposta de modelo de gestão compartilhada do território, através de um plano de desenvolvimento pensado em função das necessidades da população e do empresariado local. Enfatiza ideias como “desenvolvimento sustentável”, o “autocuidado” e “co-responsabilidade”, propondo um modelo de intervenção baseado em quatro eixos abrangentes, chamados: “valorização do fator humano, infraestrutura e serviços, diversidade econômica produtiva e organização e gestão do espaço urbano”.

Elaborado em 2006, o PRDI é uma revisão do plano de mesmo nome, realizado em 2000. Pensado como um documento balizador das ações e reivindicações relativas ao desenvolvimento da área, o documento de 2000 tinha vigência de cinco anos, e por isso foi revisto, criando um novo “cenário” para 2016. Este cenário representa as condições de desenvolvimento que se deseja atingir até o fim do período de vigência do documento, servindo como norteador para as ações sobre o território abrangido.

Uma das críticas ao plano de 2000 é um olhar prioritariamente economicista e voltado ao turismo, vendo nele a principal saída para o desenvolvimento da região e colocando como principal entrave para isso a deficiência da infraestrutura local. O novo plano, formulado em 2006, faz uma crítica a esta abordagem, repropondo como prioridade máxima a “valorização do fator humano”. Esta premissa básica, a partir da qual se redefine o cenário proposto anteriormente, pressupõe investimentos sociais para a população residente como principal medida.

“Para além dos investimentos em educação, saúde e segurança, o desafio passa a ser o de estimular novos modos e estilos de vida, resgatar e preservar os laços de identidade, fortalecer vínculos comunitário que possam, inclusive, promover a diminuição dos altos índices de violência urbana que são registrados em algumas áreas da península.” (CAMMPI, NAI, 2008)

A metodologia adotada para a realização do trabalho se baseia no Workshop Europeu para Construção de Cenários (European Awareness Scenario Workshop – EASW), utilizada desde o início da década de 90 pela União Europeia como ferramenta possibilitadora de processos participativos. A metodologia consiste em construir um “cenário”, que seria um conjunto de condições futuras desejáveis, levantadas por um grupo formado para representar a sociedade local, englobando quatro segmentos: a comunidade, os empresários, os técnicos e os decisores públicos. O Workshop foi realizado em 2 encontros com os representantes convidados, que eram prioritariamente e majoritariamente moradores da área, para potencializar suas

capacidades de articulação. Os desejos e os interesses de cada segmento foram levantados e posteriormente cruzados, juntando-os e passando a uma abordagem temática. Os temas definidos foram a diversificação econômico-produtiva, o investimento no fator humano e educação, infraestrutura e serviços. A sua abordagem estava sempre subordinada aos conceitos de diversidade-identidade e de co-responsabilização e integração intersetorial. Os resultados atingidos foram sistematizados pelo grupo organizador.

O texto resultante deste processo foi apresentado em Novembro de 2006, na VII Reunião Anual do Forum de Desenvolvimento de Itapagipe. Interessa particularmente ao nosso trabalho a sua análise e consideração, principalmente por ter sido desenvolvido a partir de uma perspectiva de desenvolvimento integrado de toda a área e por ter sido pensado *por e para* a população local.

“Slogan: Amar e viver Itapagipe: referencia de desenvolvimento baseada no cuidado com o social e a natureza, valorizando a identidade na diferença.

Ano 2016 – a Península de Itapagipe é amplamente reconhecida no contexto da cidade do Salvador por características peculiares como as suas belezas naturais, o patrimônio histórico-cultural, preservado de modo sustentável e co-responsável pela sua população, e o clima interiorano, mantendo traços do “ar bucólico” e laços sociais estreitos entre os moradores.

A preocupação em preservar esses traços norteou, na última década, as intervenções relacionadas à gestão do espaço urbano, fomentando a realização de programas difusos de auto-cuidado, reversão e valorização de espaços degradados. A intra-estrutura e os serviços urbanos e sociais estão ampliados, atendendo as necessidades básicas, graças ao apoio financeiro e ao compromisso do poder público e à participação e fiscalização direta da população, respaldados em uma gestão pública descentralizada e democrática.

O investimento maciço na valorização do fator humano é o que caracteriza, hoje, o modelo

de desenvolvimento local, assim como a estreita integração de visão e ação conseguinte entre os vários componentes da sociedade itapagipana, com acento sobre a comunidade e o setor empresarial.

Portanto, a economia local é dinâmica, equitativa e socialmente responsável, baseada na capacidade de aproveitar e valorizar, ao máximo, as peculiaridades históricas, sociais e ambientais. Trata-se de uma economia tão diversificada quanto o amplo território da região, baseada no desenvolvimento do setor náutico, da moda, do artesanato, da pesca, da gastronomia, da movelaria, e de um turismo fundamentado no fortalecimento da identidade cultural.” (CAMMPI, NAI, 2008. “Cenário – Itapagipe 2016” – p. 37)

O texto elaborado procura sintetizar as discussões e propostas, que são também descritas de maneira mais extensa no documento. As questões são hierarquizadas e organizadas em “Dimensões, Eixos e Linhas Gerais de Ação”, para priorizar as intervenções, determinar metas a serem superadas e melhor distribuir as frentes de ação em busca de sua efetivação.

A “Dimensão 1: Valorização do Fator Humano” propõe investimentos maciços e prioritários em questões sociais como Educação, Saúde, Segurança, mas também no estímulo a novos modos e estilos de vida, resgate dos laços de identidade e fortalecimento de vínculos comunitários. Subdivide-se nos eixos de Cultura, Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública, Habitação e Meio Ambiente.

A “Dimensão 2: Infraestrutura e Serviços” ressalta a importância da universalização dos serviços urbanos em rede e chama a atenção para os “graves problemas de drenagem da região, aliados à precariedade da malha urbana e aos problemas de transporte e desordenamento do trânsito. Divide-se nos eixos de Saneamento Ambiental e Mobilidade Urbana, que levantam questões como a elaboração de projetos de macro e micro drenagem, ampliação de modais de transporte integrados e melhorias na acessibilidade aos meios de transporte peatonal e cicloviário.

¹⁴ “pesca, aqüicultura, conserto e construção de embarcações, competições náuticas, serviços de marina, aluguel de embarcações e venda de produtos náuticos.” (CAMMPI, NAI, 2008)

A “Dimensão 3: Diversidade Econômica e Produtiva” busca levantar possibilidades de desenvolvimento econômico local a partir do fomento aos pequenos e micro-empresários da região. Divide-se nos eixos Fomento à Ampliação e Implantação de Negócios, Fortalecimento de Micro e Pequenos Empreendimentos e o eixo Práticas Solidárias. Propostas como a disseminação de alternativas solidárias de produção, comercialização e consumo, bem como incentivos à “cadeia produtiva do mar”¹⁴ e a setores como o Turismo – fundamentado na identidade cultural da região, a moda, o artesanato, a movelaria, a reciclagem e a gastronomia encontram-se neste grupo.

Por fim, a “Dimensão 4: Organização e Gestão do Espaço Urbano” propõe uma ação compartilhada e co-responsável de gestão do espaço urbano. Divide-se nos eixos Consolidação das Instituições Existentes, Gestão Compartilhada do Território, e Integração do Território à Gestão da Cidade. Coloca entre suas prioridades a gestão municipal descentralizada e participativa, o fortalecimento da Rede CAMMPI e da NAI, a criação de um escritório de dinamização das potencialidades locais, o suporte técnico à comunidade para apoio e orientação na elaboração de projetos, o incentivo à participação, a capacitação de atores das associações e ONGs para a gestão de projetos e para acompanhar e intervir na gestão da cidade; e o ordenamento e controle da ocupação e uso do solo.

Algumas Potencialidades e Obstáculos são também levantadas, como formas de conseguirem alcançar os objetivos traçados. Entre as potencialidades estão o Lazer e o Turismo cultural, religioso e social; a prática de esportes e atividades náuticas; a contribuição ao processo de desenvolvimento pelo estímulo das variadas manifestações culturais e artísticas locais; o setor de confecção, com a aglutinação de pequenos empresários da área de moda, aliado ao potencial de mão-de-obra já existente; o artesanato; os alimentos típicos; o lixo reciclável, não apenas na geração de renda, como também de conscientização; e o forte poder de organização e mobilização das comunidades locais. Dos obstáculos, destacam-se a degradação do patrimônio natural; as deficiências na infra-estrutura urbana; o descuido com o território por parte do próprio morador; a baixa escolaridade; a baixa qualificação e formação profissional;

o alto índice de pobreza; o baixo nível de capacitação de boa parte dos empreendedores; e a incipiente organização do empresariado local.

O papel do PRDI no cruzamento entre as suas diretrizes e os planos dos outros atores sociais é fundamental nesta etapa do trabalho. Gerado a partir de um longo e denso processo de lutas e discussões, este rico conjunto de reflexões geradas por pessoas que vivenciam os problemas da península nos dá importantes informações acerca das suas necessidades. As questões objetivas levantadas pelo plano complementam, no âmbito das necessidades dos moradores, as questões levantadas por nós no processo de aproximação.



Três ações, dois lados, uma só península

O cruzamento dos planos desenvolvidos, das forças exercidas e dos desejos manifestados por cada ator social, colocados ao longo do trabalho e sintetizados na etapa anterior, foi a maneira que encontramos para realizar a transição entre a parte mais investigativa, analítica e crítica do trabalho e a sua parte mais propositiva. Sabemos que cada escolha, desde o começo do processo, contém já em si um caráter propositivo. Os caminhos que fomos escolhendo delinear-se a partir do que íamos encontrando, mas também por intenções nossas e pela escolha de determinadas formas de encarar os desafios que se colocavam a cada etapa. Por isso entendemos que todo o processo é também projeto. Assim como o projeto que apresentamos a seguir é também análise, interpretação, síntese e crítica.

A proposta que emerge destes cruzamentos é, ao nosso ver, a principal contribuição que este trabalho oferece ao pensamento urbanístico sobre a Península de Itapagipe. A articulação dos diferentes pensamentos analisados coloca num mesmo plano não só os diferentes atores, mas as diferentes áreas da península, normalmente pensadas de forma segregada, refletindo a segregação sócio-espacial já existente e assim reforçando-a. Além disso, agrega ainda um novo ponto de vista, produzido por nós a partir de um denso processo de apreensão, interpretação e síntese de questões subjetivas e objetivas importantes, obtidas a partir de observações, conversas e pesquisa. Os praticantes dos espaços da península, muitos deles alheios e/ou desconsiderados nos processos propositivos atuais, ganham também voz e têm as suas práticas inseridas no pensamento que subsidiará as novas propostas, imbuídas necessariamente da sua importância e valorização.

O conjunto de ações apresentado a seguir incorpora propostas encontradas nos planos de cada ator social, na medida em que dialoguem e contribuam com a ideia geral que dá sentido a este conjunto. Outras propostas são consideradas quanto à sua probabilidade de efetivação, em sua maioria projetos do Estado - alguns com obras iniciadas e/ou paralizadas e outros já com recurso captado, faltando apenas o processo de licitação e construção. Encaramos estas como “realidades futuras”, para que possam também estar articuladas com as novas configurações que propomos.

» Páginas seguintes: propostas incorporadas de cada ator. As cores indicam a procedência de cada proposta adotada, seja nos textos ou no mapeamento.

novas conexões

mobilidade

qualificar

ampliação das possibilidades de deslocamento por meio de sistemas multi-modais de transporte

mar

plano de proteção ambiental

conforto urbano

pista de borda

cidade-bicicleta

vazio

desejos

conter

espaços de contato

parque linear

articular

participação e fiscalização direta da população

qualificação da mão-de-obra local de acordo com as potencialidades econômicas da península

potência

estímulo às variadas manifestações culturais artísticas locais

memória

equipamentos de cultura, esporte e lazer

centro cultural alagados

cadeia produtiva do mar: pesca, aquicultura, esportes náuticos, estaleiros, marinas e produtos náuticos

partilhar a rua

lazer

criação e melhoria de sistemas de transporte peatonais e cicloviários

-
- abertura de vias
 - - - linha de VLT
 - equipamento público
 - aumento faixa de praia (ribeira, cantagalo, boa viagem); mergulhão e espaço público (calçada)
 - vazios potenciais para interferências
 - espaços de contato - áreas de uso misto com predominância de comércio
 - espaços de contato - áreas de lazer
 - - - projeto cidade bicicleta
 - pista de borda
 - caminho peatonal com ponte
 - HIS (habitação de interesse social)
 - equipamentos públicos
 - melhoria de infra-estrutura urbana e espaços públicos

A análise crítica e cruzada das propostas dos atores sociais apontava para a incorporação, em nosso plano, de ações sobre a mobilidade, a criação de novos espaços e equipamentos públicos e a erradicação das condições precárias de moradia e habitabilidade. A Rede CAMMPI, através do seu PRDI, nos trouxe um rico panorama das atividades locais, saberes, costumes e iniciativas a serem promovidas para fomentar um desenvolvimento de dentro para fora. Todas estas questões foram colocadas em diálogo com as indicações subjetivas levantadas por nós, que apontavam para a diminuição de uma forte segregação sócio-espacial, bem como para a consolidação dos *espaços de contato* e a reinserção de grandes vazios urbanos à dinâmica da cidade.

A intenção inicial de trabalhar numa escala que abrangesse todo o território identificado como Península de Itapagipe foi reforçada e consolidada ao longo do percurso e nos levou a questões que, mesmo surgidas na micro-escala, tinham uma dimensão macro. A ideia de tratar a península como um só território não busca eliminar as diferenças culturais existentes entre os seus bairros, mas diminuir aquelas referentes ao acesso a bens e serviços públicos e às oportunidades de desenvolvimento social e econômico. Ao constatarmos a existência de um território partido ao meio por uma forte segregação sócio-espacial, percebemos que um plano que buscasse atuar sobre todo ele deveria, necessariamente, propor ações que diminuíssem essas diferenças.

Percebemos que a forma como o olhar de alguns dos atores se direciona à península ajuda a reforçar esta divisão. As propostas normalmente alinham-se a dois tipos de postura: um desenvolvimentismo voltado prioritariamente ao turismo, muitas vezes acompanhado por propostas de substituição das populações existentes por outras de maior poder aquisitivo; e ações de melhoria das situações de extrema miséria e carência de serviços públicos básicos. O Estado concentra-se principalmente nestas últimas, propondo também algumas intervenções, que define como “físicas” (como se não influenciassem em outras questões que não as meramente construtivas) nas áreas de interesse turístico. Já o empresariado, ultimamente com grande ajuda do poder municipal, concentra-se na cobiça das outras áreas, mais “nobres”,

visando a expansão do mercado imobiliário. A Rede CAMMPI faz a excessão, propondo um pensamento integrado de toda a península, a partir de uma ideia de desenvolvimento que priorize as práticas e saberes existentes. Entendemos que esta abordagem é a mais adequada ao contexto e aquela que poderá resultar num conjunto mais efetivo de transformações, no sentido da construção de uma cidade mais igualitária e democrática.

É importante também reafirmar a nossa intenção em pensar medidas que ajudem no desenvolvimento desta parte da cidade, tendo sempre como ponto de partida e ponto final a população local e as práticas e dinâmicas existentes. Somos contrários à ideia de que só é possível viabilizar mudanças urbanísticas de grande porte pela via da substituição de populações por outras de maior poder aquisitivo. É importante potencializar as trocas já existentes entre habitantes de dentro e fora da península e para isso é evidente a carência por infraestrutura e serviços mais adequados. Neste sentido, a preservação das práticas existentes e a garantia aos habitantes locais do seu direito à cidade deve ser o limite principal das mudanças a serem implementadas.

Acreditamos ainda que a parceria público-privada pode ser um caminho possível, mas apenas enquanto as ações implementadas por esta parceria respeitem, em absoluto, o interesse público. O Estado, como órgão regulador destas operações consorciadas, deve garantir rigorosamente a função social de suas intervenções. Além disso, não acreditamos que esta seja a única maneira de viabilizar intervenções de porte nas cidades brasileiras. Experiências de sucesso nesse sentido tem se destacado em cidades colombianas, mostrando que com uma rigorosa legislação urbanística e um planejamento competente é possível promover ações de desenvolvimento urbano, com projetos de interesse público - inclusive com alta qualidade urbanística, arquitetônica e construtiva - sem submetê-las aos interesses privados. Estas experiências mostram que a criação de dispositivos legais que inibam a especulação imobiliária e fomentem formas mais eficientes de financiamento público - aliadas à criação de instâncias públicas autônomas de planejamento que possibilitem projetos de longo prazo e a produção de equipamentos de qualidade - são um caminho possível para a viabilização de um desen-

volvimento urbano mais democrático e efetivo.

Entendemos que a proposta de cidade apresentada por este trabalho não deve submeter-se às condicionantes da conjuntura atual. O conhecimento produzido no âmbito de uma universidade pública deve estar fortemente calcado na realidade, sem no entanto reproduzir as suas limitações. A verdadeira potência deste trabalho reside nas possibilidades de transformação que, a partir da compreensão da complexidade das forças atuantes, podemos oferecer à sociedade. Nesse sentido, o esforço em articular as múltiplas vozes, desejos, forças, práticas e memórias que configuram este lugar busca fazer ver formas de repropor criticamente o atual estado de coisas.

O olhar lançado sobre a Península de Itapagipe ao longo deste processo levou à compreensão de que o principal entrave a ser contornado deveria ser a forte segregação sócio-espacial encontrada. Por isso, a ideia que articula e dá sentido ao conjunto de ações proposto é a de desestabilizar os limites físicos e subjetivos existentes e potencializar novas permeabilidades. Entendendo que os motivos para este desequilíbrio são de ordens distintas, estas ações “atacam” o problema por três frentes, que chamamos de CONECTAR, CONSOLIDAR e ATRAIR. Cada uma delas vai atuar de maneira diferente tanto sobre as causas como sobre os efeitos desta segregação.

CONECTAR

Uma condição física e objetiva se coloca no caminho das permeabilidades. A dificuldade de locomoção pelos espaços da península, causada por uma rede de transporte urbano pouco eficiente, impede uma circulação mais natural e distribuída entre os seus espaços. O sistema existente, voltado basicamente ao transporte rodoviário, realiza-se exclusivamente através de linhas de ônibus. O transporte ciclovitário, utilizado por uma grande parcela da população por ser de baixo custo e pela topografia eminentemente plana da região, é pouco estimulado.

A rede desorganizada de ônibus aumenta os congestionamentos e funciona de forma lenta e pouco integrada.

A proposta de reestruturação de todo o transporte público da península se dá através da criação de um novo modal de transporte, o VLT¹, criando um eixo que ao mesmo tempo irriga toda a área ao seu redor e cria um vetor de conexão com a cidade. Este modal estaria integrado com um circuito de ciclovias e uma via náutica, assim como a um novo sistema de transporte rodoviário, reconfigurado em função da nova organização.

O VLT, proposta adotada a partir do projeto Nova Cidade Baixa com algumas modificações, viria desde o bairro do Comércio, passando pela Calçada, Roma e Caminho de Areia até chegar à Ribeira, de onde voltaria, passando pelo Bonfim e chegando até o Largo de Roma através da Av. Dendezeiros, unindo os dois sentidos na Avenida Fernandes da Cunha e seguindo novamente para o Comércio, no trecho que concentra os fluxos de saída e chegada à península. Este circuito tem a função de articular os outros modais dentro da península e de carregar os maiores fluxos de pessoas, que chegam e saem diariamente de Itapagipe. Esta medida ampliaria as possibilidades de deslocamento e conexão com a cidade e reduziria os congestionamentos diários que se formam nas avenidas Barão de Cotegipe, Fernandes da Cunha e Suburbana, em função desse tipo de deslocamento.

As linhas de ônibus existentes seriam reorganizadas, articulando-se ao VLT em paradas ao longo do seu trajeto e tendo como principal ponto de convergência uma nova estação intermodal criada no coração da península. O Caminho de Areia, que hoje materializa um forte limite subjetivo entre duas áreas distintas, seria então o principal eixo de articulação entre elas. Esta estação, atualmente uma garagem de ônibus, seria o ponto de partida das novas linhas de micro-ônibus, irradiando para os bairros os fluxos que chegam à península através do VLT. A diminuição do porte destes veículos, assim como da extensão dos circuitos, reduziria o impacto deste modal de transporte nas vias e possibilitaria deslocamentos mais eficientes, rápidos e com maior alcance. A consequente desativação dos fins de linha da Ribeira,

¹ VLT - Veículo Leve sobre Trilhos. Este meio de transporte tem como vantagens um transporte urbano mais rápido e eficiente, pois tem via própria e exclusiva, além de não segregar o espaço da via por onde passa. Pode, ao mesmo tempo, circular tranquilamente entre automóveis e ônibus, e através de cruzamentos e sinaleiras. Cidades como Porto (Portugal), Barcelona (Espanha) e Portland (EUA) contam com este modal como parte do seu sistema de transporte público, com grande sucesso.

³ O Projeto Via Náutica foi uma iniciativa da PMS, na gestão do prefeito Antônio Imbasahy, que propunha a criação de uma hidrovia de transporte público na Baía de Todos os Santos, desde o Porto da Barra até a Ribeira. A visão do projeto original apresentado em 2000 era principalmente voltada ao turismo e relacionava-se a um conjunto de obras realizadas na Cidade Baixa com este intuito. Uma delas, a restauração da igreja de Monte Serrat e re-estruturação do seu entorno, foi acompanhada pela construção de um pier de atracação, inaugurado no mesmo ano. Este pier, no entanto, previsto como o primeiro de seis que serviriam de estações de integração da via com outros modais, nunca foi inaugurado e hoje já encontra-se em processo de arruamento.

Bonfim, Uruguai e Massaranduba possibilitaria a criação de novos espaços públicos nestes lugares, mantendo o seu caráter de centralidade e sua importância no contexto do transporte urbano pela criação de estações intermodais, que articulariam as linhas de micro-ônibus com as ciclovias, hidrovia e o próprio VLT.

O circuito de ciclovia proposto tem como base o projeto Salvador Cidade Bicicleta, do Governo do Estado, vinculado às obras de mobilidade voltadas para a Copa de 2014. Propomos algumas novas vias, ampliando este circuito para as novas pistas de borda e para a orla de Cantagalo e Boa Viagem, atendendo assim à forte demanda de deslocamento para estas praias, principalmente aos finais de semana. Este circuito cicloviário, proposto nas vias de maior porte e fluxo, criaria melhores condições de segurança e fluidez a este modal, já amplamente utilizado. A bicicleta, apesar dos perigos a que se expõe atualmente, pelos buracos, barreiras e pela disputa de espaço em grandes vias com automóveis, ônibus e caminhões, é um dos meios de transporte mais utilizados na península, principalmente pelo seu baixo custo e pela topografia eminentemente plana do território.

A retomada e implantação do projeto Via Náutica³ também é proposta, criando uma alternativa de conexão entre áreas da península e com a cidade, por via marítima. A ideia do projeto, originalmente voltada mais ao campo do turismo, é reproposta, pensando esta hidrovia como mais um dos modais integrados à rede urbana de transporte público. O seu uso integrado, através de um mesmo sistema de bilhetagem, impediria a exploração exclusivamente turística deste percurso, mantendo também os preços das passagens coerentes com os dos demais modais. Uma experiência local pode comprovar a pertinência da implantação de um modal como este: a travessia entre Ribeira e Plataforma, reestabelecida em 2008, tem transportado com regularidade turistas e moradores entre as duas localidades. Outra travessia, não oficial, realiza o transporte de passageiros entre os bairros do Uruguai e Lobato, em pequenos barquinhos a remo e com movimento também regular. Propomos, assim, a ampliação dos terminais marítimos previstos no projeto Via Náutica, conectando ao seu trajeto 3 estações na nova pista de borda: uma no Areal da Ribeira, uma no Lobato e uma em Plataforma. Estas

novas estações atenderiam a um grande número de moradores dessas regiões, dando melhores condições e maior integração aos percursos já realizados, além de integrar-se e trazer novo fluxo à nova Pista de Borda da Enseada dos Tainheiros.

Por fim, incorporamos as propostas da CONDER de criação de duas novas Pistas de Borda: uma na Enseada dos Tainheiros e outra no Mirante do Bonfim. A Pista de Borda da enseada dos tainheiros, como mostrado anteriormente, estende-se há mais de 15 anos, tendo seu processo marcado pela descontinuidade e má qualidade construtiva, resultando em um conjunto fragmentado de trechos em construção e em ruínas. A sua implementação por inteiro é de grande importância para as localidades lindeiras à Enseada dos Tainheiros, na medida em que amplia suas possibilidades de conexão e oferece a estas populações novos espaços públicos voltados ao mar. Estas medidas vem acompanhadas da relocação de moradias sobre palafitas e da consolidação desta borda. No entanto, a real efetivação deste espaço como limite entre terra e mar só será possível com a criação de equipamentos e espaços públicos que possibilitem a criação de vínculos e de um sentimento de pertencimento deste espaço com relação à população residente na área. Adotamos, neste sentido, as propostas apresentadas pela professora Naia Alban, em diagnóstico realizado a pedido da CONDER, em que ressalta a importância de agregar à função de CONTER, as funções de ARTICULAR e QUALIFICAR os novos espaços criados. Agregamos ainda a esta nova via os três novos atracadouros da via náutica citados acima e a criação de dois novos equipamentos públicos de grande porte, no Estaleiro Corema e na Fábrica Bom Brasil.

» Páginas seguintes: Diagrama-síntese (esquerda) e mapeamento no território (direita) das propostas da ação CONECTAR.

INTEGRAÇÃO INTERMODAL

NOVO EIXO ESTRUTURANTE DO TRANSPORTE URBANO (VLT)

conexão com a cidade
irrigação para os bairros
menor impacto viário
trilho sem segregação

PENETRAÇÃO NO TERRITÓRIO

vias estruturantes de bairro
linhas de micro ônibus locais
ciclovias

CICLOVIAS

circuito pelas principais vias estruturantes da península

PISTA DE BORDA
vias de automóveis
calçadas
ciclovias
espaços públicos
equipamentos

VIA NÁUTICA
novas possibilidades
de conexão entre a
península e a cidade

CONECTAR



-
- pista de borda
 - ciclovia
 - VLT
 - via náutica
 - estações intermodais
 - 1. caminho de areia
 - 2. calçada
 - 3. ribeira
 - marítimo
 - rodoviário
 - ferroviário
 - VLT
 - cicloviário
 - igrejas
 - comércio
 - hospital irmã dulce
 - sorveteria da ribeira

CONSOLIDAR

Os *espaços de contato* detectados na etapa de aproximação emergiram como importantes geradores de situações de partilha, conflito e disputa dos espaços públicos da península pelos seus “dois lados”, possibilitando a ruptura dos seus limites. Assim, como já desenvolvido nos capítulos anteriores, percebemos a importância de consolidar estas práticas e, mais do que isso, possibilitar a sua disseminação por outros espaços mais segregados de Itapagipe.

Identificamos os usos ligados ao comércio e ao lazer como os principais promotores destes contatos e detalhamos os entraves encontrados em um conjunto urbano com infra-estrutura deficitária no que diz respeito aos usos que dá suporte. Além disso, detectamos como principal entrave, mas ao mesmo tempo principal saída, a existência de enormes edifícios e terrenos subutilizados, vazios ou com usos inadequados ao predominante em seu entorno.

Nesse sentido, a segunda ação proposta tem como objetivo CONSOLIDAR os *espaços de contato* existentes, entendendo que esta denominação se refere muito mais às práticas espacializadas nestes lugares do que às suas condicionantes físicas. Dois principais conjuntos de práticas podem ser identificados: aquelas ligadas ao comércio e aquelas ligadas ao lazer.

As zonas de comércio concentram-se nos bairros da Calçada, Mares e Caminho de Areia⁴. Na Calçada e Mares, as avenidas Barão de Cotegipe e Fernandes da Cunha concentram um forte comércio grossista (principalmente a primeira) e outros estabelecimentos comerciais de grande abrangência, pois configuram as principais vias de saída e chegada à península. A Rua do Uruguai configura um vetor de crescimento deste tipo de comércio, penetrando a região proveniente das ocupações sobre o mar e servindo também como importante via estruturante e atratora de fluxos de toda a península. O Caminho de Areia, já citado anteriormente como importante eixo viário, concentra um uso misto e apresenta também grandes estabelecimentos comerciais, servindo aos “dois lados” de que é limite.

⁴ A avenida Caminho de Areia passa entre muitos bairros, mas não faz parte de nenhum deles. A sua consolidação enquanto centralidade e a peculiaridade dos seus usos configuram um outro bairro, o que se reflete nas correspondências que hoje chegam aos imóveis situados ali. No campo “rua” aparece Av. Tiradentes ou Av. Caminho de Areia, mas o campo “bairro” é majoritariamente preenchido com a denominação Caminho de Areia.

Nestas zonas, de intenso fluxo principalmente ao longo da semana, propomos interferências que proporcionem melhores condições de circulação e permanência, possibilitando um uso mais confortável ligado ao comércio, com ênfase na circulação a pé. A diminuição da largura das vias de circulação de automóveis é possibilitada pela implantação da ação anterior, que reestrutura os fluxos de chegada e saída e por toda a península dando preferência ao transporte público e às circulações cicloviária e peatonal. Com isso, as calçadas podem ser reformadas e ampliadas, propondo-se também a arborização e implementação de mobiliário urbano adequado.

Levando em conta ainda o forte caráter grossista do comércio local, são propostas a criação de vagas de estacionamento e áreas de carga e descarga, para facilitar a chegada e saída de materiais das lojas. Estas novas áreas podem ser implantadas ao longo das vias, quando for possível, ou nas novas áreas a serem incorporadas à dinâmica local, através da reconversão de edifícios abandonados ou subutilizados. Estes vazios urbanos devem ser re-inseridos ao contexto urbano local, voltando-se ao uso comercial existente, seja pela sua conversão em áreas como as citadas acima ou pela sua transformação em estabelecimentos comerciais com abertura para as ruas, diminuindo os hiatos existentes nas ambiências destas zonas, criados pelos grandes muros destes imóveis.

As áreas de lazer concentram-se em duas principais faixas de orla: de Cantagalo à Boa Viagem e na Avenida Beira Mar, que vai da Baixa do Bonfim até a ponta da Penha, na Ribeira. Nestas áreas, as propostas procuram ampliar os espaços de circulação e permanência, ampliando calçadas, dotadas de ciclovias, arborização e mobiliário urbano adequado. Para isso, se propõe a ampliação das estreitas faixas de praia através de aterro hidráulico, aumentando assim também os espaços de permanência na areia. Além disso, a criação de rampas de acesso adequadas, quiosques e postos de serviço, buscam dar melhores condições de conforto e usabilidade a estes espaços.

De Cantagalo à Boa Viagem, os principais entraves são causados pela existência de grandes

extensões de muros, que interrompem as ambiências encontradas nas praias, principalmente aos finais de semana. Esta falta de continuidade é agravada pela inexistência de uma via que conecte toda a extensão da praia, o que é piorado por alguns trechos que são obstruídos até para quem caminha pela areia. Propomos então para esta área a criação de uma nova calçada com a configuração de um “pente”, que conecta todo o trecho de praia longitudinalmente, mas também se prolonga por suas ruas transversais, convertidas em ruas peatonais de acesso restrito a veículos de moradores, tendo como via de acesso por automóveis e por transporte público as avenidas Luís Tarquínio e Barão de Cotegipe. Esta decisão é tomada principalmente com o intuito de preservar as relações existentes entre os proprietários dos imóveis lindeiros à praia e o uso de lazer desenvolvido ali, que já estabelecem práticas peculiares ao lugar, como serestas, pagodes e o famoso cozido, que não se concentra mais apenas na Ribeira. Além disso, possibilita maior espaço para os usos de circulação e permanência de pedestres, seja na areia ou fora dela.

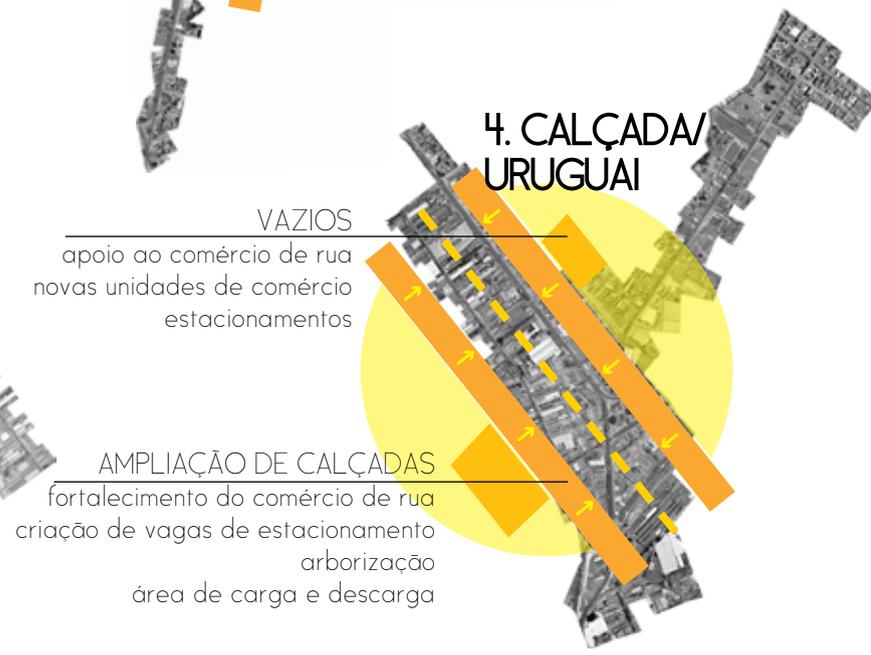
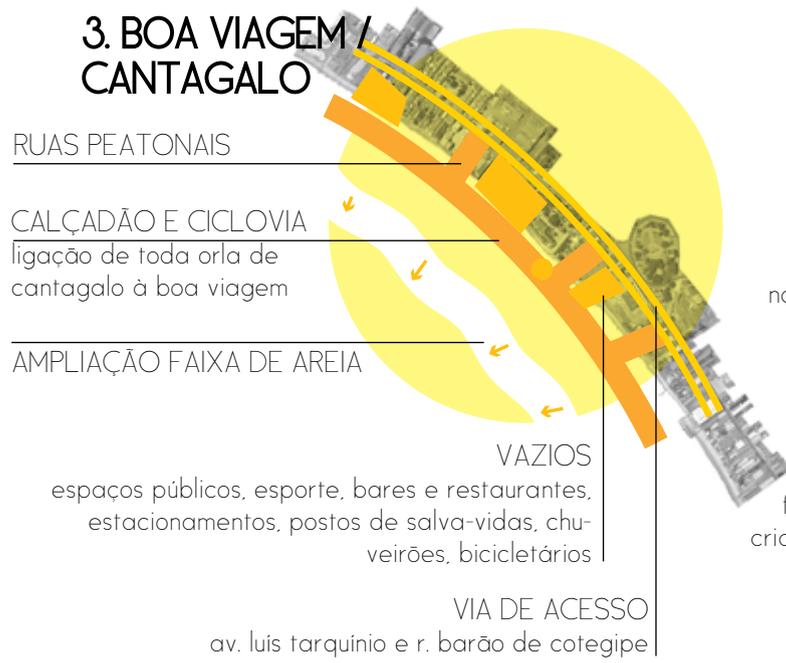
No trecho da praia de Cantagalo a via de acesso é a Av. Barão de Cotegipe, eminentemente comercial. Ali, o uso proposto para os vazios urbanos volta-se à criação de novos estabelecimentos comerciais nas porções dos terrenos voltadas a esta avenida e estacionamentos que sirvam tanto ao uso da praia como do comércio. Nas porções dos terrenos voltadas para a praia, propõe-se a criação de novas áreas para bares, restaurantes e espaços públicos que dêem maior suporte a este uso. No trecho de praia relacionado à Avenida Luís Tarquínio, propõe-se a reconversão de vazios voltando-se ao uso residencial, predominante na área. Destaca-se nesta área o grande terreno da antiga Empório Industrial do Norte, atualmente garagem de carretas e depósito de contêners, que interfere negativamente tanto nas ambiências residenciais da Luís Tarquínio como no lazer da praia paralela a ela. A proposta é que este terreno seja transformado em um grande espaço público que dê suporte aos dois usos, contando com equipamentos recreativos e esportivos, que possam agregar maior valor e qualidade de vida a ambos. Nos outros vazios e galpões existentes na área, propõe-se usos residenciais e mistos, na mesma lógica utilizada no trecho de Cantagalo, de dar suporte ao uso da praia, de um lado, e ao uso predominante na via de acesso (neste caso o residencial), do outro.

No trecho de praia ao longo da Avenida Beira Mar estão localizadas as praias da Baixa do Bonfim, Bogari e Penha. As ações propostas para este trecho incorporam medidas encontradas em projetos apresentados pela CONDER e pelo projeto Nova Cidade Baixa, articulando-as entre si e principalmente ao intuito de consolidar os usos existentes, de acordo com a ideia geral desta segunda ação. Propõe-se o prolongamento das obras de requalificação física da orla da Ribeira, com ciclofaixas implementadas em alguns trechos, alargamentos de calçadas e novas áreas de estacionamentos, para os trechos além da Praia da Penha, passando pelo Bogari e indo até a Baixa do Bonfim. Nestes trechos, onde a faixa de praia é muito estreita, propõe-se a ampliação da mesma por aterros hidráulicos e também de suas calçadas, que hoje chegam a não existir em alguns trechos. Além disso, a criação de postos de serviço e acessos adequados tanto a banhistas como aos usos náuticos existentes, como rampas e piers de acesso ao mar.

Nesta área são poucos os “vazios” remanescentes do período industrial. A antiga fábrica Barreto de Araújo, na Baixa do Bonfim, já foi convertida em praça pública pela Prefeitura Municipal em 2010. A antiga fábrica da Antártica, logo em frente, já tem projeto com recurso captado para implantação de conjunto habitacional pela CONDER. Além delas, destacam-se dois importantes vazios no fim de linha da Ribeira: a antiga Marina da Penha, atualmente desativada, e a antiga Companhia Baiana de Navegação, também desocupada. O entorno imediato destes imóveis é preenchido aos finais de semana pelas mesas de bares e restaurantes vizinhos e por centenas de pessoas que vem, principalmente às segundas-feiras, comer o famoso cozido e dançar ao som de música ao vivo. A proposta para estes vazios é que a sua reinserção neste contexto possa dar maior suporte a esta atividade, com maiores espaços para mesas, liberando as areias e as calçadas para a circulação de pedestres e para as novas ciclovias, além da criação de áreas de estacionamento, diminuindo também os impactos negativos gerados às zonas residenciais próximas.

» Páginas seguintes: Diagrama-síntese (esquerda) e mapeamento no território (direita) das propostas da ação CONSOLIDAR.

CONSOLIDAR





ESPAÇOS DE CONTATO: LAZER
praias e zonas turísticas
temporalidade: fim de semana

ESPAÇOS DE CONTATO: TRABALHO
forte comércio
temporalidade: semana

NOVAS ORLAS
calçadas
ciclovias
aterro com aplicação da faixa de areia

VAZIOS
grandes edifícios subutilizados a serem reinseridos à dinâmica local, relacionada à prática que possibilita o espaço de contato.

ATRAIR

A terceira ação procura desestabilizar os limites e potencializar novas permeabilidades a partir da criação de equipamentos públicos que atuem sobre dois importantes aspectos geradores da segregação sócio-espacial existente na península.

O primeiro deles é a inexistência, em algumas regiões, de atrativos que façam com que moradores de outras áreas da península ou da cidade frequentem estes lugares. Nas conversas com moradores dos “dois lados”, muitos relataram que, em parte, não se cruza o limite do Caminho de Areia em direção aos Alagados simplesmente por não haver ali o que motive este deslocamento. As praças com maior porte e infraestrutura concentram-se no lado de ocupação mais antiga, assim como a grande maioria dos equipamentos públicos ligados à educação, saúde e turismo. As praias, principal espaço de lazer (segundo algumas pessoas, o único) também estão todas concentradas nesta porção do território. Nas margens voltadas à Enseada dos Tainheiros, principalmente no trecho mais próximo aos Alagados, a precariedade dos espaços públicos e a inexistência de equipamentos, aliada à situação marginal deste território tratado como “fundo”, se refletem nos altos índices de poluição das águas, assim como na violência, associando a estes espaços uma sensação muito mais de medo e repulsa do que de atração. Além disso, a enorme densidade ocupacional da área, com alguns lugares apresentando os mais altos índices da cidade, resulta em um conjunto urbano quase sem áreas públicas abertas e arborizadas, que possam ser usadas como espaços de lazer ou simples permanência.

O outro ponto importante abordado por esta ação é a notável diferença no que se refere aos indicadores sociais entre os “dois lados” da península. Na área proveniente dos aterros sobre o mar, os índices de escolaridade, renda e emprego são dos mais baixos da cidade, e isso contribui para os elevados índices de violência em algumas localidades, que também ajudam a construir um forte estigma de insegurança para toda a área e fazem com que grande parte dos moradores da península tenha medo de penetrar pelas ruas que levam até estes bairros.

Procurando atuar nestas duas frentes, a ideia principal da ação ATRAIR é criar um conjunto de equipamentos públicos distribuído por toda a península. Os usos previstos para cada um destes equipamentos deve ao mesmo tempo atuar em duas escalas: uma mais local, relacionando-se às questões importantes do entorno onde estão inseridos, e a outra mais ampla, atraindo pessoas de toda península e também de fora dela.

A proposta de implementação destes novos equipamentos desenvolve-se em duas etapas principais. A primeira, mais urgente, tem a função principal de fazer **cruzar o limite**, tentando criar um contra-fluxo, na direção dos bairros da região dos Alagados. Estes três novos equipamentos propostos somam-se ao Centro Cultural Alagados, projeto com recurso captado pela CONDER, a ser construído no Fim de Linha do Uruguai. O **programa comum** destes equipamentos prevê:

- a. A criação de “vazios impregnados de possibilidades”⁵, em espaços públicos amplos e sombreados e abertos à livre apropriação, como novos “oásis” inseridos no contexto densamente ocupado destes territórios;
- b. Uso específico relacionado ao contexto da área em que está inserido, promovendo a educação e qualificação profissional da população local e de toda a península, dialogando com as dinâmicas e saberes existentes e promovendo a inserção produtiva destas populações e o consequente desenvolvimento social e humano das mesmas;
- c. Biblioteca pública, com acervo focado no uso específico, mas com espaços e acesso ao acervo abertos ao público;
- d. Auditório público, voltado à promoção de eventos e atividades culturais locais, que dêem espaço ao desenvolvimento de grupos já existentes e novos, atraindo também pessoas de todas as áreas da península.

⁵ [O espaço sob o vão do Masp] é um vazio impregnado de possibilidades. Ele configura lugar de encontro, de troca, praça pública, agora democrática, espaço aberto para manifestações coletivas de diversos tipos, lugar de jogo enigmático (...) é um lugar de escuta ao outro, aberto ao azar, ao indeterminado.” (OLIVEIRA, Olivia. *Sutis Substâncias da Arquitetura*. pg. 259)

⁷ A proposta referencia-se no concurso de projetos promovido em Recife, para uma área de características semelhantes, como define o texto da equipe vencedora: "Referência nacional em serviços psiquiátricos desde fins do século XIX, o Hospital Ulisses Pernambucano e seu lote densamente arborizado confundem-se com a história e a paisagem da Zona Norte do Recife. A evolução dos estudos médicos, as exigências da Reforma Psiquiátrica e o interesse de diversos setores da sociedade em apropriar-se daquele espaço levam este conjunto a um momento de transformação: o Parque da Tamarineira, agora desapropriado, tem o compromisso de abrir-se à cidade, desmistificar a loucura e oferecer à população lazer, cultura e educação ambiental, tudo isto convivendo com atividades hospitalares." < <http://concursosdeprojeto.org/2011/10/23/concurso-parque-da-tamarineira-%E2%80%93-93-recife-%E2%80%93-primeiro-lugar/> > acesso em 25.02.2013

Amparados pelas indicações da Rede Cammpi, em seu PRDI, definimos para estes três equipamentos os seguintes usos, indicados no mapa e no diagrama a seguir:

1. No Estaleiro Corema, no Areal da Ribeira, é proposto um equipamento voltado para as atividades náuticas, desenvolvendo atividades educacionais voltadas aos ofícios de estaleiro, ao esporte náutico e à educação ambiental;
2. Na garagem de tratores da empresa Terrabrás, na Rua do Uruguai, é indicada a conversão em um equipamento voltado para a qualificação da mão-de-obra remanescente da atividade industrial têxtil, possibilitando sua inserção não só na atividade industrial existente, mas na produção e venda própria, criando um pólo de moda local que alie o saber existente a uma nova postura.
3. Numa garagem de ônibus desativada, localizada no Jardim Cruzeiro, propõe-se um equipamento voltado à cadeia produtiva alimentar, dando suporte e promovendo ações educativas voltadas às atividades de produção de alimentos, com restaurante popular, hortas urbanas e novo espaço de suporte à feira existente no Jardim Cruzeiro;

A segunda etapa de implantação de equipamentos desta ação tem o objetivo de consolidar uma rede, ampliando os pólos de atração para pontos encontrados em todos os lados da península:

4. No Manicômio do Estado, propomos um novo parque urbano, mantendo o hospital psiquiátrico existente e integrando-o à cidade⁷.
5. Na antiga Garagem dos Carris, no Largo de Roma, propomos a criação de lojas e estacionamento, dialogando com o uso existente na zona da Calçada e a criação de um novo cinema, pela forte referência deste lugar na memória dos

habitantes, vinculada a este uso.

6. No quartel do Exército situado na Ponta do Humaitá incorporamos a proposta apresentada pelo projeto Nova Cidade Baixa, de criação de um centro esportivo;

7. Na Fábrica Bom Brasil, indicamos a utilização de parte de sua área como um parque urbano integrado à nova via de borda e a instalação de um grande equipamento, como um campus universitário;

Estes novos usos propostos configuram, já desde a primeira etapa, uma rede de equipamentos, juntamente com outros existentes e em processo de viabilização. São eles:

8. Centro Cultural Alagados: espaço cultural existente no fim de linha do Uruguai, que será ampliado em obra a ser implementada pela CONDER;

9. Fábrica Cultural: novo espaço cedido pela prefeitura à ONG que promove ações de qualificação e inserção produtiva de jovens, na Ribeira;

10. SESI/FIEB: Serviço Social da Indústria, com sede localizada na Av. Caminho de Areia, com atuação focada em “saúde, educação, lazer e responsabilidade social e empresarial”⁸, voltado para trabalhadores da indústria.

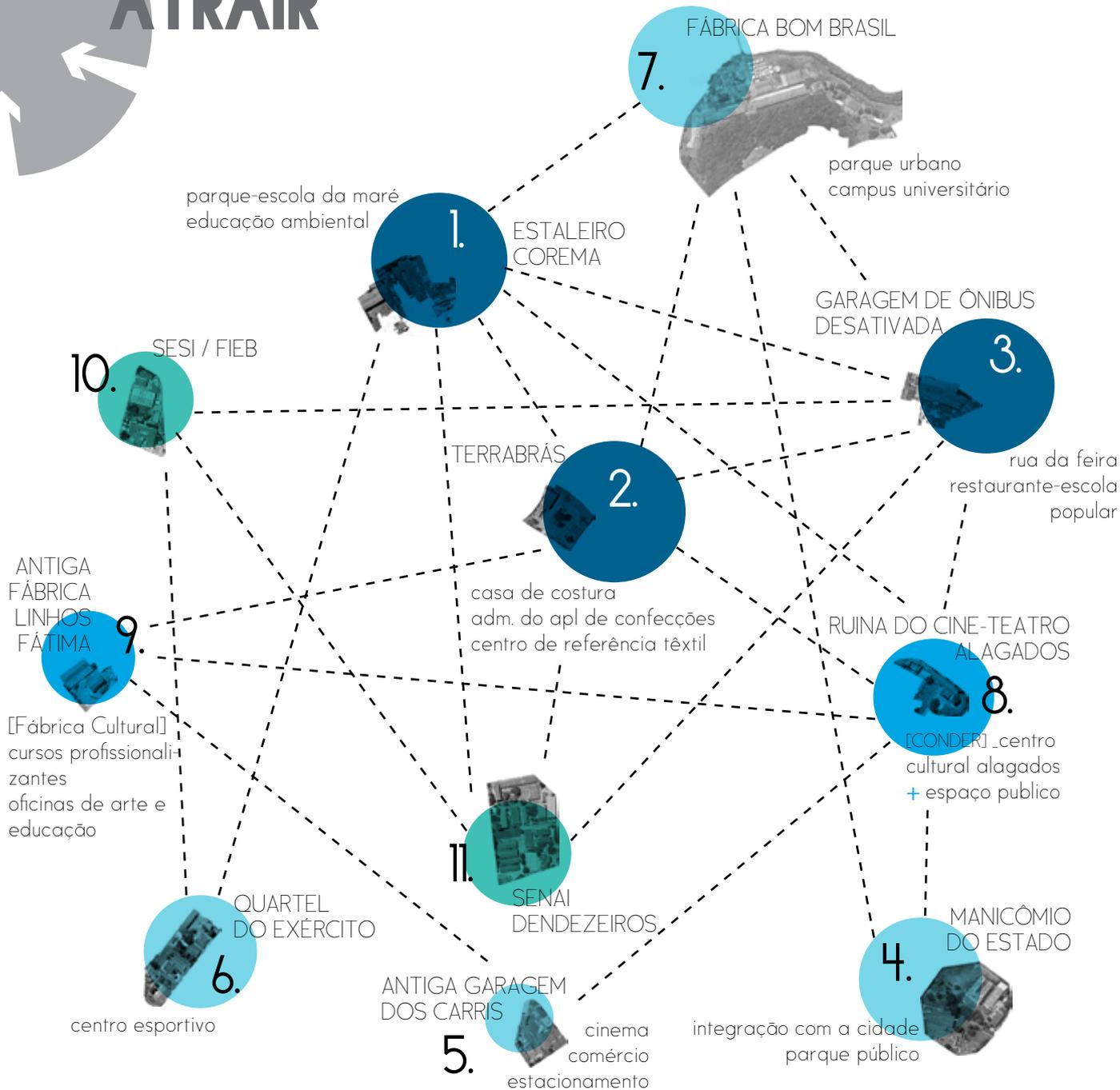
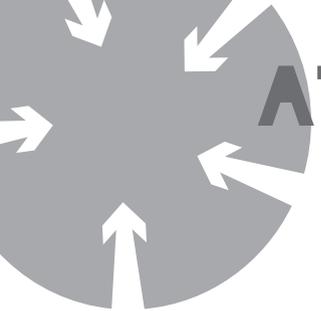
11. SENAI DENDEZEIROS: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. “Atua em educação profissional, serviços técnicos e tecnológicos e pesquisa aplicada. Oferece cursos técnicos de nível médio, cursos de qualificação, pós-graduação (latu sensu), além de cursos de aprendizagem industrial de nível básico e técnico”⁹.

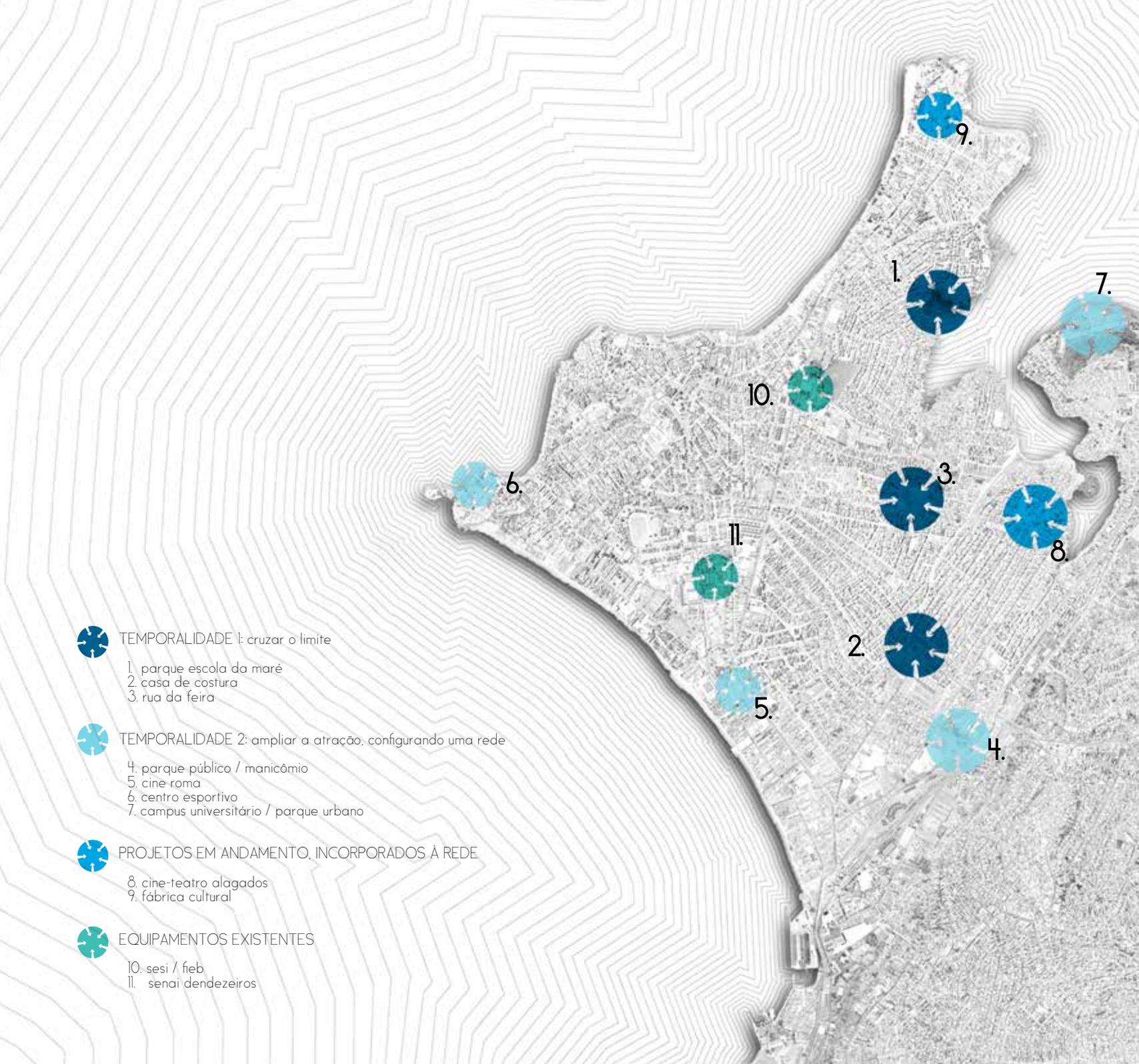
⁸ <www.fieb.org.br>. acesso em 14 de março de 2013

⁹ <www.portais.fieb.org.br/senai>. acesso em 14 de março de 2013

>> Páginas seguintes: Diagrama-síntese (esquerda) e mapeamento no território (direita) das propostas da ação ATRAIR.

ATRAIR





 TEMPORALIDADE I: cruzar o limite

- 1. parque escola da maré
- 2. casa de costura
- 3. rua da feira

 TEMPORALIDADE 2: ampliar a atração, configurando uma rede

- 4. parque público / manicômio
- 5. cine roma
- 6. centro esportivo
- 7. campus universitário / parque urbano

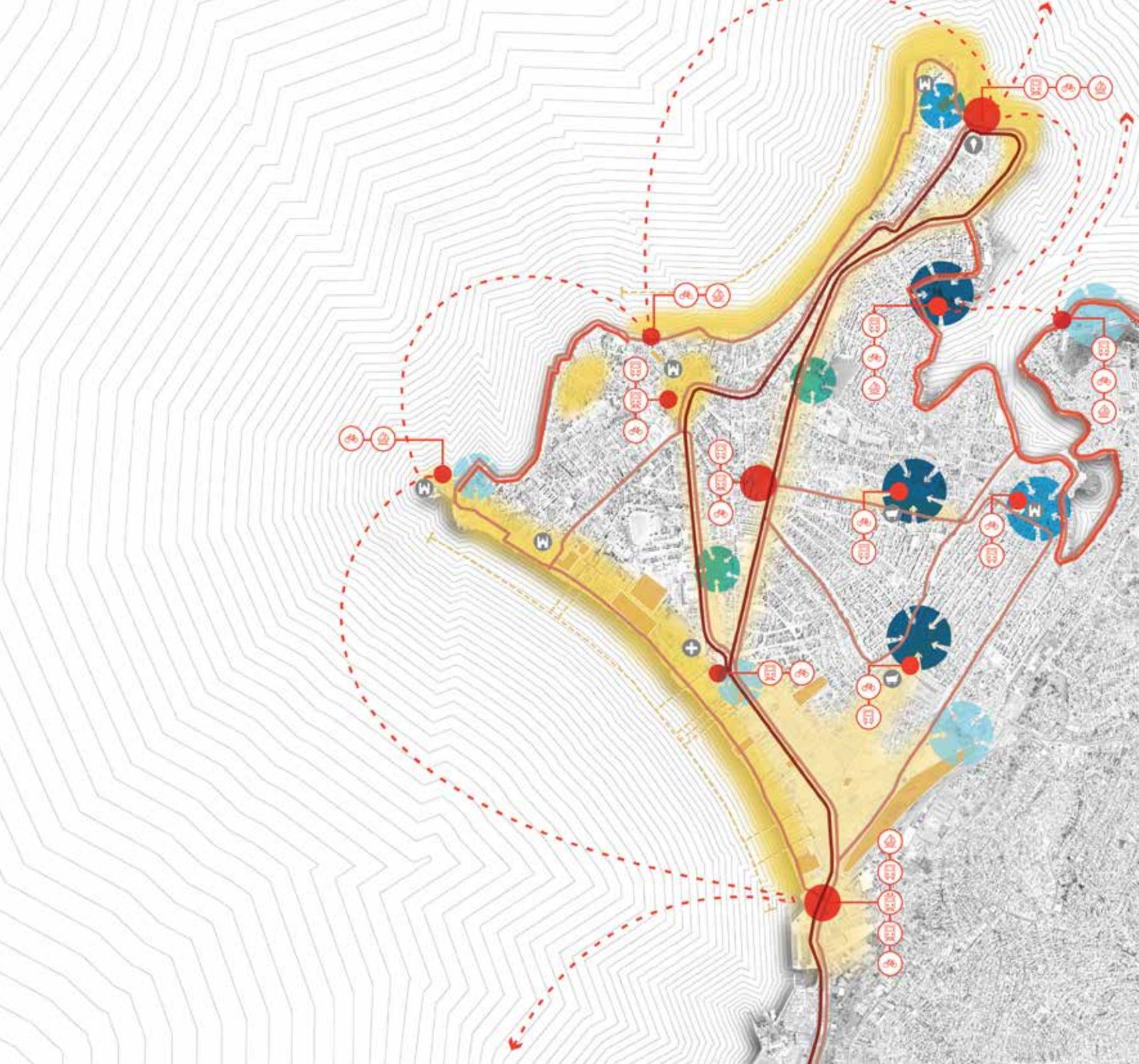
 PROJETOS EM ANDAMENTO, INCORPORADOS À REDE

- 8. cine-teatro alagados
- 9. fábrica cultural

 EQUIPAMENTOS EXISTENTES

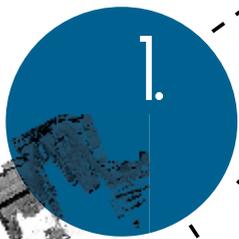
- 10. sesi / feb
- 11. senai dendezeiros

>> Páginas ao lado: sobreposição das ações
CONECTAR, CONSOLIDAR e ATRAIR no
território da Península de Itapagipe.









Parque Escola da Maré

Daniel Sabóia

Maré

“*Pedra que avança para o mar*”. Uma das definições encontradas para o significado de “*Itapagipe*”, na língua nativa dos seus primeiros habitantes, seria esta. Outras apontam para sentidos diferentes, mas nenhuma define tão bem não só a sua conformação geográfica, como também a relação que seu povo estabelece com a água. Tudo ali parece apontar para o mar. Os molhes de pedra que pontuam a praia, de Cantagalo até Boa Viagem, apropriados como trampolins, mirantes e lugares de pesca; os piers e rampas que avançam a partir da avenida Beira-Mar; as pontas do Monte Serrat e da Penha e o traçado das ruas de alagados, resultado de um movimento de avanço em direção ao mar, desde que eram palafitas. O percurso guiado por suas ruas parece sempre desaguar no mar.

O mar é onde “*acaba o caminho do chão*”¹, mas é também para onde o espaço avança, até o horizonte. Este limite difuso, aqui muitas vezes ultrapassado, alterado e apropriado de múltiplas maneiras, é a principal referência do itapagipano. A memória que se guarda do lugar parece estar sempre impregnada de maresia. É muito comum ouvir “*isso era tudo maré*”, num território que teve cerca de 30% da sua área construída sobre o mar. Muita gente se orgulha de lembrar que foi criado “*em cima das pontes*” — as ruas de tábua e estaca que se equilibravam sobre a maré e conectavam milhares de casas.

Identificamos ao longo do trabalho a importância do uso da praia para os moradores da península. Este espaço, que é ao mesmo tempo terra e água, mostrou-se como a principal opção de lazer e o mais potente palco de trocas entre seus habitantes. Mas o papel do mar vai muito além disso, pois é também lugar de muitas outras práticas relacionadas ao trabalho e à vida de seus habitantes. A pesca e atividade marisqueira são fortes da Ribeira até o Bonfim, onde os pescadores, ao voltar do mar, já encontram moradores à sua espera, pra comprar o peixe fresco. Na maré baixa as crianças divertem-se acompanhando os pais a catar o marisco. As condições geográficas da Enseada dos Tainheiros propiciam o seu uso como ponto de atracação e prática de esportes. Os ofícios relacionados à construção náutica são difundidos entre gerações e o esporte tenta resistir à falta de apoio. São muitos saberes e práticas que colocam a maré como elemento fundamental no cotidiano destas pessoas.

¹ *Na terra em que o mar não bate
Não bate o meu coração
O mar onde o céu flutua
Onde morre o sol e a lua
E acaba o caminho do chão
(Gilberto Gil e Caetano Veloso - “Beira-mar”)*



Percebemos também que enquanto as praias voltadas para a Baía de Todos os Santos constituem o principal atrativo para toda a população da península, a borda voltada para a Enseada dos Tainheiros é, para muitos, um lugar a ser evitado. É como se o eixo marcado pelo Caminho de Areia dividisse dois tipos de orla, uma sendo a “frente” e a outra, o “fundo”. Esse fundo, borda dos bairros mais pobres, é marcado pela precariedade dos espaços públicos e das casas, pela influência do tráfico de drogas, a violência e o medo que lhe são consequência e pelo lixo. Muito lixo e entulho é jogado nas águas da Enseada dos Tainheiros, o que revela muito sobre como as pessoas se relacionam com aquela porção de mar.

Essas relações, percebidas coletivamente no âmbito da península, serão investigadas mais a fundo nesta etapa do trabalho, que foca em uma área específica. O terreno definido como local a ser transformado em novo equipamento e espaço público faz limite com a água, e por isso o seu entorno físico e subjetivo a ser apreendido avança em direção ao mar.

Contexto local



>> Acima: Foto aérea da península de Itapagipe na década de 1940, antes das primeiras ocupações sobre o mar. Em primeiro plano, a Igreja do Bonfim. Fonte: Fundação Gregório de Mattos.

A etapa coletiva do trabalho colocou como ponto de partida para esta fase individual algumas definições, a serem aprofundadas e articuladas. A área de projeto, um estaleiro de grande porte na borda interna da península, a ser desativado e entregue ao estado localiza-se no Areal da Ribeira. O equipamento público proposto, tem foco em atividades náuticas, com finalidade educativa e recreativa. Além disso, a criação de dispositivos que repropusessem a forma como o estado e a população local olham para a borda voltada à enseada dos Tainheiros, através de novos espaços e equipamentos públicos, procura impulsionar o desenvolvimento de uma relação de pertencimento da população local com aquela área e proporcionar uma atração maior de fluxos de outras áreas para ali. A estas definições somava-se, como embasamento e como postura, o rico conhecimento acumulado acerca das forças, desejos e práticas exercidas na península de Itapagipe como um todo. Não era apenas informação que tinha, mas uma experiência do lugar acumulada no corpo, que me fazia perceber de maneira mais fácil e natural o caminho que deveria seguir para compreender o jogo de forças local e, a partir daí, partir para a formulação do projeto.

Areal: parte e outro da Ribeira

O bairro da Ribeira é um dos mais tradicionais e conhecidos de Salvador. É famoso por sua culinária, seus edifícios históricos imponentes e suas belas vistas. Sua atmosfera de calma domina o ambiente, parecendo ecoar o balanço discreto das águas que penetram a Enseada dos Tainheiros, desde a Baía de Todos os Santos. A forte ligação do bairro com as atividades náuticas vem desde a sua formação² e hoje marinas, estaleiros, pescadores, marisqueiros, clubes de remo, nadadores, banhistas e donos de embarcações compartilham as suas águas e a sua costa.

Situado na ponta mais a norte da península e no seu trecho mais estreito – de onde era possível ver ao mesmo tempo as suas duas margens – o bairro cresceu para além da Av. Porto dos Mestros, que conecta-se ao Caminho de Areia e um dia foi sua borda. Este processo de

² A ocupação do bairro da ribeira resulta de extensão da atividade naval. Segundo o historiador Cid Teixeira: “a Ribeira das Naus junto à Conceição da Praia já não era bastante para atender a demanda de construção e reparos de navios. Adiante, na Península de Itapagipe, implantou-se a Ribeira dos Galeões que terminou por transferir o seu nome a todo o bairro”. (Santos, Pinho, Moraes e Fisher, 2010, p. 388)



ocupação, explicado nas etapas anteriores do trabalho, configurou o que hoje é conhecido como Areal da Ribeira. Este espaço, ocupado entre a borda da península e um braço de areia e mangue, apesar de ter adquirido características próprias e distintas do bairro da Ribeira, não é comumente referenciado como um outro bairro, mas sim como uma parte Ribeira.

A relação entre Areal e Ribeira guarda semelhanças com aquela percebida entre os bairros construídos sobre aterros e as demais áreas da península. Observando suas características gerais, como índices sociais, qualidade dos espaços públicos, atenção por parte dos poderes público e privado, existência de equipamentos e espaços públicos de porte e de qualidade e conformação histórica, é natural localizar o Areal, dentro da ideia de “lá e cá”, no “lado oposto” ao da Ribeira.

Ao conversar com moradores do Areal, no entanto, percebe-se que guardam uma forte relação de pertencimento com o bairro da Ribeira. O Areal é visto por seus habitantes como uma parte deste bairro e, apesar das diferenças evidentes, o “lá e cá” tem para elas um sentido mais ambíguo. Seus representantes locais e ativistas sociais participam ativamente da Rede CAMMPI que, apesar de sempre buscar olhar para a península como um todo, é majoritariamente constituída por pessoas do “lado dos pobres”³ e naturalmente prioriza as demandas desta parcela da população. O morador do Areal, assim, ao mesmo tempo que é representado pelas questões da Rede CAMMPI, sente-se pertencente a um lugar muitas vezes colocado como “o outro lado” em seus próprios discursos. É como se o Areal fosse, ao mesmo tempo, parte e outro da Ribeira, estando tanto do “lado de cá” quanto do “lado de lá”.⁴

>> Acima: Ribeira, Areal e Tainheiros em quatro momentos. Da esquerda para a direita: 1942 (Serviço Geográfico do Exército). 1955, 1976 (Ortofotos CONDER/ INFORMS (1959, 1976 e 2006).

³ “Essa parte de cá é a parte dos pobres. A parte de lá é a parte turística (...)” (fala de membro da Rede CAMMPI, presente no Teatro de Atores Sociais, p. 53)

⁴ Para o morador da Ribeira ou de outros bairros do lado mais antigo da península, no entanto, o limite não é tão difuso e as ruas do Areal são também pouco permeáveis, como as dos demais bairros além do Caminho de Areia, e por questões semelhantes.



>> Acima: Carta Náutica do Mar Mediterrâneo – cerca de 1320-1350. Fonte: < <http://www.mapsorama.com/nautical-map-of-mediterranean-sea-in-14th-century/> > acesso em 27.03.2013.

Rede de Atores Locais

As primeiras aproximações ao terreno e ao programa levaram à percepção de que o entorno a ser estudado expandia-se muito mais por mar do que por terra. Era necessário entender como o projeto se relacionava com os bairros vizinhos e com toda a península, mas a própria natureza do terreno e do programa colocavam a necessidade de compreender também o conjunto de atividades náuticas que se desenvolviam naquela região. O novo equipamento e os espaços públicos a serem criados deveriam voltar-se não apenas ao Areal da Ribeira, mas a toda a península e às áreas conectadas através da enseada dos Tainheiros e da futura pista de borda, a que o projeto também deve se articular.

As relações de partilha e disputa no espaço marítimo parecem acontecer de maneira mais expansiva e difusa do que aquelas percebidas em terra firme. Talvez por sua natureza, pela maior amplitude dos espaços, mais fluidos em seus deslocamentos, e pelo seu caráter eminentemente público, o raio de abrangência destas relações seja maior. Fui percebendo, ao longo do levantamento das atividades existentes e influentes na minha área de trabalho, que o meu campo de estudo partia do terreno, por um lado em direção ao Areal e, por outro, avançava por toda a enseada dos Tainheiros, se prolongando pela costa da Ribeira até a Baixa do Bonfim.

Precisava encontrar os pontos de articulação entre as atividades náuticas e os outros atores envolvidos mais diretamente com o terreno do estaleiro Corema, o “vazio” urbano definido como local de intervenção. Comecei então a traçar um mapa, que ia sendo preenchido à medida que ia levantando novas informações a partir de conversas com diferentes atores locais. Como em uma carta náutica, em que o navegante registra os pontos de orientação na busca por seu caminho, ia consolidando cada conversa e articulando-as com as anteriores. Ao mesmo tempo, ia construindo graficamente uma representação da minha apreensão sobre esta rede de atores, tentando encontrar o ponto de articulação entre o novo programa proposto e as atividades existentes.

>> Página Seguinte: Mapeamento da dos atores sociais e atividades náuticas locais.

Responsável pela produção e execução de projetos de urbanização, habitação e equipamentos públicos implementados pelo Governo do Estado. Há mais de 15 anos tenta implementar o projeto da Pista de Borda, na Enseada dos Tainheiros, demonstrando ao longo destes anos sua incapacidade técnica em acompanhar a dinâmica ocupacional da população local, e política, em dar continuidade aos processos. Tem como agravante os empecilhos criados pelos órgãos financiadores.

CONDER
[estado]

Setor de projetos da CONDER, responsável pelo projeto em desenvolvimento para a área do Estaleiro Corema. O projeto prevê a relocação de cerca de 120 famílias para as novas unidades, a serem construídas nos moldes do programa Minha Casa Minha Vida II. Não está prevista a construção de equipamentos públicos, pois o financiamento não cobre.

COPRO
[estado]

Desde 1969 o Estaleiro ocupa uma área sob concessão do Estado. Desenvolve atividades de construção e reparo de grandes embarcações. Através de subsídios do PAC, ampliará suas instalações em 10 vezes, num terreno na Baía de Aratu. Deve encerrar as atividades em cerca de dois anos, quando entregará o terreno ao Governo do Estado.

COREMA
[estaleiro]

Morador do Areal, é a principal liderança de articulação entre a Ribeira e os outros bairros representados na Rede CAMMPI. É contra o adensamento populacional pretendido pela CONDER com o projeto habitacional na área da Corema. Desde que soube da sua desativação alimentou esperanças de que ali fosse construído um equipamento público que atendesse às demandas da população do seu bairro e do entorno.

REGINALDO
[ativista social]

Mora na Mangueira, próximo à Corema. Trabalha como voluntária na ABEAC, projeto social nascido no Areal da Ribeira, que promove reforço escolar, atividades esportivas e culturais para crianças carentes da região. Lamenta os poucos recursos (o projeto é apoiado pela SUDESB) e a falta de um espaço adequado para as atividades. Gosta de trabalhar com crianças carentes, "do gueto", por que elas têm "fome não só de comer, mas de aprender".

TEREZINHA
[voluntária social]

Quando o Clube Itapagipe faliu e fechou as portas em 2007, viu-se sem lugar para ensinar. Aproveitando as águas calmas e rasas da Av. Beira Mar, contornou a solução com inventividade. Dois tubos de PVC e cordas amarradas a garrafas PET espacializam, na maré, uma piscina recolhível e de tamanho variável. Todas as manhãs, exceto quando a maré está muito baixa, abre a piscina e ensina adultos e crianças a nadar. "Quando vem um menino sem condições querendo aprender a nadar pra entrar num clube de remo eu nem cobro. Tenho o maior prazer".

ROBERTO
[professor de natação]

BIRA
[ativista da vela]

Morador da Avenida Beira Mar e amante da vela, tenta popularizar o acesso ao esporte e desmistificar a ideia de que é restrito à elite. Fundou há 2 anos a Guarderia Náutica da Baixa do Bonfim, onde oferece serviços de guarda e aluguel de embarcações de maneira aberta toda a população. Se diz cansado pelo pouco apoio que tem para organizar as regatas do ranking baiano de vela praticamente sozinho e promover outros eventos, na tentativa de impedir que a prática da vela se extinga na região. Trava uma luta com as garagens de jet ski, cada vez mais numerosas na região, que ameaçam a segurança dos velejadores e fizeram com que se afastasse da esplanada de vela que coordenava no espaço. Trabalha com as embarcações de pequeno porte (laser, sniper, hobbie cat, windsurf, etc), as embarcações são utilizadas para lazer pessoal, aluguel e aulas particulares.

RAUL
[velejador]

JUNIOR
[professor de vela]

Ensina na Escola de Vela do late Clube da Bahia. A escola busca ajudar como podem outras iniciativas, como a do late Clube de Aratu e a Guarderia do Bonfim, na tentativa de estimular o crescimento da atividade náutica local e aumentar a competitividade das regatas regionais.

A maior da região, oferece serviços de guarda coberta e descoberta em pátio, além de piers de atracação. Guarda principalmente lanchas, veleiros de médio e grande porte e escunas grandes. Promove, assim como as demais marinas da região, regatas restritas aos seus sócios.

SAVEIRO CLUBE
[marina]

Dono do Estaleiro Fantástico, que existe no Areal da Ribeira desde que toda a área era maré e palafita. Cresceu das palafitas pro estaleiro do seu pai e desde sempre é construtor de embarcações. Hoje fabrica apenas embarcações de fibra e diz que muito pouco se faz em madeira. Os ofícios de construção naval são uma tradição passada através de gerações. Muitos trabalham de maneira avulsa, em marinas ou mesmo na praia, e Fanta é um dos poucos a terem sede própria.

FANTA
[estaleiro]

Ex-atleta e atual auxiliar técnico do E.C. Vitória de Remo. hoje o mais proeminente dos quatro clubes existentes na região. Os outros clubes contam com muito menos recursos, e dependem de apoio do estado. O Itapagipe, mais tradicional e há alguns anos o mais importante, praticamente não tem mais espaço físico nem recursos, depois que o clube faliu e foi vendido.

ANTÔNIO
[instructor de remo]

SERRINHA
[pescador]

Depois que se separou da última mulher, decidiu morar no barco. É vigia do estaleiro em que ancora seu barco. Sai para pescar e, quando volta, as pessoas já estão esperando para comprar o peixe fresco, na orla da Ribeira. Só não vende a atravessador. "A maior alegria do mundo é eu estar em cima disso aqui".

ATORES SOCIAIS

REDE CAMMPI
[movimento social]

Articula associações de moradores, pescadores, marisqueiras e grupos culturais. Defende, através do seu Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável (PRDI-2006), a valorização e dinamização da "cadeia produtiva do mar". O documento cita a falta de estímulo a esportes náuticos como remo e vela e ressalta a importância de valorizar os saberes locais relacionados à construção náutica. Ressalta ainda a importância de programas de educação ambiental e recomposição do patrimônio natural, como os mangues e as águas que banham a península, principalmente em sua borda interna.

VAZIO

ATIVIDADE NÁUTICA



bonfim

TERRENO RADIO EXCELSIOR

GUARDERIA BONFIM [BIRA]

ALUGUEL E AULA DE VELA [RAUL]

CLUBE DE REGATAS ITAPAGIPE

NATAÇÃO NA MARÉ [ROBERTO]

caminho de areia

porto dos mastros

ABEAC [TEREZINHA]

MARINA DA PENHA [DESATIVADA]

areal da ribeira

ribeira

TERMINAL PESQUEIRO DA RIBEIRA

TERMINAL MARITMO DA RIBEIRA

mangueira

ABDAI [REGINALDO / CAMMPI]

SAVEIRO CLUBE DA BAHIA

MARINA PIER SALVADOR

baixa do petroleo

MARINA ANGRA DOS VELEIROS

CLUBE DE REGATAS SANTA CRUZ

CLUBE DE REGATAS SÃO SALVADOR

CLUBE DE REGATAS E. C. VITORIA [ANTÔNIO]

ESTALEIRO FANTÁSTICO [FANTA]

ESTALEIRO DE PAULO [SERRINHA]

ESTALEIRO COREMA

lobato

ESTALEIRO LOBATO



>> Acima: Panorâmica do Estaleiro Corema.

O Estaleiro Corema está instalado no Areal da Ribeira desde 1969, desenvolvendo atividades de construção e reparos de embarcações de grande porte (até 2.000 toneladas), como *ferry boats*, rebocadores e pequenas plataformas de petróleo. Fernando Mata Virgem é seu atual presidente e sucessor de seu pai, que começou as atividades em uma restinga de areia que avançava sobre o mar desde o Porto dos Mastro. Lembra que, nos primeiros anos, as águas da maré alta chegavam bem perto do muro, transbordando sobre a rua que lhe dá acesso, a Travessa Domingos Rabelo. O estaleiro, junto com um galpão da Petrobras onde hoje existem três casas, eram os únicos grandes edifícios sobre o areal, rodeados por um conjunto crescente de palafitas e pontes de madeira, que iam delineando as futuras ruas da vizinhança. O Estaleiro, assim como as ruas e casas em sua vizinhança, cresceu em área e hoje ocupa 14,500km². Agora, com a possibilidade de uma expansão ainda maior através de recursos do PAC II, está prestes a se mudar para a Baía de Aratu, para uma área dez vezes maior. Como qualquer outro terreno da região, só é concedido o direito de uso e não de posse, e por isso o terreno será empossado ao Governo do Estado quando for efetivada a sua desocupação pelo estaleiro. O prazo estimado pelo Grupo Mata Virgem é de mais ou menos dois anos para a completa transferência das atividades para Aratu.

A CONDER desenvolve atualmente um conjunto de projetos para a borda interna da Península de Itapagipe, analisado em etapas anteriores deste trabalho. O órgão divide-se em diferentes setores responsáveis pelo desenvolvimento de projeto, muitas vezes sem articulá-los entre si ou com um pensamento mais abrangente de planejamento para a região onde se

>> Página ao lado: Localização das principais atividades náuticas e atores sociais locais.

localizam os projetos. O projeto atualmente desenvolvido para o terreno do Estaleiro Corema é um bom exemplo. A COPRO (Coordenação de Programas e Projetos de Urbanização) é um setor responsável pelo desenvolvimento de projetos ligados a habitação e atualmente desenvolve, em fase preliminar, um projeto que prevê a criação de 120 novas unidades habitacionais no local, para onde seriam relocadas famílias de Alagados e Bananeiras, a princípio. O projeto se enquadra no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, que define em uma cartilha um amplo conjunto de definições e restrições que devem ser seguidas à risca pelos projetos para obterem o financiamento. Algumas delas chamam a atenção, pelas limitações que impõem aos projetos, dificultando o diálogo com problemas específicos locais e pelas deformidades que causam. Uma delas é a exigência de que os conjuntos — descritos no texto como “condomínios” — sejam cercados em seus limites, reproduzindo nos contextos urbanos de baixa renda os modelos de negação da rua e do espaço público mais difundidos entre as classes mais ricas. Outro entrave que o programa cria é a restrição ao uso misto e o não financiamento de equipamentos, produzindo conjuntos de uso exclusivamente habitacional. Apesar de não financiar equipamentos públicos, a cartilha exige a destinação de uma área mínima, de acordo com a dimensão do terreno, a ser reservada para a sua futura construção, caso os novos moradores consigam se articular com os órgãos de financiamento para tanto. Isso acaba por gerar áreas livres e providas de infraestrutura urbana, que naturalmente acabam por ser invadidas por pessoas sem outro lugar para morar.

Conversando com técnicos da COPRO responsáveis pelo projeto, surpreendeu a sua postura distante e desprendida da situação que envolvia o trabalho que estavam realizando. Pareciam anestesiados, como que para estarem imunes às frustrações ocasionadas pelas sucessivas deturpações que os projetos sofrem no curso de sua tramitação. O principal motivo, neste caso, é a premissa existente no programa Minha Casa Minha Vida, de que a empreiteira vencedora da licitação pode modificar o projeto, de forma a torná-lo “viável” (leia-se, mais lucrativo). Com isso, os modelos construtivos e as tipologias de pouca qualidade multiplicam-se, num exército de conjuntos iguais.

Todas estas questões, somadas ao fato de que o entorno da Corema já é densamente ocupado, preocupam Reginaldo, morador nativo do Areal da Ribeira e um dos seus principais líderes comunitários. Reginaldo orgulha-se de dizer que nasceu “na palafita”. Corria pelas pontes de madeira que se equilibravam sobre o mar e cresceu junto com as ruas e casas do seu bairro. As pontes viraram terra, os barracos de madeira viraram casas de alvenaria e concreto, com 2, 3, 4 andares. Até hoje mora ali, sobre a casa de seu pai. Nunca saiu e nem pretende, pois a sua vida está enlaçada com aquele lugar e com a península. Diz saber de tudo que se passa por ali e conhece a todos. Aposentado, diz que sua principal “cachaça” é o ativismo social e político. É uma das principais lideranças da Rede CAMMPI, responsável pela articulação entre a Ribeira e os outros bairros integrantes da rede. Para Reginaldo, o terreno do Estaleiro Corema deveria ser convertido em equipamento e espaço público para a população local. Teme ainda, que a vinda de pessoas estranhas ao bairro interfira negativamente na atmosfera de vizinhança amigável consolidada ao longo dos anos entre os moradores dali.

A Rede CAMMPI coloca em seu PRDI a necessidade de *“estimular novos modos e estilos de vida, resgatar e preservar laços de identidade, fortalecer vínculos comunitários que possam, inclusive, promover a diminuição dos altos índices de violência urbana que são registrados em algumas áreas da península.”* (CAMMPI/NAI, 2008). Defende também a criação de *“espaços públicos ampliados”*, que promovam acesso a bens culturais e o lazer da população. Indicações semelhantes são encontradas no diagnóstico realizado pela professora Naia Alban sobre a pista de borda da PIS Ribeira, onde diz que é preciso associar à via algo mais do que a ideia de “conter” os avanços sobre o mar, ressaltando a importância de “qualificar” os espaços novos com a criação de equipamentos e espaços públicos de qualidade.

O PRDI coloca como uma das linhas mestras, a balizar todas as ações e metas traçadas no plano, um olhar voltado à juventude⁵. Faltam oportunidades e atividades de ocupação para a maioria dos jovens da região. A ABEAC (Associação Beneficente Educação Arte Cidadania) é um programa social fundado há treze anos, no Areal da Ribeira, que promove atividades complementares ao ensino para crianças e jovens da região, como reforço escolar e atividades



>> Acima: Atividade desenvolvida pela ABEAC com crianças carentes da região. Fonte: <<http://abeac-ssa.blogspot.com.br/>> acesso em 27.03.2013.

⁵ *“A juventude, que é parte integrante de grupos expostos à exclusão expressa pela falta de oportunidades e acesso ao trabalho, à renda, ao lazer, à educação de qualidade, à moradia digna, tem suas expectativas impactadas negativamente. Portanto, a diminuição das desigualdades de gênero, raça e etnia e a inclusão social da juventude, das mulheres, da população de origem negra é a linha mestra das ações a serem desenvolvidas pelos diversos eixos e em todas as dimensões. (PRDI. CAMMPI/NAI. Salvador, 2008)*



>> Acima: Sede de Remo do E.C. Vitória e dia de treino, na enseada dos Tainheiros.

esportivas — futebol, basquete, taekwon-Do, capoeira, teatro e dança. Apesar de atender principalmente jovens do Areal e bairros vizinhos, como Mangueira, Massaranduba e Baixa do Petróleo, há dois anos a sede da ABEAC mudou-se para o fim de linha da Ribeira, num terreno cedido pelo estado. A instituição recebe apoio da SUDESB (Superintendência de Desportos do Estado da Bahia), mas o subsídio não é suficiente para cobrir os custos e possibilitar melhoras necessárias em seu espaço físico. Terezinha mora numa rua vizinha ao Estaleiro Corema e trabalha como voluntária na ABEAC. O que lhe sensibiliza é trabalhar com menino “do gueto”, que tem “fome de comer e sede de aprender”. Passou muita fome e necessidade na infância, no bairro da Mangueira, e hoje sente prazer em ajudar na oferta de oportunidades que possam dar vazão a esta potência que vê nos jovens, para direcioná-los a “ser alguém na vida, ao invés de se envolver com tráfico, crime e violência”.

A ABEAC realiza atividades em parceria com alguns clubes de remo da região. Existem quatro clubes em funcionamento, todos na orla da Ribeira. O esporte é uma tradição bem difundida no bairro, que conta com a melhor raia do norte/nordeste, por seu tamanho e pela pouca correnteza de suas águas. Itapagipe, Santa Cruz e São Salvador recebem subsídio do Governo do Estado, também através da SUDESB. O E.C. Vitória tem uma situação mais confortável, pois é vinculado ao clube de futebol e com isso tem apoio do seu centro de treinamento e financiamento dos mesmos patrocinadores. O Itapagipe é o mais tradicional dos clubes de remo, sendo uma forte referência local, apesar de hoje ser o que tem estrutura mais deficiente, depois que o clube social do qual fazia parte faliu e foi vendido. O espaço, singular na região por dispor de piscinas semiolímpicas, quadras e outros equipamentos esportivos, será demolido para a construção de um condomínio de edifícios de apartamentos.

Roberto é morador da Ribeira há mais de 50 anos. Sempre foi envolvido com natação, seja como atleta ou professor. Venceu muitas travessias Mar Grande – Salvador, competição muito frequentada por moradores da Ribeira. Foi professor em escolas e clubes e até 2007 ensinava no Clube Itapagipe, quando foi fechado. Sem piscina disponível para ensinar, ficou parado por apenas dois anos. Morador da Avenida Beira-Mar, na altura da praia do Bogari,



percebeu que na calmaria da maré à frente da sua casa, poderia criar a sua própria piscina. Desenvolveu um sistema muito simples, barato e completamente produzido e concebido por ele. Dois tubos de PVC flutuando ancorados configuram as duas bordas, de partida e chegada, da piscina. Entre eles, cordas amarradas a garrafas PET (descobriu, com o tempo, que a PET da Dolly tinha o melhor formato), configuram as raíais. O sistema retrátil possibilita tanto a montagem de piscinas de comprimento variável como o seu recolhimento, no fim das atividades. Todas as manhãs, exceto quando a maré está muito vazia, Roberto entra na água com suas raíais, sobe nos tubos e rema, como num caiaque, até colocá-los na melhor posição para abrir a piscina. Ensina adultos e crianças a nadar, sem o objetivo de treiná-los para competição. Aos alunos dos clubes de remo, normalmente crianças sem condições financeiras e que precisam saber nadar para iniciarem-se no esporte, ensina sem cobrar nada. “Sinto o maior prazer”. Vem tentando há dois anos uma parceria com a prefeitura, para poder contratar professores e oferecer aulas gratuitas para alunos da rede pública, mas sem sucesso. Foi contatado por pessoas envolvidas com a secretaria de esportes, para que seu projeto fosse reproduzido e coordenado por eles, com financiamento municipal, e remuneração de 400 reais por mês para ele. Recusou, e viu a iniciativa resultar em desvio de verbas. Gostaria de ter um apoio maior e poder ensinar mais pessoas a nadar, mas prefere ficar na sua a envolver-se em esquemas desonestos ou vender barato a sua ideia (que é patenteada).

A prática da vela não é tão difundida como a da natação e do remo na região. De uma maneira geral, existe a ideia de que é um esporte das elites, em parte reforçada pela postura das marinhas e clubes náuticos, muito fechadas ao seu conjunto de sócios. Até 2006, quando o houve



>> Acima: Aula de natação na maré, café da manhã com alunos e raia de garrafas pet.



>> Acima: Guarderia Náutica da Baixa do Bonfim, em dia de regata e a disputa por espaço entre a vela e o jet ski.

⁶ O termo "Guarderia" refere-se à guarda de embarcações em terra. Diferem das marinas por não possuírem estruturas construídas sobre o mar.

mudança dos grupos políticos no governo do estado, o estímulo era maior. Pode-se atribuir a este fato a afinidade do ex-governador César Borges, que é velejador. O projeto Navegar, criado por Lars Grael quando era secretário de esportes do Governo Fernando Henrique Cardoso, subsidiava uma escola de vela no Centro Náutico da Bahia (na Av. da França – Comércio), voltada para crianças da rede pública de ensino. A iniciativa foi desativada pela atual gestão, que o substituiu pelo projeto chamado “segundo tempo”, mais focado em futebol.

Bira é morador da Avenida Beira-Mar, na altura da Baixa do Bonfim, e sempre esteve envolvido com atividades relacionadas aos esportes de vela. Fundou há dois anos a Guarderia Náutica da Baixa do Bonfim⁶, com o intuito de desmistificar a ideia de que a vela é um esporte elitista e difundi-lo, propondo um espaço aberto e sem restrições a sócios, para que qualquer um pudesse ter acesso ao esporte. A princípio, Bira deu continuidade à escolinha que já coordenava antes na Marina Bonfim, onde trabalhava até o falecimento do proprietário. Mas pouco tempo depois foi aberta uma garagem de *jet ski* e a atividade começou a ameaçar a segurança das crianças da escola. Depois do primeiro acidente, quando um jet ski atropelou um aluno em um *windsurf*, decidiu afastar-se da escolinha, que hoje é administrada por Rafael, seu parceiro na divisão do espaço da guarderia. A escolinha hoje oferece cursos de monotipo (embarcações de apenas um casco), *windsurf* e *standup paddle*.

Bira se diz cansado. Organiza as regatas do ranking baiano de vela e outros eventos vinculados à Associação de Velejadores do Estado da Bahia – sediada na guarderia – na tentativa de promover o esporte, para evitar que a prática acabe na região. Lamenta a falta de apoio e o fim do projeto Navegar que, na sua opinião, “mais do que atletas, formava cidadãos”. Tirava jovens da rua, da marginalidade, oferecendo-lhe uma ocupação e uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho náutico.

Mas o que mais o tem feito pensar em parar e fechar o espaço é o crescimento da atividade de *jet ski*. Recentemente uma outra garagem foi aberta, com uma frota de 150 *jet skis*. Os proprietários desde então travam uma guerra para que a rampa utilizada e construída

com recursos próprios da guarderia seja utilizada também para a descida dos seus *jet skis*. O problema é que este compartilhamento inviabilizaria o movimento de subida e descida das embarcações à vela e também a montagem dos mastros, que é feita neste espaço, pois não há outro, e por que a fiação elétrica urbana não permite que os barcos atravessem montados a pista da Av. Beira-Mar. Além do problema da rampa, teme principalmente pela segurança dos velejadores e dos banhistas, pois em sua maioria são praticantes de *windsurf*, e este tipo de embarcação deixa muito exposto o corpo do atleta, tornando mais graves as consequências de uma eventual colisão com um *jet ski*.

Além da Guarderia Náutica de Bira, uma outra iniciativa promove, de forma muito mais improvisada e despreziosa, a atividade de vela. Um grupo de amigos, por puro amor à vela, compartilha uma pequena casa na Avenida Beira-Mar, onde guardam peças menores de seus barcos. Os barcos são deixados logo em frente, na praia, a despeito da sua má conservação mais rápida quando expostos às intempéries. Os barcos são compartilhados entre eles, tanto para uso pessoal como para aulas e aluguel. O fato de serem moradores nativos e muito conhecidos da região, os deixa despreocupados com relação à segurança dos barcos. O mesmo acontece com os construtores náuticos por toda a costa da Ribeira, que muitas vezes deixam as embarcações que estão sendo construídas ou reparadas na praia.

A Ribeira é um dos principais lugares procurados quando se precisa de reparos e construção de embarcações. A atividade avulsa predomina, em parceria com as marinas. Os construtores trabalham normalmente como autônomos, podendo trabalhar no pátio das marinas — o que tem um custo para o cliente, mas não para o construtor — ou mesmo na praia. Os únicos estaleiros que possuem sedes próprias tendo a atividade como principal são o Estaleiro Fantástico e o Estaleiro de Paulo, ambos no Areal da Ribeira, além daqueles localizados próximo à prainha do lobato. Os ofícios de marcenaria e carpintaria náutica, laminação (fibra), capotaria (velas e toldos), mecânica e eletrônica são saberes transmitidos entre gerações, perpetuando uma vocação local e uma tradição forte da construção náutica, que vem desde as primeiras ocupações da região da Ribeira, nos tempos coloniais.



» Acima: Embarcações compartilhadas e deixadas na areia da praia; instalações do estaleiro Fantástico e o trabalho avulso nas praias da Ribeira.

Ações no Entorno



» Acima: Foto atual do Terreno da Rádio Excelsior e foto aérea (ORTOFOTO - CONDER/INFORMS -2006).

No primeiro passo de aproximação ao projeto, olho para o entorno do terreno definido, buscando as articulações com as outras ações propostas pelas diretrizes gerais. Sua articulação com a nova pista de borda e com os projetos habitacionais propostos pela CONDER são quesitos essenciais a serem considerados. Além deles, a relação com o novo eixo estruturante do transporte urbano composto pelo VLT e o novo ponto de atracação da Via Náutica, propostas apresentadas no plano de diretrizes, são pontos fundamentais a serem considerados no projeto.

A proposta de inserção de um novo equipamento público voltado para a Enseada dos Tainheiros, que possa agregar maior valor aos novos espaços criados com a construção da nova pista de borda, vai de encontro ao projeto que a CONDER atualmente desenvolve em fase preliminar para o terreno do estaleiro Corema. A proposta apresentada na etapa coletiva do trabalho é que o uso a ser implementado neste espaço seja repensado, aproveitando a sua oportuna localização. A alternativa apresentada para viabilizar esta substituição sem deixar de atender à demanda existente por novas unidades habitacionais é a utilização de um terreno próximo, pertencente à Rádio Excelsior da Bahia AM840, concessão pública administrada pela Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, vinculada à Igreja Católica.

O terreno em questão, que tem uma área de aproximadamente 24.000m² (contra os 14.500m² do Estaleiro Corema), abriga apenas a antena e um edifício com os transmissores da rádio, ocupando cerca de 2% do terreno. Localiza-se a poucos metros da Av. Caminho de Areia e do Largo do Papagaio, área menos densa e mais provida de infraestrutura urbana, espaços públicos e equipamentos do que o entorno do estaleiro Corema. Com isso, a implantação de um projeto habitacional nesta área poderia atender a um maior número de famílias, ao mesmo tempo que poderia ser pensada uma urbanização com espaços públicos mais generosos, configurando um conjunto mais bem servido pela infraestrutura urbana existente, que complementaria a construída, num ponto não muito distante do que atualmente está proposto.

O mapa da página ao lado mostra a localização destas ações principais e também a proximi-



-  PARQUE ESCOLA DA MARÉ
-  TERRENO DA ANTENA DA RÁDIO EXCELSIOR
-  PISCINA NA MARÉ
-  PROJETO MANGUEIRA III [CONDER]
-  VLT
-  PISTA DE BORDA
-  VIA NÁUTICA

dade da Corema com relação à piscina montada por Roberto na maré, em que poderia ser desenvolvida uma parceria que beneficiaria a iniciativa existente, ao mesmo tempo que daria o apoio necessário à atividade esportiva desenvolvida na nova escola de vela a ser instalada no estaleiro Corema. Ressalta-se ainda a intervenção intitulada *Mangueira III*, atualmente em execução pela CONDER, que já realiza um adensamento da área com a produção de 146 novas unidades habitacionais em áreas construídas sobre aterro, além do beneficiamento de 335 domicílios existentes, implantação de infraestrutura básica e trecho da pista de borda.

Parque Escola da Maré

Programa

O aprofundamento das questões colocadas na etapa anterior do trabalho confirmou, em grande parte, a pertinência do terreno e do programa definidos para o Parque Escola da Maré. A compreensão da rede de relações estabelecida no entorno, ligadas ao terreno, ao bairro e à atividade náutica enriqueceu o olhar, agora imbuído de um conhecimento mais complexo e profundo desta conjuntura, que ajuda a definir com maior segurança o programa e sua espacialização através da arquitetura. As definições iniciais, concebidas enquanto parte de um conjunto de ações que buscava responder a questões de toda a península, agora podem articular-se também com questões de escala mais local, e com aquelas relacionadas à atividade náutica, principal foco do programa.

Parte do conjunto de ações definidos para toda a península, a ação ATRAIR indica a criação de equipamentos a serem construídos em vazios urbanos encontrados em seu território. A primeira etapa de implementação desta ação visa criar um contra-fluxo em direção às áreas provenientes de aterro e determina três equipamentos a serem construídos, definindo programas comuns e programas específicos. O programa comum define a criação de **“vazios impregnados de possibilidades”** espaços públicos amplos e generosos, que possibilitem a livre apropriação e funcionem como **“oásis”** nas regiões onde serão inseridos, criando microclimas agradáveis e sombreados através de vegetação e outros tipos de sombreamento, numa área tão densamente ocupada e desprovida espaços livres e arborização. Além disso, os equipamentos devem conter um **auditório** e uma **biblioteca** públicos, abertos ao uso de toda a população. A biblioteca deve ter acervo variado, mas com foco no uso específico definido para cada equipamento.

Outra ação que, no caso específico do Parque Escola da Maré, influencia diretamente em seu programa é a chamada de CONECTAR. Além de determinar a instalação de um **atracadouro para a Via Náutica**, integrando este ponto aos demais da península e à cidade através de transporte público hidroviário, a articulação com a **pista de borda** se coloca como um

dos principais pontos de atenção do projeto. A pista, prevista para estender-se por toda a borda da enseada dos Tainheiros, ligando o bairro da Ribeira ao de Plataforma, está pensada para passar entre o terreno do estaleiro Corema e o mar, à frente do conjunto habitacional programado para ali. Os técnicos da CONDER levam à risca os termos “de borda” contidos no nome do projeto. Nos trechos construídos e naqueles a construir (há também, como já foi dito, outros a *re*construir) a via de tráfego de automóveis localiza-se sempre muito próxima ao limite determinado pelo muro de contenção, resultando em larguras de calçadas insuficientes para qualquer via costeira que se pretenda transformar em espaço de permanência incorporado ao cotidiano da população. Além disso, nos espaços existentes, a falta de mobiliário urbano e o péssimo estado de conservação reforçam um tipo de relação “de fundo” entre a população e a borda interna da península. A relação proposta, como premissa de programa a ser concretizada pelo projeto, vai no sentido inverso. Tirando proveito da localização do terreno, na borda do mar, propõe-se a criação de um **espaço peatonal amplo, ligado ao mar**, priorizando o usufruto da paisagem pelo pedestre, em detrimento do carro.

O programa específico está relacionado à promoção da inclusão social de crianças e jovens, por meio da formação em esportes e ofícios náuticos. Existem poucas opções de ocupação para estes jovens nos bairros do entorno, que estão entre os mais carentes da cidade, apresentando alguns dos mais altos índices de miséria e desemprego. Poucas iniciativas oferecem oportunidades que possam ajudar na formação cidadã e profissional destes jovens, complementando o também deficiente ensino público e promovendo o desenvolvimento social da área a partir da inserção produtiva dessas pessoas. É respondendo a esta necessidade que se propõe a criação de uma **escola de esportes e ofícios náuticos**, que além de oferecer formação esportiva, ofereça cursos profissionalizantes na área naval. Estes usos propostos vão ao encontro de indicações encontradas no PRDI da Rede CAMMPI, que ressalta a importância de iniciativas de qualificação profissional relacionadas aos saberes e práticas existentes na península, enfatizando a “*cadeia produtiva do mar*”⁷.

Uma referência importante encontrada durante o levantamento de informações relativas a



» Acima: Trecho construído da pista de borda, em Novos Alagados.

⁷ São listadas no documento, como atividades da “cadeia produtiva do mar”: pesca, aquicultura, conserto e construção de embarcações, competições e esportes náuticos, serviços de marina, aluguel de embarcações e venda de produtos náuticos. (CAMMPI/INAI, 2008, p.44)



>> Acima: Esporte, ofícios e educação ambiental, no Projeto Grael. Fonte: < www.projetograel.org.br > acesso em 29.03.2013.

esta parte mais específica do programa foi o Projeto Grael. Com sede em Niterói-RJ, o projeto iniciou as atividades em 1998 e em 2000 foi fundado o Instituto Rumo Náutico pelos iatistas Lars Grael, Torben Grael e Marcelo Ferreira, com o intuito de popularizar o esporte, que vinha ganhando alguma notoriedade depois das medalhas conquistadas por eles nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996. Entre as finalidades descritas em seu estatuto, está a de “oferecer aos jovens uma oportunidade educacional e de socialização através de uma experiência náutica, de iniciação à prática de esportes como a vela, o remo e a canoagem contribuindo para popularizar, incentivar e promover essas atividades, além de criar condições para o surgimento de novos valores para a competição” e “mostrar aos alunos a existência de oportunidades profissionais relacionadas às atividades náuticas, capacitá-los para o exercício destas funções e facilitar o acesso ao segmento”⁸.

Em 14 anos de funcionamento, já passaram pelo instituto centenas de crianças e jovens carentes e hoje não há competição náutica no Rio de Janeiro que não tenha integrantes egressos do Projeto Grael. Além disso, muitos integram o mercado de trabalho da área de construção e reparos náuticos — valorizado e carente de mão de obra especializada — graças à formação obtida nas oficinas oferecidas pelo projeto. Jovens entre 16 a 29 anos, que também devem participar das aulas de vela e natação, tem oferta totalmente gratuita de qualificação em laminação (fibra de vidro) capotaria náutica, mecânica de motores de popa e diesel, refrigeração náutica, instalações elétricas e eletrônicas e carpintaria naval.

As atividades do Instituto baseiam-se no que eles chamam de “Rede Náutica Educativa, um método educacional apoiado em três pilares de sustentação: Esportes Náuticos, Programa Profissionalizante e Programa Ambiental”⁹. Com relação a este terceiro aspecto, as atividades vão desde a conscientização dos alunos com relação ao cuidado ambiental — em parte estimuladas pela própria relação desenvolvida com a maré através da navegação — até o seu envolvimento em ações como a coleta de resíduos flutuantes e o monitoramento das correntes em toda a Baía da Guanabara. Os dados coletados pelos alunos, em parcerias com programas de recuperação ambiental apoiados por empresas e universidades, ajudam a prever a direção para onde estes resíduos são levados pela maré e facilitam a sua coleta.

⁸ < <http://www.projetograel.org.br/institucional/objetivo/index.html> > acesso em 29.03.2013

⁹ < <http://www.projetograel.org.br/programas/index.html> > acesso em 29.03.2013



Este aspecto do projeto se mostra muito pertinente para a área a ser implementado o Parque Escola da Maré. Um dos obstáculos para a inclusão da enseada dos Tainheiros no cotidiano da população da península enquanto lugar de lazer e permanência são os elevados níveis de poluição destas águas, causados principalmente pelo lixo jogado pela própria população. Uma rede de contenção dos resíduos sólidos flutuantes está instalada próxima ao terreno do estaleiro Corema, com a função de impedir que o lixo jogado ao mar chegue a toda a enseada e à Baía de Todos os Santos¹⁰. Não há, no entanto, um programa de recuperação ambiental efetivo, que possa atuar tanto na despoluição das águas da enseada como na educação e conscientização da população, promovendo uma relação mais cuidadosa com este espaço.

O PRDI indica entre as suas diretrizes a elaboração e implementação de um Plano de Recuperação Ambiental, assim como o “*desenvolvimento de programas de educação ambiental envolvendo a rede de ensino pública, particular e comunitária, além de organizações sociais*”¹¹. A recomposição da paisagem degradada ao longo dos anos — principalmente por ocupações sobre áreas de mangue e maré — na medida do possível, também é recomendada e com isso, propõe-se também como parte do programa a criação de **áreas de replântio de vegetação característica de manguezal** e a implantação de um **centro de monitoramento da maré**, que sirva como referência para o programa de recuperação de toda a Enseada dos Tainheiros a ser implementado, e que atue em parceria com a escola de esportes e ofícios náuticos.

>> Acima: Esquema-síntese do programa

¹⁰ Uma embarcação da LIMPURB - Empresa de Limpeza Urbana do Salvador, pertencente à Prefeitura Municipal de Salvador - faz coleta periódica dos resíduos acumulados na rede. No entanto, semelhante ao que acontece em terra, a periodicidade da coleta é baixa e grandes volumes de lixo se acumulam ali.

¹¹ CAMMPI/INAI, 2008, p. 43

Ambiências

“O programa sozinho não significa nada, por que é com espaços que se está lidando. A primeira coisa é reescrever o programa.”¹² Louis Kahn nos ensina que a configuração dos espaços deve responder, muito mais que à função, à natureza das atividades a que devem inspirar. A arquitetura, erguida como suporte às ações do homem, deve ter a sua materialidade subordinada ao caráter imaterial das ambiências, tempos, desejos e memórias que configuram a sua essência e reverberam aquelas encontradas no lugar.

Lina Bo Bardi fala de idéias semelhantes, mas com um sentido muito mais associado ao uso que anima os espaços. “Arquitetura, para funcionar, precisa ter vida”¹³, diz ela. Enquanto para Kahn “a primeira linha no papel é menos”, referindo-se à incapacidade de qualquer obra em refletir a essência daquilo que inspira seu autor, Lina nos mostra que todas as linhas de um edifício são infinitamente menores do que as possibilidades de apropriação que a invenção humana é capaz de criar. Para ela, “uma arquitetura é criada, ‘inventada de novo’ por cada homem que nela anda, percorre o espaço (...) é um tomar contato íntimo e ao mesmo tempo criar ‘formas’ no espaço, expressar sentimento”¹⁴.

“Gostaria que todas as decisões que tomo se desvanecessem face à utilização”, diz Peter Zumthor¹⁵. O edifício deve ser pensado enquanto suporte e ponto de partida para a invenção do homem. Pensado assim, pode prever não as apropriações que re-significarão seus espaços, mas as possibilidades de potencializar estes eventos imprevisos. A autorialidade não tem lugar neste tipo de pensamento, em que o usuário é co-criador dos “possíveis modos de ser e possuir situações”. O arquiteto é um intérprete, responsável por transformar em matéria coisas imensuráveis como o tempo, a memória e os desejos de um grupo de pessoas e de um lugar, recolhidos nas trocas que, ao longo do processo, estabelece com elas.

Os elementos estruturantes dos projetos desenvolvidos pelos três trabalhos individuais são as ambiências. Para o Parque Escola da Maré, o principal ponto de partida para a criação de espaços que inspirassem tais ambiências foi a aproximação às relações e práticas desenvolvidas entre a população da península e a maré. A configuração destes espaços procura potencializar relações de uso e apropriação, dialogando com elementos encontrados no processo de aproximação. Assim, a escola, a praça, o anfiteatro, a biblioteca e o píer têm papel

¹² Apud: Louis I. Kahn. *Conversa com estudantes*. p. 45

¹³ BO BARDI, Lina. Apud: OLIVEIRA, Olívia. *Op. cit.* p. 357

¹⁴ BO BARDI, Lina. Apud: OLIVEIRA, Olívia. *Op. cit.* p. 358

¹⁵ ZUMTHOR, Peter. *Atmosferas*. p. 69



secundário e estruturam-se em função do Mastro, da Rampa, do Trampolim, do Chuveirão, da Prainha, do Jardim de Barcos...

A água que penetra o terreno, nos recessos deixados pelas enormes rampas de embarque do estaleiro Corema, é o elemento protagonista deste espaço. A implantação dos edifícios e o tratamento dos espaços públicos procura enfatizar a relação com a água. Tirando proveito da morfologia criada pelo antigo programa, os espaços se delineiam em função destas rampas, enfatizando uma relação topográfica, que tenta possibilitar diferentes relações de uso. As linhas de força existentes são reforçadas e utilizadas como ponto de partida para a criação de outras, configurando percursos e visuais diferentes. Nestas linhas, a água penetra e escorre, estando presentes em todo o terreno, principalmente nos dias de chuva.

A água e os “mastros”, postes metálicos espalhados pelo espaço público, configuram fragmentos de memória presentes nos três projetos individuais, remetendo à sua forte presença no imaginário local, seja pela relação com a maré, que antes ocupava aquele espaço; pelos mastros dos saveiros que traziam mercadorias à feira do Jardim Cruzeiro ou pelas estacas que equilibravam as pontes e barracos dos alagados. Estes “mastros” são ao mesmo tempo pensados como suporte para apropriações, na medida em que podem servir de apoio a estruturas efêmeras. Assim, a memória é tratada não como referência puramente histórica ou imagética, mas como instrumento de ativação, ao mesmo tempo, do imaginário e da invenção.



>> Acima: Uma das rampas do Estaleiro Corema e foto aérea do terreno (ORTOFOTO/CONDER - 2006)



Jardim de Barcos

Prainha

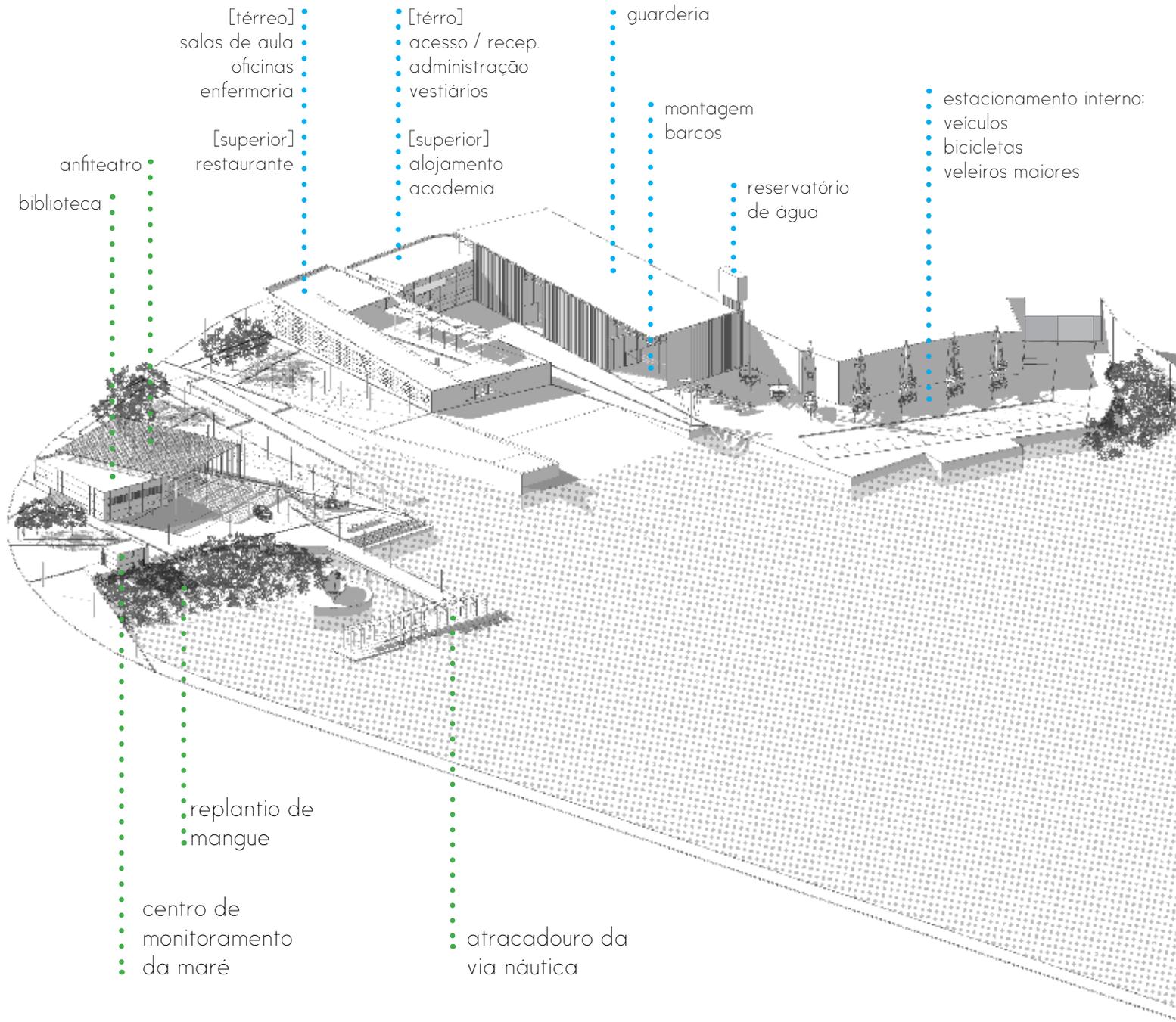
Trampolim

Rampa de vela

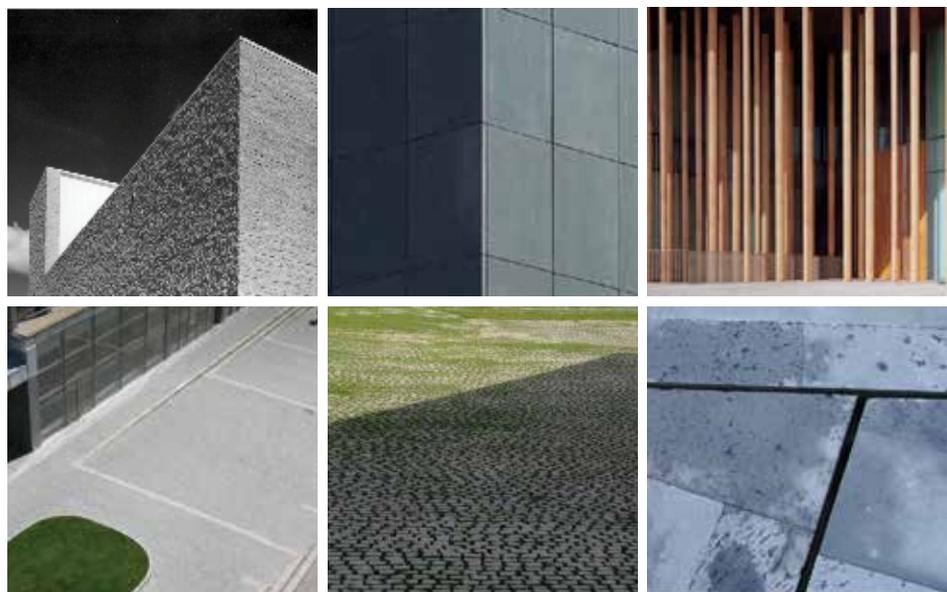
Chuveirão

Mastro

escola de vela



>> Ao Lado: [em sentido horário] Torin Building, por Marcel Breuer, em Penrith, Austrália; Edifício Empresarial no Polo Tecnológico de Lisboa, Portugal; Pabellón Espana, por Francisco Mangado, em Zaragoza, Espanha; Plaza Santiago, por Luis Peña Ganchequi, em Pasai Donibane, Espanha. ; Cité de l'Océan et du Surf, por Steven Holl e Solange Fabião, em Biarritz, França; Bjolsen Student Housing, por Snohetta, em Oslo, Noruega.



A materialidade construtiva do conjunto reverbera essas três referências (a água, os mastros e o movimento topográfico). O piso em pequenas pedras de granito, permite que em alguns lugares, onde se assenta de forma mais espaçada, o crescimento de grama, possibilitando temperaturas mais amenas. Os “canais”, em concreto, enfatizam as linhas de forças e espalham a água por todo o terreno. O “movimento topográfico” do piso configura planos inclinados, elevações, recessos, e faz emergir dois volumes. Um deles abriga as salas de aula, as oficinas e o restaurante da escola náutica, enquanto o outro conforma a arquibancada do anfiteatro. Estes dois volumes são construídos em alvenaria estrutural, com um bloco de concreto chamado “stone”, que tem uma das faces rugosa e assim estabelece um diálogo com a textura das pedras do chão.

Os volumes da administração da escola e da biblioteca são configurados como blocos pousados sobre esta topografia, e por isso têm uma materialidade diferente. Estes volumes são constituídos de placas de fibrocimento em acabamento aparente, sendo algumas serigrafadas na cor azul em motivo triangular, criando uma composição pictórica. As coberturas e fechamentos da guarderia náutica e do anfiteatro têm aparência mais leve e seus planos laterais deixam entrever o interior. Construídos totalmente em estrutura metálica pintada de branco, estabelecem um diálogo com a referência dos “mastros”.



○ Chuveirão

O Chuveirão faz parte das ambiências relacionadas ao uso de praia que se quer trazer para o novo espaço público. A “carreira”- rampa com trilhos por onde sobem as embarcações para concerto, ou onde são construídas e depois descem dali para o mar - é mantida pelo projeto, re-significada como espaço de apropriação. Do seu ponto mais alto, três tubos metálicos amarelos esguicham água no espaço encerrado por uma leve declividade, à sua frente.



A Prainha

A criação de uma praia em uma das rampas do atual terreno traz para o Parque Escola da Maré o uso de lazer ligado à praia, muito popular entre os moradores e pouco difundido na borda interna da península. Sobre a rampa da antiga “carreira”, um novo deck de madeira se estende até o mar, criando um espaço de permanência complementar à areia. Dos dois lados da rampa, mastros pontuam o espaço sugerindo a apropriação e orifícios no piso oferecem aos banhistas a possibilidade de instalarem sombreiros.



○ Trampolim

Inspirado pelos muitos “trampolins” que ressignificam piers e molhes de pedra nas praias da península, este novo espaço busca dar lugar a este uso, funcionando também como mirante e como lugar de onde o público pode assistir a chegada e saída das regatas. A elevação da cota do piso enfatiza o espaço do Trampolim e a rampa que lhe dá acesso configura uma divisão espacial, que delimita a separação entre o espaço público e o espaço da escola de vela, sem no entanto criar uma barreira física ou visual.



○ Anfiteatro e a Biblioteca

Estes dois equipamentos públicos, destinados à população da península, são tratados de duas maneiras diferentes. No anfiteatro, a decisão por fazê-lo aberto procura criar uma maior integração com a exuberante paisagem e fazer dele um espaço que possa ser apropriado livremente, mesmo quando não estiverem acontecendo apresentações. A biblioteca fecha-se mais num volume, para conformar a ambiência de maior introspecção e silêncio, que este uso demanda. Ambas as estruturas se fundem, e localizam-se em um “vale” criado no terreno.



○ Jardim de Barcos e os Degraus-Belvedere

À frente do anfiteatro, enquadrado por sua estrutura, um “Jardim” de Barcos é formado por antigas embarcações, muitas vezes abandonadas nas praias ou estaleiros da Ribeira. As embarcações, penduradas aos mastros ou apoiadas sobre o chão, criam diferentes possibilidades de brincadeiras para crianças, reforçando sua relação com o mar e com a atividade náutica. À frente do jardim, um conjunto de degraus convida ao mar e à contemplação .



A Rampa de Vela

A segunda rampa do estaleiro, a maior, é destinada ao embarque e desembarque das regatas da escola de vela. Ali acontece a saída e chegada das regatas, acompanhadas desde o Trampolim ou de cima do restaurante da escola náutica, que tem acesso ao público. A rampa tem relação direta com o volume da escola e com o volume da guarderia. Na extremidade da guarderia, um espaço destinado à montagem dos barcos, coberto e protegido do vento, antecede a chegada à rampa.

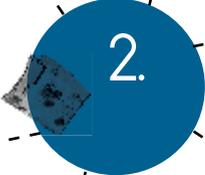


○ Mastro

Os volumes da escola de vela organizam-se ao redor de um pátio, que tem como ponto focal o Mastro das bandeiras. Os alunos devem sempre estar atentos aos avisos sinalizados através dele. Em terra, pode sinalizar que há um aviso a ser visto no quadro ou que deve-se preparar para alguma atividade. Durante as regatas, as bandeiras sinalizam regras de funcionamento, classes participantes, anulações de regatas e mudanças de percurso, entre outros. O movimento das bandeiras do mastro também marcam a presença do vento, e indicam sua direção.







Casa de Costura

Fábio Steque

A escolha do terreno

Dentro da ideia da ação ATRAIR, abordada no capítulo *Diretrizes*, encontra-se a Casa de Costura. Durante todo o processo coletivo de apreensão ao território da península, alguns indícios apontavam para uma aproximação mais específica em torno do pólo de confecções têxtil concentrado na Rua Direta do Uruguai como também da atividade remanescente do passado fabril de Itapagipe: a costura.

A Rua Direta do Uruguai surgiu como um importante *espaço de contato* durante nossa pesquisa. Este espaço vai desde o Largo dos Mares, puxando o intenso comércio existente no bairro da Calçada, até a Travessa Jequitibá, localizada no meio da Rua Direta. Neste trecho estão concentrados diversos tipos de comércio, incluindo o de confecções e vestuário, além do Shopping Bahia Outlet Center, que conta com mais de 240 lojas voltadas para este ramo. Recentemente, houve o lançamento do Condomínio Bahia Têxtil, também na Rua Direta, que abriga 20 empresas voltadas para a cadeia produtiva do setor têxtil.

A escolha do terreno para o equipamento público Casa de Costura não poderia inserir-se em outro lugar que não na Rua do Uruguai. No levantamento dos diversos vazios existentes na península, encontra-se um espaço pertencente à empresa de construção civil TERRABRÁS.

O terreno é envolto por muros com mais de 2 metros de altura e abriga um estacionamento de caminhões e tratores da empresa. Sua dinâmica interna nada condiz com as dinâmicas do seu entorno. Um grande portão amarelo na Rua Direta é vigiado por seguranças que vez por outra abrem para a entrada de carros importados, num movimento bastante rápido. No lado que toca a Rua do Canal, não há entradas, apenas um grande muro. As práticas, ambiências, memórias e desejos que ali poderiam ser potencializados dão espaço a um uso totalmente fora do contexto ali inserido, criando um grande entrave para a população e para o território da península, carente de espaços públicos, espaços de permanência, cultura e lazer. Outros exemplos deste mesmo tipo de vazio podem ser encontrados em outros pontos da península,



» Ao lado, de cima para baixo: Vista interna do terreno da TERRABRÁS; Vista da entrada da Rua Direta do Uruguai; Vista do muro da Rua do Canal.

como o terreno da antiga Empório Industrial do Norte, localizado na praia da Boa Viagem e também no terreno onde será proposta a Rua da Feira, interferência de Patricia Almeida dentro da ação ATRAIR deste trabalho, localizado próximo a feirinha do Jardim Cruzeiro. Ambos funcionam como estacionamento de grandes veículos.

Tendo o espaço de interferência definido, as questões do pólo de confecções têxtil da Rua Direta do Uruguai e a existência de um grande número de costureiras em Itapagipe como base, busquei traçar uma metodologia investigativa. Esta metodologia me auxiliou no enten-

dimento destas bases e na construção do programa da Casa de Costura, mantendo sempre um desejo de reaproximação ao território:

1. AMBIÊNCIAS

Investigação das ambiências nas ruas que tocam o terreno TERRABRÁS - Rua do Uruguai e Rua do Canal;

2. ATIVIDADE REMANESCENTE

Aproximação à atividade remanescente da costura, através de conversas com associações de costureiras e membros da Rede CAMMPI;

3. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Estudo do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções da Rua do Uruguai, através de leituras, pesquisas e conversas com atores envolvidos no arranjo.

Estes três indicadores se sobrepuseram ao longo do processo. Esta reaproximação não se deu de forma linear, um indicador investigado por vez. Pelo contrário. A medida em que me reaproximava ao território, procurava por potenciais interlocutores e cruzava os três indicadores nas perguntas que desenvolvia. A seguir, destriacho estes três indicadores (Ambiências, Atividade Remanescente e APL) para facilitar a compreensão do meu processo até chegar a definição do programa da Casa de Costura, assim como algumas interferências no entorno do terreno da TERRABRÁS.

Ambiências

As primeiras derivas realizadas no início deste trabalho foram de fundamental importância para compreender as ambiências e práticas existentes em Itapagipe. Em nossa primeira deriva, coincidentemente, perambulamos sobre as duas ruas que tocam o terreno da TERRA-

BRÁS, a Rua Direta e a Rua do Canal:

Cores, texturas, plantas e grades adornam as fachadas. Multi-paisagem. Nada é igual. (...) Do outro, oficinas, borracharia, mini-armarinbo, bar na rua, gente na esquina, fest mania, farmácia de segurança máxima, jogo do bicho, calçadas-escadas, manequins. E lixo. Muitos carros, muito barulho, alguns catadores de lixo. (Trecho Deriva I, referente à Rua do Uruguai)

Chegamos à Rua do Canal. Todos se situam, mais ou menos. Pelo meio ou pelas bordas? Vamos pelo meio. Muito lixo. Um cavalo branco montado por um menino negro, sem cela, passa correndo por nós. Há mais permanência nas transversais – o canal é lugar de paisagem, principalmente no meio. Pedacos de casas no meio do lixo, no meio da rua. É hora da volta da escola das crianças. Voltam pelo meio. Quem vai pela borda é porque mora ali. Deve ser. Um outro cavalo, puxando uma charrete e em cima um menino de wayfarer laranja. Algumas bicicletarias. Devem ficar aqui por causa do fluxo. (Trecho Deriva I, referente à Rua do Canal)

Retornar à estas ruas, com um olhar mais aguçado, me pareceu fazer sentido.

A Rua Direta do Uruguai apresenta, basicamente, três ambiências distintas (*ver mapa na página seguinte*). A primeira, de comércio intenso, vai desde o Largo dos Mares até a Travessa Jequitibá. Carros, buzinas, bicicletas, motocicletas e gente, muita gente. Por muitos momentos me senti andando pela Av. Sete. Volta e meia saía do passeio, andava pela borda da rua, desviando dos automóveis estacionados, de ambulantes, de vitrines que trasbordavam manequins para a calçada e de pessoas que por ali circulavam. Esta dinâmica e apropriação do espaço público da rua estão associadas ao que Gabriel Schvarsberger chama de *estado de rua*¹ em sua dissertação de mestrado.

Antes de chegar à Travessa Jequitibá, na altura da Rua São Brás, este *estado de rua* é dispersado

¹ “Esse estado de rua possui uma dimensão política na qual as relações humanas nos espaços das ruas e com eles estariam mediadas não tanto por dispositivos de controle provenientes de instâncias “superiores” – operados pelo Estado ou pelo capital privado –, mas por uma política própria da rua, capaz de se auto-organizar em seus conflitos e disputas por espaço e por significados comuns. O estado de rua seria tanto a atmosfera gerada no próprio ato dessas negociações quanto o resultado provisório – mas capaz de perdurar –, dessa política da rua, que ancora nesses espaços uma teia invisível de acordos tácitos e laços de solidariedade.” (Schvarsberger, *Oculum Ensaios*, #16, 2012)



3ª ambiência

2ª ambiência

1ª ambiência



pela ausência de comércio, configurando a segunda ambiência da Rua Direta. Em seu lugar, grandes muros e grades do Condomínio Bahia Têxtil, da empresa TERRABRÁS e do Bahia Outlet Center ganham espaço. Os dois primeiros negam totalmente a dinâmica da primeira ambiência, extrapolando o seu vazio interno para as calçadas da rua. Por sua vez, o Bahia Outlet Center acaba captando a dinâmica da primeira ambiência para uma experiência entre-paredes, desconfigurando o que outrora acontecia no espaço público da rua.

Passando o terreno da TERRABRÁS a primeira ambiência se reconfigura com a volta dos comércios de rua, principalmente em suas transversais até chegar à Travessa Jequitibá.

Até o Fim de Linha do Uruguai, a terceira ambiência é residencial com alguns pontos de comércio. O fluxo de pessoas é menor, mas ainda presente. Bicicletas e pessoas se deslocam pelo meio da rua e vê-se a constante presença de comércio pelas transversais que chegam até a Rua Régis Pacheco.

A Rua do Canal, assim como o último trecho da Rua Direta, apresenta-se como uma via residencial com alguns comércios no térreo, incluindo os de confecções. Sendo assim, sua dinâmica aproxima-se da terceira ambiência. Há fluxos em todos os eixos: nas bordas, na pista e no centro do canal. Nas bordas, há pouca permanência, com moradores jogando conversa fora na calçada ou em pequenas varandas gradeadas no nível térreo. Na pista, o movimento de bicicletas, motos e carros. Sobre o canal, o Sol castiga quem ali fica, dando um caráter majoritariamente de passagem em meio ao lixo.

A compreensão destas ambiências é de suma importância para a configuração do espaço público a ser criado na Casa de Costura e as melhorias em seu entorno. A ideia básica é potencializar o comércio de rua já existente, possibilitando apropriações diversas deste espaço a ser criado, integrando-se com as dinâmicas da rua em vez de negá-las completamente. É interessante notar que o terreno a sofrer a interferência está localizado bem no trecho da segunda ambiência, onde estão concentradas a ideia de dispersão e vazio.



>> Acima, de cima para baixo: antigas indústrias têxteis de Itapagipe - Empório Industrial do Norte; FAGIPE; Fábrica dos fiais fátima

Atividade remanescente

A forte presença da indústria em Itapagipe foi evidenciada em nossa etapa de aproximação *Caixa de Memórias*. Ali, começamos a perceber os impactos gerados pelos vazios provenientes desse passado fabril. Dentre as diversas fábricas que se instalaram na península, muitas eram voltadas para o ramo têxtil, destacando-se a Empório Industrial do Norte, em Boa Viagem, a FAGIPE, no Caminho de Areia e a Fábrica dos Fiais Fátima, na Ribeira. Estas fábricas deixaram como legado, também, a presença e o hábito da costura.

A existência de um grande número de costureiras em Itapagipe foi confirmada através de um cadastro da Rede CAMMPI. Grande parte se concentra “*aqui no Uruguai, em Massaranduba, Jardim Cruzeiro e algumas na Ribeira*”, como afirma Carlos Eduardo, membro da CAMMPI e integrante do GT de trabalho e renda.

A gente tá com uma ideia de formar uma rede local de costura. Essa rede constitui vários grupos, cada um em seu local, pois não temos condições de disponibilizar um espaço único. Reconheceríamos os núcleos para que, quando uma empresa precisasse de tal serviço, a gente já indicaria um grupo mais eficaz para tal. (Rita Mália, integrante da Rede CAMMPI)

O cadastro conta com mais de oitenta inscritas. A ideia da CAMMPI é de capacitar essas mulheres e inserí-las no mercado de trabalho através de cursos gratuitos em parceria com a unidade do SENAI Dendezeiros, localizado próximo a Igreja do Bonfim.

A população da área dos Alagados, como já foi dito neste trabalho, possui uma das menores rendas per capita da cidade. Assim, o acesso a cursos de qualificação, em sua maioria pagos - incluindo os do SENAI -, torna-se difícil. Os esforços que a CAMMPI vem fazendo junto ao SENAI para conseguir cursos gratuitos não dão conta de abarcar os interessados em trabalhar com costura. Os que conseguem realizar os cursos ainda precisam encarar o mercado de trabalho. Das 80 mulheres que fizeram o último curso do SENAI em parceria com a

CAMMPI, apenas dez ou doze conseguiram emprego em empresas localizadas em Itapagipe, como afirma Carlos Eduardo.

Diante desta dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, muitas mulheres se reuniram para formar associações de costureiras, como é o caso da ASCOSI (Associação de Costureiras de Itapagipe) e a Associação João Paulo II:

A ASCOSI começou há treze anos com o curso de costura da Cidade Mãe, que ficava ali em Roma. Fizemos um teste e fomos pro SENAI. No final do curso do SENAI, vieram alguns empresários para ver quem estava capacitada para trabalhar com eles. Eles só queriam mulheres até os 26 anos de idade. Então, várias ficaram de fora, inclusive eu, pois na época eu tinha 30 e poucos anos. Aí ficamos sem saber o que fazer. Foi quando surgiu Rita Mália (da CAMMPI), que na época era assistente social da Universidade Católica... Ela deu a ideia de nós, as mulheres que ficaram de fora da seleção dos empresários, formássemos uma associação de costureiras. Tomamos vários cursos, mas não tínhamos lugar para trabalhar. Elaboramos um projeto e conseguimos máquinas e uma salinha lá no Lobato. (Marlene, presidente da ASCOSI)

Assim como a maioria das costureiras que conseguiu emprego nas empresas, as mulheres das associações trabalham com facção. A facção é um tipo de trabalho industrial e produção em massa. Por exemplo, uma empresa de calças entrega o pano cortado no molde da vestimenta para um grupo de costureiras. Estas costureiras tem o trabalho de costurá-lo, colocar zíperes, botões, bolsos e o que mais for necessário para a peça ser finalizada. Muitas vezes o trabalho é dividido por diversos grupos diferentes: um corta o molde, outro costura, outro prega o zíper, outro o botão etc.

Grande parte do trabalho pego pelas associações é apenas o de costura. Arlete, da Associação João Paulo II, afirmou que certa vez aceitou uma facção que envolvia a costura e também o corte do tecido, já que eram sacolas de pano para um congresso, algo mais fácil de se fazer.

² O termo fordismo se generalizou na linguagem sociológica a partir da concepção de Antonio Gramsci (em "Americanismo e fordismo"), que o utiliza para caracterizar os sistemas de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, em 1913. O fordismo é uma forma de racionalização da produção capitalista baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa.

Por se tratar de um trabalho rápido e aos moldes fordistas², o preço cobrado por peça de facção, muitas vezes, custa menos de um real. Esta é uma das maiores reclamações das costureiras:

Facção é uma coisa que paga muito pouco, menos de 1 real por peça. Ai as meninas não fazem questão disso. Pra gente é mais interessante quando a empresa chega aqui e paga bem por cada peça. A gente trabalhou agora no carnaval fazendo farda pros catadores de lata, 7 reais a calça e 4 reais a camiseta de malha. Todo final de dezembro a gente faz. Essa época do carnaval é a mais lucrativa. Acabou carnaval, a gente fica parada. (Arlete, membro da Associação João Paulo II)

Tem uma loja que a gente trabalha, Etiqueta Urbana, que vende o vestido por 80 reais. E o que eles pagam pra gente é 2, 3 reais a peça! Tem umas camisas de bojo que custam 150, 180 reais e eles pagam só 5 reais pra gente. Eles só pensam no lucro deles e não valorizam nosso trabalho! Já chegou um rapaz aqui pedindo pra fazer facção de camisola de grávida por 30 centavos cada. Eu rejeitei! As costureiras precisam valorizar seu trabalho! Esses abadás de bloco mesmo eles cobram 50 centavos cada. É uma exploração de mão-de-obra! Eu não entro nessa. (Marlene, presidente da ASCOSI)

Outra grande dificuldade enfrentada pelas costureiras, principalmente a ASCOSI, é ter um espaço de trabalho próprio e mais adequado:

Olha, muitas associações hoje ainda existem por persistência. A gente paga aluguel e tem mês que a gente trabalha só pra pagar aluguel, água, luz e telefone. Não temos ajuda pra isso. Teve algumas associações que não aguentaram e fecharam, como a Raio do Sol. Teve outra na Boa Viagem que foi enfraquecendo e fechou também. Se tivéssemos um espaço de trabalho, isso não estaria acontecendo. (Marlene, presidente da ASCOSI)

A facção ainda é uma realidade para estas costureiras. Com uma qualificação reduzida, é a

única saída que encontram para conseguir se sustentar, além do conserto de roupas e abadás na época de carnaval. Entretanto, não deixam de acreditar que um dia terão sua produção própria:

A ASCOSI tem o sonho de ter sua própria produção. Quero chegar às passarelas e ser conhecida! Quero ter um desfile com minha produção própria! (Marlene, presidente da ASCOSI)

O que Rita (Mália) e Baby (Carlos Eduardo) - membros da Rede CAMMPI - estão propondo é que a gente tenha um galpão, um espaço, para trabalhar ali e ter nossa própria loja. Além de conseguir um espaço de produção e venda mais adequado pra gente, teríamos um poder de articulação maior com os empresários. (Arlete, membro da Associação João Paulo II).

Para isso, outras capacitações e qualificações, que não somente a costura industrial, precisam ser inseridas na formação destas costureiras. Para sair do mercado exploratório das facções é preciso adquirir novos conhecimentos e realizar trabalhos que não girem somente em torno dos interesses dos empresários. Para estes, é de grande interesse que exista essa mão-de-obra barata, que possibilita baixos custos de suas produções.

Diante deste contexto e das longas conversas com as costureiras e membros da CAMMPI, surgiu a ideia de um espaço de trabalho voltado para esta mão-de-obra excluída do mercado como também a possibilidade de um espaço de venda em que pudessem comercializar sua própria produção. Esta etapa de aproximação colaborou para a inserção deste programa à Casa de Costura, facilitando a articulação das costureiras no Arranjo Produtivo Local (APL), que será abordado no capítulo seguinte, assim como a qualificação gratuita oferecida neste equipamento.

Esse nosso espaço de trabalho é necessário que tenha uma cozinha, um espaço de descanso,



>> Acima: membros da ASCOSI realizando trabalho de facção de fantasias de carnaval.

um espaço onde a gente possa levar nossos filhos... É como se fosse nossa segunda casa. Se você tem um galpão com tudo lá, você tem mais tempo para trabalhar. Senão fica indo e voltando pra casa. E ter um galpão inserido ali na área é necessário. A gente vai sentir que é uma coisa nossa. (Arlete, membro da Associação João Paulo II).

>> Abaixo: Gráfico síntese da rede de atores sociais envolvidos num Arranjo Produtivo Local.

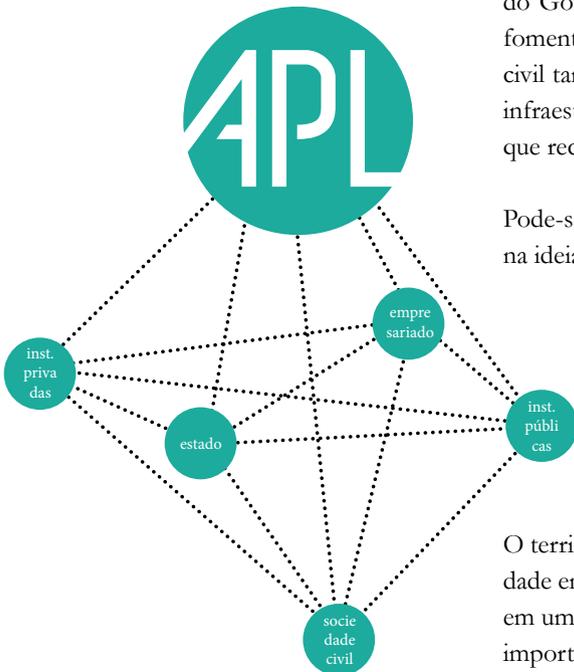
O Arranjo Produtivo Local

Um Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se pela aglomeração territorial de agentes políticos, econômicos e sociais, com interesses em comum. O APL parte de uma política do Governo Federal que tem o intuito de promover micro, pequenas e médias empresas, fomentando sua competitividade, produção e a capacitação de seus empregados. A sociedade civil também entra nessa articulação Estado/empresa na luta por contrapartidas, tais como infraestrutura urbana, capacitação de mão-de-obra e demais melhorias para a comunidade que recebe o Arranjo Produtivo.

Pode-se, então, entender que um APL encara o território como um agente de transformação, na ideia de Vásquez Barquero (2001, p.39):

O território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) formadores de seu potencial de desenvolvimento.

O território como agente transformador nada mais é do que a forma como empresa e sociedade encaram a rede de relações e governanças entre si e os demais atores sociais envolvidos em um APL. Neste sentido, o poder da comunidade que recebe o Arranjo é de fundamental importância para evitar que empresas e organizações externas se preocupem somente com



seu lucro em detrimento do desenvolvimento da sociedade.

É notável, como já mostramos ao longo de nosso processo de aproximação à área, a íntima relação que Itapagipe teve com a atividade industrial, em especial a produção têxtil. Ainda hoje é possível ver traços desta atividade remanescente, através de associações de costureiras como a ASCOSI e João Paulo II e também de produções individuais. Além disso, a Rua do Uruguai e imediações configuram-se como um aglomerado de confecções têxtil. Dos 341 estabelecimentos catalogados por Maluf (2005), 40% são voltados ao ramo de confecções, além do Shopping Bahia Outlet Center com mais de 240 lojas de confecções e vestuário. Desta forma, os membros da Rede CAMMPI, com auxílio do empresariado do Bahia Outlet Center, na figura de Rosemma Maluf, atual Secretária de Ordem Pública da Prefeitura Municipal de Salvador, criaram o projeto da APL de Confecções da Rua do Uruguai no ano de 2005. Sua instalação teve como objetivo a transformação da Península de Itapagipe, aquecendo a economia, gerando capacitação, educação e desenvolvimento para todo o território:

A escolha da região se deu a partir dos parâmetros definidos no próprio programa, pois, a área contemplada possui uma importante vocação econômica constituída historicamente, caracterizando-a como um potencial pólo de confecções, já que concentra aproximadamente 20% das Indústrias de Confecções de Salvador e um elevado número de lojas de varejo/ pronta entrega, onde existem demandas atuais de qualificação de mão-de-obra, incentivo a criação formal de micro e pequenas empresas e indústrias ligadas ao setor, além da demanda de melhoria de infra-estrutura e de qualidade do meio ambiente construído que dá suporte ao incremento da atividade no local. (Rosemma Maluf, Programa de Desenvolvimento do APL de Confecções - Rua do Uruguai e Entorno, 2005)

Desde o princípio de sua criação, o APL defende a sua organização em rede com os diferentes atores sociais, que deveriam obter benefícios com a implementação de novos empreendimentos no local.



O Programa de Requalificação da Península de Itapagipe é uma proposta de parcerias a serem constituídas entre as empresas, a sociedade civil organizada e o Governo com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região. É uma ação de responsabilidade social corporativa do Shopping Bahia Outlet Center, o qual acredita que o setor empresarial tem grande potencial para promover o desenvolvimento do país com justiça social. Essa visão faz parte da estratégia de negócio do shopping, a qual está alinhada com sua política da responsabilidade social corporativa. (Rosemma Maluf, Programa de Desenvolvimento do APL de Confeções - Rua do Uruguai e Entorno, 2005)



Quando o APL foi implementado, algumas ações foram tomadas no intuito de se fortalecer. O Centro de Design do SENAI Dendezeiros nasceu dessa iniciativa e tinha como prerrogativa a capacitação dos profissionais envolvidos com o Arranjo:

Nossa função é a de capacitar a mão-de-obra. Não só as costureiras e designers como também os empresários, para que eles soubessem aproveitar essa mão-de-obra, inserindo-a dentro da empresa. E assim, tendo um diferencial no produto que eles iam colocar no mercado. A gente passou 1 ano e meio dando cursos para grupos de empresários e grupos de designers e pessoas que trabalhavam no APL. (Phaedra Brasil, membro do SENAI Dendezeiros)



A Rede CAMMPI também participou das diversas reuniões do APL. Foi procurada pelo empresariado para promover cursos de qualificação com as costureiras de Itapagipe.

Faz um tempo que temos tentado fomentar essa área de costura... Com o Condomínio (Bahia Têxtil) – na época a gente se aproximou dos empresários – e segundo eles a gente precisava potencializar isso, pois a área tinha muitas costureiras. A gente fez algumas visitas, fizemos algumas articulações e aí conseguimos um espaço e recurso para construir o tal Condomínio. Aí a gente saiu de cena e deixamos eles lá. Depois de pronto, a gente entrou em contato novamente e começamos a mapear as costureiras daqui para saber quem iríamos capacitar, quem iríamos mandar encaminhar para as empresas... (Carlos Eduardo, membro Rede CAMMPI)

» Acima: Comércio de confeções da Rua Direta do Uruguai.





>> Acima: registros da Av. Monsenhor Tabosa, em Fortaleza, que abriga o APL de Confeccões da cidade.

³ O APL de Confeccões da Av. Monsenhor Tabosa é um exemplo bem sucedido em Arranjos Produtivos. Iniciado através de uma empresa de tamancos, a avenida, antes uma via residencial, acabou atraindo outras empresas. Há contrapartidas para o território e a articulação entre os atores sociais se dá de forma mais ativa, possuindo site com guia de lojas, revistas etc.

“Artesanato e confecção passou a ser o carro-chefe da Monsenhor Tabosa, que progredia a passos tímidos. O tempo foi passando e Fortaleza começou a atrair muitos turistas por seus famosos bordados em blusas de cambraia de linho. É onde se encontravam tal preciosidade? Na Avenida Monsenhor Tabosa, claro. Depois disso a Avenida só crescia. Atualmente são 700 metros de Avenida, que vão do Seminário da Prainha até a Rua João Cordeiro com mais de 450 lojas”. (www.avenidamonsenhortabosa.com.br, acesso 03/03/2013)

Desde 2005, muita coisa não mudou. O bairro do Uruguai ainda continua com o estigma da violência e tráfico de drogas. Nenhuma dessas ações contribuíram, de fato, para o desenvolvimento local e melhoria de vida de sua população.

Com esse APL, o que se pretendia era fazer da Rua do Uruguai uma espécie da Monsenhor Tabosa³ lá em Fortaleza. Fortalecer as confecções e a produção de acessórios. De lá pra cá apareceram muitas lojinhas de confecção na Rua do Uruguai, mas nada que tivesse uma integração. A maioria das lojas compram as roupas de fora e não daqui. (Rita Mália, membro Rede CAMMPI)

Em conversas com comerciantes da Rua Direta, alguns afirmaram que grande parte dos produtos vendidos não são fabricados aqui em Salvador. A maioria vem de Feira de Santana.

O APL não trouxe nenhum retorno para nós comerciantes. Não temos onde comprar roupas aqui por perto para revendermos. Temos que fazer pedidos de fora. Todas essas roupas aqui vieram de Feira de Santana. (Jane, comerciante Rua Direta do Uruguai)

O caso do Condomínio Bahia Têxtil - desdobramentos do APL

Neste contexto do APL, com a vontade de potencializar a fabricação têxtil no território da península, nasce o Condomínio Bahia Têxtil. O Condomínio é um empreendimento que contou com investimentos do Governo e da iniciativa privada, caracterizando-se como uma PPP (Parceria Público-Privada). As cifras chegaram aos oito milhões e meio de reais para a implementação dos galpões em Itapagipe.

Inicialmente, o Condomínio tinha a ideia de aproveitar a mão-de-obra local, disponibilizando um espaço de trabalho para as costureiras:

A gente pensava que os galpões do Condomínio funcionariam dessa forma. Uma coisa que a gente pudesse ir pra lá trabalhar, que tivesse contato com os empresários e tudo mais. Eles vieram aqui fazer pesquisa e tudo. Chegaram a medir nossas mesas de trabalho como se fôssemos mudar pra lá. Pensávamos que ali seria um lugar para Itapagipe... não sei porque mudou tudo. (Arlete, membro da Associação João Paulo II)

O Condomínio, na verdade, não está começando do marco zero. Eles estão levando as empresas deles, que já existem, aqui pra dentro do território de Itapagipe. Então, eles já tem uma base de mão-de-obra. Eles vão precisar de um espaço maior, para ter mais gente. Ainda não começou a contratação de novas pessoas. (Carlos Eduardo, membro da Rede CAMMPI)

A fala de Carlos Eduardo deixa claro que as reais intenções do Condomínio já estavam postas assim que fecharam o acordo com o Estado. Penso que esta busca pelos movimentos sociais acaba sendo uma prática falsa de processo participativo. No fim, uma ou outra contratação é feita, mas nenhuma mudança significativa para o território e a população local.

Poucas foram as costureiras que conseguiram um emprego no Condomínio. Um dos empresários que tem uma visão social mais aberta, segundo os membros da Rede CAMMPI, acabou cedendo um espaço para oito costureiras trabalharem, pois haviam oito máquinas paradas. Porém, não poderiam ter uma produção independente, apenas poderiam produzir para este empresário.

Há também a promessa de um curso profissionalizante em parceria com o SENAI a ser implementado em um dos galpões, mas que até hoje não saiu do papel.

O espaço, dentro da concepção do projeto, foi concebido para a profissionalização de mão-de-obra. Eles me disseram que só tem um acordo, mas nada certo ainda. Ai o SENAI não se movimenta... pro Condomínio também tanto faz... Há um desencontro entre eles. (Carlos Eduardo, membro da Rede CAMMPI)



>> Acima: Registros do Condomínio Bahia Têxtil.

Outro grave problema do Condomínio é o seu partido arquitetônico. Envolto por muros com arames farpados e grades com quase três metros de altura, o conjunto mais parece um presídio. Sua concepção acaba negando toda a dinâmica existente na Rua Direta do Uruguai, como foi diagnosticado, anteriormente, na segunda ambiência.

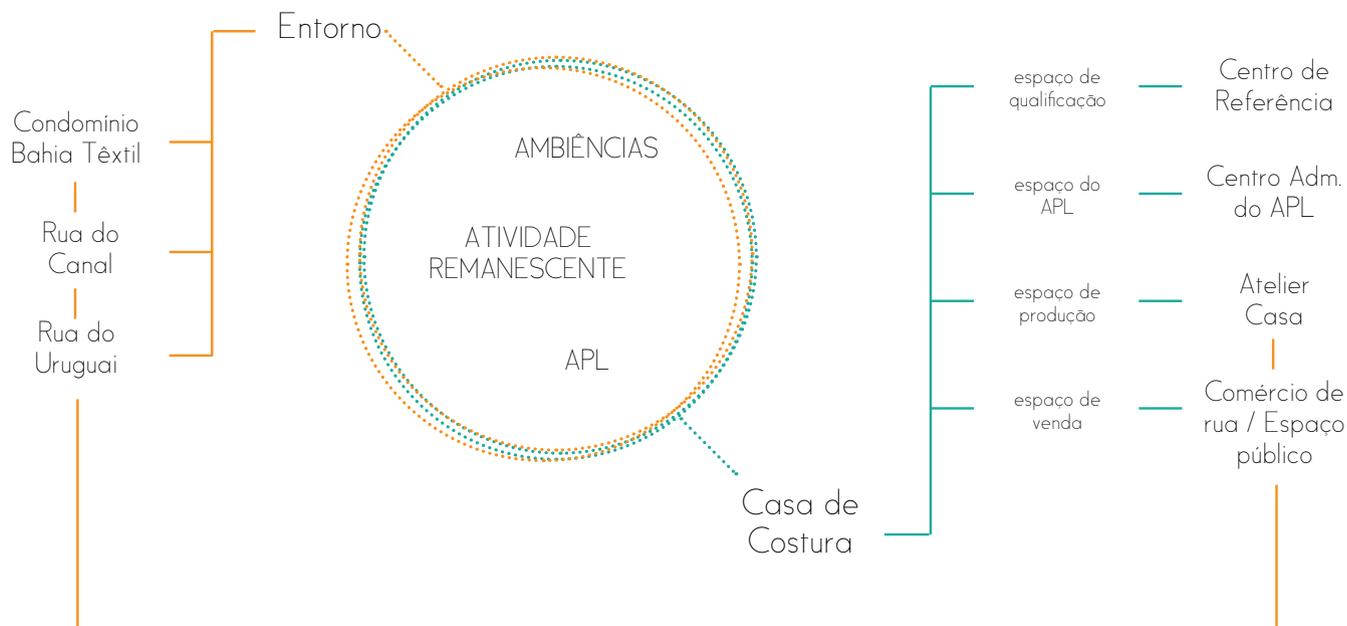
Na verdade, o Condomínio não ofereceu contrapartidas para a sociedade que o acolheu. Poucas foram as costureiras contratadas, já que as empresas que ali chegaram já existiam e possuíam sua própria mão-de-obra. Os cursos de qualificação ainda não tem previsão de quando serão implementados. Além disso, pedidos da CAMMPI para se fazer uma creche no local não foram atendidos, alegando que não possuem espaço suficiente - quando na verdade ainda dispõem de mais de 4500m² no terreno.

O Condomínio é um exemplo claro da fragilidade da rede de governança do APL. Iniciativas que deveriam trazer benefícios para todos atores envolvidos acabam favorecendo poucos, pois não são desenvolvidas para atender um interesse comum. Penso que, a presença e o poder de atores externos ao território da península, que não possuem um sentimento de pertencimento à Itapagipe assim como sua população, acaba por dar espaço a esses tipos de intervenções, que demonstram uma falta de traquejo e descaso com o território.

Compreender esta complexa rede de relações foi de suma importância para identificar os pontos frágeis e tentar contorná-los com algum tipo de ação. A Casa de Costura, neste intuito, irá abrigar o Centro Administrativo do APL, tendo as vozes de todos os atores envolvidos. As costureiras, instaladas no mesmo local que o Centro Administrativo, terão maior facilidade de articulação com o empresariado local e as demais iniciativas do Arranjo. Além disso, nos 4500m² disponíveis no terreno do Condomínio Bahia Têxtil, proponho um arborizado espaço público, com quiosques, bicicletário e estacionamento para a demanda do comércio local. Ainda neste vazio, há a implementação de uma creche, que atenderá a demanda dos funcionários da Casa de Costura e do Condomínio Bahia Têxtil.

Do processo ao projeto

Como foi pontuado ao final de cada investigação realizada (Ambiências, Atividade Remanescente e o APL), o programa da Casa de Costura foi crescendo e complementando o *programa em comum* definido na ação ATRAIR. Faltava organizar este acréscimo de programa para que o projeto ganhasse uma forma que melhor o recebesse. Abaixo, o resultado do organograma montado:



>> Página ao lado: Representação do volume da Casa de Costura, abraçando as árvores existentes e criando um grande espaço público onde antes era o estacionamento de tratores e caminhões da empresa TERRABRÁS.

Dentro da interferência Casa de Costura surgem 4 espaços que buscam solucionar as questões levantadas acerca do APL e da atividade remanescente, além da proliferação da primeira ambiência percebida na Rua Direta do Uruguai.

O Centro de Referência, *programa em comum* da ação ATRAIR, gira em torno da qualificação e capacitação gratuita da mão-de-obra local e demais interessados da cidade do Salvador, inserindo novos saberes que não somente a costura industrial, através de aulas teóricas de moda e design, além de oficinas de costura, modelagem e estamparia. Conta ainda com um auditório, disponível para o uso ligado ao Centro de Referência, mas também aberto para o uso da população local. Por último, uma biblioteca pública, com títulos diversos, mas com temática especializada no campo da costura, moda e design. Todo o Centro de Referência desenvolve-se nos dois volumes, em concreto aparente amarelado, descolados do térreo.

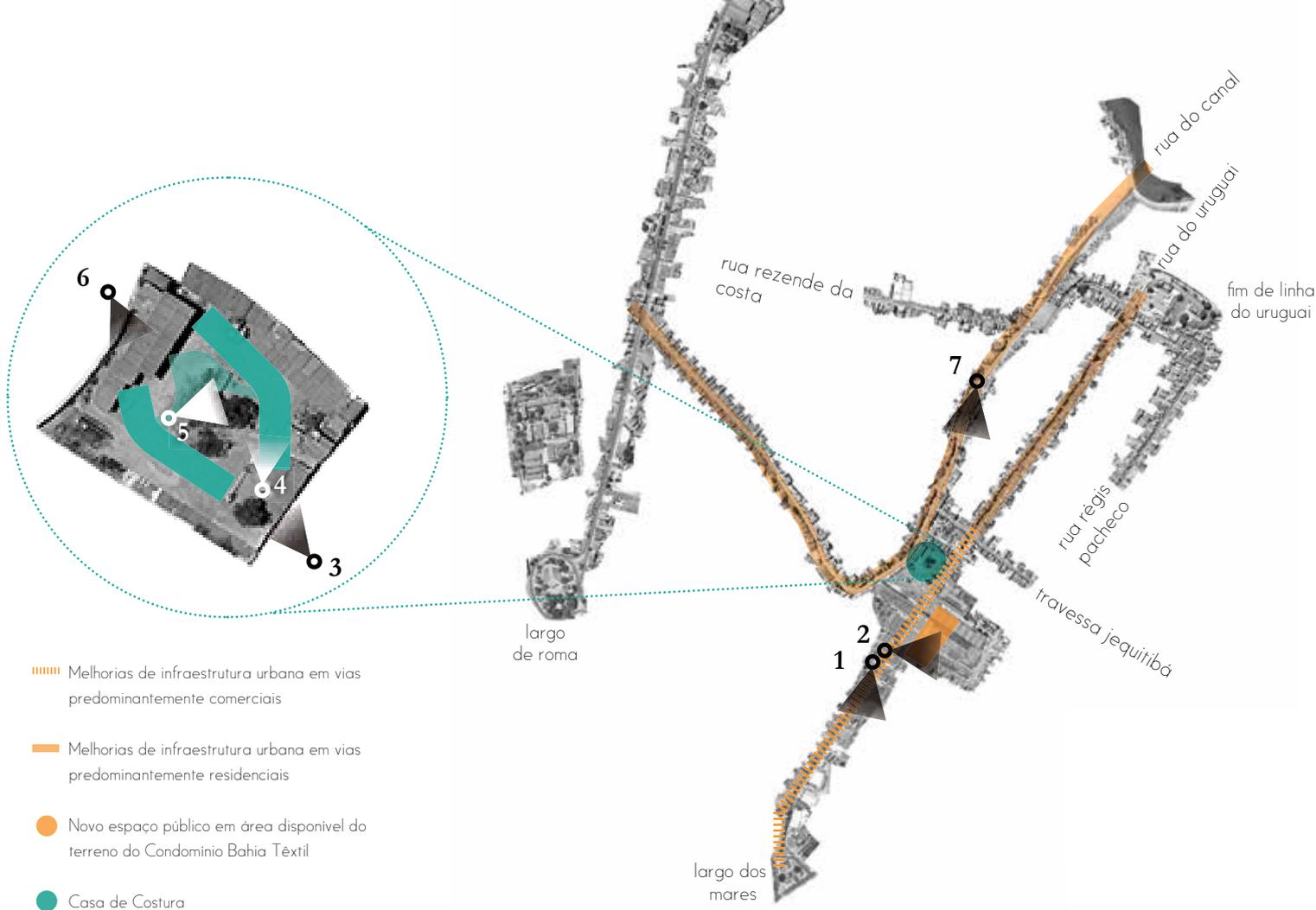
O Centro Administrativo do APL, também projetado num dos volumes em concreto, busca estreitar a rede de relações entre os atores sociais envolvidos no Arranjo: empresariado, Estado, instituições públicas, instituições privadas e sociedade civil. Seu espaço conta com salas de reuniões e escritórios para estes diversos atores.

O Atelier Casa funcionará como espaço produtivo das costureiras de Itapagipe, mantendo uma dinâmica de segunda casa inserida no coração do espaço público criado no projeto.

Por último, o espaço de vendas dedicado às costureiras e demais comerciantes e artesãos da península, que se confunde ao espaço público, buscando atrair e disseminar a primeira ambiência apreendida na Rua Direta do Uruguai.

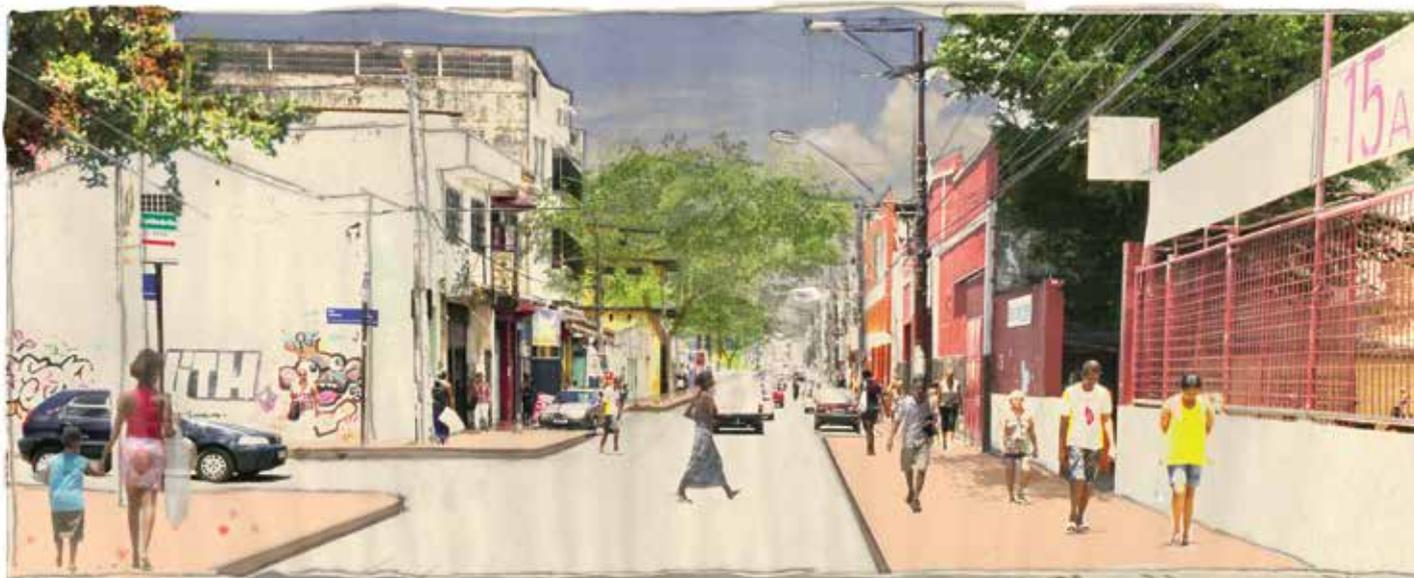
A percepção destas diferentes ambiências e a problemática do APL também foram importantes para a realização de interferências no entorno da Casa de Costura. Buscando potencializar a primeira e a terceira ambiências, propostas de melhoria de infraestrutura urbana são feitas ao longo da Rua Direta e Rua do Canal, que estão intimamente ligadas às ações CONSOLIDAR e CONECTAR do capítulo *Diretrizes*. Para reconfigurar a segunda ambi-





ência, além da Casa de Costura, uma interferência nos 4500m² disponíveis do Condomínio Bahia Têxtil é proposta. A seguir, algumas montagens buscam mostrar a dinâmica dos espaços públicos criados e/ou potencializados, num esquema de percurso que começa da Rua Direta do Uruguai, passando pelo Condomínio Bahia Têxtil, adentrando a Casa de Costura e finalizando na Rua do Canal.

Os mapas acima mostram os pontos em que foram realizadas as montagens (de 1 a 7). Em verde, a Casa de Costura, em laranja as interferências do Entorno, que serão destrinchadas juntamente com as imagens.



Entorno
1. Rua do Uruguai

Mais conhecida como “Rua Direta” por fazer a ligação direta entre o bairro da Calçada e o Fim de Linha do Uruguai, a Rua do Uruguai é conhecida pelo intenso comércio de rua.

Propostas:

Melhorias de infraestrutura urbana e arborização ao longo de toda sua extensão:

largo dos mares - travessa jequitibá

Alargamento de calçadas, fortalecendo o comércio de rua e possibilitando a criação de estacionamentos e área de carga e des-

carga;

Trânsito binário com a Rua Régis Pacheco, diminuindo o fluxo de carros e dando mais espaço aos pedestres e ciclistas.

travessa jequitibá - fim de linha do uruguai

Permanência do sentido duplo do trânsito;
Alargamento de calçadas.



>> Acima: Situação proposta e situação atual da Rua Direta do Uruguai.

Entorno 2. Condomínio Bahia Têxtil

>> Abaixo: Situação proposta e situação atual do Condomínio Bahia Têxtil.



Grande terreno que abriga dezenas de galpões voltados para a indústria têxtil. Seu maquinário de tecnologia avançada e de uso coletivo passa por todas as etapas da cadeia produtiva. Abriga 20 empresas de confecções e um dos galpões está reservado para um futuro curso de qualificação e capacitação de mão-de-obra. Embora todo aparato, sua concepção arquitetônica nega totalmente o fluxo intenso da Rua do Uruguai, com muros e grades de quase 3 metros de altura, não aproveitando o potencial que o terreno poderia ter dado ao uso e vivências existentes no local. Sua inserção partiu da política do APL e teve incentivos do Esta-

do e da iniciativa privada, totalizando mais de 8,5 milhões de reais. Fica claro, assim, a necessidade de uma contrapartida para a sociedade civil e tecido urbano da península de Itapagipe. Membros da Rede CAMMPI ainda hoje tentam revindicar a construção de uma creche no local.

Propostas:

Criação de espaço público na área ainda não ocupada do terreno com implementação de uma creche, quiosques, bicicletário e pequeno estacionamento para a demanda do comércio local.





■ Casa de Costura
3. Entrada - Rua do Uruguai

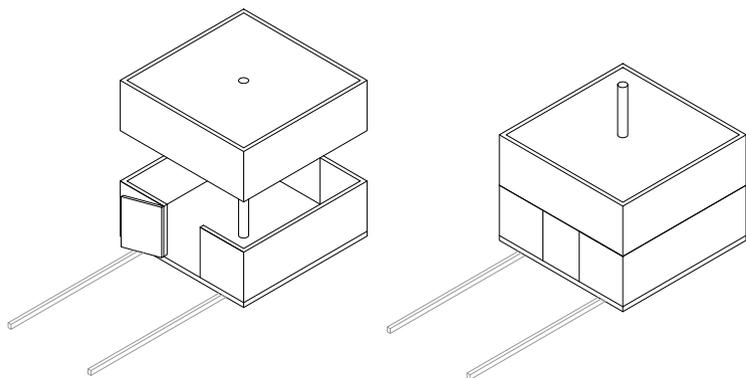
Em vez de muros, o terreno se abre e convida o transeunte a adentrar no espaço público criado entre os dois volumes de concreto amarelado. O volume mais alto se direciona à Rua do Uruguai, intensificando ainda mais este convite. A pavimentação em pedra portuguesa amarela e branca também busca convidar os pedestres que por ali passam junto com o sinuoso espelho d'água, que corta todo o terreno. Jardins envoltos por bancos acolhem as árvores existentes. Próximo ao estacionamento, encontra-se um bicicletário



» Acima: Situação proposta e situação atual da entrada do terreno pela Rua Direta do Uruguai.



>> Abaixo: Esquema dos boxes de comércio aberto e fechado com o trilho embutido na pavimentação, que possibilitará sua mobilidade



■ Casa de Costura 4. Comércio de rua

Ao longo de todo vão livre criado pelos dois volumes do Centro de Referência estão situados os boxes de comércio de rua, com 10m². Feitos de compensado naval impermeabilizado, possuem um sistema que abre e fecha, integrando-se com o espaço público e dando um caráter de feirinhas e bazares, mas ao mesmo tempo tendo uma privacidade para a prova de roupas dos clientes. Há também a ideia de deixá-los sobre trilhos, fazendo com que tenha uma mobilidade e se adeque a eventos que possam ocorrer, como desfiles, exposições, além de driblar as intempéries dos boxes localizados na fachada sul. Sua pintura e adornos são de livre apropriação.

■ Casa de Costura
5. Atelier Casa

O Atelier Casa, destinado a produção das costureiras de Itapagipe, localiza-se em meio ao espaço público (à esquerda, na imagem, revestido em tijolinhos aparentes). O Atelier se abre ao espaço público, garantindo uma presença das costureiras na apropriação deste território, seja trabalhando, realizando lanches, almoços ou mesmo para jogar conversa fora com as colegas de trabalho. Internamente, o Atelier Casa possui 350m² destinados à produção das mais de 80 costureiras cadastradas pela Rede CAMMPI, além de cozinha, refeitório e sanitário, funcionando como uma segunda casa.





■ Casa de Costura
6. Entrada - Rua do Canal



» Acima: Situação proposta e situação atual da entrada do terreno pela Rua do Canal

Assim como a entrada pela Rua do Uruguai, a entrada pela Rua do Canal busca fazer o mesmo convite à Casa de Costura, através do volume do Centro de Referência, da pavimentação e do espelho d'água com a fonte em sua extremidade. Próximo ao estacionamento também está localizado um bicicletário.



Entorno
7. Rua do Canal

Via que acolhe o principal canal de drenagem dos antigos Alagados. Hoje, uma das principais ruas da península, ligando o Caminho de Areia ao Fim de Linha do Uruguai e a inacabada pista de borda ao longo da Enseada dos Tainheiros. Toca 5 bairros ao longo de mais de 1,5km de extensão.

Propostas:

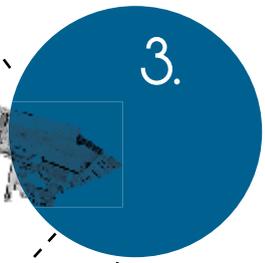
Arborização e melhorias de infraestrutura urbana;
Implementação de ciclovia, ligando o Caminho de Areia, pista de borda e Rua Régis Pacheco.



>> Acima: Situação proposta e situação atual da Rua do Canal







Rua da Feira
Patricia Almeida

Ponto de Partida

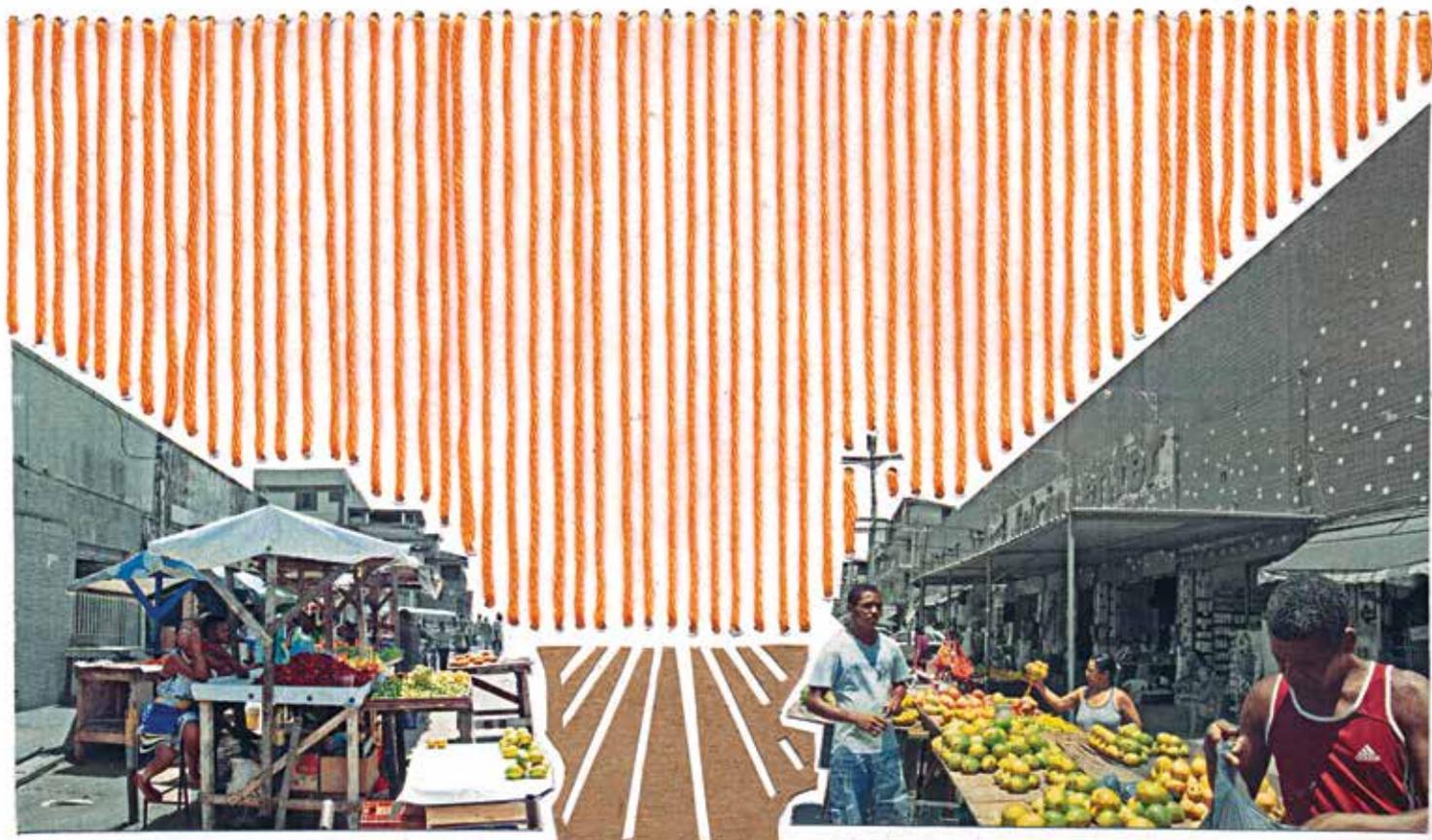
Nesta etapa do trabalho nos colocamos em contato com áreas específicas do extenso território da Península de Itapagipe. Já estivemos outras vezes nestes lugares, mas agora voltamos a eles com o olhar atento às próprias dinâmicas de cada um. Carregamos conosco a compreensão sobre muitas questões importantes acerca de toda a península e trazemos alguns objetivos definidos, mas ao mesmo tempo, temos à nossa frente um horizonte cheio de possibilidades a descobrir. De agora em diante cabe a cada um de nós buscar novos indícios que nos ajudem a aproximar ainda mais o nosso olhar do lugar e que nos permitam pensar projetos que respondam da melhor maneira às questões levantadas durante todo o processo até aqui e às demandas locais de cada área de trabalho.

A área sobre a qual irei me debruçar a partir de agora compreende a feira do Jardim Cruzeiro e seu entorno, onde se situa o vazio indicado para o desenvolvimento do projeto - um grande terreno, que abrigava uma garagem de ônibus, hoje desativada. A feira localiza-se no bairro que lhe dá nome, num território construído a partir de inúmeros aterros feitos sobre o mar ao longo dos anos e que hoje é parte importante do todo que configura a Península de Itapagipe.

Poucos são os registros históricos que relatam a formação e evolução da feira do Jardim Cruzeiro. No entanto, nas conversas que tivemos com os moradores na etapa coletiva do trabalho, a feira surgiu inúmeras vezes como um lugar importante na dinâmica da península e também na memória dos seus habitantes:

*“O pessoal do lado de lá praticamente não vem pra cá. Só mesmo pra comércio, porque tem o shopping do Uruguai, tem a feirinha do Jardim Cruzeiro... lazer quase a gente não tem.”
(Integrante da Rede Cammpi)*

“Daquela área lá, eu vou mais na feirinha do Jardim Cruzeiro. Minha família também vai muito lá. Vou sempre por dentro, cortando caminho pelos bairros. É mais perto do que ir pelo Caminho de Areia.” (Morador do Areal da Ribeira)



FEIRA DO JARDIM CRUZEIRO

“Já fui muito à feirinha do Jardim Cruzeiro. Hoje já não vou mais. É uma confusão o trânsito por ali. Vem ônibus do Uruguai, carro pra tudo quanto é lado... Aí tenho medo de ser atropelada e prefiro não ir.” (Moradora do Bonfim)

“O Caminho de Areia ali era tudo mangue. Tinha uma feira que as coisas chegavam de barco, mas depois virou tudo terra e casa.” (Morador Areal da Ribeira)

As etapas anteriores do trabalho evidenciaram a feira do Jardim Cruzeiro como um importante *espaço de contato* entre os “dois lados” existentes na Península de Itapagipe. Chamamos de *espaços de contato* aqueles espaços onde acontece o encontro entre os habitantes de ambos os lados da península e onde se manifestam as importantes relações de partilha e conflito. Aliar ao contexto de cada uma das três áreas de projeto a compreensão construída sobre estas e outras questões relativas à península é fundamental para seguir em frente. Estas indicações devem estar presentes, como pano de fundo, nas análises desenvolvidas acerca de cada um dos trabalhos individuais, definindo os possíveis rumos e direcionamentos de cada projeto.

Compreender este importante *espaço de contato* configurado pela dinâmica da feira do Jardim Cruzeiro é o meu ponto de partida. O projeto que irei desenvolver ali deve estabelecer um cuidadoso diálogo com a feira, respondendo às suas necessidades e buscando soluções aos seus problemas. Para isso é de fundamental importância que o projeto seja pensado a partir de quem constrói e vive este espaço cotidianamente.

Na busca por novos indícios, encontrar interlocutores possíveis me parece ser o primeiro passo a ser dado. Ao fazer os primeiros contatos, me apresentar e me misturar neste espaço tão vivo, começarei a entender a dinâmica espacial e urbana gerada pela feira. Essa dinâmica própria e característica deste lugar deverá, por sua vez, contaminar as diretrizes já estabelecidas para o equipamento que irei desenvolver ali. É neste ir e vir de informações, circulando entre as diferentes escalas do trabalho que imagino ser possível pensar um projeto articulado com o processo desenvolvido em grupo e os novos desafios colocados pela etapa individual.

Dia de Feira

Num primeiro momento, a exemplo do que fizemos na etapa em grupo com as derivas, me interessa circular pela área de projeto e observar as práticas que acontecem ali. Não defino nenhuma regra a seguir e apenas deixo-me guiar pelo desejo de caminhar por toda a área, estando atenta aos indícios que me ajudem a compreender a sua dinâmica. Assim, o texto que produzo a partir desta experiência não é apenas o seu relato, pois contém também as primeiras reflexões que desenvolvo, a a partir dela, sobre o lugar.

No primeiro dia que voltei à Feira do Jardim Cruzeiro com a atenção voltada de fato para ela era domingo, e mesmo sabendo que esse seria um dia de grande movimento, me surpreendi com o grande movimento que encontrei por ali. Me havia sido recomendado que fosse à feira neste dia da semana especificamente pois, durante as primeiras horas do dia, alguns comércios oferecem por ali um tradicional feijão. Cheguei à feira pela Travessa Monteiro, uma transversal que dá acesso à Rua Resende Costa, onde está localizada propriamente a feira. Digo propriamente porque a Travessa Monteiro, assim como todas as outras ruas no entorno da feira, são cheias de barracas e comércios relacionados a ela. É fácil perceber que a feira reverbera em tudo que acontece por ali.

A feira se desenvolve ao longo dos dois lados da Rua Resende Costa, num trecho de cerca de duzentos metros, mas as reverberações que decorrem da sua existência prolongam a outras centenas de metros o seu burburinho. Nesta rua de trânsito intenso, pessoas, carros, ônibus e barracas misturam-se em meio a uma disputa por espaço. As calçadas estreitas não comportam o volume de pessoas e barracas, e assim a feira transborda para a via.

O trânsito intenso e constante deve-se ao fato de que a Resende Costa, além de abrigar a feira do Jardim Cruzeiro, é uma importante rua de ligação entre a Avenida Caminho de Areia e o fim-de-linha do Uruguai. É através dela e da Rua Lopes Trovão, que carrega o fluxo em sentido contrário, que um grande número de moradores entra e sai da península todos os dias.





■ RUA RESENDE COSTA

■ RUA LOPES TROVÃO

■ VAZIO (área de projeto)

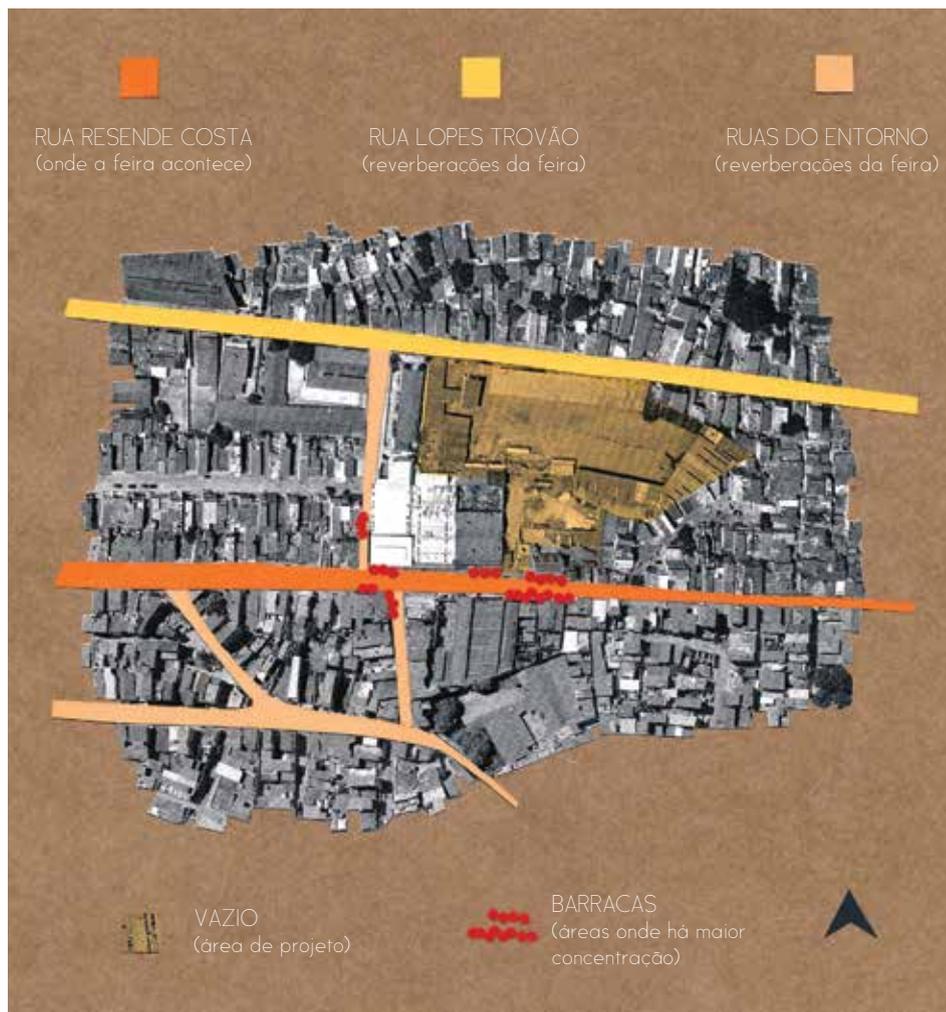
>> Página anterior: Fotografias da feira do Jardim Cruzeiro - configuração atual e disputa por espaço entre pessoas, carros, ônibus e barracas.

>> Acima: Mapa de localização da área de projeto no seu entorno imediato.

A grande maioria dos edifícios da região tem seus andares térreos ocupados por estabelecimentos comerciais. Os mercadinhos, chaveiros, mercearias e lojas dos mais variados artigos - roupas, sapatos, bijuterias, flores, variedades e etc. - também entram na disputa por espaço. As barracas da feira, localizadas à frente das lojas, delimitam estreitas áreas por onde aqueles que evitam andar pelo meio da rua tentam circular. Esta disputa chama atenção para o fato de que a feira - apesar da sua configuração linear - não é contínua. Suas barracas se distribuem de forma fragmentada ao longo da rua, muitas vezes perdendo espaço para áreas destinadas aos estacionamentos das lojas.

Na feira vende-se um pouco de tudo. Por ali encontro, entre outras coisas, frutas, verduras, farinha, carne, peixe, amendoim, camarão, dendê, guaiamum, beijú e folhas. As cores fortes dos produtos se misturam aos cheiros e aos diferentes sons que anunciam ofertas e promoções, pedem passagem, cumprimentam velhos amigos e alternam diferentes estilos musicais.

As barracas, todas muito simples e frágeis, no geral são feitas de pedaços de madeira que se sobrepõem, estruturando o tabuleiro onde se apoiam as mercadorias. Acima do tabuleiro, muitos feirantes improvisam coberturas que protegem os produtos do sol e da chuva. O espaço abaixo do tabuleiro é usado para guardar as caixas onde os feirantes levam e trazem os seus produtos todos os dias.



» Ao lado: Mapa de localização da feira do Jardim Cruzeiro e esquema de concentração das barracas.

Compreender a lógica espacial da feira me parece fundamental para entender como ela se relaciona com o seu entorno imediato e como ela estabelece relações de atração e centralidade dentro do território da península de Itapagipe. A sua aparente fragilidade, percebida em muitos aspectos aqui relatados, é contraditória em relação ao grande número de pessoas que a frequentam diariamente e ao que ela representa no imaginário dos habitantes. É em busca da compreensão destes primeiros indícios que defino os passos que me ajudarão a seguir adiante.



Feirantes, Clientes e Moradores

Para melhor compreender os primeiros indícios percebidos com relação à dinâmica da feira do Jardim Cruzeiro, era fundamental ouvir aqueles que fazem, usam e vivem este espaço diariamente. Da mesma forma, a ausência de informações específicas sobre a sua formação e consolidação indicavam que era a partir da vivência e da memória dos interlocutores que eu deveria encontrá-las. Num processo que se revela muito parecido com o desenvolvido na etapa em grupo, vou seguindo cada passo confiante das escolhas feitas até aqui.

Nas inúmeras idas à feira do Jardim Cruzeiro busquei falar com pessoas envolvidas de diferentes maneiras com a feira. É neste momento que se estabelecem as importantes trocas com o outro, a partir das quais se construirá um olhar sensível aos seus problemas e possíveis entraves. Os relatos a seguir são o resultado de cada uma destas conversas.

■ NILTON [feirante]

Nilton tem 43 anos e é nascido e criado no Jardim Cruzeiro. Desde os 18 trabalha na feira, na barraca de carnes que herdou do pai. Ele começa a nossa conversa me contando que na época em que passou a ajudar o pai, todo o território a leste da feira ainda era maré, e que era através do cais que existia ali que os produtos chegavam, trazidos pelos saveiros que vinham do interior.

“Eu me lembro de quando eu era pequeno e vinha

ajudar meu pai aqui na feira, isso aqui era tudo maré, eu vinha com ele e ia brincar ali pelo cais.”

Em seguida, apontando para o galpão à nossa frente, ele diz que ali era onde funcionava a antiga Serraria, que junto com outras de menor porte absorviam a maior parte das cargas que chegavam pelo mar. Segundo Nilton, os saveiros traziam madeira e também outros produtos, e assim a feira, que começou perto do Caminho de Areia, foi se movimentando e se aproximando do cais. Apontando agora numa direção atrás de nós ele me mostra o antigo Mercado, um edifício que hoje está abandonado e onde a feira já funcionou por um tempo.

Os comerciantes atraídos pela grande movimentação gerada pela feira começaram a abrir pequenos negócios no andar térreo dos edifícios da Rua Resende Costa. A princípio eles não incomodavam, mas com o passar dos anos a venda de frutas e verduras que acontecia apenas na rua passou a ser feita também nestes estabelecimentos. O impacto sobre a feira foi grande fazendo com que ela perdesse espaço e clientela. A partir daí começaram as proibições de montar barracas na frente dos comércios e logo em seguida as fiscalizações do “rapa”.

“Antigamente mercado nenhum vendia fruta e verdura, só se achava na feira. Hoje qualquer mercadinho vende... isso enfraqueceu a feira. Mas a gente tem nossos clientes fiéis! O povo prefere mesmo é o menor preço!”



SERRARIA

MERCADO

A barraca de Nilton divide espaço com mais 4 outras barracas. Juntos eles conformam um grande “quiosque” localizado à frente do Supermercado Estrela. Nilton explica que o proprietário cedeu a eles parte da área destinada ao estacionamento dos clientes. Essa prática, no entanto, não é comum por ali. O estacionamento do Supermercado Menininho - o maior da região – gera uma interrupção de cerca de 50 metros na continuidade da feira.

“Tem mercado que deixa a gente montar barraca tem mercado que não. Esse aqui mesmo deixa... e pelo menos por esses tempos o rapa não tem chateado.”

Apesar de já não terem mais uma associação organizada, a luta dos feirantes ainda é por um lugar onde eles possam trabalhar com tranquilidade. Já foram feitas algumas negociações com a intenção da feira ser transferida para os antigos galpões da



>> Acima: O primeiro mapa mostra a situação da feira em 1955, quando a feira acontecia à beira do antigo cais e as mercadorias chegavam de saveiro através da Enseada dos Tainheiros. O segundo mapa mostra a situação atual.

Levantamentos Atlas Parcial da Cidade do Salvador - DTCM (1955) e Orfoto CONDER/ INFORMS (2006).

Serraria, ou mesmo para o edifício do antigo mercado, no entanto, nenhuma delas foi pra frente.

“Antigamente a gente tinha uma associação, nós já tentamos ir para o mercado, já tentamos ir pra garagem, mas nada saiu do papel.”

■ PAULO [morador]

É num cômodo ao fundo do edifício do antigo Mercado que Seu Paulo mora com toda a família. Há 15 anos ele divide o pequeno espaço com a mulher, os dois filhos e o genro. O lugar está abandonado e as condições internas são muito precárias. Seu Paulo não entende direito os motivos de eu estar lhe fazendo perguntas sobre o Mercado e logo de início faz questão de deixar claro que está ali a serviço do proprietário,

Otaviano Neto. Ele me diz também que quando chegou no Mercado a feira do Jardim Cruzeiro já acontecia na rua e o edifício encontrava-se desativado e abandonado. Hoje, o vínculo que o edifício mantém com a feira restringe-se ao fato de que Seu Paulo cede alguns dos seus espaços ociosos - “na camaradagem” e “em troca de um agrado” - para que alguns feirantes possam guardar suas barracas e mercadorias.

■ MEIRE [feirante]

Meire trabalha há 20 anos na feira do Jardim Cruzeiro, onde mantém uma pequena barraca de frutas. Ela começa a nossa conversa lembrando dos tempos em que a feira era grande e possibilitava que os feirantes tivessem uma vida confortável, tirando dela todo o seu sustento. É com tom de lamento que Meire demonstra insatisfação com a situação atual da feira.

“Eu já comprei casa e se quisesse tinha comprado até carro com o dinheiro da feira. Hoje em dia eu não compro nem bicicleta...”

“A feira era bem maior... isso aqui era cheio de barraca. As barracas iam até aquela rua ali de trás. Hoje quase não tem...”

A insatisfação de Meire não se deve apenas ao enfraquecimento da feira do Jardim Cruzeiro, mas também à sua atual organização espacial. As barracas, que anos antes localizavam-se à beira do cais e da maré, com o avanço deste território sobre a água, encontram-se hoje cortadas por uma das principais ruas de acesso à região. A Resende Costa, com seu

trânsito intenso e constante durante todo o dia, ao mesmo tempo em que injeta um enorme fluxo de pessoas na área, gera uma série de problemas para os feirantes, que disputam espaço com os carros e ônibus que circulam por ali.

“Já cansei de ter que fazer remendo na minha barraca por conta do estrago que os ônibus fazem quando passam por aqui. Eles não estão nem aí, passam de qualquer jeito!”

■ WELLINGTON [feirante]

Uma barraca pintada em forte tom de azul se destaca entre as outras na feira do Jardim Cruzeiro. O azul contrasta com o amarelo das bananas que Wellington vende por ali há mais de 15 anos. Um homem tranquilo e de pouca conversa que se resume a me dizer que o problema que mais o incomoda na feira é o descaso do poder público, evidenciado pelo grande acúmulo de lixo sempre deixado ali por muitos dias.

“Um problema grande que nós temos aqui é o lixo. Eles só recolhem quando querem e fica esse lixo todo acumulado aí na rua.”

■ HÉLIO [comerciante]

O nome do bar é *FEIJÃO DO HÉLIO* e é ali que há mais de 20 anos é servido um disputado feijão todos os domingos. No sábado, ao invés do feijão, serve-se dobradinha. Em meio intenso ao entra-e-sai de pessoas, algumas trazendo vasilhas

para levar para casa o feijão, consigo trocar algumas poucas palavras com Hélio. O lugar é, na verdade, um grande ponto de encontro. Amigos, vizinhos, moradores da região e até moradores da cidade-alta, todos vão até ali em busca do tempero e de uma boa conversa. Esse é apenas mais um lugar, dentre tantos existentes na península de Itapagipe, famoso por seu sabor especial. Juntam-se ao bar do Hélio, entre outros, o cozido e o sorvete da ribeira, os restaurantes da pedra furada e o carpaccio de polvo do largo de roma.

■ JORGE [morador]

Com a intenção de fotografar a feira de cima, peço licença para subir as escadas de um prédio vizinho à entrada da garagem desativada - o vazio onde devo desenvolver meu projeto - na rua Resende Costa. É ali que encontro com Jorge, um aposentado que me convida pra fazer melhores fotos a partir da janela da sua sala, que segundo ele tem uma vista privilegiada da feira.

De fato a vista é excelente, e dali consigo ter uma visão de quase toda a Resende Costa e ao longe ainda vejo um pedacinho da avenida Caminho de Areia.

“Essa feira deve ter em torno de 30 a 40 anos, porque aqui onde a gente está agora, era maré! Antigamente os barcos ancoravam aqui, trazendo as mercadorias da ilha, do recôncavo... Era aqui mesmo. Aqui era tudo maré. A feira era bem maior e foi reduzindo, reduzindo... o que tem aí hoje é resistência.”

É com a forte memória da maré e a lembrança de que, de fato, a feira já foi muito maior do que é hoje, que começa a minha conversa com Jorge. Apesar dos muitos problemas, para ele, a feira resiste e continua trazendo um grande movimento para toda a região. Segundo ele, um dos principais fatores para que a feira ainda se mantenha viva é a sua localização.

“O coração do Jardim cruzeiro é a feira. É ponto de referência pra tudo!”

“Aqui na região circula muita gente! Só de fim de linha aqui por perto tem o do Uruguai, o da Massaranduba e o da Vila Rui Barbosa.”

Os problemas com o trânsito são constantes e a disputa por espaço se agrava ainda mais nos dias de abastecimento, tanto da feira quanto dos comércios.

“Tem hora que dá um nó no trânsito aqui! Dia de descarregar mesmo é uma confusão! É gente buzinando e polícia... engarrafa o Uruguai, engarrafa o Caminho de Areia e trava tudo. E ainda tem atropelo, nunca houve nada grave aqui não... mas de vez em quando alguém leva um tombo por aqui.”

O maior problema relatado por Jorge, no entanto, acontece à noite. O grande movimento gerado pela dinâmica da feira, durante o dia, rapidamente desaparece ao fim do dia, quando os feirantes vão embora, levando suas mercadorias. Sem a feira e com praticamente ninguém nas ruas, o medo e a violência ganham lugar.



“Depois de 8h da noite você não consegue ficar aí na rua não! Esse pedaço aí onde acontece a feira mesmo fica um deserto só!”

“É um perigo à noite, deixa de ser feira e passa a ser ponto de prostituição e tráfico de drogas. Aqui em casa eu tenbo o maior problema porque tenbo que trancar tudo.”

Para Jorge, estes e outros problemas poderiam ser mitigados se não existissem os grandes muros dos edifícios abandona-

dos, que colocam-se no lugar de outros possíveis usos voltados para a rua.

“Esses prédios vazios e abandonados aqui são verdadeiros desperdícios!”

“A gente que mora aqui quer ver a melhoria daqui do lugar. Esse terreno mesmo aí do lado poderia ser feito algum projeto, a feira poderia ir pra lá. Assim como esse prédio abandonado aí do mercado.”

■ ADÉLIA [feirante]

Dona Adélia me recebe com um certo ar de desconfiança e mantém a conversa deixando claro que não vê a hora de se livrar de mim. Com algumas interrupções para que ela pudesse atender aos seus clientes conseguimos estabelecer algumas trocas. Dona Adélia trabalha há 30 anos na feira do Jardim Cruzeiro e é lá que, trabalhando 5 dias por semana, ela mantém a sua barraca de frutas e verduras e tira o seu sustento. Para ela, ao longo de todos esses anos pouca coisa mudou, à exceção dos políticos que de eleição em eleição aparecem com a promessa de melhorar a estrutura e as condições de trabalho dos feirantes.

■ LUCIENE [comerciante]

Foi na Resende Costa que Seu Menininho abriu sua primeira loja aos 25 anos de idade. O comércio cresceu e hoje são 14 lojas espalhadas pela cidade. O negócio virou coisa de família e agora é administrado por seus filhos. Converso com Luciene, uma das filhas de Seu Menininho, responsável pela loja do Jardim Cruzeiro. Tento questioná-la sobre a relação do super-

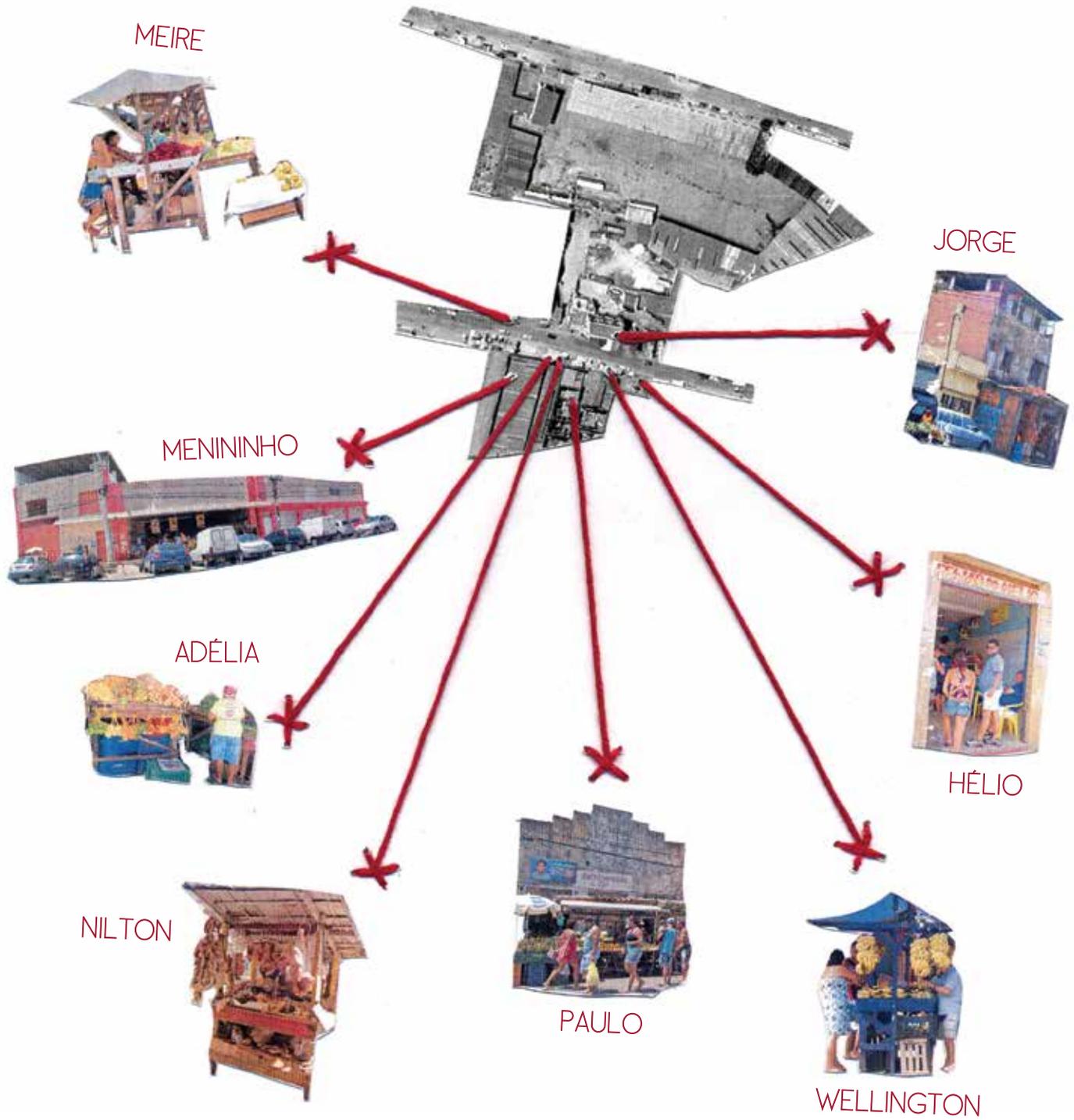
mercado com a feira, mas ela evita a pergunta e se resume a dizer que quando o comércio surgiu a feira já acontecia e hoje a relação entre ambos é de respeito e cordialidade. No entanto, a maioria dos feirantes me relatou que o Supermercado Menininho é o que menos tolera a instalação de barracas na área à sua frente, que usa para estacionamento dos clientes.

■ DONA ELI [cliente]

Meu encontro com Dona Eli acontece por acaso em meio a um movimentado sábado de feira. Foi tentando desviar de uma barraca de peixes que acidentalmente nos esbarramos. Ela é uma simpática senhora a quem, aproveitando a situação, pergunto os motivos que a levam à feira naquele dia. Na mesma simpatia de antes, Dona Eli consegue em poucas palavras, traduzir o que a feira representa para muitas pessoas que circulam por ali todos os dias.

“Eu gosto mesmo é de comprar na feira! Na feira eu pego e só pago depois porque aqui todo mundo já me conhece! Gosto do movimento, de passear por aqui e encontrar com os amigos.”





Definindo o Programa

>> Página 213: Fotografia panorâmica da feira do Jardim Cruzeiro a partir da janela de Jorge.

>> Página 214: Fotografia panorâmica do Supermercado Menininho evidenciando a grande área de estacionamento que interrompe a feira.

>> Página 215: Mapeamento esquemático de localização dos interlocutores.

As conversas com os interlocutores tornaram visíveis uma série de questões e entraves referentes à história, ao funcionamento e à dinâmica espacial da feira do Jardim Cruzeiro. A partir destes depoimentos, com uma compreensão muito maior dos conflitos existentes, começa a ser possível pensar algumas possibilidades de desdobramentos para o projeto indicado pela etapa em grupo para a área.

Esta é uma etapa importante do trabalho pois, neste momento, cruzam-se informações relativas às diretrizes definidas pelo trabalho coletivo, as indicações do PRDI desenvolvido pela Rede CAMMPI, as aproximações à feira do Jardim Cruzeiro e outras experiências com programas semelhantes, que possam servir como referência para complementar o programa desenvolvido para o projeto.

Itapagipe - ATRAIR

Com relação à etapa em grupo, o projeto está pensado no âmbito da ação definida como ATRAIR. Esta ação tem como objetivo desestabilizar os limites e potencializar novas permeabilidades a partir da criação de equipamentos públicos que atuem sobre importantes aspectos geradores da segregação sócio-espacial existente na península. Num primeiro momento, a idéia é que os três trabalhos desenvolvidos criem possibilidades de “cruzar o limite” evidenciado pela avenida Caminho de Areia.

Os usos previstos para cada um destes equipamentos devem atuar em duas escalas: uma mais local, relacionando-se às questões importantes do entorno onde estão inseridos, e a outra mais ampla, atraindo pessoas de toda península e também de fora dela. As diretrizes definidas ao final desta etapa estabeleceram um programa comum a ser desenvolvido pelos três trabalhos, são eles: a criação de **espaços públicos** amplos, sombreados e abertos à livre apropriação, uso específico relacionado ao contexto da área em que está inserido, **biblioteca pública** e **auditório público**.

Feira do Jardim cruzeiro

A aproximação à feira do Jardim Cruzeiro, através das conversas com os interlocutores, permitiu compreender melhor os problemas, as necessidades e os desejos daqueles que estão diariamente envolvidos com o seu acontecimento. Ao interpretar estas questões, através dos relatos desenvolvidos no capítulo anterior, começa a tornar-se possível pensar e indicar algumas possibilidades de interferência. O reconhecimento do seu caráter de rua como uma das suas principais características é o meu principal ponto de partida.

A evolução da feira do Jardim Cruzeiro se confunde com a própria evolução do território em que está inserida. O que antes era cais e maré transformou-se numa área densamente ocupada e construída sobre o mar. Como visto anteriormente, este processo está presente na memória dos habitantes não apenas do Jardim Cruzeiro, mas também de toda a Península de Itapagipe. Esta foi uma questão que nos acompanhou desde o começo do trabalho e que, ao longo do seu desenvolvimento, foi ganhando importância e destaque.

No caso específico da feira do Jardim Cruzeiro, este processo modificou totalmente a área onde ela está inserida. A maré foi aterrada e o antigo cais virou uma importante rua que dá acesso a importantes bairros, como Uruguai, Baixa do Petróleo, Vila Rui Barbosa e o próprio Jardim Cruzeiro. Ao mesmo tempo em que o seu caráter de passagem garante um fluxo constante de pessoas, esta situação é responsável pelos inúmeros problemas relatados pelos interlocutores. A disputa por espaço, os prejuízos provocados por esta disputa, o trânsito intenso e os consequentes engarrafamentos que atingem toda a área são apenas alguns deles.

A existência de supermercados de grande e pequeno porte na Resende Costa também foi destacada como um dos problemas enfrentados pela feira. As queixas vão desde a forte concorrência estabelecida por estes comércios até à difícil relação de coexistência, muitas vezes não respeitada pelos lojistas. Os feirantes ocupam hoje apenas aqueles espaços em que não há estabelecimentos voltados para a rua, ou quando há a convivência do proprietário.

Para os feirantes, todos estes problemas poderiam ser evitados se a feira tivesse um lugar próprio e adequado para acontecer, e é deste mote principal que parte a primeira definição do programa. A criação de uma **rua peatonal ligando a Resende Costa à Lopes Trovão**, duas das principais ruas de ligação da região com a Caminho de Areia, é a primeira definição de projeto. É a partir desta ligação, garantindo a permanência do seu caráter de rua, que os outros programas vão se desenvolver.

No que diz respeito à questão da temporalidade, provocada pelo esvaziamento da área durante a noite, pensa-se a criação de uma área para **bares**. Esta área funcionaria como ponto de encontro dos moradores locais e também de outras áreas da península, possibilitando o uso prolongado deste espaço público, ao trazer para a região movimento e outras atividades à noite.

Para dar **suporte ao uso da feira**, o programa inclui depósitos de armazenamento de produtos e lixo e áreas de carga e descarga, acessados por uma via específica para este fim. Além disso, a criação de boxes para venda de alimentos perecíveis atende às exigências sanitárias para a venda destes produtos.

REDE CAMMPI

As indicações trazidas pelo Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, articulado pela REDE CAMMPI e analisado anteriormente neste trabalho, foram fundamentais para a definição dos programas comum e específicos estabelecidos para os três trabalhos individuais.

O plano indica como objetivos específicos a serem desenvolvidos, *“incrementar, através de incentivos fiscais e financeiros, a capacitação técnica e gerencial e a constituição de redes de produção e comercialização da cadeia produtiva do mar, além de setores de moda, movelaria, gastronomia, artesanato e turismo fundamentada na identidade cultural;”*¹

¹ CAMMPI / NAI, 2008.



» Ao lado: Experiências de hortas urbanas e jardins produtivos. De cima para baixo: entre as comunidades de Nova Holanda e Nova Maré, horta urbana no CIEP Elis Regina, Rio de Janeiro - Brasil; ECOBOX, Paris. (<http://www.urbantactics.org/projects/ecobox/ecobox.html>).

Buscando criar uma cadeia produtiva local articulada ao uso existente - a feira do Jardim Cruzeiro - propõe-se a criação de um **restaurante popular com cozinha experimental** e o desenvolvimento de áreas destinadas à implantação de **hortas urbanas**. A indicação destes usos, além de oferecer uma possibilidade de resposta às indicações do PRDI, busca responder à diretriz central desenvolvida para a ação ATRAIR, de atender à demanda local, mas também possibilitar a criação de espaços que atraiam o interesse de pessoas de toda a península e de outras áreas da cidade.

A indicação destes usos se baseia na indicação, também trazida pelo PRDI, de estimular as potencialidades e dinâmicas já existentes na Península de Itapagipe. Neste documento, uma das potencialidades indicadas é o setor de alimentos típicos e isto deve-se ao fato de que, na península, são muitos os lugares conhecidos pela culinária. A criação de espaços que possibilitem atividades de capacitação tanto na produção de alimentos (cozinha experimental do restaurante popular) quanto no seu cultivo (hortas) tem o objetivo de fortalecer este setor e assim impulsionar o seu desenvolvimento.

>> Ao lado: Imagens extraídas do vídeo de apresentação da Rede "Cio da Terra", em Lauro de Freitas.

link de acesso ao vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=D5HzfPaSecs>

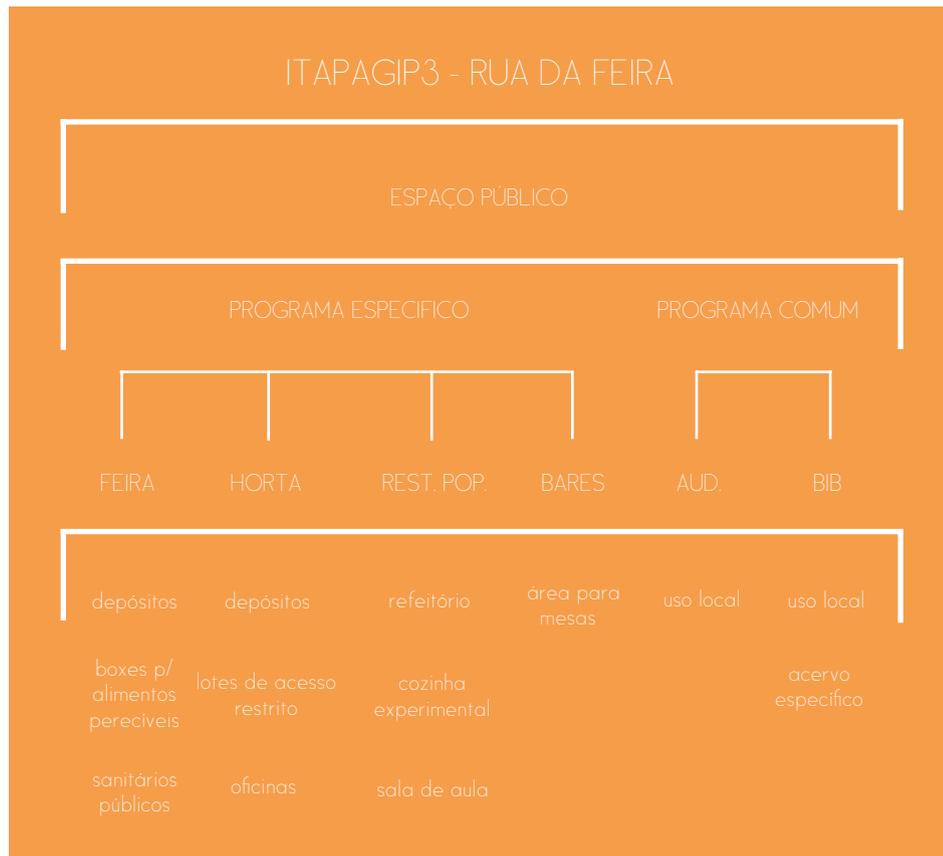


PNSAN - Cio da Terra

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) iniciada em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) se caracteriza pela implementação de Redes de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição formada por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Esta política foi desenvolvida e implementada a partir da Estratégia Fome Zero, iniciada pelo Governo Federal em parceria com estados e municípios.

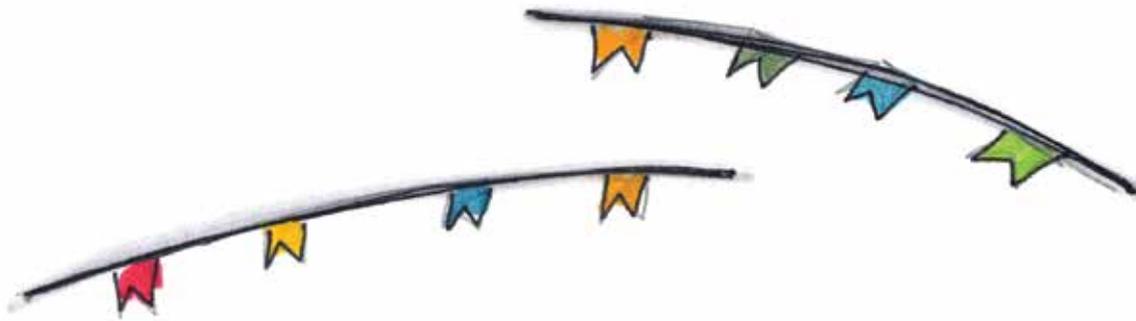
Em Lauro de Freitas-BA acontece uma experiência, no âmbito da PNSAN, que serve de referência para todo o país. A rede, chamada "Cio da Terra", buscava estabelecer uma política de desenvolvimento sustentável que permitisse melhorias na qualidade de vida da população. Para isto, era necessário não apenas oferecer alimentação de qualidade, mas estimular a geração de emprego e renda a partir de atividades relacionadas à capacitação, com um pensamento de produção global. A rede inclui hortas comunitárias, restaurante popular, banco de alimentos e feira livre, criando uma cadeia. O que é produzido nas hortas é utilizado no restaurante popular, depositado no banco de alimentos ou comercializado na feira livre. Esta cadeia torna-se possível através do programa de compra direta, mantido pela prefeitura municipal.

>> Ao lado: esquema de estruturação do programa



A experiência de Lauro de Freitas, por tratar-se de uma realidade muito próxima e similar à de Salvador, serve como exemplo de que o trabalho proposto para o Jardim Cruzeiro é uma realidade possível. Mesmo que não se desenvolva nos moldes do “Cio da Terra”, a ideia central dos dois projetos é a mesma: criar uma rede integrada de ações voltadas para o desenvolvimento do setor alimentar.

Além disso, esta ação possibilitaria também o fortalecimento da feira, estimulando o aparecimento de novos feirantes e clientes e assim estabelecendo novas relações de produção e comércio. Desta forma, o contexto atual de descaso e desaparecimento gradativo da feira do Jardim Cruzeiro poderia ser modificado a partir da sua valorização como parte importante da história da Península de Itapagipe e também como um importante *espaço de contato*.



RUA DA FEIRA



O Projeto

O projeto para a Rua da Feira tem como ponto de partida a criação de uma rua peatonal ligando as ruas Resende Costa e Lopes Trovão. A criação desta rua responde à necessidade, percebida a partir do relato dos interlocutores, de um espaço próprio e adequado para a feira acontecer. O objetivo, com a criação desta ligação, é manter o seu caráter de rua e lugar de passagem, somando a isso melhores condições de conforto e qualidade dos espaços.

A Rua da Feira, é por princípio um grande espaço público pensado como o lugar do encontro, da permanência, do imprevisto, do lazer e também do trabalho. Um espaço vivo, pulsante e principalmente apropriável, na medida em que tenta criar possibilidades para que feirantes, ambulantes, moradores e transeuntes possam usar este espaço de diferentes formas ao longo do dia. Para isto, os elementos que compõem este espaço buscam estimular novos e diferentes tipos de uso.

A implantação dos edifícios que abrigam os programas definidos no capítulo anterior busca configurar, além da rua de ligação que cruza o terreno, outros espaços públicos amplos, sombreados e também abertos à livre apropriação, funcionando como novos “oásis” inseridos no contexto densamente ocupado deste território. Estes edifícios, distribuídos no terreno de grandes dimensões de uma antiga garagem de ônibus desativada, conformam largos, praças, jardins e espaços de lazer e ócio.

A passagem da ciclovia na rua Resende Costa, indicada pela ação CONECTAR da etapa em grupo, será acompanhada da criação de bicicletários, calçadas largas, arborização e faixas de pedestre. A feira, que antes acontecia dividindo espaço com os carros, tem agora a possibilidade de transbordar por esta nova ligação feita com a Lopes Trovão.

A escolha e a inserção, no projeto, de elementos arquitetônicos que definem áreas de permanência, áreas verdes, zonas sombreadas e espaços lúdicos busca criar diferentes ambiências, que potencializem as relações de uso e pertencimento criadas entre os novos espaços e as pessoas. A escolha dos materiais e a implantação dos edifícios também se orienta por este pensamento.



» Acima: fotografias panorâmicas do interior do terreno e seu entorno. De cima para baixo: Vista a partir da Resende Costa, vista a partir da Lopes Trovão, vista do interior do terreno e vista do interior do terreno.

² OLIVEIRA, Olívia. *Op. cit.* p.34

³ "A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. Há situações em que não podemos perder tempo a pensar se gostamos ou não de alguma coisa, se devemos ou não saltar e fugir. Existe algo em nós que comunica imediatamente conosco. Compreensão imediata, ligação emocional imediata, recusa imediata." (ZUMTHOR, Peter. *Atmosferas*, 2006, p.13)

Nos três trabalhos individuais, a criação das ambiências é entendida como uma etapa fundamental do desenvolvimento dos projetos. Buscamos pensar espaços inspirados nas sutis substâncias de que fala Olívia de Oliveira em seu livro "*Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura*". Olívia diz que, em 1940, Lina chamava de substância aquilo que "*é necessário à permanência material; o que é necessário à vida; o que constitui fundamento; o que tem propriedade de força, vigor e resistência. Lina definiu essas substâncias como sendo quatro: ar, luz, natureza e obra de arte*"². A essas quatro substâncias Olívia inclui o tempo, como principal matéria prima da obra da arquiteta.

As ambiências foram desenvolvidas pensando neste conjunto de fatores que conformam um espaço, em que a arquitetura é resultado da criação de atmosferas³ percebidas pelas pessoas que a usam. Desta forma, a relação que cada pessoa estabelece com o espaço projetado é diferente, permitindo que ele se mantenha vivo e em constante mutação. São muito os fatores que podem contribuir para que este tipo de fruição dos espaços aconteça e pensar na configuração das ambiências como uma das etapas de projeto é uma delas.

O sistema construtivo escolhido procura configurar texturas, cores e temperaturas que envolvam e reforcem o sentido destas ambiências. Os edifícios foram desenvolvidos majoritariamente segundo o sistema de estruturas autoportantes moldadas in loco, em concreto aparente e de textura marcada de maneira irregular pelas formas em madeira. Esta escolha busca relacionar os volumes entre si, evidenciando suas diferentes proporções e conferindo unidade ao conjunto. Além disso, ao mesmo tempo que se tenta estabelecer um diálogo com a textura dos edifícios do entorno, busca-se uma aparência simples, fugindo dos modelos estéticos arrojados, que muitas vezes parecem querer sobrepor-se aos usos que dão suporte.

A natureza das atividades que terão lugar nestes espaços tem como característica fundamental uma certa rudez e um despojamento, que vem do trato manual direto com a terra e com os alimentos. A criação de melhores condições de higiene para a feira não pode ser confundida com um tratamento estético higienista e asséptico, pois a ambiência mais característica de toda feira livre tem muito mais à ver com o áspero e com o atrito.



» Ao lado: conjunto de imagens de referência para a criação das ambiências do projeto - materiais, usos, cores e outros elementos.

» Próximas páginas: planta baixa esquemática do conjunto e esquema de distribuição dos volumes no terreno com indicação dos seus respectivos programas.

Os fechamentos são desenvolvidos em chapa metálica pintada na cor vermelha que, de acordo com a necessidade, configuram portas e janelas pivotantes. O uso desta cor tem o objetivo de conferir destaque a estes elementos além de despertar o interesse e a curiosidade de quem passa por ali. O edifício da biblioteca tem caráter mais introspectivo, e por isso recebeu acabamento mais suave, em reboco pintado na cor branca, estabelecendo também um contraste com os demais.

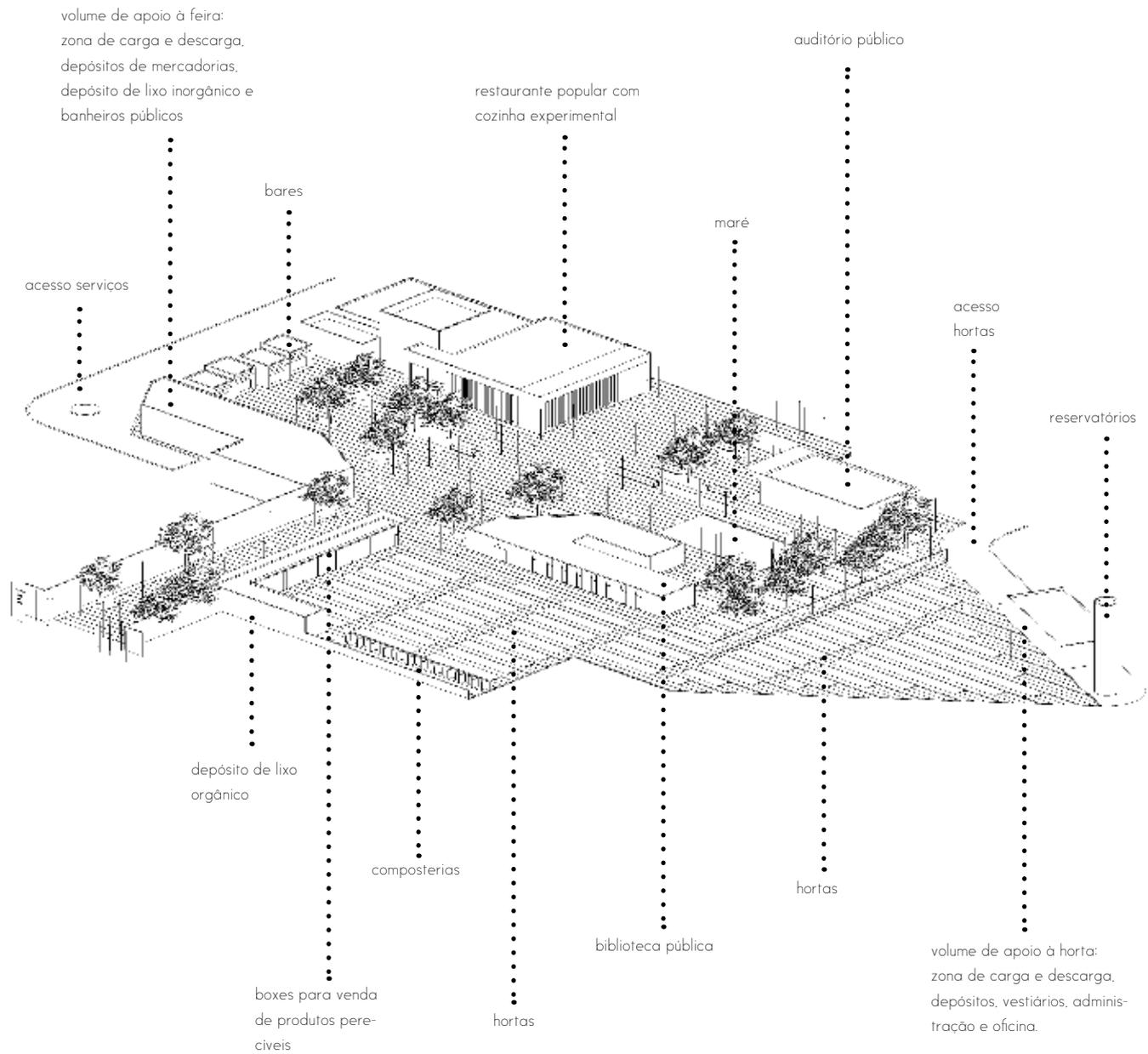
O projeto apresentado a seguir será descrito a partir de um percurso através das suas ambiências, com a intenção de contextualizar e descrever as escolhas feitas para cada um dos seus espaços.

rua lopes trovão

fábrica
W&A

rua resende costa







>> Acima: ambiência 01

Ambiência pensada para o Rua da Feira a partir da Rua Resende Costa.

⁴ *Fábrica W&A Waldomiro Araújo e Cia. de uniformes e estofados em couro localizada no Jardim Cruzeiro.*

Numa vista a partir da Resende Costa (ambiência 01), os elementos verticais que se distribuem por todo o projeto sugerem a espacialidade que se encontrará adentrando aquela nova rua. Estes elementos remetem à memória do antigo cais, pontuado pelos mastros dos saveiros que traziam as mercadorias para a feira. Estes “novos mastros”, além de dialogarem com esta memória, estimulam a livre apropriação, possibilitando, entre outros usos, a criação de coberturas efêmeras com lonas e tecidos.

O acesso ao projeto, a partir da rua Resende Costa, se faz por uma abertura de cerca de 15 metros de largura, delimitada pelos muros da Fábrica W&A⁴ e pelos volumes dos edifícios lindeiros ao terreno. A partir deste ponto, a feira que acontece calçada, agora mais ampla e arborizada, pode transbordar ao interior do novo espaço, cruzando o terreno e chegando até a rua Lopes Trovão.



É nesta passagem (ambiência 02) que estão localizados os boxes para venda de produtos perecíveis, como carnes, peixes e vísceras. O comércio destes produtos demanda maiores cuidados do que aqueles de hortifruti, devendo acontecer em espaços adequados à sua correta manipulação, conservação e higiene. No interior destes boxes, encontra-se área refrigerada para exibição dos produtos, pia, mesa de corte e áreas de armazenamento provisório e descarte. Além disso, ao longo do espaço destinado à ocupação por barracas, foram distribuídos lavatórios que possibilitam a higienização dos produtos comercializados pelos feirantes.

Este espaço é pontuado pelos “mastros”, distribuídos de forma a possibilitar principalmente a improvisação de coberturas. Além disso foi pensada a colocação de bancos e árvores que dêem suporte e abrigo à permanência de quem passa por ali. Protegidos pelas lonas e também pela sombra das árvores, os feirantes, ambulantes e passantes podem transformar esta “rua” num espaço vivo, cheio de cores, movimentos, cheiros, e sons. Mais à frente, num vo-

» Acima: ambiência 02
Ambiência pensada para a feira e para a área dos boxes de produtos perecíveis.



>> Acima: ambiência 03
Ambiência pensada para o largo dos bares. No primeiro plano, diferentes usos possíveis e ao fundo o volume dos bares.

lume que se prolonga a partir do muro que faz limite com a W.A., está situado o restante do programa que dá suporte à feira. Ali estão os depósitos de produtos, banheiros públicos, casa de máquinas e depósito de lixo inorgânico. Esta área, de caráter mais restrito, tem conexão direta com a zona de carga e descarga que atende à feira, aos bares e ao restaurante popular.

A implantação deste volume e do restaurante popular, conforma um largo, onde estão situados os bares (ambiência 03). Esta localização deve-se ao fato de que este uso, pensado como uma solução possível ao esvaziamento que acontece na região à noite, pudesse acontecer numa área mais reservada com relação às zonas residenciais. No entanto, a riqueza dos espaços desenvolvidos para a Rua da Feira reside também em tudo aquilo que não é projetado. A área que durante o dia é ocupada pela feira pode, em outros horários, transformar-se em parque infantil, ponto de encontro de bicicletas, espaços para apresentações musicais, área para o baba ou mesmo em outros bares, configurados pelas estruturas efêmeras dos ambulantes, com apoio dos “mastros” distribuídos ali.



Logo à frente avista-se o volume do Restaurante Popular (ambiência 04). Neste volume, o refeitório foi pensado de forma a possibilitar uma relação visual com o que acontece do lado de fora. Esta intenção de projeto foi solucionada utilizando na fachada os mesmo elementos verticais que configuram os “mastros”. Desta forma estabelece-se uma visibilidade cruzada, tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro do edifício, preservando a necessidade, determinada pelo programa específico para equipamentos deste tipo⁵, de que o espaço tenha entrada e saída controlada. Do lado de fora do edifício feirantes e ambulantes se apropriam dos “mastros” vendendo seus produtos sob as lonas estendidas nestas estruturas.

No lado oposto ao do Restaurante Popular situa-se a Maré (ambiência 05). Este espaço, chamado assim como referência à forte memória da época em que de fato havia mar nesta região, é configurado por uma lâmina de água que preenche uma depressão formada por uma leve declividade no piso. À sua frente, como antes era possível ver no cais, os “mastros”

» Acima: ambiência 04

Ambiência pensada para o Restaurante Popular. Num primeiro plano, feirante ambulantes e transeuntes se espalham pelo espaço público, ao fundo o volume do restaurante com sua fachada utilizando os “mastros”.

⁵ MDS. *Restaurantes Populares: Roteiro de Implantação*, p. 27



>> Acima: ambiência 05

Ambiência pensada para a maré. Espaço lúdico de livre apropriação que faz referência à memória da maré que existia ali. À direita vê-se o volume da biblioteca.

fazem as vezes de fonte, esguichando água por suas extremidades. A presença da água associa-se à sombra das árvores para configurar a ambiência de “oásis” que se estende por todo o conjunto, num contexto urbano tão densamente ocupado e pouco arborizado. A Maré é acima de tudo um espaço lúdico, um lugar para as brincadeiras de criança e adultos. Água, bóias, bandeirolas, sombras, cores e risos são os elementos que, verdadeiramente, constituem este espaço.

A inspiração para os espaços da Rua da Feira vem principalmente das experiências de projeto de Lina, responsável pela criação de tantos espaços cheios de vida e de possibilidades de apropriação pelas pessoas. Na citação a seguir vemos Lina falar sobre o desenvolvimento do projeto para o SESC Pompéia:

“Meu grande amigo Eduardo Subirats, filósofo e poeta, diz que o conjunto da Pompéia tem um forte teor ex-



pressionista. É verdade e isto vem da minha formação europeia. Mas eu nunca esqueço o surrealismo do povo brasileiro, suas invenções, seu prazer em ficar todos juntos, de dançar, cantar. Assim dediquei meu trabalho da Pompéia aos jovens, às crianças, à terceira idade: todos juntos.”⁶

A criação de espaços como as Hortas Urbanas (ambiência 06) é uma extensão deste pensamento. Um espaço compartilhado de produção e cultivo, utilizado por moradores da região ou de outras partes da cidade. As hortas foram desenvolvidas entre áreas de acesso restrito à aqueles que possuem lotes de produção própria⁷, mas também na possibilidade de transbordarem por todo o espaço público, configurando canteiros e jardins de produção coletiva. Para isto, o desenho do piso de todo o espaço público foi definido através de uma malha longitudinal que, junto com a implantação dos edifícios, delimitam as áreas verdes. O depósito de lixo inorgânico está localizado próximo às hortas, numa área onde estão também as composteiras, possibilitando o reaproveitamento do material orgânico descartado pela feira.

» Acima: ambiência 06
Ambiência pensada para as hortas e jardins compartilhados. Ao fundo vê-se o volume da biblioteca.

⁶ FERRAZ, Marcelo Carvalho. Lina Bo Bardi, p. 231

⁷ As Hortas Urbanas deste projeto foram inspiradas em experiências similares que disponibilizam lotes de cultivo particular em áreas de produção compartilhadas. Estes lotes são disponibilizados gratuitamente para exploração por parte de qualquer interessado mediante o compromisso de mantê-lo em atividade.



>> Acima: ambiência 07

Ambiência pensada para os espaços criados pelo auditório e pela biblioteca. Na imagem vê-se o volume do auditório e, no lado direito ao fundo, o volume da biblioteca desenvolvido voltado para o seu interior, com vista para as hortas.

Ao fundo, localiza-se o volume que abriga a zona de carga e descarga das hortas, os vestiários, a administração e área para a realização de oficinas. É ali que também estão localizados os reservatórios de água que abastecem o conjunto.

O auditório e a biblioteca (ambiência 07) seguem a mesma lógica de implantação dos outros volumes, buscando conformar espaços públicos amplos e propícios à livre apropriação. O volume da biblioteca foi desenvolvido com o objetivo de criar uma ambiência mais introspectiva. Para isto, o seu volume visto do exterior possui poucas aberturas e se volta para uma espécie de jardim interno onde o fluxo de pessoas é muito menor. O volume do auditório por sua vez, conforma um espaço com bancos e árvores à sua frente possibilitando a aglomeração de pessoas e a realização de apresentações que podem acontecer tanto fora quanto dentro do edifício.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: Revista da Faculdade de Letras - Geografia I. série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp 77-97.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. A Cidade do pensamento único : desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 222-232

CAMMPI/NAI. Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe. Salvador, 2008.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro; RIZEK, Cibele Saliba; Escola de Engenharia de São Carlos. Arquitetura e indústria: a península de Itapagipe como sítio industrial da Salvador moderna 1891-1947. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, 2004.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. As fábricas na península. Itapagipe como sítio industrial da Salvador Moderna. Arqtextos, São Paulo, 11.132, Vitruvius, mai 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.132/3894>>.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de; SOUZA, Angela Maria Gordilho. Os alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2002

DÓREA, Luiz Eduardo. . Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas. Salvador. BA.: EDUFBA, 2006.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (coord.). Lina Bo Bardi. Instituto Lina Bo e P.M. Bardi e Im-

prensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias, 1858/1900. Rio de Janeiro , RJ: Kosmos; Salvador, BA: Banco da Bahia Investimentos, 1988.

FLEXOR, Maria H. O.; Schweizer, Peter J.. Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. Cadernos PPG -AU/FAUFBA. Salvador, Ano 2, Número Especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais, p. 23-29, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MCCARTER, Robert. Louis I. Kahn. Phaidon Press. London, 2005

NGO, Dung (editor). Louis I. Kahn - Conversas com estudantes. Gustavo Gili. Barcelona, 2002

OCEPLAN-PLANDURB-PMS. EPUCS - Uma experiência de planejamento urbano.Salvador: Série Estudos Informativos, No. 1, 1976.

OLIVEIRA, Olívia de. Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura. São Paulo: Romano Guerra; Barcelona, Espanha: GG, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Julio Valentino. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo, SP: EDUSP : Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara T. Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador, Ano 2, Número Especial: Territórios Urbanos e Políticas Culturais, p. 97-107, 2004.

RISÉRIO, Antônio. Viva Ubaldo Brasileiro. Cadernos de Literatura Brasileira, n. 7, Instituto Moreira Salles, 1999, pp. 91-129.

SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro, RJ: 2005.

SANTOS, Milton. O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador (BA): Universidade da Bahia, 1959. 196 p. Originalmente apresentada como tese (Doutorado) - Universidade de Strasbourg, 1958.

SCHVARSBURG, Gabriel. Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2011.

SILVA, R. H. A.; FONSECA, C. G.; FRANCO, J. O. R.; MARRA, P. S.; GONZAGA, M. M. Dispositivos de Memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e no espaço. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em comunicação. E-compós, Brasília, v.11, n.1, p. 1-17, jan/abr 2008.

ZUMTHOR, Peter. Atmosferas. Gustavo Gili. Barcelona, 2006

